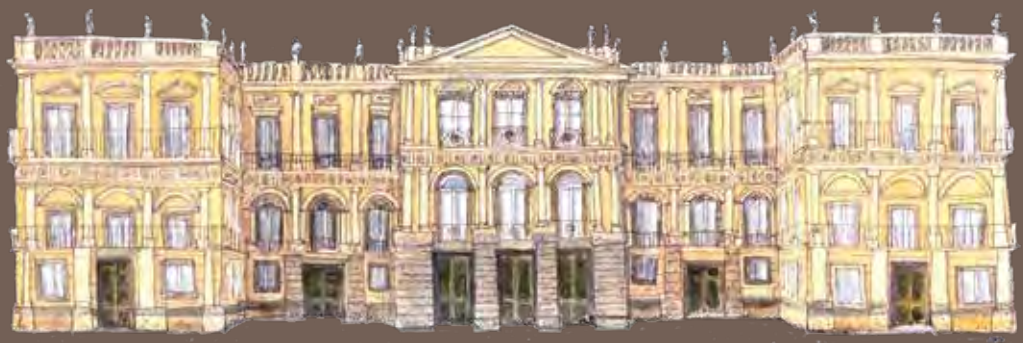
Luiz Fernando Dias Duarte
organizador

Museu Nacional

200 anos



EDITORA UFRJ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Reitora Denise Pires de Carvalho

Vice-reitor Carlos Frederico Leão Rocha

Coordenadora do Fórum de Ciência e Cultura Tatiana Roque

Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro

Diretor Marcelo Jacques de Moraes

Diretora adjunta Fernanda Ribeiro

Conselho editorial Marcelo Jacques de Moraes (presidente)
Cristiane Henriques Costa
David Man Wai Zee
Flávio dos Santos Gomes
João Camillo Barros de Oliveira Penna
Tania Cristina Rivera

Luiz Fernando Dias Duarte
organizador

Museu Nacional
200 anos

EDITORA UFRJ

© 2022 Luiz Fernando Dias Duarte

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luiza Cavalcanti Jardim (CRB7/1878)

M986 Museu Nacional – 200 anos / Luiz Fernando Dias Duarte, organizador. – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

352 p. ; il.; 20,5 x 21,5 cm.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-85-7108-483-4

1. Museu Nacional (Brasil). 2. Museus de história natural. I. Duarte, Luiz Fernando Dias, 1949-.

CDD: 508.074

Coordenação editorial
Thiago Lins
Maíra Aves

Preparação de originais
Paula Halfeld

Revisão
Patrícia Dias

Capa, projeto gráfico e diagramação
Marisa Araujo

Ilustração da capa e falsa folha de rosto
Karina Kuschnir

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FÓRUM DE CIÊNCIA E CULTURA

EDITORA UFRJ
Av. Pasteur, 250, Urca
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-902
Tel./Fax: (21) 3938-5484 e 3938-5487

www.editora.ufrj.br

LIVRARIA EDITORA UFRJ
Rua Lauro Müller, 1A, Botafogo
Rio de Janeiro, RJ – CEP 22290-160
Tel.: (21) 3938-0624

www.facebook.com/editora.ufrj

Apoio:

Sumário

LISTA DE FIGURAS *9*

APRESENTAÇÃO *17*
Luiz Fernando Dias Duarte

Uma natureza nacional: entre a universalização científica e a particularização simbólica das nações *23*
Luiz Fernando Dias Duarte

O Paço de São Cristóvão, uma história de casa-museu *51*
Regina Maria Macedo Costa Dantas

Museu Nacional: o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil dos séculos XIX e XX *81*
Regina Maria Macedo Costa Dantas

A centenária Biblioteca do Museu Nacional *139*
Maria José Veloso da Costa Santos

O Museu Nacional e suas exposições – 1821-2001 *159*
Paul Jürgens

A Seção de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional: seu acervo documental como legado para a memória da ciência e cultura *189*
Maria José Veloso da Costa Santos
Silvia Ninita de Moura Estevão

O Departamento de Geologia e Paleontologia (DGP) do Museu Nacional: um pouco de sua história *207*
Antonio Carlos Sequeira Fernandes
Maria José Veloso da Costa Santos

Resgate histórico da implantação do Programa de Pós-graduação em Botânica no Museu Nacional *229*
Mariângela Menezes

Notícia sobre os luminares da entomologia no Museu Nacional *241*
Miguel A. Monné

Do Egito ao Brasil: notas sobre o acervo e as iniciativas do Museu Nacional no estudo de populações antigas *251*
Antonio Brancaglion Jr.
Claudia Rodrigues-Carvalho

Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional: fontes para a história da eugenia no Brasil *261*
Vanderlei Sebastião de Souza
Ricardo Ventura Santos
Mônica Costa S. Coelho
Ozana Hannesch
Claudia Rodrigues-Carvalho

Da ciência e da política: o Museu Nacional no contexto de criação do serviço de proteção aos índios, 1908-1910 *277*
Antonio Carlos de Souza Lima.

As coleções sertanejas e o patrimônio histórico brasileiro: breve abordagem sobre o Museu Nacional nos processos de formação de Estado e de construção de nações *315*
Carla Costa Dias
Antonio Carlos de Souza Lima

Fundamentos empíricos da razão antropológica: a criação do PPGAS/MN e a seleção das espécies científicas *351*
Afrânio Garcia Jr.

Lista de figuras

FIGURA 1 – Charge de Angelo Agostini (in: Revista Illustrada, Capital Federal, ano 16, n. 613, p. 8, 1891), feita no período em que se terminavam os trabalhos da Constituinte e se iniciavam as gestões da transferência do Museu para a Quinta da Boa Vista. *78*

FIGURA 2 – Fachada da primeira sede do Museu Nacional, no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro. Desenho de P. Bertichem. *79*

FIGURA 3 – "Esqueletos de macaco, de montagem artificial" (in: Ferreira, Antero M. Breves noções sobre a preparação de esqueletos para estudo e para museus, baseadas nos trabalhos feitos no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Separata de: Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, julho 1924). *80*

FIGURA 4 – Prêmio "Alexandre Rodrigues Ferreira", do "Concurso Infantil de Desenho Naturalista", promovido pelo Museu em 1929; vendo-se o estojo didático de história natural. *133*

FIGURA 5 – Fotografia da visita de Madame Curie ao Museu Nacional em 02 de agosto de 1926 (15,5 x 18,5 cm) – sentada, Madame Curie; de pé, da esquerda para a direita: (1) Alípio de Miranda Ribeiro; (2) não identificado; (3) Hermillo Bourguy *134*

de Mendonça; (4) Heloísa Alberto Torres; (5) Alberto Betim Paes Leme; (6) Irene Joliot-Curie, filha de Madame Curie, também Prêmio Nobel de Química; (7) Bertha Lutz.

FIGURA 6 – Fotografia da visita de Albert Einstein ao Museu Nacional em 07 de maio de 1925, ladeado por E. Roquette-Pinto e outros naturalistas. 135

FIGURA 7 – Fotografia da visita de Santos Dumont ao Museu Nacional em 27 de julho de 1928 (18 x 12 cm). 136

FIGURA 8 – "Gravura 17" (36 x 28,4 cm) – 1. Parandra mandibularis. 2. Tropidosoma spencei. 3. Pionus pictus. 4. P. pulcherrimus. 5. P. Coeus. 6. P. Martii. 7. P. flammiger. 8. Anacolus paeustus. 9. Psygmatocerus wagleri. 10. Trachyderes variegatus. 11. T. Microthorax (in: Spix, J. B. von; Martius, K. F. P. von; Perty, M. Delectus animalium articulatorum: quae in itinere per Brasiliam, annis MDCCXVII-MDCCCXX: jussu et auspiciis Maximiliani Josephi I. Bavariae regis Augustissimi peracto. Monachii: Impensis Editoris, 1830-1834). Os alemães Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Karl Friedrich von Martius, médico e botânico, foram nomeados por Maximiliano I, rei da Baviera, para integrarem a missão científica austríaca, enviada ao Brasil em 1817. 137

FIGURA 9 – Canhão do meio-dia, c. 1858 (base com Ø 22 x 3 cm, canhão com 16 cm, suporte para lente com 19 cm) – relógio de sol, composto de pequeno canhão de metal em base de mármore com quadrante solar no qual se encontram também dois suportes que sustentam uma lente, adquirido em 1858 pelo Imperador d. Pedro II para o seu gabinete de astronomia. O instrumento foi criado no tempo de Luiz XV com o objetivo de velar pela pontualidade da cidade de Paris. 138

FIGURA 10 – Clinômetro, 1863 (base com 3 x 10 x 8 cm, triângulo com 31,5 x 18,5 cm, disco com 17,5 cm) – confeccionado em metal por José Maria dos Reis, famoso fabricante de instrumentos 138

físicos do Rio de Janeiro no século XIX. Esse clinômetro pertenceu a d. Pedro II; daí encontrarem-se gravados, no meio do disco de medição, a inscrição "D. Pedro II Imperador", as armas do Império e a data "26 de setembro de 1865", provavelmente a ocasião de sua compra.

FIGURA 11 – Interior da Biblioteca, no Palácio, c. 1930. *155*

FIGURA 12 – Página do Philosophical transactions of the Royal Society of London (London, v. 1, p. 1, 1665-1666). No século XVII, foi publicado, na Inglaterra, esse que foi um dos primeiros periódicos científicos, antecedido em apenas dois meses pelo Journal des Savants, publicado na França. *156*

FIGURA 13 – Folha de rosto dos Archivos do Museu Nacional (Rio de Janeiro, v. 1, p. 3, 1876) (26,6 x 22 cm; Biblioteca do Museu Nacional). Em 1876, por determinação do Decreto 6.116, de 9 de fevereiro, iniciou-se a publicação dos Archivos do Museu Nacional. O então diretor Ladislau Netto fez a apresentação do primeiro volume. *157*

FIGURA 14 – Sala "Aristóteles", dos esqueletos de mamíferos, na antiga Exposição. *158*

FIGURA 15 – Diploma de prêmio da Exposição Internacional de Chicago, 1893 (75 x 59 cm) – litogravura gravada e impressa pela Oficina de Gravação e Impressão do Departamento do Tesouro Norte-americano. O Museu Nacional foi agraciado com o diploma de mérito especial dessa exposição pela exibição de vasos cerâmicos marajoaras e de uma coleção de objetos ilustrando o progresso dos nativos da Ilha de Marajó, no Pará. *183*

FIGURA 16 – Vitrine da Exposição Antropológica de 1882. *184*

FIGURA 17 – Exposição Antropológica de 1882. *184*

FIGURA 18 – Meteorito de Bendegó. *185*

FIGURA 19 – Escultura feminina, sem cabeça (mármore branco e rosado, Veio, Itália; 60 cm). Coleção Greco-Romana da Imperatriz Teresa Cristina. A peça retratada é uma estatueta koré de estilo arcaizante, possivelmente cópia da época romana. A figura feminina em pé veste uma longa túnica drapeada, erguida delicadamente com as duas mãos. Pertence ao conjunto de objetos encontrados em uma tumba durante as escavações conduzidas em Veio, em 1853. 186

FIGURA 20 – Trono do Daomé (Daomé, África; 100 x 70 x 40 cm). Peça doada pelos embaixadores do rei Adandozan (1718-1818) ao príncipe regente d. João VI, em 1811. Provavelmente data da passagem do século XVIII ao XIX. O trono foi incorporado ao acervo do Museu em 1818. 187

FIGURA 21 – Página da Revista da Semana (Rio de Janeiro, ano XIX, n. 19, p. 16, 15 jun. 1918), retratando a comemoração do primeiro centenário do Museu Nacional, com a presença do presidente Wenceslau Brás e do diretor do Museu, Bruno Lobo. 188

FIGURA 22 – Capa do Guia das coleções antropológicas, de Edgard Roquette-Pinto (Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral de Estatística, 1915). 201

FIGURA 23 – Página do Description de l'Égypte ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française (Paris: De l'Imprimerie Imperiale, 1809-1822. v. 1: Antiquités I). As observações de cientistas que acompanharam Napoleão na Campanha Militar de 1798 ao Egito estão registradas nessa obra monumental. É a maior obra da biblioteca do Museu Nacional, com dimensão de 110 cm. 202

FIGURA 24 – Cartaz de divulgação do Museu Nacional, como Museu Nacional de História Natural – impresso pela Imprensa Nacional e desenhado por Helios Seelinger (1878-1965), pintor, desenhista e caricaturista brasileiro, premiado na 203

Exposição Geral de Belas Artes, maior salão artístico brasileiro da primeira metade do século XX.

FIGURA 25 – Fotografia de (da esquerda para a direita) Carlos Alberto Campos Seabra, Angelo Moreira da Costa Lima, pe. Jesus Santiago Moure e Cincinnato R. Gonçalves no primeiro Congresso Brasileiro de Zoologia, no Museu Nacional, em 1960. 204

FIGURA 26 – Fotografia da visita do presidente Juscelino Kubitschek ao Museu Nacional, com o diretor José Cândido de Melo Carvalho, em 06 de junho de 1958, por ocasião da reabertura das exposições. 204

FIGURA 27 – "Quadros elementares de história natural: Anthropologia (n. 1)", c. 1922. 205

FIGURA 28 – "Quadros elementares de história natural: Anthropologia (n. 2)", c. 1922. 205

FIGURA 29 – Hall da Exposição, com o meteorito de Bendegó, no início do século XX. 206

FIGURA 30 – Folha de rosto do Guia de Mineralogia, Geologia e Paleontologia, de Alberto B. Paes Leme (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924). 224

FIGURA 31 – Tronco fossilizado Psaronius brasiliensis (Brongniart, 1872). Coleção de paleobotânica, MN 32-Pb. Exemplar do primeiro fóssil vegetal brasileiro, descrito por Adolphe Brongniart em histórica sessão da Sociedade Botânica da França, em 1872, com a presença do imperador Pedro II. 225

FIGURA 32 – Páginas do catálogo da "Coleção Werner", histórica coleção de minerais, a primeira e mais famosa do Museu Nacional, elaborado em 1824. 226

FIGURA 33 – Polypodiaceae. Polypodium sp. Herbário do Museu Nacional. Espécime coletado por d. Pedro II no Rio de Janeiro. 227

FIGURA 34 – Detalhe do rosto do caixão de Sha-Amun-En-Su. Baixa Época, c. 750 a.C. 250

FIGURA 35 – O Laboratório de Antropologia Física por volta de 1910, com a presença de Edgard Roquette-Pinto. 276

FIGURA 36 – Vitrine de panos da costa, na antiga Sala de Etnografia Regional, com material coletado por Heloisa Alberto Torres. 314

FIGURA 37 – Objetos da coleção Kruse (vitrine 6). 335

FIGURA 38 – Ex-votos reunidos por Kruse. 337

FIGURA 39 – Placas Occipitais com Plumas (Rio Uaupés, Amazonas; 61 x 12 cm, 49 x 6 cm e 59 x 10 cm). Adornos do grupo Tukano, usados na parte posterior da cabeça presos à faixa frontal, acompanhados de outros adornos. Peças doadas ao Museu Nacional pelo Visconde de Paranaguá. Figuraram na Exposição Antropológica de 1882. 347

FIGURA 40 – Vasilhame, 400 a 1400 A.D. Cerâmica Marajoara (Ilha de Marajó; Ø 38,5 cm). Tigela cerimonial decorada internamente com pintura policroma, em vermelho e preto sobre fundo branco, com motivos geométricos e representações estilizadas da figura humana. 348

FIGURA 41 – Ex-votos reunidos por Kruse. 349

FIGURA 42 – Inauguração da exposição comemorativa dos vinte anos da criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, com o reitor da UFRJ, Horácio Macedo, a diretora do Museu, Leda Dau, e o coordenador do programa, José Sergio Leite Lopes. 350

Museu Nacional — Rio de Janeiro
Fundado em 1818

Apresentação

Luiz Fernando Dias Duarte

Completado o seu bicentenário em 2018, o Museu Nacional é associado às pré-comemorações do centenário de sua anfitriã, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a se celebrar em 2021, com uma coletânea de textos relativos à sua própria história.

A ideia original era a de uma publicação em homenagem aos 90 anos da universidade, que coincidiam, em 2011, com os 193 anos do museu. Na versão do texto introdutório que então escrevi para a coletânea, sublinhava a oportunidade da iniciativa, que não poderia deixar de ser aproveitada, na sugestão da então reitoria, logo acolhida pela diretora do museu, Claudia Rodrigues Carvalho. Passados nove anos da concepção original, por uma série de vicissitudes administrativas da universidade (e, logo depois, do museu, com o terrível incêndio de sua sede), retorna agora a oportunidade. Como largamente tem sido em nossa cultura, serve a história mais uma vez aqui como bem-vinda *magistra vitae*, já que muito se pode perceber sobre um presente desafiador ao se debruçar sobre os desafios do passado, alguns reiterados, outros renovados.

Do alto de tão veneranda idade – agora de quase 202 anos –, maior por quatro anos do que a própria nacionalidade, não falta ao museu uma tradição de historicidade. Já em meados do século XIX, abria-se espaço para uma reflexão relativa aos problemas acumulados, sempre de alta monta, articulada à inquietação projetiva quanto aos destinos da casa.

Pelo reduzido tempo de que – à época – se dispôs para a concepção da coletânea, não foi possível encomendar uma seleta orgânica, de cobertura universal e equânime dos diferentes segmentos e funções da instituição. Considerou-se adequado lançar mão de textos mais ou menos prontos, facilmente disponíveis, ainda que revistos e retrabalhados para os novos fins. Em alguns casos, trata-se mesmo de republicações – o que vai informado em cada capítulo. Os primeiros textos são de escopo mais abrangente, voltando-se para a dinâmica geral da instituição. Entre os seguintes, acabou havendo uma maioria de textos relacionados à antropologia, por razões óbvias: das disciplinas componentes do museu, é a mais afeita a uma reflexão histórica, intrínseca a sua atividade cognitiva.

Aquilo que sempre foi uma das características mais fortes da instituição, a sua multidisciplinaridade, é também uma de suas dificuldades mais críticas, para certos fins. Numa obra como esta, é notável como se evidenciam as diferenças de ritmo, intensidade, oportunidade, vitalidade, de cada um dos setores científicos e técnicos ao longo desses dois séculos. Dá-se aí, portanto, uma dinâmica endógena diferencial muito peculiar. Na outra ponta do binóculo, as transformações foram enormes: toda a cultura ocidental se transformou nesse período, assim como as nações, as ciências e os museus. O início de um novo século de vida institucional certamente leva a indagações mais profundas sobre o sentido da instituição, de seu caráter "nacional", de sua multidisciplinaridade, de sua competência científica, de sua função educativa, de sua responsabilidade patrimonial e cultural – tudo nevralgicamente agravado pelo desafio da reconstrução do Palácio de São Cristóvão e da recomposição física e funcional da instituição em novos prédios.

Nada disso há de se colocar da mesma maneira como se colocou no início do século XIX, com uma instituição cultural geral a serviço de uma nação que engatinhava, insegura da relação entre os ideais da civilização europeia, a natureza tropical e as populações autóctones. Também não será o desenho do início do século XX, como foco icônico da atividade científica nacional, tensionada pelas demandas de explicação e encaminhamento dos grandes temas da construção da república moderna: a educação, a raça, o conhecimento e aproveitamento das riquezas naturais, a represen-

tação internacional do país. Novos contextos agora: novas perplexidades institucionais!

Uma das ideias que nos ocorreram quando desenhávamos o volume foi a da republicação de numerosos textos – eles próprios já históricos – de história da casa, muitas vezes divulgados em nossas próprias revistas científicas, como os *Archivos do Museu Nacional*, iniciados em 1876. Isso ensejaria, porém, uma longa série e não um volume. Melhor solução pareceu ser a concentração em textos recentes, mais atualizados, que contêm nas bibliografias a referência a numerosas daquelas publicações pretéritas. Algumas outras referências, que não estavam presentes nas indicações de cada texto, seguem abaixo, para informação geral.

Tanto quanto os textos, instigam-nos imagens históricas da instituição: imagens de suas duas sedes sucessivas, de suas coleções e exposições, de seus visitantes ilustres e de seus naturalistas e pesquisadores, de suas peças científicas de caráter histórico e de sua coleção de obras de arte, dos preciosos álbuns de sua biblioteca e dos retratos dos ex-diretores. Apenas uma ligeira amostragem de tudo isso cabe aqui, como estímulo ao interesse e curiosidade de quantos a conhecerem – sobretudo agora que os originais desapareceram quase todos, incinerados no desastre. Esse material iconográfico está hoje, felizmente, muito bem organizado e disponível ao público especializado, inclusive sob forma digital e por meios eletrônicos, a partir da biblioteca (preservada) e do arquivo da casa (fisicamente destruído).

A coletânea se deve a um trabalho conjunto, que congregou os seguintes professores: Mariângela Menezes, do Departamento de Botânica; Antonio Carlos Sequeira Fernandes, do Departamento de Geologia e Paleontologia; Miguel Angel Monné, do Departamento de Entomologia (representando a zoologia); Antonio Brancaglion, do Setor de Arqueologia do Departamento de Antropologia; e Antonio Carlos de Souza Lima, do Setor de Antropologia Social do Departamento de Antropologia, além da então diretora da casa, representante também do Setor de Antropologia Biológica. Valeu-se todo o trabalho original do concurso precioso de Maria José Veloso da Costa Santos e Regina Maria Macedo Costa Dantas, ambas ligadas, naquela ocasião, à Seção de Memória e Arquivo do museu (Semear), e de Fernanda Guedes, da Assessoria de Comunicação.

A acolhida da coletânea pela Editora UFRJ permite prever um tempo de mais intensa colaboração entre esse importante braço da universidade e o museu, permanente viveiro de contribuições acadêmicas e científicas, por força do trabalho de cerca de uma centena de pesquisadores e de seis operosos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Bibliografia complementar

AGOSTINHO, Michele Barcelos. *O museu em revista*: a produção, a circulação e a recepção da revista *Arquivos do Museu Nacional* (1876-1887). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

CASTRO FARIA, Luiz de. Devoção antropológica: as quatro estações de uma via triunfal. In: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque de Barros (org.). *Roberto Cardoso de Oliveira*: homenagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 9-16.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: escritos exumados 1. Espaços circunscritos, tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUFF, 2000.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: duas ciências. Notas para uma história da antropologia no Brasil. Brasília: CNPq; Rio de Janeiro: Mast, 2006.

CORRÊA, Mariza. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs, 1995. p. 25-106. v. 2.

CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia*: cinquenta anos (1953-2003). Brasília: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2003.

CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque de Barros. *Roberto Cardoso de Oliveira*: homenagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. O Museu Nacional: ciência e educação numa história institucional brasileira. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 25, n. 53, p. 359-384, jan./abr. 2019a. Disponível em: https://doi.org/10.1590/s0104-71832019000100013. Acesso em: 4 mar. 2020.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Museu Nacional: elogio, lamento e augúrio. *Anuário Antropológico*, v. 44, n. 1, jan./jun. 2019b. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/issue/view/1778. Acesso em: 4 mar. 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História e natureza em Von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 391- 414, jul./out. 2000.

KODAMA, Kaori. *Os índios no império do Brasil*: a etnografia do IHGB entre as décadas de 1840 e 1860. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; São Paulo: Edusp, 2009.

KURY, Lorelai (org.). *Comissão Científica do Império*, 1859-1861. Rio de Janeiro: Andrea Jakobson Estúdio Editorial, 2009.

MARTINS, Wagner Wiliam. *A coleção japonesa do Museu Nacional*. 2015. Monografia (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MURARI, Lucia. *Natureza e cultura no Brasil (1870-1922)*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2009.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A formação da coleção de indústria humana no Museu Nacional*. 2009. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. *No "coração do Brasil"*: Roquette-Pinto e a Expedição à Serra do Norte (1912). 2010. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILY, Paulo Rogério M. *Casa de ciência, casa de educação*: ações educativas do Museu Nacional (1818-1935). 2012. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

TURIN, Rodrigo. "Tipos", "primitivos", "decadentes": escrita etnográfica, secularização e tempo histórico no Museu Nacional. In: DAS NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira (org.). *Estudos de historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

VELOSO JÚNIOR, Crenivaldo Regis. *Os curiosos da natureza*: Freire Alemão e as práticas etnográficas no Brasil do século XIX. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

Uma natureza nacional
entre a universalização científica e a particularização simbólica das nações[1]

Luiz Fernando Dias Duarte[2*]

No quadro das grandes instituições de memória inventadas na cultura ocidental moderna, coube aos "museus de história natural" uma tarefa delicada: a de combinar o projeto de produção de uma memória neutra característica da universalização do saber científico com o desígnio de glorificação particularista das identidades nacionais.

Essas duas dimensões fundamentais do imaginário de nossa cultura balizaram o desenho dessas instituições de um modo mais nítido do que em suas congêneres: em contraste, por um lado, com a vocação dos museus de arte e história – onde a identidade nacional sempre avultou – e, por outro, com os museus de ciência e tecnologia – onde a universalização tendeu sistematicamente a prevalecer.

Os modos de combinação dessas dimensões variaram enormemente desde o século XVIII em função dos deslocamentos mais gerais da ambição universalista e do ideal nacionalista, bem como das peculiaridades de cada alternativa local.

Em todo esse processo, a noção de "natureza" facultou um conjunto complexo de deslizamentos simbólicos, por força de sua combinada condição

---

[1] Publicado originalmente como "La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. *Civilisations*, Bruxelas, v. LII, n. 2, p. 21-44, 2005. (Museums, Collections, Interpretations: Rethinking the Construction of Meanings and Identities). Foi traduzido para o português em 2011.

[2] Professor do Departamento de Antropologia e ex-diretor do Museu Nacional/UFRJ.

de referência primeira do conhecimento "científico" e de horizonte inarredável das experiências sensíveis que serviram de alimento ao imaginário nacional. A própria noção de "cultura" só veio a definir paulatinamente o seu campo semântico em contraste com o dessa "natureza" – numa série de delicadas operações de classificação cosmológica que ainda se encontram em curso.

Examinaremos aqui as características gerais desse processo na tradição cultural ocidental, por meio de um exemplo histórico preciso: o do Museu Nacional do Rio de Janeiro, criado em 1818, quatro anos antes da Independência, na fase incipiente de implantação de uma nação brasileira.

O horizonte originário da cultura ocidental moderna se desenha fundamentalmente em torno do investimento na racionalização do mundo, aquilo a que Max Weber se referiu como o "desencantamento" ou a "desmagicização". Entre os muitos corolários dessa visão de mundo encontra-se o da expectativa de domínio cognitivo e instrumental sobre o mundo objetivo. Este, além do mais, transformado em verdadeira realidade, com a suspensão progressiva das crenças em algum princípio espiritual englobante, adquiriu as propriedades de infinitude espacial e temporal que bem descreveu Koyré (1979), sugerindo a possibilidade de um permanente avanço ou "progresso da ciência" (o "advancement of science" da instituição inglesa que copiamos tardiamente em nossa Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

Em princípio, pode-se considerar que os séculos XVII e XVIII testemunharam a vigorosa e continuada institucionalização desses valores, através da constituição de um novo mercado das ideias científicas. Esse mercado organizou-se em torno de sociedades letradas, periódicos, institutos de pesquisa, gabinetes de coleção e sistemas de permutas objetivas de dados e peças que sustentam – mesmo que não linearmente – uma continuada progressão das inovações tecnológicas e das expectativas de esclarecimento dos mistérios do mundo e de superação dos limites tradicionais da intervenção sobre a natureza.

Embora se possa considerar que os representantes do chamado "despotismo esclarecido" na Europa setecentista já organizassem parte de suas políticas nacionais com base em algum tipo de crença nas virtudes desse esclarecimento generalizado (como se verificou nas reformas pombalinas,

por exemplo), provavelmente foi apenas com a Revolução Francesa e com Napoleão que se teatralizou de forma mais radical a associação entre o ideário da modernização liberal e as virtudes do domínio científico da natureza. Na verdade, verifica-se, já bem adentrado o século XIX, a adoção parcial e progressiva dessa crença, mesmo em situações nacionais comprometidas com formas de reprodução ao estilo do Ancien Régime. Se foi sobretudo o espírito revolucionário que comandou a abertura na França do palácio do Louvre e do Jardin des Plantes como museus públicos de Estado por volta de 1793, a criação do Museu Real (depois Nacional) do Rio de Janeiro em 1818 já obedeceu também – embora sob João VI – a expectativas explícitas da própria coroa de maior progresso e bem-estar coletivo.

A "racionalização" implicava uma série de mudanças importantes na construção do saber, entre as quais certamente o que se pode chamar de um "afastamento do sensível". A linha de frente da revolução científica tinha sido a da astronomia e a da física, em torno de propostas como a de Copérnico e de Newton. Os modelos que se tinham constituído em domínios de saber tão distintos, em princípio, quanto a fisiologia animal e a economia política haviam se inspirado diretamente na visão sistêmica bastante abstrata das forças físicas a ordenar o peso e o movimento das massas. O "mecanicismo" forneceu as imagens fundamentais da ciência ocidental até o final do século XVIII, quando novas tendências vieram a afirmar progressivamente a autonomia das "ciências da vida", com a hegemonia dos modelos "organicistas".[3]

Esse afastamento do sensível implicou inicialmente uma considerável abstração do conceito de "natureza", que se refletiu na constituição da ideia de uma "natureza humana" e na progressiva expectativa de construir também para o conhecimento do "humano" regras e modelos científicos e universais.

Em todo esse período, as imagens de "liberdade" e de "igualdade" circulavam com a mesma intensidade tanto sob as fórmulas científicas quanto sob as fórmulas políticas. A representação de um universo composto de massas discretas articuladas por regras matematicamente calculáveis de atração

[3] Cf. Gusdorf (1974).

e repulsão que se reproduzem sem a intervenção de uma razão superior foi coetânea do modelo do pensamento humano organizado como associação de ideias e do modelo das novas sociedades humanas como associações de cidadãos livres articulados.[4] Prevaleceu uma repulsa gnoseológica sistemática da "diferença" *a priori*, associável às superstições e preconceitos que se esperava ter varrido da Terra pela razão iluminadora.[5]

Pela metade do século XVIII, já se podia, porém, perceber nos países centrais europeus uma demanda de recuperação do vínculo entre o cognitivo e o sensível e uma expectativa de atenção às propriedades específicas de cada um dos modos de organização do real, com o retorno parcial a ideias de "totalidade" que se pudessem expressar sob a forma eventual da "singularidade".

O princípio classificatório da ordem imanente que parte do mais simples para o mais complexo, ao ser aplicado sistematicamente aos fenômenos naturais e humanos, foi sugerindo a sua transposição para o plano histórico, diacrônico, com a demarcação valorativa de uma "evolução" ou "progresso" da matéria e da civilização, coerente com essas expectativas de transformação positiva pela liberdade da razão (perfectibilidade) que permeavam nossa cultura desde o Renascimento[6] e a ocupação da América. O horizonte de "perfectibilidade" que se abria à espécie humana inspirava certamente essa visão ao mesmo tempo dinâmica e restritiva, que serviria como pano de fundo para o desenvolvimento das relações coloniais típicas do século XIX.

Podemos hoje chamar convencionalmente essa complexa resposta ao cosmos desencantado do iluminismo de "romantismo". Sua ênfase na preeminência da totalidade em contraponto à da parte, na preeminência do entranhamento dos níveis em contraponto à sua distinção (sobretudo na relação entre o intelectual e o sensível) e na preeminência do fluxo em contraponto à sincronia tornou-se um operador fundamental da evolução dos conceitos posteriores de natureza, natureza humana e cultura.

---

[4] Cf. Mengal (2000).

[5] Cf. Dumont, L. (1985).

[6] Cf. Lawrence (1979).

O nódulo imaginário mais notável em que essa influência se manifestou foi o da consolidação da ideia moderna de "nação". O imaginário do Renascimento, da Reforma e do Iluminismo tinha abrigado o surgimento da ideia de uma Humanidade, como conjunto universal dos seres humanos, indiferenciados – correlato, portanto, do novo universo físico infinito. A ênfase romântica na "singularidade" veio se contrapor a esse horizonte, fornecendo os conteúdos imaginários necessários à consolidação do formato dos Estados nacionais, que já vinha se desenhando na Europa por diversas razões de economia política.

As coletividades políticas passaram a se constituir com atributos de identidade pensados por analogia com os que se vinham afirmando para os membros das elites ocidentais a partir do Renascimento – ou seja, através de seu "cultivo" ou "cultura". As "nações" se instituíram ou se reinventaram ao longo do século XIX, incorporando uma preocupação sistemática com os tesouros acumulados através do tempo em seu território e nas práticas de sua população, construindo um novo senso histórico forjado com esses curiosos amálgamas de referências naturais e restos culturais. Os filósofos românticos elaboraram, a partir de Herder e Rousseau, a teoria dessas reconstruções, a partir da ideia de um "espírito" coletivo a ser institucionalmente celebrado em muitos níveis e templos da memória – inclusive nos novos "museus". A filologia e a linguística, os estudos de folclore, a arqueologia, as "ciências da antiguidade" e a preocupação sistemática com a preservação do passado perdido surgiram assim no começo do século XIX, balizando de maneira ainda mais direta um novo horizonte de instituições de memória.

Ao mesmo tempo que se afirmavam por muitos caminhos as novas fórmulas para o sentido da vida coletiva a que hoje chamamos de "históricas", "sociológicas" ou "antropológicas", emergia uma nova conceitualização da própria "natureza", inspirada pelo desejado reentranhamento das abstrações científicas nas propriedades sensíveis.

A invenção da geografia moderna é um dos sinais explícitos desse movimento, juntamente com o alvorecer de uma perspectiva que poderíamos chamar – um tanto anacronicamente – de "ecológica" no interior da zoologia e da botânica. Com efeito, se a sistemática lineana instituíra havia

pouco tempo essas disciplinas de organização do conhecimento "natural" como partícipes da racionalização universalista (apesar de fazer uso de um imaginário relacional tradicional, como o do parentesco) (Thomas, 1988, p. 102), já se exigiam novos patamares do conhecimento da flora e da fauna, que expressassem a percepção de conjuntos diacríticos em que o senso de uma "totalização" prevalecesse sobre a mera justaposição dos elementos.

Se examinarmos a caracterização que fez Karl Philipp von Martius das "regiões" da flora brasileira a partir de 1840 em sua monumental *Flora brasiliensis*, podemos compreender como foram intensos os deslizamentos entre o conceito impressionista, sensitivo por excelência, de "paisagem" (que justamente se afirma como gênero nas artes pictóricas ao longo do romantismo) e as tentativas de compreensão, universalista, do mundo natural.[7] No primeiro volume da obra, Martius apresentava um conjunto de *Tabulae physiognomicae*, em que descrevia as paisagens típicas das grandes regiões fitogeográficas e concentrava o conhecimento disponível sobre o imenso território da recente nação. É bem revelador que tenha empregado a noção de "fisiognomonia", então recentemente reavivada por Lavater,[8] para exprimir a relação entre as dimensões mais sensíveis das "paisagens" naturais e os esforços de compreensão do mundo natural por uma perspectiva universalista.[9] A fisionomia pode ser considerada uma das primeiras manifestações sistemáticas do projeto de uma ciência romântica, ciosa da união do sensível e do cognitivo, no estilo da *Naturphilosophie*. Para simbolizar essas fisionomias regionais, Martius escolheu na mitologia grega os nomes de diferentes tipos de ninfas – o que não deixa de evocar o espírito das correspondências ao gosto renascentista.

O conceito de "vida", fundamental para os novos horizontes da ciência no século XIX, expressa muito bem o arranjo da ambição universalista com os reparos românticos.[10] Com efeito, sua afirmação impõe o reconhecimento de patamares diferenciados da realidade (na oposição entre o mundo

[7] Cf. Schama (1996).

[8] Cf. Dumont, M. (1984).

[9] Cf. Schama (1996).

[10] Cf. Gusdorf (1974).

animado e o inanimado), exige uma certa consideração de totalidade e singularidade (que viria a se consolidar no conceito de "organismo") e garante ainda a primazia do fluxo do tempo, da transformação, do devir (a que se dedicariam as diversas e sucessivas teorias de "evolução" natural). Lembremo-nos de que o termo "biologia" surgiu apenas – e significativamente – no ano de 1802.[11]

Muito se poderia dizer complementarmente sobre a presença desses elementos epistemológicos no surgimento da ciência geológica e, logo, da paleontológica: preocupações idênticas com as "formações", como unidades perceptivas (lembrar a relação desse conceito com o de *Gestalt* ou com o de forma estrutural), e idêntico enquadramento nas séries de transformação evolutiva. A própria noção do tempo moderno se afirmou sob a influência da demonstração do "tempo geológico", profundo – muito distante da temporalidade ocidental tradicional.[12]

Na verdade, a busca de conhecimento e de preservação de uma "natureza" com os atributos antes descritos obedeceu ao mesmo impulso das ciências históricas, mesclando na "história natural" os fenômenos biológicos, geológicos e antropológicos. A chamada "ciência dos viajantes", tão característica do século XIX e intimamente ligada ao surgimento dos museus de história natural, é um bom exemplo da combinação entre a dimensão universalista da ciência e os diversos patamares da experiência sensível de que estamos falando. Os recursos das artes plásticas e do texto literário, colocados a serviço da tarefa descritiva e classificatória, aproximaram essas iniciativas do desenvolvimento da arte oficial do período. A própria imagem da "viagem" de aventura, física e intelectual, dava sequência à tradição das viagens de formação das elites europeias e se associava ao novo contexto da *Bildung* pessoal romântica (vejam-se as *Rêveries* de Rousseau e os *Wandersjahren* de Goethe). Entre Chateaubriand, no Mississipi, Agassiz, no Amazonas, Darwin, nas Galápagos, Gauguin, no Taiti, ou Rimbaud, na Etiópia, uma grande ponte de deslocamentos ligou o fim do século XVIII ao começo do XIX.[13]

---

[11] Cf. Mengal (2000).

[12] Cf. Gould (1987).

[13] Cf. Nery (1998).

As imagens dessa natureza tão carregada de significação cruzaram-se no período com as que vinham consagrar o novo estatuto das "nações". Entre as múltiplas qualidades e capacidades de que se cercam estas últimas está o fato de se verem constituídas por um "território". E é justamente a propósito desse território que se procurará elaborar os estoques de "naturezas nacionais".

A matéria é extensa, por mais curta que seja sua história. Poucas tarefas terão merecido em nossa cultura um investimento tão sistemático quanto a dessa construção. A relação entre o "espírito" nacional e as características da natureza de seu "território" foi provavelmente explorada de início em continuidade com as antigas teorias humorais, que postulavam continuidades cosmológicas, "simpáticas", entre a constituição dos povos e a das terras e climas em que habitavam (por exemplo, os ingleses e sua fleugma). Porém, no século XVIII, esse sistema não dispunha mais de sua milenar legitimidade inclusiva, e seus pressupostos holistas tinham sido completamente transtornados pela ciência emergente.

Algo de seu precioso estoque de imagens serviu ainda, no entanto, para construir a nova sensibilidade de que se cercou a relação entre "população" e "território".[14] Águas e plantas, montanhas e praias, estepes e brumas, sol a pino ou noites boreais, tudo vinha agora – classificado e mediado pelos saberes naturalísticos – servir à construção das identidades nacionais. Um novo totemismo emergia, com a seleção de elementos das séries naturais a definir o perfil comparado dos competidores em escala planetária. É claro que antigas imagens ainda se infiltravam por sob as novas eleições, mas a sua própria continuidade se autorizava pelas novas racionalizações que vinculam a natureza à tradição histórica e cultural. O galo da representação nacional francesa não se estabeleceu pelos mesmos princípios classificatórios que os do ipê amarelo para a nação brasileira, assim como a escolha do medronheiro para a bandeira da cidade de Madri não seguiu a mesma via do cedro do Líbano para a bandeira deste último país. Em todos os casos, porém, trata-se de sinais avulsos de uma pauta complexa e sistemática de investimentos na simbolização natural dos espaços sociais – e ela passava a se nutrir crescentemente de séries organizadas pelo cânon científico.

[14] Cf. Thomas (1988) e Corbin (1989).

Um belo monumento da transição entre o antigo imaginário físico-moral e as novas correlações entre nação e natureza é o livro sobre a relação entre a Suíça e os Alpes escrito em 1732 pelo grande fisiologista Albrecht von Haller. Encontrava-se aí, ao mesmo tempo, o pano de fundo tradicional das correlações humorais entre as terras e suas gentes e o destaque específico da paisagem (as altas montanhas; seu isolamento, grandeza e desafio) e sua "influência" sobre a constituição moral dos cidadãos da pequena república.[15] Não podemos deixar de lembrar como o imaginário dos Alpes, das florestas temperadas e das tempestades de neve permaneceu no cerne das elocubrações mais sentimentais do romantismo germânico. O nazismo alemão retomou esse filão com grande habilidade, e o "Ninho das Águias" de Hitler em Garmisch-Partenkirchen o representou diretamente.

É Simon Schama (1996) quem nos evoca a série de novas instituições que iriam representar no século XIX essa associação entre natureza e nação. Londres foi o grande laboratório inicial: em 1820 foi inaugurado o seu Jardim Zoológico; em 1846, a grande estufa pública de Regent's Park; em 1851, finalmente, o Palácio de Cristal abrigava a primeira Exposição Internacional, onde as últimas novidades da indústria vitoriosa ombreavam com as maravilhas da agricultura intensificada e com os tesouros da natureza enfim domada sob a grande cúpula de ferro. Os Estados Unidos seguiram rapidamente a mesma trilha: o Central Park de Nova York, como grandiosa síntese entre artifício urbano e natureza, foi aberto em 1857, e o Yosemite Valley, declarado monumento nacional em 1864, inaugurando assim o conceito de preservação formal da natureza em unidades geográficas concretas particularmente valiosas, tanto enquanto riqueza natural como moral – através da ideia de paisagem.

Essa redistribuição dos valores da natureza em escala planetária acompanhou os novos desenvolvimentos da medicina a partir do começo do século XIX, particularmente da medicina preventiva e sanitária (logo transformada no movimento higienista).

Uma enorme revisão do panorama da Terra foi empreendida, sob o prisma de uma geografia e de uma climatologia incipientes, articuladas

[15] Cf. Schama (1996).

com as especulações sobre as febres e as chamadas "doenças tropicais", assim como sobre a especificidade da reprodução humana nas diferentes "regiões" do planeta. Essas especulações acompanhavam evidentemente o ritmo do novo colonialismo, intensivista, com o desafio da sobrevivência por parte dos prepostos europeus do comércio e da indústria.

É interessante verificar assim que a mais desenvolvida das ciências naturais no começo do século XIX tivesse sido a botânica, de que se esperavam esclarecimentos para as terapêuticas empíricas ainda essenciais e inevitáveis. Martius escreveu significativamente um *Systema materiae medicae brasiliensis*, complementar ao empreendimento monumental de sua *Flora*. Não se pode esquecer, por outro lado, a importância da busca de novas fontes de satisfação sensorial, desencadeada desde o Renascimento no mundo ocidental, como demonstra a moda de certas flores e seu imenso interesse econômico (a importância do mercado das tulipas no século XVI é disso apenas um exemplo).[16]

O imenso valor imaginário dos "trópicos" se condensou nesse período, envolvendo as fantasias do nascente evolucionismo social, da incipiente medicina preventiva, das ciências naturais descritivas e do capitalismo colonial – cada vez mais exigente. A comum imagem renascentista dos quatro continentes representados por belas mulheres ataviadas com seus símbolos próprios e combinados da natureza e da civilização desaparece progressivamente em proveito de uma oposição mais binária entre civilização e barbárie, que se reduplica na oposição entre a natureza temperada – dúctil e acolhedora – e a natureza tropical – hostil e incontrolável.

Isso exigia de cada nação um trabalho imaginário próprio, adequado à combinação dos suportes empíricos e dos meios culturais disponíveis em cada circunstância. Em todos os casos, o que se impunha era elaborar uma narrativa simbólica plausível que pudesse ser vendida no novo mercado de imagens que se avizinhava.

O desenho, no final do século XVIII, de um aparelho de porcelana em que cada peça apresentava um exemplar da vegetação de um pequeno país do Norte europeu é ainda hoje um testemunho precioso dos albores desse processo de "nacionalização" da natureza. O aparelho da *Flora Danica*

[16] Cf. Elliot (2003).

ainda está hoje exposto em Copenhagen como um dos símbolos do enraizamento nacional naquele território, com a mesma vegetação a sustentar e cercar – supostamente – seu longo percurso histórico. Essa exemplaridade logo passou a exigir mais do que peças suntuárias para as casas reais. Era preciso fazer com que essas imagens se disseminassem e se fizessem consumir pelo conjunto da "população", junto com tantos outros recursos simbólicos do novo patriotismo. Os museus de história natural teriam aí um papel de destaque.

Muitos objetarão a meu argumento que os grandes museus metropolitanos de história natural nunca se restringiram à apresentação das "naturezas nacionais". E terão razão, na medida em que o prestígio das nações metropolitanas não se construiu nesse período apenas por suas riquezas e prodígios naturais internos, mas também por sua capacidade de representar a universalidade. Essa disposição foi frequentemente reforçada pela condição de potência colonial, ou pelo menos comercial, dessas nações – mas não foi por ela constituída. Tratou-se mais – e acima de tudo – de expressar os valores da universalidade científica ao mesmo tempo que se expressavam os valores da particularidade nacional. Esse procedimento concedia assim uma espécie de chancela universalista suplementar à legitimidade do particularismo. Os belos e antigos dioramas sobre os ecossistemas da Nova Inglaterra no Museu de História Natural de Nova York continuavam entalados, no final do século XX, entre exposições moderníssimas de cunho universalista.

Um exemplo muito característico é o do meteorito chamado de Bendegó, apresentado até hoje em lugar de honra no Museu Nacional, no Rio de Janeiro. Trata-se evidentemente de uma peça "natural", extraplanetária aliás, esclarecedora de processos e informações científicas de valor universal. Sua apresentação (e representação) pública, no entanto, sempre foi cercada de uma valoração que remete ao seu excepcional volume e peso, a sua monumentalidade, à exemplaridade nacional. A história edificante de seu transporte da Bahia até a capital do Império no século XIX, a retenção do epíteto da localidade de origem, sua apresentação tradicional no *hall* de entrada do museu sobre três suportes de mármore entalhados ao gosto neoclássico e carregados de inscrições comemorativas, tudo nos confirmaria

o quanto se pode trabalhar imaginariamente em torno de tais objetos, o quanto eles puderam e podem servir às imagens da nação.

Se é verdade que podemos falar da produção de uma "natureza nacional", também não seria descabido dizer que ela incluía uma espécie de "cultura natural", que armava um elo completo entre as diferentes dimensões do desafio das identidades nacionais.

Uma das dimensões fundamentais da justificação romântica das nações modernas foi a relação instauradora, originária, entre território e população (incluindo-se nesta seus costumes, línguas e religiões). As expectativas de solidariedade holista expressas por esse ideário implicavam a longa continuidade da convivência desses elementos, conformando o que se louvava como uma "tradição". Uma grande parte do que se chama hoje de "ciências humanas" – as ciências "morais" ou "do espírito" (*Geisteswissenschaften*) – surgiu e se desentranhou progressivamente dessa grande nebulosa: a arqueologia, a história, a geografia humana, a filologia/linguística, a teoria literária, a antropologia, a psicologia social e tantas outras.

No que diz respeito a nosso tema, deve-se perceber que os "museus de história natural" deveriam assim incorporar não só as sequências demonstrativas da natureza em sentido estrito, mas também as sequências "culturais" que lhe estavam associadas em um sentido mais lato – garantia, afinal, da própria naturalização das novas nações.

Isso era particularmente crítico no tocante a toda a gama de informações relativas aos estados considerados "tradicionais", "antigos", "autóctones", "nativos", "primitivos", das experiências humanas. Em todos esses casos, representava-se o fio condutor da relação daquilo que Taine chamou de "o homem e seu meio". Na verdade, conjugava-se precariamente um processo de legitimação desses testemunhos como "primordiais" com um processo de deslegitimação como "primitivos". A grade evolucionista, como primeira grande tentativa de impor uma leitura universalista aos dados específicos da experiência humana (por mais redutora que fosse), opunha-se assim à valoração particularista do "enraizamento" dos povos.

Algumas áreas de saber se tornaram particularmente expressivas desse desenvolvimento, ocupando um lugar preeminente nos museus de história natural, em função – inclusive – de sua capacidade de expressão em

objetos concretos e altamente expressivos: a arqueologia, a etnologia (no sentido mais estrito de levantamento de "cultura material") e a antropologia biológica.

A França da passagem entre os séculos XVIII e XIX concentra expressivos exemplos da complexidade desse processo. Os projetos dos *Idéologues* para a produção de um conhecimento universal sobre o humano, concentrados na Société des Observateurs de l'Homme, e que incluíam o patrocínio da Expedição Péron aos mares do Sul (com a elaboração das consequentes instruções de pesquisa antropológica do Barão De Gérando),[17] não podem ser separados do modo como seu inimigo Napoleão Bonaparte incorporou à invasão do Egito uma expedição científica de grandes feitos e ainda maior impacto imaginário. Ao longo do século XIX, a maior parte das expedições científicas cobria – às vezes na pessoa do mesmo pesquisador – sequências de informação estritamente natural com sequências culturais de grande valor. No Brasil, bastaria citar a dimensão antropológica do trabalho de Martius ou de Charles F. Hartt para deixar claro o englobamento da "cultura natural" pela "natureza nacional".

A grande instituição "primordial" encarregada da tarefa imaginária de cultuar essa "natureza nacional" no Brasil foi o Museu Nacional. Solitário inicialmente, a partir de sua criação em 1818 sob o nome de Museu Real, pouco a pouco viu parte de suas funções universais de representação da nação ser assumida pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), pelas pioneiras Faculdades de Direito e de Medicina, pela Academia de Medicina, pela Academia Imperial de Belas-Artes, até se concentrar justamente na "história natural". Essa função viria a ser parcialmente compartilhada com o Museu Emílio Goeldi (criado na década de 1860 e reestruturado nos anos 1890) e com o Museu Paulista (criado nos anos 1890), e a história do desenho diferencial dessas instituições e de sua relação com o Museu Nacional muito revela sobre as vicissitudes do próprio projeto nacional e de sua imagem aqui e no exterior.[18]

---

[17] Cf. Jamin (1979).

[18] Cf. Lopes (1997), Santos (2000) e, neste volume, Dias e Souza Lima (2020).

As primeiras exposições públicas foram abertas ainda no começo dos anos 1820, apresentando sequências "naturais" e de "civilização" (objetos de arte, quadros, máquinas, etc.). As coleções foram se avolumando em ritmo irregular com o depósito da atividade de gerações de viajantes, que ocorria de forma mais ou menos sistemática, até as grandes reformas institucionais dos anos 1870. A profissionalização das funções do museu, nos moldes que começavam a se padronizar no mundo metropolitano, permitiu uma grande intensificação do seu papel representativo – em consonância com as necessidades públicas educativas e intelectuais do período sucessivo à Guerra do Paraguai.

Uma tensão característica da primeira década de vida do museu tinha sido a da unidade de representação política envolvida: o império português, vasto e heteróclito, ou o Brasil, essa colônia tão especial que se tornara subitamente metrópole. Os dados sobre as primeiras exposições e coleções não são de monta a ajuizar com clareza o problema. Pode-se adivinhá-lo por sob os textos jurídicos programáticos e as descrições de seus visitantes estrangeiros. De um modo geral, essa tensão parece ter recoberto inicialmente a oposição estrutural entre uma visão mais universal e científica e outra mais particularista e afetiva. Sabe-se das frequentes críticas dos visitantes à pretensão geral do museu e à fraqueza de sua representação da natureza local.

Outra dimensão importante do período inicial do museu é o fato de que uma instituição dessa natureza, com pretensões universais nesse período, ainda herdava muito da representação de um "gabinete de curiosidades", acrescida – no caso de um museu real – da imagem de um "tesouro nacional". O Primeiro Império brasileiro desenvolveu-se dentro desse imaginário, já que o imperador encarnava plenamente o modelo dinástico europeu tradicional, com sua dimensão hierárquica e personalista geral, acentuada por uma personalidade fogosa e aventureira.

Certos aspectos das coleções do museu relacionam-se assim com a dinastia dos Bragança e com as propriedades simbólicas da Casa Real. O primeiro caso é o da coleção do Egito Antigo, cujo núcleo consiste em uma série considerável de peças apresentadas, como curiosidades preciosas, no porto do Rio de Janeiro, por um negociante italiano. A coleção foi enriquecida

pelo legado, deixado ao museu por seu filho, das peças que veio a ganhar do quediva do Egito em sua longa viagem aos centros arqueológicos do Oriente Próximo. Outro caso notável é o da coleção greco-romana, composta por objetos de alto interesse histórico e artístico trazidos ao Brasil pela filha do rei de Nápoles, como parte de seu dote no casamento com Pedro II. A própria princesa havia subvencionado escavações arqueológicas em suas propriedades do sul da Itália, o que fazia de sua coleção – tornada brasileira – ao mesmo tempo um exemplo de identidade dinástica (com os tesouros simbólicos ligados à tradição histórica e a certos territórios), de identidade nacional (pela aliança matrimonial entre duas casas reinantes) e de identidade científica (como testemunhos de um interesse erudito, metódico, pela arqueologia e pela história).

Essa mistura peculiar entre interesses culturais, eruditos e políticos esteve constante e diretamente presente na história inicial da instituição. Outro exemplo marcante é o do manto real das Ilhas Sandwich, presente de um príncipe local ao imperador, em trânsito pela corte. Muitas peças das coleções do museu foram objeto de trocas desse tipo. Um caso muito conhecido é o da utilização dos exemplares empalhados dos tucanos da coleção ornitológica para compor, com as belas penas amarelas de seus papos, a murça do manto oficial de sagração do imperador Pedro II – no lugar do arminho da tradição real (e natural) europeia.

A profissionalização das funções do museu, segundo o modelo racional que se desenvolvia nos centros metropolitanos, não se deu senão muito lentamente, ao sabor das relações entre o pessoal científico local e a evolução científica internacional, da força relativa das tendências modernizantes do Estado brasileiro e de suas sucessivas crises financeiras. Uma primeira grande reforma administrativa teve lugar nos anos 1830, sob a gerência de frei Custódio Serrão. Outra grande onda de modernização teve lugar nos anos 1870, sob a influência das trocas regulares com o exterior e em resposta às novas demandas de racionalização da administração pública e de promoção da educação e da vida intelectual que se impuseram no frágil mundo urbano brasileiro após o fim da Guerra do Paraguai.

O museu foi palco de uma série de iniciativas importantes ligadas ao desenvolvimento institucional do país ao longo dos séculos XIX e XX. Não

se pode deixar de mencionar a criação, no seio do museu, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (1825), que anunciava, muito cedo, portanto, essa vocação de cruzamento entre os valores da nação, da natureza e do progresso.

Uma das dimensões desse papel estratégico foi a participação da instituição nos esforços épicos de conhecimento científico e controle político-administrativo que representaram as expedições de Estado, em um país com um território tão vasto e tão pouco conhecido e integrado. O próprio museu começou a organizar expedições científicas a partir de meados do século XIX, quando Francisco Raimundo de Faria foi encarregado pela instituição de recolher "produtos naturais e etnográficos do vale do Amazonas" (Castro Faria, 1998, p. 62). O primeiro grande exemplo de uma expedição oficial do novo Estado brasileiro foi o da Comissão Científica de Exploração, conhecida como "Comissão do Ceará" ou como "Comissão das Borboletas", cujos materiais vieram a ser depositados no museu (espécimes, relatórios, biblioteca, gravuras, etc.). Os trabalhos da equipe se desenrolaram no Nordeste do Brasil, em torno da província do Ceará, entre 1859 e 1861. Gonçalves Dias foi um de seus membros ilustres, e a amostragem da natureza das províncias do Norte se fez acompanhar de uma vasta iconografia de objetos das culturas indígenas da região.

O museu participou, de maneira direta ou indireta, de todas as outras grandes expedições nacionais. Lembre-se dos trabalhos de Charles F. Hartt, geólogo do museu, à frente da Comissão Geológica do Império (1875-1877);[19] os de Cândido Mariano Rondon, primeiro diretor do Serviço Nacional de Proteção dos Índios, à frente da Comissão dita Rondon (antiga Comissão das Linhas Telegráficas do Mato Grosso e Amazonas, criada em 1890), que se ocupou, entre 1907 e 1915, da integração pacífica dos índios do Brasil Central à nação – e cujos materiais também seriam incorporados ao museu; ou as sucessivas expedições de interesse médico e sanitário organizadas pelo Instituto Soroterápico Federal (mais tarde Instituto Oswaldo Cruz) a partir de 1900, como a de Belisário Penna para os estados do Nordeste em 1916, com a participação de Arthur Neiva (diretor do museu entre 1923 e 1926).

[19] Cf. Freitas (2001).

Uma outra dimensão crucial da função de representação nacional foi o papel desempenhado pelo museu na organização de grandes exposições temporárias externas, seja em outros países, seja no seu próprio espaço institucional. O museu foi responsável pela primeira Exposição Industrial do Rio de Janeiro, em 1861, preparatória da primeira exposição nacional a ocorrer no mesmo ano. Esteve a cargo das exposições de 1866, 1873 e 1875, preliminares da participação do país em diversas Exposições Mundiais.[20] Em todos os casos, tratava-se de apresentar os testemunhos da riqueza natural nacional ao lado dos sucessos da agricultura e da indústria nascente. A participação do museu na contribuição brasileira às Exposições Internacionais, cuja longa série se inaugurara com a de Londres em 1851, valeu-lhe certamente uma boa parte de seu prestígio junto à administração imperial. A importância da relação da nação com essas exposições pode ser aquilatada pela presença pessoal do imperador na exposição de Filadélfia, em 1876.[21] Foi a partir da IIIa Exposição, ocorrida em Londres em 1862, que o museu passou a se incumbir sistematicamente da organização do pavilhão brasileiro, manifestação estratégica da imagem pública nacional. Uma participação oficial eminente ocorreu até, pelo menos, a Exposição Universal de Chicago, em 1893.

Um momento notável dessas funções de representação nacional foi a organização da primeira Exposição Antropológica Brasileira, em 1882.[22] Seguiu-se à primeira Exposição de História do Brasil, ocorrida na Biblioteca Nacional em 1881, e à primeira Exposição da Indústria Nacional (1882), preparatória da participação brasileira na Exposição Continental Sul-americana de Buenos Aires, no mesmo ano. O diretor Ladislau Neto ocupou-se pessoalmente da organização dessa grande exposição, dedicada ao conhecimento das sociedades indígenas do território nacional. Um plano sistemático de colecionamento representativo das diferentes tradições culturais tribais foi elaborado com grande antecedência, pela subvenção de algumas expedições específicas. Foram encomendados retratos e esculturas de índios por

[20] Cf. Castro Faria (1993, p. 56-61), Schwarcz (1998, p. 385) e Andermann ([20?]).

[21] Cf. Schwarcz (1998).

[22] Cf. Nascimento (1991).

artistas prestigiosos e trazidos representantes vivos de algumas tribos, instalados no próprio museu. A exposição suscitou um vivo interesse público e foi visitada diversas vezes pelo próprio imperador. Uma boa bibliografia já se ocupou das implicações propriamente científicas da exposição, assim como do estatuto das populações indígenas nessa época, de seu estudo sistemático e de seu lugar na estrutura da nação.[23]

A Proclamação da República, em si mesma, não modificou muito esse papel institucional do museu. Um episódio importante deve ser evocado. O Palácio de São Cristóvão, que tinha servido de residência oficial da família real e imperial, desde a chegada da corte em 1808, foi oferecido pelo Governo Provisório para servir de sede ao museu. A transferência só se completou em 1892, dado que a primeira Assembleia Constituinte republicana ali se realizou até 1891. Não se pode duvidar da justeza de tal decisão governamental. Sublinhava-se, em primeiro lugar, o prestígio de que deveriam usufruir a educação e a ciência num regime fortemente inspirado no positivismo de Comte, ao lhe dedicar um dos imóveis mais prestigiosos da nação. Conseguia-se, ao mesmo tempo, exorcizar a memória de um palácio real, passível de reverência nostálgica pela resistência monárquica. Não se deixava também de prestar homenagem indireta ao imperador banido, bastante popular, que se tinha sempre distinguido pelo apoio político e interesse pessoal na ciência e no saber.

A importância da Exposição Antropológica de 1882 e da reflexão que ela suscitou sobre a herança indígena é um sinal precoce de uma virada marcante nas relações entre nação e natureza entre o fim do século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Trata-se da preeminência das relações entre civilização e raça. O museu também aí desempenhou um papel notável. Já tive a oportunidade de analisar em outra parte a complexidade dessa configuração ideológica[24] e de seus desenvolvimentos na história brasileira. Aqui, posso apenas evocar o papel que teve João Baptista de Lacerda (diretor do museu entre 1895 e 1915) nos debates sobre a relação entre a civilização nacional (que se julgava insuficiente e carente de estímulo) e

[23] Cf. Castro Faria (1998), Nascimento (1991), Schwarcz (1998) e Andermann (20?]).

[24] Cf. Duarte (2000).

a miscigenação da população brasileira. Contra os vaticínios de barbárie permanente formulados pelos ideólogos do racismo e do degeneracionismo (como o Conde de Gobineau, embaixador no Brasil e amigo pessoal do imperador) opuseram-se fórmulas autóctones que acenavam com uma possibilidade de recuperação nacional por meio da combinação entre uma mestiçagem "embranquecedora" e um forte investimento na educação.

Durante os anos 1920 e 1930 o museu distinguiu-se ainda por sua contribuição à questão da educação nacional, sobretudo por meio da ação multiforme de Edgar Roquette-Pinto (diretor do museu entre 1926 e 1935).[25] Deve-se-lhe, por exemplo, a criação, no museu, da *Revista Nacional de Educação*, de cujos 21 números publicados foi o editor. Essa já era, no entanto, uma época em que a profissionalização das atividades científicas se intensificava, em evidente detrimento de uma mais imediata subordinação às injunções de representação institucional da nação. Poder-se-ia dizer que a representação se especializava ela própria: o papel primordial do museu se manifesta em momentos rituais importantes para a história da ciência nacional, como no caso das visitas de cientistas importantes, como Albert Einstein ou Marie Curie, que se deixaram fotografar ao lado dos pesquisadores da entidade, às portas de sua exposição.

Essa visita tão rápida à história do Museu Nacional no quadro do complexo processo de construção da identidade nacional brasileira só se justifica aqui como exemplo da configuração ideológica mais geral da "natureza nacional" que se quer explorar como um dos traços característicos da cultura ocidental moderna. Na realidade, só recentemente se encetaram estudos sistemáticos de história das coleções e exposições do museu. Eles coincidiram parcialmente com as necessidades de embasamento histórico para o funcionamento do Escritório Técnico-Científico (ETC) montado em 1999 com o objetivo de desenhar o projeto das novas exposições permanentes, no quadro de uma revisão geral das condições físicas e institucionais do museu.[26]

---

[25] Cf. Castro Faria (1998).

[26] Cf. Jürgens (2020) e Dantas (2020), ambos neste volume; Duarte e Aranha Filho (2003), e Aranha Filho (2011).

Entre os desafios enfrentados pela concepção do projeto das novas exposições, não deixou de reaparecer a oposição entre o universalismo da ciência e a particularização da nação (ou dos interesses locais). Diversas soluções importantes do projeto respondem diretamente à necessidade de equilíbrio entre os dois polos, sob a preeminência da concepção científica, essencial para a identidade contemporânea da instituição.

A noção de uma "natureza nacional" não deixou assim de pulsar na vida dos museus de história natural, sendo possível rastrear diferentes fios de sua ação na vida nacional contemporânea, mesmo em instituições mais estritamente dedicadas ao conhecimento científico.

O primeiro fio é o da dimensão mercantil, econômica, do gancho imaginário entre natureza e nação, um processo que vem se impondo por força do deslocamento da natureza sensível, visível, para as dimensões mais abstratas da genética, da farmacologia e da bioquímica. Expressa-se em um conflito mais evidente ou formal entre os interesses das economias nacionais e os do mercado internacional (forças multinacionais, por exemplo). Esse conflito sempre esteve presente na história moderna, mas o caráter mais abstrato ou sutil das matérias agora em jogo impõe novas fórmulas à guerra tecnológica. Na raiz do conflito, jazem visíveis os móveis da natureza nacional, como nos desenvolvimentos jurídicos complexos e controvertidos que envolvem a proteção nacional (e mesmo, às vezes, étnica ou cultural) dos direitos ao patrimônio genético ou à exploração biomédica de substâncias intrínsecas às espécies naturais. Assiste-se aqui, é verdade, a um deslocamento da dimensão da imagem da natureza para a dimensão de sua "riqueza". A imagem permanece, no entanto, presente em representações tais como a da ameaça de perda do direito de uso econômico de determinadas substâncias naturais consideradas tipicamente "nacionais" (como no notório caso do patenteamento do açaí pelos japoneses).

O segundo fio vincula-se à recente metamorfose da "natureza" dos naturalistas em "biodiversidade" e em "ecologia". Sublinha-se nesse processo a importância de aspectos da vida natural ligados aos destinos da própria civilização e de seu constante progresso tecnológico, e a consciência dos riscos de desestabilização da relação positiva entre conhecimento da natureza

e satisfação humana que caracterizou nossa tradição cultural.[27] Esse deslocamento afeta as representações nacionais em escala planetária, dada a crescente necessidade de estabelecer convenções internacionais para a preservação dos recursos naturais e das condições positivas do clima da Terra. A emergência dessas preocupações não é evidentemente recente, mas sim sua preponderância sobre as questões de conhecimento direto da vida natural. O valor estratégico do conhecimento classificatório biológico clássico (o empreendimento lineano que continua a caracterizar a prática da biologia nos museus de história natural) vê-se assim deslocado, sob o novo signo da "biodiversidade", em resposta a desafios mais sistêmicos e altamente conscientes de sua qualidade política.[28]

O deslocamento da noção científica de natureza ao longo do século XX deve ser certamente levado em conta nesse balanço. O desenvolvimento das ciências humanas modernas, o advento de uma física consciente dos limites do conhecimento humano, o espessamento do mundo biológico decorrente da descoberta de novas camadas e dimensões dos processos vitais, tudo contribuiu para que o fetichismo da natureza se tenha transmutado em fetichismo da própria ciência. Embora o tema já se tenha colocado no século XIX (sobretudo entre as nações em regime de mudança e crescimento acelerado, como os Estados Unidos, a Alemanha e o Japão), é preciso reconhecer que a questão de uma "ciência nacional" se impôs muito mais claramente no século XX, tendendo a ocupar o primeiro plano no período fortemente nacionalista do entreguerras. Uma curiosa contradição opôs uma atividade científica cada vez mais abstrata e universalista e uma crescente submissão às condições dessa luta internacional, de que a dimensão científica da Segunda Guerra Mundial é um exemplo lapidar.

O Brasil seria igualmente sensível a esse deslocamento – embora num nível mais discreto. A fundação da Academia Brasileira de Ciências, em 1916, foi certamente um dos sinais de um processo mais complexo, em que também estiveram ativos os problemas de política interna, sobretudo da oposição entre as regiões e estados no seio da nação. A criação do Museu

[27] Cf. Thomas (1988).

[28] Cf. Castro (2003).

Paulista no início do período republicano já havia anunciado claramente essa dimensão das relações entre nação, ciência e natureza. Seu fundador, Hermann von Ihering, tinha sublinhado vividamente o propósito de criar uma instituição "puramente" científica (por oposição a uma instituição em que esse intuito se encontrava maculado pela dimensão da representação nacional – como era o caso do Museu Nacional).[29] Com efeito, a pretensão ideológica se coadunava perfeitamente com o dinamismo econômico muito particular do estado de São Paulo e com as aspirações de sua elite de constituir um polo cultural alternativo ao da capital federal.

Não se pode ignorar que a questão da "natureza nacional", ela própria, se desloca para dimensões sempre mais sutis ou sublimadas – por assim dizer. Fez-se aqui referência à sua concentração no tema da raça, civilização e educação nacionais entre os anos 1920 e 1940, sobretudo no Brasil. Com efeito, todo o desenvolvimento das ciências humanas desde essa época é marcado pela mesma tensão original entre a ambição universalista do pensamento e a condição local, particularizada, dos dados trazidos à análise. A injunção é evidentemente mais forte no caso dos fatos de sociedade e de cultura, inseparáveis da condição "nacional" de sua ocorrência. O museu viu se desenvolver em seu departamento de antropologia, a partir dos anos 1960, um programa de estudos e pesquisas em "antropologia social" que logo se tornaria um dos centros mais prestigiosos de sua especialidade. Seria possível examinar a série de interesses de pesquisa e de polêmicas científicas aí cultivadas durante os últimos quarenta anos à luz do tema da "natureza nacional", seja na análise comparada dos grandes processos de mudança no campo e nas cidades brasileiras, seja no tocante às questões de identidade étnica, regional ou nacional, ou aos diferentes estilos de análise das culturas tribais (ou de sua relação com a nação), ou ainda às maneiras locais de produção da vida religiosa, intelectual ou política.

Deslocamentos do mesmo tipo ocorreram também nas ciências naturais. Uma grande tensão opôs nesse período os cientistas dedicados às atividades taxonômicas e os que se voltaram diretamente para os processos estruturantes da vida natural. A hegemonia dessa última alternativa no sistema

[29] Cf. Andermann ([20?]).

científico internacional limitou fortemente o papel e a atividade dos museus de história natural, obrigados a se ocupar ao mesmo tempo das dimensões mais mecânicas de suas coleções naturalistas e dos desafios mais ingentes da ciência biológica contemporânea. No caso do Museu Nacional, pode-se refletir sobre o fato de que a única sala nova de exposição permanente aberta entre o fim dos anos 1960 e o começo dos anos 1990 foi justamente dedicada à "biodiversidade" – um conceito de transição estratégico para a legitimação dos "naturalistas" biólogos.

Poder-se-ia ainda falar de uma mais recente direção, localizada mas significativa. Trata-se da crescente importância imaginária (ou popularidade) das ciências históricas da natureza, sobretudo da paleontologia. Uma boa parte do sucesso narcísico nacional das séries arqueológica e etnográfica, que tinham atingido seu ápice pelo final do século XIX, deslocou-se para as séries de fatos paleontológicos. Esse deslocamento afetou sobretudo o conhecimento dos paleovertebrados, na voga dos "dinossauros" que caracterizou o final do século XX. Via-se aí presente a dimensão sensível da série das espécies naturais, sempre favorável aos totemismos, apesar das crescentes dificuldades técnicas dessa noção na biologia contemporânea. Impunha-se pela sua capacidade de ser representada em seu tamanho "natural", frequentemente descomunal. Mas também estava presente a sua alta temporalidade, capaz de dar testemunho de uma espessura cronológica muito mais profunda que a dos fatos antropológicos – numa espécie de cruzamento entre as propriedades simbólicas da biologia descritiva e da geologia. Essa voga acabou também se afirmando com conotações "nacionais", com a busca e a eventual apologia da antiguidade ou riqueza dos sítios, dos espécimes, das espécies ou de seus signos diferenciantes. Há certamente um efeito curioso e irônico na justaposição dos milhões de anos característicos das séries paleontológicas às ambições identitárias de nossas nações modernas, com seus magros séculos de existência.

O tema da "natureza nacional", de tão grande importância para a história moderna – política e científica –, encontra-se continuadamente presente, sob a forma de meandros e desafios que afetam diretamente os museus de história natural e sua perplexidade programática contemporânea – mas não apenas eles. É possível que o futuro dessas instituições dependa da maneira

pela qual sejam capazes de criar novas formas de atender às demandas sempre presentes, ainda que muito mais sutis e complexas – de bem servir às ambições da razão e às exigências do narcisismo coletivo.

Referências

ANDERMANN, Jens. The Museu Nacional at Rio de Janeiro. *Relics and selves: articles.* Londres: Birkbeck College, [20?].

ARANHA FILHO, Jayme. *Guia da impermanência das exposições*: uma investigação sobre transformações do Museu Nacional do Rio nos anos 1940. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Leonardo Costa de. *Da biogeografia à biodiversidade*: políticas e representações da Mata Atlântica. 2003. Tese (Doutorado em Antropologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

CASTRO FARIA, Luiz de. Museu Nacional: o espetáculo e a excelência. *In*: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: espetáculo e excelência.* Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Tempo Brasileiro, 1993.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia: escritos exumados 1*. Espaços circunscritos, tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

DANTAS, Regina. Museu Nacional: o desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil dos séculos XIX e XX. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Museu Nacional*: 200 anos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

DIAS, Carla Costa; SOUZA LIMA, Antonio Carlos. As *coleções sertanejas* e o patrimônio histórico brasileiro: breve abordagem sobre o Museu Nacional nos processos de formação de Estado e de construção de nações. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Museu Nacional*: 200 anos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Anthropologie, psychanalyse et "civilisation" du Brésil de l'entre-deux-guerres. *Revue de Synthèse*, n. 3-4, p. 325-344, jul.-dez. 2000.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; ARANHA FILHO, Jayme Moraes. Um museu de história natural na encruzilhada: a fundamentação conceitual para uma nova exposição no Museu Nacional. *In*: BITTENCOURT, José Neves; BENCHETRIT, Sarah Fassa; TOSTES, Vera Lúcia Bottrel (org.). *História representada: o dilema dos museus*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 197-218.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DUMONT, Martine. Le succès mondain d'une fausse science: la physiognomonie de Johann Kaspar Lavater. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* n. 54, p. 2-30, 1984.

ELLIOTT, Brent. *Flora: an illustrated history of the garden flower*. Londres: The Royal Horticultural Society/Scriptum Editions, 2003.

FREITAS, Marcus Vinícius de. *Hartt: expedições pelo Brasil imperial.* São Paulo: Metalivros, 2001.

GOULD, Stephen Jay. Deep time and ceaseless motion. *In*: GOULD, Stephen Jay. *An urchin in the storm: essays about books and ideas*. Nova York; Londres: W.W. Norton & Co., 1987. p. 93-103.

GUSDORF, Georges. *Introduction aux sciences humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement*. Paris: Ophrys, 1974.

JAMIN, Jean. Naissance de l'observation anthropologique: la Société des Observateurs de l'Homme (1799-1805). *Cahiers Internationaux de Sociologie, n. v, v.* LXVII, p. 313-335, 1979.

JÜRGENS, Paul. O Museu Nacional e suas exposições: 1821-2001. *In*: DUARTE, Luiz Fernando Dias (org.). *Museu Nacional*: 200 anos. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2022.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. São Paulo: Forense; USP, 1979.

LAWRENCE, Christopher. The ervous system and society in the Scottish Enlightenment. *In*: BARNES, Barry; SHAPIN, Steven (ed.). *Natural order: historical studies of scientific culture*. Londres: Sage Publications, 1979.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MENGAL, Paul. La constitution de la psychologie comme domaine du savoir (XVIe-XVIIe siècles). *Revue d'Histoire des Sciences Humaines*, Éditions de la Sorbonne, Paris, n. 2, p. 5-27, 2000.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A imagem do índio na segunda metade do século XIX*. 1991. Dissertação (Mestrado em História da Arte) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NERY, Paulo Roberto Albieri. *Viagem, passeio, turismo*: estudo comparado do deslocamento como valor. 1998. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

PEIRANO, Mariza. The anthropology of anthropology: the case of Brazil. *Série Antropologia*, Brasília, n. 110, 1981.

PEIRANO, Mariza. When anthropology is at home: the different contexts of a single discipline. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, p. 105-129, 1998.

SANTOS, Myriam Sepúlveda dos. Os museus brasileiros e a constituição do imaginário nacional. *Sociedade e Estado*, Brasília, n. XV, v. 2, p. 271-302, 2000.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador: d. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. [1983].

Museu Nacional

1870

O Paço de São Cristóvão, uma história de casa-museu[1]

Regina Maria Macedo Costa Dantas[2]

Introdução

Partindo da análise de Maurice Halbwachs (1925) de que a memória não revive o passado, mas o reconstrói, iremos percorrer o trajeto de utilização do Paço de São Cristóvão – palácio que sedia o Museu Nacional desde 1892 – na tentativa de identificarmos as representações da edificação e as redes de interesses de seus antigos proprietários, visando contribuir para a reconstrução da memória e, portanto, salvaguardar e tornar públicas as informações sobre um patrimônio histórico e cultural brasileiro. A grandiosidade do palácio responde pela complexidade de sua análise em alguns pontos que serão, aqui, identificados.

O antigo Paço de São Cristóvão fica localizado na Quinta da Boa Vista, no imperial bairro de São Cristóvão, e abriga o Museu Nacional, uma das unidades da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Sua história se confunde com a do Brasil por ter sido dela um cenário constante ao longo do século XIX, inicialmente como moradia real, desde

---

[1] Capítulo elaborado a partir da dissertação de mestrado da autora, *A casa do imperador: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional* (2007). A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional.

[2] Historiadora, ex-professora colaboradora do curso de Biblioteconomia e Unidades de Gestão de Informação da FACC/UFRJ e doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ).

a chegada da corte portuguesa ao país em 1808, e, posteriormente, como palco do poder imperial, principalmente durante o Segundo Reinado, até o término da monarquia em 1889. A contratação de diferentes profissionais para a construção dos palácios, tendo em vista o longo período de conclusão das obras, gerava a modificação nas concepções de estilo. Em determinados momentos, as decisões arquitetônicas eram resolvidas como questões políticas (ligadas à estrutura do poder); em outros, eram apoiadas em análises técnicas. Nesse sentido, pode-se afirmar que o longo período utilizado para a construção palaciana pode ser explicado por diferentes fatores. Eis a complexidade de se realizar uma reflexão sobre essas construções.

Diante disso, podemos passar à análise histórica do palácio situado na Quinta da Boa Vista, antes de ter sido residência dos imperadores.

Quando a casa é transformada em palácio

Durante o século XVI, dentre as primeiras sesmarias[3] doadas aos jesuítas pelo fundador da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, Estácio de Sá (1489-1567), em 1565, identificamos a de Iguaçu, que se estendia da Baía da Guanabara até Inhaúma, posteriormente dividida em três fazendas: a do Engenho Velho, a do Engenho Novo e a de São Cristóvão.

Ao longo do século XVII, os jesuítas possuíam uma série de engenhos que iam da região de São Cristóvão até a de Santa Cruz. Em meados do século XVIII, o cenário mudou devido à ação do marquês de Pombal (1699-1782) – primeiro-ministro do rei d. José I de Portugal – contra a Companhia de Jesus, que culminou na expulsão dos jesuítas. O poder sociopolítico e econômico dos jesuítas rivalizava com o poder real.

Em 1759, Gomes Freire de Andrade (1685-1763), o conde de Bobadela, embarcou para a Europa 199 jesuítas que habitavam a cidade do Rio de Janeiro e confiscou todos os seus bens para a coroa portuguesa (Bardy, 1965, p. 88-92). Com isso, as terras da Companhia de Jesus foram retalhadas e vendidas em lotes. A Fazenda de São Cristóvão, com o novo loteamento,

[3] Sesmarias ampliadas e confirmadas em 1567 pelo governador-geral Mem de Sá (1500-1572), após a morte de Estácio de Sá.

deu origem ao bairro de mesmo nome, e, ao término do período setecentista, o comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus (nome aportuguesado: Elias Antonio Lopes)[4] adquiriu uma grande residência no local mais alto da antiga fazenda – embora não tenha residido ali. A grande casa, em 1803, estava passando por uma reforma, e a edificação posteriormente passaria a ser uma residência real com a vinda da corte portuguesa para o Brasil.

No início do século XIX, Portugal encontrava-se em situação delicada, pois, desde o término da União Ibérica (1640), sentira-se ameaçado pelas pretensões expansionistas da Espanha. Na conjuntura da expansão francesa, a coroa portuguesa estava sem saída: optar por apoiar a França significaria perder a colônia brasileira para a Inglaterra, que futuramente incentivaria o seu movimento de independência, e apoiar a Inglaterra representaria ativar a invasão francesa da metrópole.

Foi difícil manter por muito tempo a situação de neutralidade (Maestri, 1997, p. 18). Com o bloqueio continental (1806), o príncipe regente d. João (1767-1826) seguiu a orientação dos franceses e fechou os portos para a Inglaterra. Após a assinatura do Tratado de Fontainebleau (1807), entre Espanha e França, Napoleão Bonaparte (1769-1821) colocou em prática a sua estratégia de conquista da Península Ibérica, partindo também em direção a Lisboa (Holanda, 1962, p. 65-67).

Atualmente, não se duvida mais de que a transferência da corte portuguesa foi amadurecida cuidadosamente (Schwarcz, 2002, p. 194-197). Tratava-se, na verdade, de um plano estratégico concebido desde o século XVII como solução de emergência que salvaria a coroa em situações de crise. No entanto, a decisão da transferência só foi concretizada quando se tornou patente a ameaça napoleônica à integridade da monarquia. D. João, convencido de que a coroa só estaria assegurada se conseguisse preservar as possessões do Novo Mundo, cujos recursos naturais suplantavam os de Portugal,[5] partiu de Lisboa em novembro de 1807, com uma comitiva de

[4] "Lubbus" é um sobrenome cristão libanês. A mudança de nome entre os árabes era uma estratégia para evitar serem chamados de "turcos" (Khatlab, 2002, p. 34).

[5] Sobre a transmigração da corte portuguesa, ver Neves, G. (1995, p. 27-28, 75-102).

cerca de 20 mil pessoas – "sendo que a cidade do Rio possuía apenas 60 mil almas" (Schwarcz, 1998, p. 36).

A decisão de d. João favoreceria a sua aliada, Inglaterra, que se achava encurralada pelo bloqueio imposto pela França. Estando Portugal tomado pelos franceses, a consequência inevitável foi a decisão do príncipe regente, logo após a chegada ao Brasil, de decretar a abertura dos portos às nações amigas, em 28 de janeiro de 1808 (Vainfas, 2002, p. 14).

O Rio de Janeiro era o principal porto da colônia. A transferência para o Brasil da estrutura estatal lusitana representou o fim do regime colonial (Neves, L., 1999, p. 28-29). A cidade passou a exercer o papel de capital do império luso-brasileiro, recebendo brasileiros de todas as províncias, desejosos de comunicação com a corte (Cardoso, 1995, p. 334). Constituiu-se, sobretudo, em um polo de atração de viajantes estrangeiros, que assumiram papel relevante, quer como comerciantes ou embaixadores, quer como estudiosos, naturalistas ou artistas ansiosos por conhecer os hábitos do país e disputar as apregoadas riquezas naturais da terra brasílica. Seria, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda (1962), "um novo descobrimento do Brasil".

Os transmigrados da corte portuguesa foram beneficiados pela aposentadoria ativa, costume do Antigo Regime, que lhes garantia o direito de escolher a residência de sua preferência (mesmo já ocupada) quando estivessem longe de sua moradia efetiva. Com isso, o juiz fazia as intimações, ficando inscritas a giz na porta da escolhida residência as letras P.R. (Propriedade Real ou Príncipe Regente), que popularmente o povo traduzia como "ponha-se na rua", e o prejudicado cumpria a determinação sem nenhum questionamento (Bardy, 1965, p. 102-104).

O comerciante luso-libanês Elie Antun Lubbus, com a ambição de ser generosamente recompensado, realizou uma grande reforma em sua residência construída em "estilo oriental"[6] e a presenteou, em 1o de janeiro de 1809, a d. João, que, imediatamente, a aceitou como moradia. O "turco"[7]

[6] Estilo utilizado no Oriente caracterizado pelo formato de um quadrado com um pátio interno e varandas ou galeria de vinte colunas, encimado por um primeiro andar (Khatlab, 2002, p. 19).

[7] Apelido dado aos portadores de passaporte otomano. Independentemente da procedência (da Síria ou do Líbano), todos eram chamados de "turcos"

Elias, como era conhecido, recebeu de d. João "a quantia de 21:929$000 [21 contos, 929 mil réis], referente ao pagamento das obras já realizadas, e uma mensalidade para a conservação do edifício" (Khatlab, 2002, p. 19).

Elias foi nomeado Cavaleiro Fidalgo da Casa Real, com a graduação de Alcaide-Mor da Vila de São João Del Rei e de Provedor e Corretor da Casa Adjunta do Comércio (Neves, L., 1999, p. 42). O comerciante teve pouco tempo para desfrutar de tantas conquistas, pois faleceu em 1815, sendo enterrado no cemitério da Ordem Terceira do Carmo, no Rio de Janeiro.

A chácara tinha uma vista privilegiada do alto do terreno: de um lado, via-se o mar, e, de outro, a floresta da Tijuca e o Corcovado. Assim, devido à sua beleza, ficou conhecida como a Quinta da Boa Vista. O inconveniente era o longo trajeto que a carruagem real deveria fazer da residência até o Paço da Cidade;[8] por isso, o príncipe regente mandou aterrar um novo caminho para o centro da cidade e colocar postes de alvenaria nas duas margens da trilha, com lâmpadas de azeite, para iluminar o trajeto. O local seria conhecido, inicialmente, como Caminho das Lanternas e, posteriormente, como Caminho do Aterrado (Bardy, 1965, p. 104).

Carlota Joaquina de Bourbon (1775-1830) manteve inicialmente suas instalações no paço da Quinta da Boa Vista; entretanto, passou a maior parte de sua estada no Brasil na casa do sítio de Botafogo, adquirida posteriormente por Miguel Calmon du Pin e Almeida (1796-1865), futuro marquês de Abrantes.

A residência real começou a sofrer alterações após 1810 por ocasião do casamento de dona Maria Tereza de Bragança (1793-1874), filha mais velha de d. João, com o infante da Espanha d. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança (1786-1812). Passou a ser necessário ampliar o local para abrigar a família crescente e transformá-lo em uma residência real. D. João contou com Manoel da Costa para realizar as obras de ampliação e usou como modelo o Palácio Real da Ajuda (atual Palácio Nacional da Ajuda).

[8] O trajeto era tortuoso para carruagens: iniciava-se no caminho de Matacavalos, ia em direção a Mataporcos e continuava por uma via até São Cristóvão, que beirava a Lagoa da Sentinela, até passar pelo mangal de São Diogo. Nesse percurso, a carruagem podia cair em local alagadiço e escuro.

Enquanto isso, o príncipe regente realizava os atos que iriam sustentar a autonomia brasileira, o que se diferenciava das atuações nas demais colônias americanas. A metrópole se transferiu para o Novo Mundo e resolveu criar as condições administrativas para organizar seu território rumo ao desenvolvimento político do país. Desse modo, a característica do regime colonial logo desapareceu.

Outra nova fase de expansão da residência do regente aconteceu nos fundos do palácio e foi realizada pelo arquiteto inglês John Johnson, em 1816 (Santos, P., 1981, p. 46), por ocasião dos preparativos para o casamento de d. Pedro I (1798-1834) com a arquiduquesa d. Carolina Josepha Leopoldina (1797-1826), uma austríaca apaixonada pelas ciências naturais. A imperatriz teve papel de destaque na criação do Museu Real[9] em 1818 – atual Museu Nacional, instituição que caracterizará o desenvolvimento dos "espaços de ciência" no Brasil ao longo do século XIX (Dantes, 2001, p. 13-20).

John Johnson havia sido enviado ao Brasil pelo quarto duque de Northumberland e embaixador da Inglaterra, Lord Percy (1792-1865), para providenciar a instalação de um imponente portão – presente do duque para d. João – alguns metros à frente da residência. Restava elevar a edificação à altura da suntuosidade do portão (hoje colocado na entrada do BioParque do Rio).

A escolha do estilo arquitetônico da construção foi feita em um contexto político. Com a abertura dos portos às nações amigas em 1808, a Inglaterra – a "maior amiga" – teve como privilégio apresentar um projeto de dignificação, por meio do trabalho do arquiteto John Johnson, para o novo palácio do príncipe regente. Com o projeto devidamente aprovado, o inglês planejou quatro pavilhões em inspiração neogótica,[10] mas só realizou um – o torreão norte (em dois andares). Johnson iniciou seus trabalhos reformando uma lateral da edificação, também no mesmo estilo.

---

[9] O decreto de criação do Museu Real está guardado na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (Semear). BRMN.AO, pasta 1, doc. 2, 6.6.(1818).

[10] A arquitetura gótica (1050-1530) é proveniente da Europa Ocidental na Alta Idade Média, emergente das formas românicas e bizantinas. Caracteriza-se pela altura e claridade, bem como pela utilização de abóbadas e arcos pontiagudos (Burden, 2006, p. 46).

Em 1817, o Paço de São Cristóvão se tornou propriedade da coroa, com a ampliação do terreno nos arredores, financiada pelo Tesouro Real.

Enquanto o governo do país passava de pai para filho,[11] verificou-se que o telhado do torreão havia cedido. Sem encontrar o arquiteto inglês, o imperador d. Pedro I (1798-1834) o substituiu pelo português Manoel da Costa, que introduziu, em 1822, na parte externa da frente do palácio, uma escadaria em semicírculo e duplo corrimão, fortalecendo seus traços neogóticos (Santos, P., 1981, p. 46).

Com isso, o palácio continuou a passar por ampliações na área dos fundos junto com a construção do torreão sul, visando expandir seu território residencial, a que muito faltava para se assemelhar ao Palácio Real da Ajuda. Contudo, mesmo após a Proclamação da Independência do Brasil, a residência continuou a sofrer intervenções para fortalecer a imagem do Paço de São Cristóvão – residência do soberano –, cuja arquitetura deveria servir aos imperadores de maneira funcional e civilizatória (Peixoto, 2000, p. 301).

No diário da inglesa Maria Graham[12] (1785-1842), que veio para o Brasil entre 1823 e 1824 a convite de d. Pedro I, há observações sobre o Paço de São Cristóvão, como, por exemplo, o destaque para seu estilo mourisco e para a cor de suas paredes externas – o amarelo[13] (Graham, 1990, p. 297). As cores verde e amarelo haviam sido transformadas em cores nacionais: a primeira, simbolizando a casa de Bragança; a segunda, a de Habsburgo-Lorena, de dona Leopoldina (Neves, L., 1999, p. 88). Assim, a residência imperial recebeu a cor que representava a casa da imperatriz. Na opinião da escritora britânica, contrária à de outros viajantes que visitaram o palácio em momento posterior, a edificação era apresentável: "Os corredores por que passei, desde os degraus do palácio até a sala de audiências, são simples e belos".

---

[11] D. João VI partiu para Portugal em 24 de abril de 1821, deixando d. Pedro como príncipe regente, antes de ser coroado no ano seguinte.

[12] Maria Dundas Graham Callcot, escritora britânica que atuou como preceptora da princesa Maria da Glória.

[13] Foi através da leitura do diário de Maria Graham que adotamos a cor amarela para a pintura da fachada externa e do pátio interno do palácio nas atuais obras de restauração do Museu Nacional.

Em desenho de Graham, o palácio imperial aparece com o torreão norte em estilo mourisco; no centro da figura está o portão presenteado pelo duque inglês a d. João e, em primeiro plano, um escravo em deslocamento.

A imagem nos faz lembrar que a escravidão estava muito presente no cotidiano da corte, inclusive no jardim do palácio no momento em que era outorgada a Constituição de 1824 – a qual, por sua vez, ignorava a maior parcela da população.

A representação dos imponentes palácios e sua correlação com a própria imagem do imperador eram uma constante na lógica simbólica da monarquia (Schwarcz, 2001, p. 17).

No final do período de d. Pedro I, identificamos alterações no paço, principalmente em sua fachada, com a construção do segundo torreão (ao sul, em três andares) pelo francês Pierre Joseph Pézerat (1826-1831). A obra foi executada em estilo neoclássico, que predominou na conclusão de todo o palácio (Santos, P., 1981, p. 46).

As mudanças de estilos arquitetônicos fizeram com que o Paço de São Cristóvão fosse considerado um dos primeiros exemplos do ecletismo do século XIX. A escolha do estilo tem sua importância para a melhor comunicação arquitetônica, diretamente ligada à representação da casa do soberano (Peixoto, 2000, p. 301).

O retorno ao modelo clássico daria a imponência necessária ao palácio imperial, fortalecendo sua representação como a residência do soberano. Com isso, nos registros oficiais, em forma de desenhos ou litografias, a residência imperial vinha aos poucos tomando a forma de um suntuoso palácio.

A diferença entre os estilos dos dois torreões pode ser identificada na litografia de Thierry, a partir de um desenho de Jean-Baptiste Debret (1768-1848), em que podemos constatar o torreão norte encimado por uma cúpula bulbosa mourisca, e o torreão sul, em estilo neoclássico.

A litografia foi elaborada em pleno clima de insegurança política, que culminou na abdicação de d. Pedro ao trono brasileiro em favor de seu filho, d. Pedro de Alcântara (1825-1891). Durante o período regencial, em meio aos conflitos que o imperador-menino não conseguiria conter, o processo de expansão do Paço de São Cristóvão foi interrompido.

Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga, conhecido como

Pedro II, nasceu no Paço de São Cristóvão em 2 de dezembro de 1825. Órfão de mãe antes de completar um ano de idade, aos cinco foi aclamado imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil, tendo sua maioridade decretada aos 14 anos, em 1840, por meio de um golpe parlamentar palaciano.

A partir do relato do viajante alemão Hermann Burmeister (1807-1892), em viagem ao Brasil em 1850, conhecemos um pouco da fisionomia e postura do monarca na época: "É de estatura alta, mas fina e delicada, e seu porte lembra o dos membros da família dos Habsburgos, da qual veio sua mãe, filha que foi do imperador Francisco I. O cabelo loiro e a tez muito branca denunciam nele a origem germânica" (Burmeister, 1980, p. 82).

Nesse momento, dez anos após o golpe, o imperador chamou para si a responsabilidade de iniciar as obras da moradia. Dando continuidade ao estilo neoclássico, implantou algumas modificações, entre as quais destacamos: a introdução da escadaria de mármore do pátio; a reforma do torreão norte; o nivelamento da fachada do prédio em três pavimentos; a retirada da escada semicircular; a construção da Capela de São João Baptista; e a afixação de trinta estátuas de deuses gregos em toda a extensão do telhado. Essas primeiras reformas, entre outras, realizadas durante o Segundo Reinado, contaram com a coordenação de Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879) (Telles, 1965, p. 226-228).

Porto Alegre representou a primeira geração de arquitetos formados pela Academia de Belas-Artes; logo, foi discípulo dos membros da Missão Francesa.[14] D. Pedro II não estava alheio aos estilos arquitetônicos dos países "civilizados"; assim, não houve conflito na escolha do estilo a ser utilizado no paço, seguindo-se a tendência de volta ao clássico característica dos palácios daquela época.

A partir de 1857, com Theodore Marx, as Salas do Trono e do Corpo Diplomático[15] foram transferidas do térreo para o segundo pavimento do

[14] Grupo de artistas que chegou ao Brasil em 1816, chefiados por Joachim Lebreton para a implantação das artes plásticas no país.

[15] No tempo de d. João VI, as salas do Trono e do Corpo Diplomático ficavam no térreo (primeiro piso atual).

torreão norte e ornamentadas com pinturas do italiano Mario Bragaldi.[16] Em cima do telhado do mesmo torreão, em 1862, foi construído pelo arquiteto Francisco Joaquim Bettencourt da Silva (1831-1911) o Observatório Astronômico do imperador, todo envidraçado, para a realização de suas observações celestes; ao lado direito do prédio, nos fundos, foi edificada uma torre de acesso aos serviços que contava com um grande relógio.

É curioso constatar que o espaço privado do imperador era bem menor do que o de um salão de recepção (espaço público). O local privativo de maior preferência do monarca – seu gabinete de estudos – media 27 metros quadrados, e o espaço público, como, por exemplo, o palco do poder – a Sala do Trono –, 96 metros quadrados. Isso se devia ao fato de d. Pedro II necessitar de um grande espaço nobre para o relacionamento com a sua corte e, consequentemente, para o fortalecimento de seu poder.

Ao pensarmos na sociedade do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX, é possível nos remetermos aos estudos de Norbert Elias, que nos levam a conceber a corte como figuração social central do Estado, cenário esse identificado nos grandes reinos da Antiguidade e na Europa (Elias, 2001, p. 28). A característica principal da corte francesa era o poder centralizado nas mãos do soberano, com a nobreza submetida ao serviço da dinastia regente e da nação. No caso do Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, o monarca, em vez de proporcionar aos nobres moradias próximas ao palácio, autorizou a construção de residências ao redor da edificação para a população de baixa renda. Além disso, havia um hospital e uma escola dentro da Quinta da Boa Vista, o que pode fortalecer a ideia de existência de uma comunidade ao redor do paço.

O que aqui nos interessa é esse exercício de articulação entre o palácio e seu soberano, com o fim de entender a importância dos espaços imperiais para a ritualização monárquica do poder no viés da memória social. Para isso, partimos da reflexão de que a memória é uma construção desenvolvida no presente com base nas vivências e experiências do passado que

[16] Pintor que embelezou as chamadas Salas Históricas do Paço de São Cristóvão: salas do Trono e dos Embaixadores, ainda identificadas no Museu Nacional como espaços que preservam as imagens da monarquia. As pinturas das duas salas foram concluídas em 1861.

se pretende entender e também sujeita às questões ligadas à seletividade, subjetividade e relações de poder.

Pormenorizando os amplos espaços do palácio, o grande jardim do Paço de São Cristóvão,[17] após o embelezamento paisagístico de Auguste François Marie Glaziou (1833-1906),[18] inaugurado em 1876, foi transformado em um bonito parque, admirado por todos que o visitavam, conforme narrativa de Magalhães Correia:

> Agrupamento de arvoredo, alamedas, lagos, rios, cascatas, grutas, oferecendo perspectivas extraordinárias em sua paisagem, não só de lençóis de verde gramado, como alamedas de palmeiras, sapucaias em tons variados, as tamarineiras, grupos de chichás, capões, toda a nossa vegetação tropical.[19]

O palácio estava agora mais próximo de um "Versalhes Tropical"[20] – com proporções muito diferentes (é claro!) da engenharia social apontada por Norbert Elias (2001) em seus estudos sobre palácios franceses no período pré-revolucionário. A edificação, repleta de ornatos imperiais e símbolos da Antiguidade, e capaz de ditar as normas de etiqueta, fez da residência um importante lugar de sociabilidade na corte do Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX.

Os jardins do grande parque do Paço de São Cristóvão, durante o período de 1866 a 1869, foram remodelados por Glaziou em estilo romântico, contendo lagos, estátuas, chafarizes e demais ornatos em um amplo espaço soberbo.

---

[17] Conhecido como a Quinta da Boa Vista.

[18] Glaziou veio ao Brasil a convite do monarca, em 1858, para coordenar a Diretoria de Parques e Jardins da Casa Imperial. Após o banimento, continuou no país até 1897, quando foi aposentado do cargo.

[19] Texto publicado no jornal *Correio da Manhã, 6 out. 1935.*

[20] Expressão utilizada por alguns historiadores em referência à monumentalidade da residência e do parque da Quinta da Boa Vista, semelhante ao gigantismo do palácio e dos jardins de Versalhes, residência real que representou o Antigo Regime na França.

Na Quinta da Boa Vista, foi elaborada uma alameda em linha reta, chamada Alameda das Sapucaias, que conduz o visitante até o palácio e que nos meses de setembro se transforma em um espetáculo da natureza, com as folhas verdes das árvores transformadas em vermelhas durante toda a primavera.

A metragem da Quinta da Boa Vista do final do Império foi bastante reduzida até chegar às dimensões atuais: de 1.033.800 metros quadrados passou para 406.680 metros quadrados, com a apropriação, cessão e venda de muitos terrenos pelo governo republicano (Gomes, 2006, p. 23).

Destacamos no palácio da época de d. Pedro II, dentre seus espaços "privados", uma vasta biblioteca, um gabinete de estudos, um gabinete de química e física, o Observatório Astronômico e o Jardim das Princesas. Os espaços "públicos" identificados são a Sala do Trono, a do Corpo Diplomático (ou dos Embaixadores) e o Museu do Imperador (Dantas, 2007, p. 75-189), local em que Pedro II – um grande observador dos modelos europeus – posaria, ele próprio, como um grande colecionador (Schwarcz; Dantas, 2008, p. 126).[21]

Quando o palácio é transformado em museu

O Paço de São Cristóvão foi bruscamente alterado após o banimento da família imperial, em 1889, quando d. Pedro II teve seus pertences reunidos em um grande leilão.[22] Realizado em 1890 (Santos, F., 1940), o evento foi agilizado pelos representantes do Governo Provisório, preocupados em se desfazer dos objetos que pertenceram ao antigo Paço de São Cristóvão, promovendo, assim, um processo de apagamento da memória. "*Apagar* tem a ver com ocultar, esconder, despistar, confundir os traços, afastar-se da verdade, destruir a verdade" (Rossi, 1991, p. 14-15).

Proclamada a República, e tendo de retirar-se do país a ex-família imperial, cumpria ao Governo Provisório, como representante da soberania nacional e supremo garantidor da ordem social, não só entrar na posse

[21] Sobre a identificação de algumas das salas do palácio, ver Dantas (2007).

[22] Sobre o assunto ver *O leilão do paço*, composto pelas sessões do leilão, narradas detalhadamente, e pelo inventário dos pertences do imperador (Santos, F., 1940).

dos bens, pertencentes ao Estado, como ainda acautelar as propriedades particulares do ex-chefe da nação e de sua família.[23]

O leilão dos pertences da família imperial acabaria com a existência de uma "coleção do imperador" e, consequentemente, com o culto à monarquia. Entretanto, não foi uma tarefa fácil, pois suscitou um período de longo conflito entre o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos e o procurador do ex-imperador pela posse de seus pertences.[24]

Foram realizadas treze sessões no Paço de São Cristóvão (a última em 10 de novembro de 1890), apresentadas detalhadamente no trabalho de Francisco Marques dos Santos, *O leilão do Paço Imperial* (Santos, F., 1940, p. 167-172).

Representantes do Governo Provisório, preocupados com a simpatia que tanto a princesa Isabel quando d. Pedro II exerceram na camada popular – como foi constatado por ocasião da comemoração do aniversário do imperador, em 2 de dezembro de 1888 (Carvalho, J. M., 1987, p. 29) –, fortaleceram o apagamento da memória de tudo que representasse o regime monárquico por meio da eliminação da imagem do imperador.

As autoridades governamentais também tiveram dificuldades em lidar com a situação dos moradores da Quinta da Boa Vista, que tinham seus lotes concedidos pelo próprio d. Pedro II. O superintendente da quinta encaminhava as documentações sobre o assunto ao ministro d'Estado dos Negócios do Interior, que, por sua vez, passava o problema para o ministro d'Estado dos Negócios da Fazenda.[25] A solução foi manter a criação do decreto de 19 de novembro 1889, que garantiu a permanência dos moradores em seus lotes.

Em 1o de outubro de 1890, o desembargador Manuel Pedro Vilaboim, procurador da Fazenda Nacional, talvez com a finalidade de amenizar a polêmica em relação à "apropriação indevida dos bens do ex-imperador", ainda divulgada na imprensa, encaminhou documento ao procurador do imperador, dr. José da Silva Costa, solicitando que ele escrevesse a d. Pedro

---

[23] De acordo com o Relatório ministerial da justiça e negócios interiores, de 1891

[24] Sobre a tensão do momento do inventário imperial somado aos leilões dos palácios, ver Dantas (2007).

[25] AN. CRI Códice IJJ1 566 (11 abr. 1890).

II e pedisse seu consentimento para doar a biblioteca, o seu museu e os papéis públicos ao governo.

> [...] Que esse fato não embaraçaria o processo de inventário, pendente até a adjudicação, em ato de partilha, permanecendo os livros, o museu e os papéis nos lugares em que se acham, até que fosse tomada a definitiva deliberação...
>
> De V.Exa.
>
> Atento venerador e criado agradecido,
>
> Desembargador Manuel Pedro Vilaboim.[26]

A resposta de d. Pedro II só viria quase um ano depois, sete meses após o término do leilão do Paço de São Cristóvão e seis meses antes de falecer:

> Sr. Costa Silva,
>
> Queira pedir em meu nome ao Visconde de Taunay, Visconde de Beaurepaire, Olegário Herculano de Aquino e Castro e dr. João Severino de Fonseca que separem os meus livros podendo por sua especialidade interessar ao instituto e os entreguem, a fim de serem parte de sua biblioteca. Esses livros serão colocados em lugar especial com a denominação de dona Thereza Christina Maria. Os que não deverem permanecer no instituto ofereço à Biblioteca Nacional, que deverá colocá-los também em lugar especial com a mesma denominação.
>
> O meu museu dou-o também ao Instituto Histórico, no que tenha relação com a etnografia e a história do Brasil. A parte relativa às ciências naturais e à mineralogia, sob o nome de imperatriz Leopoldina, como os herbários, que possam ficar no museu do Rio.
>
> A coroa imperial, a espada e todas as joias deverão ser entregues e pertencer à minha filha.
>
> Espero que me dê notícias suas e dos seus sempre que possa, e creia na estima afetuosa de Pedro d'Alcântara.
>
> Versailles, 8 de junho de 1891.[27]

[26] Original pertencente a d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança. Arquivo G-P, 1.10.1890.

[27] MI.CI.SC, I-DAS, 8.6.1891-PII.B.c.

O *Jornal do Commercio* de 7 de julho de 1891 divulgou os termos da resposta de d. Pedro de Alcântara ao seu procurador e apresentou o descontentamento com o assunto no final do artigo: "O procedimento do sr. d. Pedro de Alcântara contrasta muito fortemente com o inqualificável açodamento com que foram desrespeitados os seus papéis, com a sem-cerimônia com que são retiradas as joias da finada imperatriz, das quais se assinou termo de depósito".

Em relação à solicitação de d. Pedro II, os livros foram distribuídos, em sua maioria, para a Biblioteca Nacional, e o restante foi encaminhado para o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo uma pequena quantidade sido reservada para o Museu Nacional (Cunha, 1966). Nas três instituições, os livros não foram conservados em fundos no nome da imperatriz Leopoldina, conforme solicitado.

Um artigo do jornal *O Paiz*, redigido por Marasquino e elaborado durante o leilão do Paço de São Cristóvão, chama a atenção para a maneira pela qual os objetos do ex-imperador estavam sendo espalhados como fruto da política do Governo Provisório:

> Não sei se o governo mandou arrematar algum dos coches de gala de d. Pedro. Se não mandou, não fez bem, no meu entender, porque seria de bom aviso dar ao Museu Nacional todos os elementos possíveis para o futuro estudo histórico do segundo reinado, como são incontestavelmente os livros, os objetos de arte, peças de mobílias, autógrafos, o museu particular, carruagens e até mesmo objetos de uso doméstico que possam interessar à crítica histórica e concorrer para juízo seguro sobre a vida política e privada dos nossos ex-imperadores. Sei que o governo pretende fazer aquisição da biblioteca e do museu; mas acho que é pouco. Que valor não teria, daqui a cem anos, a mesa de estudos de d. Pedro ou um dos seus lápis fatídicos? Assim como Cuvier com uma só peça da ossada de um animal conseguia recompor todo o esqueleto, o historiador, muitas vezes, com um só objeto pertencente a personagem culminante em determinado período histórico, consegue reconstituir o todo e fazer a crítica, se não exata, muito

> aproximada da fisionomia moral dessa época e determinação do valor histórico do referido personagem.
>
> Eis o meu parecer, salvo melhor juízo.
>
> Marasquino.[28]

Em relação ao Museu do Imperador (Dantas, 2007, p. 190-242), durante a segunda metade do século XIX, d. Pedro II fora acrescentando ao herbário, ao gabinete mineralógico e ao numismático herdados de sua mãe, Dona Leopoldina, muitos objetos armazenados e recebidos em consequência de distintas visitas: dos viajantes, dos chefes de Estado, dos naturalistas brasileiros. Além disso, adquiriu peças oriundas de suas viagens realizadas dentro e fora do país, um conjunto de objetos que ilustram as diversidades dos povos, da fauna e da flora dos diferentes continentes.

Assim, o monarca foi aumentando o acervo de ciências naturais e construindo a sua coleção particular, conforme relato de Thomas Ewbank (1792-1870), viajante inglês que esteve no Rio de Janeiro em 1846 (Ewbank, 1976, p. 115).

O Museu do Imperador (depois ocupado pelo Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional) era constituído de quatro salas especificamente para exposição, com material catalogado pelo próprio monarca e pronto para a apreciação de observadores especialistas. Assim, esse local foi denominado pelo imperador de "*museu*".

Cabe ressaltar que, após a transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para o antigo Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, os objetos do Museu do Imperador foram distribuídos entre os departamentos de pesquisa da instituição.

Alguns departamentos do atual Museu Nacional, tais como o de Botânica e o de Geologia, deram aos objetos o tratamento de uma coleção, mantendo-os reunidos. O Departamento de Antropologia preservou a identificação de parte dos objetos (na etnografia e na arqueologia), enquanto na área de zoologia não foram identificados os artigos que pertenceram ao referido museu.

---

[28] *O Paiz*, coluna "Salada de Frutas", 11 ago. 1890.

Durante a realização do leilão dos pertences do antigo Paço de São Cristóvão e dos demais palácios, o Governo Provisório já havia pensado na utilização do espaço para abrigar o primeiro Congresso Constituinte republicano (1890-1891). Para isso, o funcionário do Ministério d'Estado dos Negócios do Interior Bettencourt da Silva,[29] que conhecia bem a arquitetura do paço, foi nomeado responsável pelas obras de adaptação.

Bettencourt participou de algumas sessões do leilão e arrematou, em nome do Governo Provisório,[30] algumas mobílias e peças decorativas para compor um salão do palácio que sediaria o Congresso Constituinte assim que o leilão terminasse. Cabe registrar que alguns objetos foram enviados também para o Liceu de Artes e Ofícios (Santos, F., 1940, p. 120).

Um paradoxo é identificado aqui: se era imprescindível apagar a memória do Império (ou de tudo o que lembrasse o imperador), por que arrematar no leilão alguns móveis e objetos de decoração monárquica para ambientar um Congresso republicano?

As obras para adaptação do antigo Paço de São Cristóvão, visando sediar o Congresso, deveriam ser analisadas como um marco para garantir, na ocupação do antigo espaço monárquico, a consolidação das ideias do novo regime. A questão central da República era organizar um outro pacto de poder que viesse a substituir o modelo imperial (Carvalho, J. M., 1987, p. 31), além de criar um novo herói nacional (Carvalho, J. M., 1990, p. 55-73).

Após oito dias do término do leilão do paço[31] e um ano depois da Proclamação da República, o palácio acolheu os trabalhos do Congresso Nacional Constituinte.

> O bom faro da população, decepcionada com o espetáculo sem alma e sem vigor, do qual não participaram os rebeldes em po-

[29] Antigo arquiteto responsável pelas obras de ampliação do Paço de São Cristóvão no final do Segundo Reinado.

[30] No que se convencionou chamar de Governo Provisório, destacamos o perfil do marechal Deodoro da Fonseca, que trouxe para si a principal atribuição de instaurar o novo regime republicano.

[31] O último leilão foi realizado na fazenda de Santa Cruz em 13 de novembro de 1890 (Santos, F., 1940, p. 315).

> tencial, como Silva Jardim, sentia que das reuniões quase que clandestinas, tal a distância de São Cristóvão do centro, nada havia a esperar. (Faoro, 1987 *apud* Cury, 2001, p. 115)

O Congresso foi composto por 205 deputados e 63 senadores (em um total de 268), que deram início às atividades em 18 de novembro de 1890. Em três meses, os trabalhos foram concluídos com a promulgação da Constituição, em 24 de fevereiro de 1891,[32] e, no dia seguinte, com a eleição de marechal Deodoro da Fonseca para presidente do país.[33] A República se instalava de maneira rápida, enquanto eram criados os símbolos do novo regime.

O antigo Paço de São Cristóvão ficou repleto de restos do leilão[34] e vestígios do Congresso Constituinte, em um espaço modificado e posteriormente abandonado. Em um dos pátios internos do palácio foi erguida uma cúpula para compor a ambientação do plenário da Constituinte.

A insistência de Ladislau de Souza Melo Neto (1838-1894), diretor do Museu Nacional no período de 1875-1892, em transferir a instituição científica para a ex-residência de d. Pedro II, alegando inicialmente a necessidade de expansão física, é identificada em documentos da Seção de Memória e Arquivo do museu (Semear), após dois meses do banimento da família imperial.[35] O primeiro ofício data de 28 de fevereiro de 1890, enviado para o dr. Fernando Lobo Leite Pereira, ministro e secretário do Estado Interino dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Além disso, trechos das reivindicações de Ladislau Neto, registradas em seu relatório institucional de 1890, são encontrados no Relatório Ministerial da Instrução Pública, Correios e Telégrafos de 1891.[36]

---

[32] Relatório Ministerial da Justiça e Negócios Interiores de 1891, p. 2.

[33] Jamil Cury (2001) fez um minucioso trabalho sobre o I Congresso Constituinte republicano.

[34] Na publicação *O leilão do Paço Imperial* é possível identificar muitas mobílias e objetos que não foram arrematados no leilão e ficaram abandonados no paço, mesmo durante a realização do Congresso Constituinte. A assembleia utilizou apenas algumas poucas salas do palácio.

[35] Sobre a transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista, ver Dantas (2007).

[36] Relatório Ministerial da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1891, p. 126).

Dois anos após o primeiro documento solicitando o palácio ao ministro dos Negócios, Comércio e Obras Públicas, dentre outros,[37] identificamos um ofício de Ladislau Neto aparentemente conformado com a perda do prédio,[38] e outro solicitando providências para o transporte do Museu do Imperador da Quinta da Boa Vista para o Museu Nacional, no Campo de Santana. Talvez a estratégia de Ladislau tenha sido continuar presente nas discussões sobre o palácio, dessa vez solicitando o acervo existente no prédio, para conseguir por insistência o próprio edifício.

> Museu Nacional do Rio de Janeiro em 6 de fevereiro de 1892.
>
> Ao sr. dr. José Hygino Duarte Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.
>
> Sr. ministro,
>
> sendo-me urgentemente necessário transportar para o Museu Nacional todo o Museu da Quinta da Boa Vista com enorme material composto de numerosas coleções de objetos delicadíssimos, de aparelhos de física, de livros e de móveis, constando a maior parte dessas coleções de minerais guardados em frascos muito frágeis, e não sendo possível efetuar semelhante transporte senão em vagões da Companhia de São Cristóvão, peço-vos providências a fim de que seja aquela companhia encarregada desse serviço, empregando vagões descobertos que tragam até os portões do museu as referidas coleções, ainda que seja preciso prolongar com alguns metros os trilhos da mesma companhia.
>
> O diretor geral Ladislau Neto.[39]

Com a elaboração de outros documentos, incluindo denúncia[40] sobre o engenheiro do Ministério do Interior e seu trato com os objetos da ex-residência imperial, o então diretor acompanha a conclusão da estrada de ferro

---

[37] Dentre os exemplos, destacamos um documento de Ladislau solicitando urgência para a mudança (BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f. 156-157).

[38] BR MN MN. DR. CO, RA.10/f. 42v-43.

[39] BR MN MN.DR.CO, RA.10/f. 42-42v.

[40] BR MN MN DR.CO, RA. 10/f.54.

e consegue o contrário, a transferência do Museu Nacional do Campo de Santana para a Quinta da Boa Vista.

A partir de 1892, o palácio deixou de ser reconhecido como Paço de São Cristóvão, passando a ser identificado como prédio do Museu Nacional ou palácio da Quinta da Boa Vista.[41] Posteriormente, a instituição passou por uma longa fase de apropriação dos objetos ali abandonados, oriundos do leilão do paço e do Congresso Constituinte, devido à solicitação de Ladislau Neto:

> Museu Nacional do Rio de Janeiro em 4 de outubro de 1892.
>
> Ao sr. dr. Fernando Lobo Leite Pereira, ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos:
>
> sr. ministro, constando que se trata de efetuar a remoção, para fora deste edifício, de móveis pertencentes ao congresso e que aqui [estão] depositados, e, sendo alguns deles necessários à repartição, rogo-vos digneis autorizar o engenheiro das obras desse ministério a ceder estes últimos ao museu. Rogo-vos, outrossim, vos digneis providenciar a fim de que fiquem pertencendo a esta repartição os móveis e outros objetos úteis ao museu existentes neste palácio, a que pertenciam. Dessa medida resultará não só a economia para os cofres públicos, diminuindo o número de aquisições de móveis a fazer, como também melhor conservação dos referidos objetos.
>
> O diretor geral Ladislau Neto.[42]

Logo nos primeiros anos de convívio no prédio, foi constatada a necessidade de obras para transformar a residência em um museu científico. O primeiro passo foi a elaboração dos documentos e relatórios enviados para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores comprovando que a existência do "pavilhão central" (a cúpula colocada para a Assembleia Constituinte)

---

[41] No Relatório Ministerial da Justiça e dos Negócios Interiores de 1892 foi aprovada a despesa feita com a mudança do Museu Nacional para a Quinta da Boa Vista, na importância de 25:000$00 (25 contos de réis).

[42] BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f.65-65v.

estava colocando em risco o prédio e a saúde de seus frequentadores e que, por isso, era solicitada a sua remoção. No relatório de 1892, é inserido um texto do diretor interino Domingos José Freire Junior (interino no período de 1893-1895), para a discussão sobre o assunto:

> O zimbório que cobre o salão em que funcionou o Congresso Constituinte alterou profundamente o regime das águas na cobertura do edifício, resultando desse fato frequentes alagamentos nos pavimentos superiores, por ocasião das chuvas.
>
> Por outro lado, tendo o salão do congresso sido construído de modo a fechar completamente o pátio central, donde vinham ar e luz para os aposentos térreos do palácio, ficaram estes imprestáveis, em vista de suas péssimas condições higiênicas.[43]

O Ministério da Justiça e Negócios Interiores designou o valor de 150:000$000 (150 contos de réis) para as obras de retirada do pavilhão central e restauração do pátio. O valor havia sido aprovado em 1896,[44] porém, constatamos a conclusão das referidas obras só em 1898.[45]

O Museu Nacional herdou também os artefatos do Museu do Imperador, incluindo o acervo numismático.[46] O museu do monarca era constituído de um conjunto de objetos que poderiam representar as ciências naturais e antropológicas. Com interesse, a direção do Museu Nacional, por meio de Domingos José Freire Junior, encaminhou circular aos diretores das seções da instituição, a fim de procederem ao "inventário dos objetos existentes no museu do ex-imperador e que por sua natureza devam figurar entre as coleções de suas respectivas seções".[47]

A partir de então, algumas portarias internas começaram a organizar o inventário dos objetos que haviam pertencido ao imperador e a triagem

---

[43] Relatório Ministerial da Justiça e Negócios Interiores (1892, p. 239).

[44] Relatório Ministerial da Justiça e Negócios Interiores (1896-1897, p. 294).

[45] Relatório Ministerial da Justiça e Negócios Interiores (1898-1899, p. 234).

[46] BR MN MN 33 doc. 201 (2 out. 1894).

[47] BR MN MN DR CO, AO. 5314.

do que passaria a pertencer às coleções da instituição; porém, nenhum inventário foi encontrado até o momento.

> Museu Nacional do Rio de Janeiro em 7 de novembro de 1894.
>
> Ao porteiro do Museu Nacional, Antonio Alves Ribeiro Catalão.
>
> Determino-vos que procedei ao inventário dos objectos existentes no museu do ex-imperador que, por sua natureza, não devam figurar em nenhuma das seções desse estabelecimento, ao juízo dos respectivos diretores, remetendo em seguida à secretaria desta repartição uma lista dos referidos objetos que ficarão sob a vossa guarda, devendo procederdes à necessária escrituração nos livros a vosso cargo.
>
> Dr. Domingos Freire,
>
> Diretor geral interino.[48]

O processo urbanístico do Rio de Janeiro do início do século XX, promovido pelo prefeito Pereira Passos, chegou à Quinta da Boa Vista em 1910, contemplando o Museu Nacional com algumas obras que haviam custado 300:000$000 (300 contos de réis).[49]

Destacando o Museu Nacional, era necessária e urgente a realização de obras para a adequação de um instituto de pesquisas em um palácio residencial. Assim, o antigo Paço de São Crsitóvão sofreu alterações nas estruturas e nos seus arredores. As armas imperiais que existiam em portões e demais ornatos das paredes foram arrancadas; alguns arcos de passagens no interior das salas sofreram alterações; janelas foram fechadas e transformadas em paredes, e salas do segundo piso foram ampliadas, tornando-se salões de exposições.

Alguns locais importantes do palácio foram assim destruídos: o observatório astronômico (localizado no terraço do torreão norte), a capela de são João Baptista (no térreo; a sala foi dividida em dois andares) e a torre do relógio (na área externa ao lado direito do palácio). O portão doado pelo

[48] Registro de Ordens da Diretoria. MN 33 Doc. 225 (7 nov. 1894) – em Anexo 2.

[49] Relatório Ministerial da Justiça e Negócios Interiores (1910, p. 361).

duque de Northumberland foi transferido para a entrada do então zoológico da Quinta da Boa Vista (Biene; Severo, 2005, p. 95).

Na reforma de 1910, as armas do Império que figuravam em local de destaque, acima da entrada do palácio, foram retiradas e substituídas pelo brasão da República. Além das substituições e destruições das salas do segundo piso, foi construído um imenso jardim em frente à fachada do Paço de São Cristóvão denominado Jardim Terraço, em que foram colocadas em toda a sua extensão 24 réplicas de vasos compatíveis com o estilo neoclássico do prédio.

Ao observarmos o muro do museu, ao lado direito do Jardim Terraço, identificamos dois vasos originais do Paço de São Cristóvão (pintados de branco), que ficam imperceptíveis em paralelo ao extenso jardim do período republicano. Esses dois vasos sobreviveram ao período de alterações no palácio, quando foram retirados os vasos do jardim interno: o Jardim das Princesas.

A partir dos dois vasos identificados é possível comprovar a similaridade entre eles e os vasos que existiram no Jardim das Princesas na época de d. Pedro II. Com isso, comprovamos que os dois vasos são originários do jardim particular da família e que hoje passam despercebidos na lateral do Jardim Terraço. Eles reforçam os seus significados para o período monárquico: o embelezamento do espaço ao ar livre com uma decoração clássica, trazendo de volta os símbolos da Antiguidade.

Na entrada do Jardim Terraço, entre as duas escadas de acesso, encontramos a placa de inauguração das reformas de 1910, com a seguinte inscrição: "Este parque, restaurado em suas antigas obras e completado com outras novas de formoseamento e de arte por ordem do Exmo. sr. dr. Nilo Peçanha, presidente da República, sendo ministro de Obras Públicas o dr. Francisco Sá, foi inaugurado e entregue ao povo em 12 de outubro de 1910".

Os móveis e objetos do antigo Paço de São Cristóvão foram apropriados pela direção da instituição e, ao longo dos anos, passaram a ser materiais decorativos, perdendo o seu significado original, além de compor o gabinete do diretor. O mobiliário passou a ser utilizado como móvel de escritório, parte dos materiais foram colocados no cofre da direção e os demais objetos permaneceram embelezando o gabinete por muitas décadas. Em Dantas

(2007, p. 75-189), alguns objetos e salas do palácio foram identificados e ressignificados para auxiliar a reconstituição de sua história.

Portanto, o Paço de São Cristóvão, que serviu de residência às famílias real e imperial, a partir do ano de 1892, passou a abrigar a instituição científica criada por d. João VI – o Museu Nacional – e continuou a ser preservado como um lugar de ciência.

Posteriormente, em 1937, identificamos o desenvolvimento desordenado do espaço interno do palácio para abrigar ensino, pesquisa e extensão, o que seria intensificado com a inserção da entidade na estrutura universitária. O Museu Nacional foi anexado à Universidade do Brasil (atual UFRJ) pela lei nº 452, de 1937, mas sua incorporação foi efetivada somente em 1946.

A história do Paço de São Cristóvão, por fim, trata de importante exemplo de uma casa que guarda em seu interior algumas marcas de seu cotidiano e da adaptação que sofreu para sediar o Museu Nacional. Uma casa-museu que volta a ganhar visibilidade e relevância como instituição detentora do título de primeiro museu de história natural do país e fonte obrigatória de pesquisa sobre o desenvolvimento científico no Brasil durante o século XIX.

Referências

BARDY, Claudio. O século XVIII. *In: SILVA, Fernando Nascimento (org.). Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos: formação e desenvolvimento da cidade.* Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1965.

BIENE, Maria Paula van; SEVERO, Carmem Solange Schieber. O Paço de São Cristóvão como espaço de exceção: o caso do Museu Nacional/UFRJ. *In*: SEMINÁRIO Internacional de Museografia e Arquitetura de Museus, 2005, Rio de janeiro. *Anais* [...]. Rio de Janeiro: ProArq/FAU/UFRJ, 2005.

BURDEN, Ernest. *Dicionário ilustrado de arquitetura*. Trad. Alexandre da Silva Salvaterra. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BURMEISTER, Hermann. *Viagem ao Brasil através das províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*: visando especialmente à história natural dos distritos auridiamantíferos. Trad. Manoel Salvaterra. Belo Horizonte; São Paulo: Editora Itatiaia, 1980.

CARDOSO, Fernando Henrique *et al*. *O Brasil monárquico*: dispersão e unidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. (História geral da civilização brasileira, t. 2, v. 2).

CARVALHO, José Cândido de Melo. Museu Nacional. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, n. 28, p. 29-68, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados*: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas*: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CUNHA, Dulce Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros, 3).

CURY, Carlos Roberto Jamil. Cidadania republicana e educação: governo provisório do marechal Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *Do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional*. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Programa de Pós-graduação em Memória Social, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

DANTES, Maria Amélia. Uma história institucional das ciências no Brasil. *In:* DANTES, Maria Amélia (org.). *Espaços da ciência no Brasil*: 1800-1830. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte.* Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*: ou, Diário de uma visita à terra do cacaueiro e das palmeiras. Trad. Jamil Almansur Haddad. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1976.

GOMES, Ricarte Linhares. *Proposta de restauração e adaptação do Paço de São Cristóvão e do Museu Nacional – UFRJ*. 2006. Monografia (Especialização em Preservação e Restauro do Patrimônio Arquitetônico e Urbanístico) – Universidade Católica de Santos, Santos, 2006.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. São Paulo: Ed. Itatiaia, 1990.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Felix Alcan, 1925.

HOLANDA, Sérgio Buarque de *et. al. O Brasil monárquico: o processo de emancipação.* São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. (História Geral da Civilização Brasileira, t. 2, v. 1).

KHATLAB, Roberto. *Mahjar*: saga libanesa no Brasil. Líbano: Mokhtarat Zalka, 2002.

MAESTRI, Mario. *Uma história do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

NEVES, Guilherme Pereira das. *Do império luso-brasileiro ao império do Brasil 1789-1822.* Lisboa: Ler História, 1995.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das; MACHADO, Humberto Fernandes. *O império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

OLIVEIRA, José Carlos de. *D. João VI: adorador do Deus das ciências?* Rio de Janeiro: E-Papers Serviços Editoriais, 2005.

PEIXOTO, Gustavo Rocha. *Reflexo das luzes na terra do sol*: sobre a teoria da arquitetura no Brasil da Independência: 1808-1831. São Paulo: ProEditores, 2000.

ROSSI, Paolo. Ricordare e dimenticare. Trad. Icléia Thiesen Magalhães Costa e Alejandra Saladino. *In*: ROSSI, Paolo. *Il passato, la memória, I'oblio*: sei saggi di storia della idee. Bologna: Il Mulino, 1991.

SANTOS, Francisco Marques. O leilão do Paço Imperial. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 1, p. 151-316, 1940.

SANTOS, Paulo F. *Quatro séculos de arquitetura*. Rio de Janeiro: IAB, 1981.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Império em procissão*: ritos e símbolos do Segundo Reinado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *A longa viagem da Biblioteca dos Reis*: do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; DANTAS, Regina Maria Macedo Costa Dantas. O Museu do Imperador: quando colecionar é representar a nação. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 46, p. 123-164, fev. 2008.

TELLES, Augusto Carlos Silva. Monumentos tombados. *In*: SILVA, Fernando Nascimento (org.). *Rio de Janeiro e seus quatrocentos anos*: formação e desenvolvimento da cidade. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 1965.

VAINFAS, Ronaldo (org.). *Dicionário do Brasil Imperial.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

FIGURA 1 – Charge de Angelo Agostini (in: Revista Illustrada, Capital Federal, ano 16, n. 613, p. 8, 1891), feita no período em que se terminavam os trabalhos da Constituinte e se iniciavam as gestões da transferência do Museu para a Quinta da Boa Vista.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 2 – Fachada da primeira sede do Museu Nacional, no Campo de Santana, no centro do Rio de Janeiro. Desenho de P. Bertichem.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

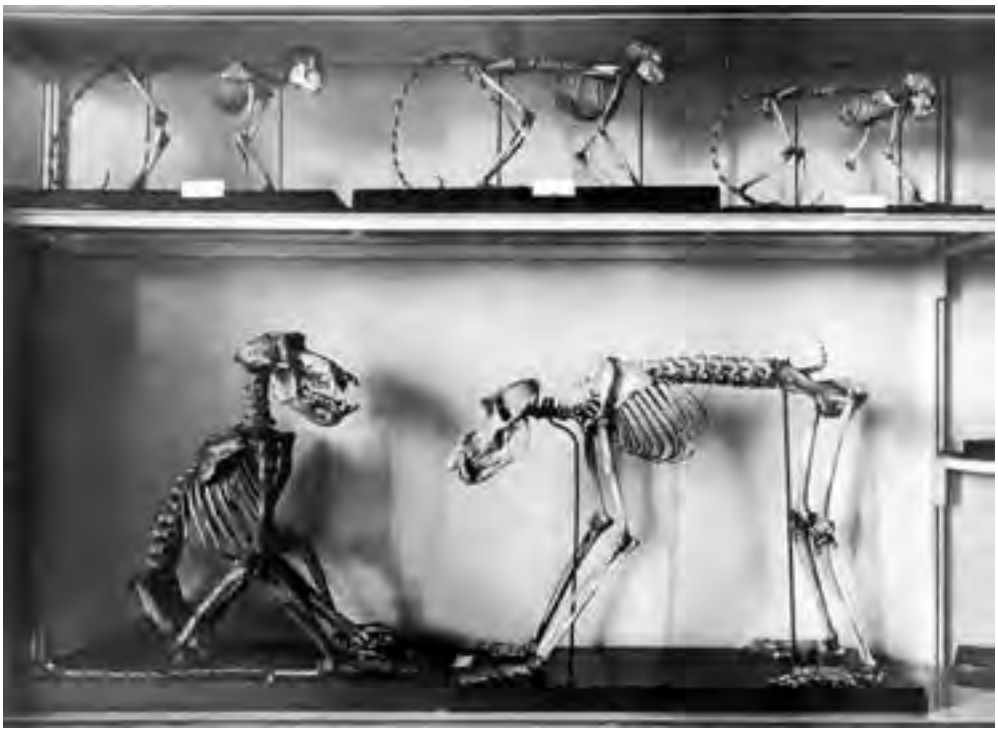


FIGURA 3 – "Esqueletos de macaco, de montagem artificial" (in: Ferreira, Antero M. Breves noções sobre a preparação de esqueletos para estudo e para museus, baseadas nos trabalhos feitos no Museu Nacional do Rio de Janeiro. Separata de: Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, julho 1924).

Fonte: Acervo da Biblioteca do Museu Nacional.

Museu Nacional
O desenvolvimento da pesquisa científica no Brasil dos séculos XIX e XX[1]

Regina Maria Macedo Costa Dantas[2]

Introdução

O Museu Nacional, que faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e se localiza na Quinta da Boa Vista, no imperial bairro de São Cristóvão, foi criado em 6 de junho de 1818 por d. João VI, no Campo de Santana, como Museu Real e, a partir de 1892, foi transferido para a Quinta da Boa Vista, no antigo Paço de São Cristóvão.

Na história da instituição, consideramos a iniciativa do vice-rei Luiz de Vasconcellos (responsável pela construção da Casa de História Natural e da Casa dos Pássaros, na segunda metade do século XVIII) como um marco inaugural para a posterior criação do museu no início do século XIX.

Durante o período oitocentista, o Museu Nacional assumiu o papel de propagador das práticas científicas como o primeiro museu de ciências naturais do país de caráter nacional, "pois, diferente do que ocorreu na Europa, o conhecimento científico desenvolvido no Brasil do século XIX não veio das universidades" (Lopes, 2010, p. 59-63).

---

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional.

[2] Historiadora, ex-professora colaboradora do curso de Biblioteconomia e Unidades de Gestão de Informação da FACC/UFRJ e doutora em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE/UFRJ).

Desde sua criação, durante o período monárquico, o museu serviu como órgão consultor da nação e abrigou algumas instituições científicas, entre elas: a Academia de Belas-Artes,[3] a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional (Sain),[4] o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)[5] e a Sociedade Velosiana.[6]

A instituição teve papel relevante na participação em expedições científicas para coleta e análise de mostras da fauna, flora e da população autóctone do país, além de representar seus artefatos científicos tanto nas exposições nacionais quanto nas universais que contaram com a participação do Brasil. Em seus 202 anos de existência, o Museu Nacional acompanhou a mudança do país em relação à forma de governo, da monarquia para a república, e passou por diferentes ministérios: Ministério dos Negócios do Reino (1818-1822), Ministério dos Negócios do Império (1822-1868), Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1868-1890), Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1890-1892), Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1892-1909), Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (1909-1930), Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1937). A partir de 1937, o Museu Nacional foi anexado à Universidade do Brasil (atual UFRJ) pela lei nº 452, com sua incorporação efetivada em 1946.

Ao longo de sua trajetória, a instituição teve sua denominação alterada devido às mudanças políticas do país, mudanças essas que podem ser facilmente identificadas a partir de documentos oficiais.[7] Criado como Museu Real, assim foi identificado até 1824, ano da Constituição Política do Brasil, outorgada por d. Pedro I. Entre 1824 e 1825, a nomenclatura muda

---

[3] Instituição criada em 1816, cujo acervo foi transferido para a principal sala de exposição do museu após a Independência em 1822, por ocasião de sua reinauguração, com a presença de d. Pedro I, quando passou a Academia Imperial de Belas Artes.

[4] Iniciada em 1831, utilizou uma das salas do Museu Nacional para a realização de reuniões e para a exposição de máquinas (BR MN MN, DR, CO, 107. 16 ago. 1821).

[5] Criado em 1838, em sessão realizada no Museu Nacional, utilizou suas instalações até 1840.

[6] Fundada no Museu Nacional, em 1850, pelo botânico e futuro diretor da instituição Freire Alemão.

[7] As alterações estão registradas nos documentos da Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (Semear). A seção detém a guarda do acervo documental administrativo, histórico e científico da instituição.

para Museu Nacional e Imperial. Posteriormente, o nome foi alterado para Museu Imperial e Nacional e mantido até 1842. Durante as Revoluções Liberais (1842), a instituição teve seu caráter nacional fortalecido e passou a ser identificada como Museu Nacional.[8] Hoje, é reconhecida como Museu Nacional, da UFRJ.

O museu congregava acervos científicos no total de 20 milhões de itens (aproximadamente três mil objetos expostos), estudados pelos seis departamentos acadêmicos: Antropologia, Botânica, Entomologia, Invertebrados, Vertebrados, Geologia e Paleontologia. Além da pesquisa, a instituição oferece cursos de pós-graduação em Antropologia Social, Arqueologia, Botânica e Zoologia.

A Casa de História Natural

A ideia de museu, como hoje conhecemos, foi formada a partir do Renascimento e impulsionada posteriormente pelo Iluminismo, quando foram incorporadas à prática colecionista as características que seriam peculiares aos museus públicos. Intensifica-se nesse período um caráter científico, metódico e sistemático que seria compatível com uma sociedade nacionalista e um ideal universalista.

A partir do século XVIII, notadamente com a Revolução Francesa, quando a formação do conceito de "patrimônio nacional" constitui-se em parte das estratégias ideológicas dos novos Estados europeus, o museu torna-se um local privilegiado para resguardar os fragmentos que "materializam a herança coletiva da nação" (Almeida, 2001, p. 138). O museu passa a ser um espaço simbólico de legitimação do Estado, pois concilia a continuidade histórica com a criação de novos espaços de memória. Como observou Hobsbawm:

> Naturalmente, muitas instituições políticas, movimentos ideológicos e grupos – inclusive o nacionalismo – sem antecessores

[8] O ano de 1842 foi marcado pelo regulamento de 3 de fevereiro, quando da implementação de uma nova organização entre as sessões para classificação e conservação dos objetos.

> tornaram necessária a invenção de uma continuidade histórica, por exemplo, através da criação de um passado antigo que extrapola a continuidade histórica real pela lenda [...] ou pela invenção. (Hobsbawm, 1984, p. 15)

O conjunto dos objetos se tornou, portanto, como disse Bittencourt (1997, p. 10), "importante elemento de divulgação e glorificação dos Estados". Esses motivos contribuem para se entender a grande difusão de museus na Europa, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XVIII.

Portugal não estava alheio a essas questões, como se pode verificar, inclusive, pelas instruções de dona Maria I passadas ao seu ministro d. Martinho de Melo e Castro e ao vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza (1779-1790) para que o último enviasse a Lisboa amostras dos produtos naturais e tudo mais que representasse a cultura da colônia, as riquezas da terra e os costumes da população, de modo que integrassem o acervo do Museu Real de Lisboa. É a partir dos vice-reis conde da Cunha, marquês do Lavradio e d. Luiz de Vasconcellos e Souza que essa atividade virou um intenso costume. Registra-se o envio até mesmo de animais vivos para a corte. Luiz de Vasconcellos e Souza, atento ao movimento científico do velho continente e visando engrandecer a capital do Brasil, resolveu criar então um museu, a Casa de História Natural, origem do Museu Real – atual Museu Nacional.

O local escolhido foi o Campo da Lampadosa, atual avenida Passos (Cunha, 1966, p. 19), em frente à Matriz do Sacramento. Para a construção da casa, foi utilizada mão de obra de prisioneiros dos cárceres do Rio de Janeiro. Durante a construção, devido à demora, improvisou-se um depósito para a guarda dos materiais zoológicos do Brasil, oficialmente chamado de Casa de História Natural, popularmente conhecida como a "Casa dos Pássaros" (Neto, 1870, p. 11-12). Próximo ao local, havia a Lagoa Panela, que era visitada por pássaros aquáticos caçados das próprias janelas da Casa dos Pássaros.

José Lacerda de Araújo Feio, ex-diretor do Museu Nacional, considera imprecisa a data de inauguração da Casa de História Natural, pois ela começou a funcionar independentemente da conclusão das obras da sede. Feio (1960, p. 4) calcula que o início de seu funcionamento foi em 1783.

Para Maria Margaret Lopes (1997, p. 27), porém, a inauguração da Casa de História Natural data de 1784, mesmo ano em que o vice-rei d. Luiz de Vasconcellos criou o Gabinete de Estudos de História Natural, provavelmente, a Casa de História Natural.

Para se responsabilizar pelo improvisado museu, foi designado como inspetor o sr. Francisco Xavier Cardoso Caldeira – natural de Santa Catarina –, com vencimento no valor de 540$000 (540 mil réis) mais a gratificação de 400$000 (400 mil réis), para o ensinamento da taxidermia[9] a voluntários interessados no assunto.[10] A equipe de "Xavier dos Pássaros", como era conhecido, era composta de dois ajudantes, três serventes e dois caçadores, além de caboclos escolhidos no Arsenal de Marinha para os serviços extras oriundos das ocasionais caçadas, visando garantir o tratamento das peles dos animais. Destaca-se como principal ajudante de Xavier dos Pássaros o sr. João de Deus e Matos, que posteriormente trabalhou na Academia Real Militar e no futuro Museu Real (Neto, 1870, p. 12-13).

No lado externo da Casa dos Pássaros, existiam cubículos para abrigar alguns animais vivos que foram posteriormente enviados ao Museu de Lisboa. Em registro de Ladislau Neto, estão elencados um urubu-rei, dois jacarés e algumas capivaras (Neto, 1870, p. 11).

Tendo o vice-rei Luiz de Vasconcellos sido substituído pelo conde de Resende (1790-1801), pouco sensível às atividades relacionadas à existência da Casa de História Natural, o estabelecimento foi declinando, devido à falta de incentivo.

Aproximadamente vinte anos após a criação da Casa de História Natural, faleceu Francisco Xavier C. Caldeira e, em 1810, foi nomeado o seu substituto, o dr. Luiz Antonio da Costa Barradas. O edifício, após 1811, foi transformado em uma oficina de lapidários de diamantes, desestimulando, assim, a coleta de animais.

Em 22 de junho de 1813, a decisão no 20 do príncipe regente foi assinada pelo conde Aguiar, com o seguinte destaque: "Manda extinguir o museu

[9] Termo grego que significa "dar forma à pele". É a arte de montar ou reproduzir animais para exibição ou estudo.

[10] Eles deveriam residir no próprio edifício e recebiam, além do salário, o material necessário para garantir a iluminação.

desta corte". Todo o material foi guardado em duas grandes caixas. O prédio foi posteriormente derrubado. No local foi construído o edifício do Erário Real, depois Tesouro Nacional. O acervo encaixotado era composto de mais de mil peles de aves, muitos insetos e alguns mamíferos. As caixas e os móveis foram guardados pelo período de um ano em um quarto sob a guarda de Costa Barradas (Neto, 1870, p. 15).

Para a coroa portuguesa, era importante coletar material a fim de conhecer as riquezas naturais da colônia. Essa preocupação é nitidamente identificada durante o funcionamento da Casa dos Pássaros, por meio do envio de espécies da fauna e da flora brasileira para a metrópole. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, não havia mais a necessidade de um entreposto de produtos naturais, e, por esse motivo, em 1813 o museu foi extinto (Lopes, 1997, p. 38).

A criação do Museu Real

A chegada de d. João ao Brasil, transformando o Rio de Janeiro em capital da monarquia portuguesa, teve como consequência imediata a recriação das principais instituições régias, como as Mesas do Desembargo do paço e da Consciência e Ordens, a Casa de Suplicação e a Intendência Geral da Polícia. A constituição dos marcos institucionais do governo foi corroborada com a revogação da proibição de manufaturas no Brasil e com a criação de uma série de instituições que reproduziam as existentes em Portugal e que legitimavam e ampliavam o poder da coroa no país. Assim, foram criadas a Academia da Marinha; a da Artilharia e Fortificação; o Arquivo Militar; a Casa da Pólvora; o Teatro São João; a Imprensa Régia; o Jardim Botânico; a Academia de Belas-Artes; a Junta do Comércio; a Biblioteca Real, entre outras. O Rio de Janeiro converteu-se no palco de um processo civilizatório denominado por Maria Odila da S. Dias de "interiorização da metrópole" (Vainfas, 2002, p. 701-703). O período joanino marcou o surgimento de uma cultura científica no país. Nesse cenário, em 6 de junho de 1818, por decreto de d. João VI (1767-1826) e execução do ministro do reino, Thomas Antonio de Villanova Portugal, foi criado o Museu Real.

Como primeira providência, adquiriu-se o prédio pertencente a Pereira d'Almeida, o futuro barão de Ubá, no atual Campo de Santana. Para dirigir

o museu, foi convidado o frei José da Costa Azevedo (1818-1823), o mesmo responsável, na Academia Militar, pelo Gabinete Mineralógico e Físico.

> DECRETO – 6 de junho de 1818
>
> Cria um museu nesta corte, e manda que ele seja estabelecido em um prédio do Campo de Santana que manda comprar e incorporar aos próprios da coroa.
>
> Querendo propagar os conhecimentos e estudos das ciências naturais do reino do Brasil, que encerra em si milhares de objetos dignos de observação e exame, e que podem ser empregados em benefício do comércio, da indústria e das artes que muito desejo favorecer, como grandes mananciais de riqueza: hei por bem que nesta corte se estabeleça um Museu Real, para onde passem, quanto antes, os instrumentos, máquinas e gabinetes que já existem em dispersos lugares; ficando tudo a cargo das pessoas que eu para o futuro nomear.
>
> Palácio do Rio de Janeiro em 6 de junho de 1818.
>
> Com a rubrica de Sua Magestade.[11]

O Museu Real representava, como as demais instituições, uma "transposição de modelos europeus para os trópicos, demonstrando um alinhamento às iniciativas análogas em toda a Europa" (Almeida, 2001, p. 126).

Quando o museu foi criado, o Brasil era um país novo, quase desconhecido, e as riquezas naturais de seu solo, assim como os costumes dos povos indígenas que nele habitavam, mal tinham começado a ser exploradas e estudadas. O decreto de d. João, em 1808, porém, franqueando os portos do Brasil às nações estrangeiras, atraiu para o Brasil grande número de naturalistas viajantes, contribuindo, assim, para o desenvolvimento do estudo das riquezas naturais do país. É necessário destacar a atuação da princesa Leopoldina de Habsburgo no processo de idealização do Museu Real. Inicialmente, devido ao seu consórcio com d. Pedro I (1817), trouxe, em sua comitiva nupcial, um grupo de naturalistas que compuseram uma

[11] BR MN. AO, pasta 1, doc. 2 (6 jun.1818).

missão científica austro-bávara (Lisboa, 1997, p. 21). Tratava-se do primeiro enlace de uma corte americana com um país do Velho Mundo, fato que, consequentemente, aumentou a curiosidade pela natureza do Novo Mundo.

Para a direção da expedição da Baviera, foram indicados pelo rei Maximiliano José I o zoólogo Johan Baptiste von Spix (1781-1826) e o botânico Karl Friedrich Phillip von Martius (1794-1868). Posteriormente, houve uma mudança nos planos e eles se uniram à expedição austríaca, que contou com Johann Natterer (1787-1843), zoólogo assistente do Gabinete Natural da Corte Imperial e Real de Viena; Ferdinand Dominik Sochor, caçador imperial; Johann Emanuel Pohl (1782-1834), médico, botânico e mineralogista; Giuseppe Raddi (1770-1829), botânico; Johann Christian Mikan (1769-1844), médico, botânico e entomólogo; Thomas Ender (1793-1875), pintor de paisagens; Johann Buchberger, pintor de plantas; Heinrich Wilhelm Schott (1794-1865), jardineiro imperial, e o dr. Rochus Schüch (1788-1844), bibliotecário de d. Leopoldina.

O fato de uma princesa austríaca estar casada com um príncipe do Novo Mundo aumentava a curiosidade, já estimulada pela célebre e então recente expedição de Alexander Von Humboldt, dos povos de língua germânica por essas terras (Barreto, 1962, p. 123). A atuação dos novos naturalistas, enviando caixotes com minerais, plantas e animais para a Europa, de preferência para o Museu de História Natural de Viena, suscitou o interesse de cientistas e artistas em explorarem esses territórios até então desconhecidos.

Posteriormente, as espécies naturais do Brasil foram levantadas, catalogadas e analisadas por outros viajantes estrangeiros da Comissão Científica de 1820, como é o caso de Karl Christian von Langsdorf (1757-1834) e Ludwig Riedel (1790-1861). Merecem destaque também Friedrich Sellow (1789-1831), que veio depois, e Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1779-1853), com suas importantes contribuições para a botânica e zoologia do Brasil (Ferri, 1994, p. 185-186).

Portanto, as observações e levantamentos oriundos das expedições francesas, da austro-bávara e de outras foram importantes para o conhecimento da fauna, da flora e da população autóctone do país, dentre os aspectos ainda em estudos no Brasil do início do século XIX, contribuindo para as pesquisas nas áreas das ciências naturais e antropológicas (Vainfas, 2002, p. 534).

A curiosidade renascentista que imperava na exploração do Novo Mundo e do Oriente fortaleceu os atos de coleta e de preservação da cultura realizados em alta escala pelos viajantes estrangeiros, até meados do século XIX (Schwarcz, 1993, p. 68-69).

O acervo que havia pertencido à Casa de História Natural e que tinha ficado encaixotado sob a guarda de Costa Barradas foi redescoberto pelo general Carlos Antonio Napion (1758-1814),[12] que encaminhou o material ao Arsenal de Guerra (localizado na Casa do Trem, atual Museu Histórico Nacional), apesar de as aves e os demais animais já estarem em péssimo estado de conservação.

Napion criou um gabinete mineralógico e físico para os alunos da Academia Real Militar, sob a direção do mineralogista frei José da Costa Azevedo (Leinz, 1955, p. 3). Em 1816, o material utilizado pelos alunos no Arsenal de Guerra foi transferido para o espaço "definitivo" da Academia Real Militar,[13] durante a direção de frei José da Costa Azevedo (futuro diretor do Museu Real), ficando no Arsenal de Marinha o resto da coleção ornitológica.[14] A conhecida coleção Werner figurou no centro do acervo mineralógico como núcleo do acervo da Academia Real Militar.

A coleção foi composta inicialmente de 3.326 exemplares e pertenceu originalmente a Karl Eugen Pabst von Ohain (1718-1740), assessor de minas da Bergakademie de Friburgo, local onde Werner tinha lecionado (Falcão, 1965, p. 262). No último levantamento realizado pelo geólogo do Museu Nacional Amaro Barcia de Andrade, registrado em 1987, puderam ainda ser identificados 1.200 desses exemplares (Andrade, [s.n.t.]).

A coleção Werner havia sido adquirida pela coroa portuguesa[15] para compor o chamado "Gabinete de Minerais" do Real Museu de Lisboa.

---

[12] Diretor da Fábrica de Pólvora do Rio de Janeiro, também veio transferido para o Brasil em 1808. Napion teve a importante tarefa de criar estabelecimentos necessários ao fortalecimento da estrutura militar colonial.

[13] A Academia Real Militar foi o embrião da atual Escola Politécnica da UFRJ.

[14] Segundo Ladislau Neto (1870, p. 15), o péssimo estado de conservação dessa coleção fez com que o acervo fosse posteriormente inutilizado.

[15] Uma das duas versões de Eschwege sobre a chegada da coleção em Lisboa foi que ela havia ficado retida na alfândega por muitos anos. Ao correr o risco de ser jogada ao mar, foi identificada e salva pelo general Napion.

O intermediário da compra, efetuada no valor de 12:000$000 (12 contos de réis), fora o ministro dos Estrangeiros e de Guerra Antonio de Araújo de Azevedo (1754-1817), conde da Barca, que estudara ciências e letras na região da Saxônia e, posteriormente, havia sido nomeado embaixador de Portugal em São Petersburgo.

Os primeiros objetos que constituíram o Museu Real foram artefatos indígenas e produtos naturais que se encontravam espalhados por diversos estabelecimentos. O próprio d. João ofereceu dois armários octaedros contendo oitenta modelos de oficinas das profissões mais usuais no fim do século XVIII, confeccionados na época de dona Maria I para a instrução do príncipe d. José; "um vaso de prata dourado, coroado por um bello coral, representando a batalha de Constantino;[16] duas chaves; um pé de mármore com alparcata grega; uma arma de fogo marchetada de marfim, da Idade Média, e uma bella coleção de quadros a óleo" (Neto, 1870, p. 22).

A coleção Werner chegaria ao Museu Real em 1819, transferida da Academia Real Militar para a sala principal da exposição.[17] Quem executou a transferência foi Wilhelm Ludwig von Eschwege (1810-1821),[18] pois conhecia o método geognóstico[19] desenvolvido por Abraham Gottlob Werner (1750-1817) no final do século XVIII.

Eschwege, que, juntamente com Franz Ludwig Wilhelm von Varnhagen (1782-1842),[20] fora contratado pela coroa portuguesa a partir de 1803 para

[16] Refere-se à batalha de Constantino contra Maxêncio, acontecida em 312. O vaso se encontrava no cofre do Museu Nacional e foi reconhecido quando se procedeu ao levantamento dos objetos que pertenceram a d. Pedro II, por demanda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Ministério da Cultura (Iphan/Minc). A peça constitui, assim, o primeiro objeto doado para a criação do Museu Real ainda existente na instituição.

[17] A coleção Werner é a primeira coleção mineralógica que figurou no Museu Real e encontrava-se no Departamento de Geologia e Paleontologia da instituição.

[18] Eschwege recebeu a tarefa de explorar o interior e elaborar o inventário geológico de Minas Gerais, resultando daí o célebre *Pluto brasiliensis*.

[19] Estudo do corpo sólido da terra, como um todo, das ocorrências de rochas e minerais que a compõem, de suas origens e correlações.

[20] Varnhagen havia sido indicado para organizar a fundição de ferro de Ipanema, em São Paulo. Foi o pai do historiador brasileiro Francisco Adolfo de Varnhagen (Azevedo, 1994, p. 276).

implementar as fábricas de ferro portuguesas, havia sido aluno de Werner, em Freiberg, na Saxônia, reconhecido como o pai da mineralogia e organizador e classificador da mencionada coleção mineralógica.[21]

No entanto, o aspecto mais relevante dos estudos de Werner era a transcendência do seu pensamento, que considerava que o estudo da mineralogia abarcava o conjunto da natureza, o conjunto da história humana e o conjunto dos interesses e aspirações da humanidade. A mineralogia, na visão de Werner,

> ligaria desse modo os seus espécimes com a migração das raças, a difusão das línguas e o processo da civilização. Mostraria como o progresso das artes e indústrias da vida tem sido orientado pela distribuição dos minerais, e como as guerras, batalhas e estratégias militares em geral têm despendido da mesma causa. O cientista, o político, o historiador, o médico, o soldado, todos aprendiam que o conhecimento da mineralogia os ajudava a atingir os seus diversos objetivos. Afigurava-se que a mais eficiente das preparações para os negócios da vida seria obtida somente na Escola de Minas de Freiberg. (Falcão, 1965, p. 262)

Essa filosofia de Werner teve grande relevância sobre o pensamento científico na época e, rompendo fronteiras, chegou inclusive a Portugal, por meio da influência sobre José Bonifácio de Andrada e Silva. Este havia frequen-

[21] A Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (Semear) detém documentos que nos possibilitam acompanhar a trajetória da coleção Werner na instituição. Em 1824, Eschwege e Napion fizeram a tradução manuscrita do catálogo da coleção. Entre 1876 e 1878, registrou-se a primeira reorganização da coleção, iniciada por Carlos Luiz de Saules Junior e concluída por Antonio Melo Neto, com o total de 1.215 amostras. Viktor Leinz (1904-1983), mineralogista alemão e professor da Universidade de São Paulo (USP), contratado pelo museu para a catalogação da coleção, totalizou 894 minerais em 1947. A reorganização de Amaro Barcia foi realizada com a utilização do catálogo traduzido por Eschwege e Napion, registrando 1.200 amostras em 1987. Em 2002, o Departamento de Geologia e Paleontologia iniciou novo levantamento, por iniciativa do geólogo Ciro Ávila; porém, o catálogo não havia sido encontrado na biblioteca do Museu Nacional. Em 2003, a astrônoma Elizabeth Zucolotto reencontrou o catálogo e a historiadora Regina Dantas o identificou. Sobre o assunto, ver Dantas (2007a).

tado a Bergakademie durante o período de 1790 até 1800.[22] Acompanhado por Emanuel Ferreira da Câmara, realizou viagens à Europa, patrocinadas pela coroa portuguesa e supervisionadas pelo ministro da Guerra e dos Estrangeiros, Luís Pinto de Souza Coutinho, visando aperfeiçoar sua erudição científica nas áreas de química e mineralogia. O objetivo geral do incentivo a essas excursões era o de conhecer melhor as riquezas minerais do reino e das suas colônias, em especial o Brasil.

Entender o colecionismo é entender as intenções que orientaram a constituição de uma coleção, desvelando os mecanismos de ressignificação dos objetos. Em uma coleção, como observou Cícero Almeida (2001, p. 123), "os objetos são abstraídos de sua função original, portanto, não mais são utilizados e sim possuídos, formando um sistema com estatuto próprio, sobrevivendo somente para significar".

No espaço museológico, tais objetos "passam a exercer um papel específico dentro de um sistema próprio, no qual estão em jogo inúmeros sentidos, cujas invocações só podem ser analisadas à luz de um sistema cultural que lhe é comum" (p. 124).

Portanto, o Museu Real foi criado para ser um museu metropolitano, como apontou Maria Margaret Lopes (1997, p. 47), um núcleo para o recebimento e catalogação das riquezas naturais das províncias brasileiras, que, por meio de intercâmbio com outras nações, foi enriquecido com coleções de âmbito universal.

Para exercer as atividades de diretor no período de 1818 até 1823, o governo nomeou o teólogo e professor de mineralogia frei José da Costa Azevedo (1763-1822), que já exercia o cargo de diretor do Gabinete Mineralógico da Academia Real Militar.

Em maio de 1819, o Museu Real teve a sua dotação anual fixada em 2:880$ (2 contos e 880 mil réis) para a verba material da instituição (Neto, 1870, p. 24). A verba destinada a pessoal não excedia o valor de 3:800$ (3 contos e 800 mil réis), anualmente, e a composição do pessoal ficou assim estabelecida: diretor, porteiro, um ajudante para as preparações zoológi-

[22] O professor Viktor Leinz trouxe diversos documentos de sua viagem a Friburgo, incluindo o único certificado do curso, manuscrito por Werner para José Bonifácio, datado de 17 de agosto de 1794 (Arquivo do I.H.G.B. sob 3:063, lata 142- 17 ago. 1794).

cas, um escriturário e um escrivão de receita e despesa (Lacerda, 1905, p. 4-5). Dentre as dificuldades atravessadas pela primeira direção do Museu Real, destacamos a falta de verba e a dificuldade de conquista efetiva das características naturais da terra.

Cabe registrar que o porteiro do Museu Real era João de Deus e Mattos, antigo auxiliar de "Xavier dos Pássaros" e também de frei José na Academia Real Militar. João de Deus foi o responsável pela coleta de papos de tucano para comporem a murça do manto imperial e, como porteiro e preparador, foi diretor interino da instituição em dois momentos: de 1822 a 1823, após o falecimento de frei José da Costa Azevedo, e de 1835 a 1837, para cobrir o afastamento temporário do diretor Custódio Alves Serrão (Lacerda, 1905, p. 8-9).

Em 24 de outubro de 1821, tiveram início as visitas públicas ao Museu Real, "às quintas-feiras de cada semana desde as dez horas da manhã até a uma da tarde, não sendo dia santo, a todas as pessoas assim, estrangeiras ou nacionais, que fizerem dignas disso pelos seus conhecimentos e qualidades".[23]

O Museu Nacional no Brasil Imperial

Desse modo, as coleções do Museu Real foram sendo conhecidas e, após a transformação do reino brasileiro em império, sob Pedro I e com a devida orientação de seu ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, foi desenvolvida uma política de incentivo aos viajantes naturalistas[24] para doarem os artefatos e espécies dos diferentes locais do Brasil para o museu, agora imperial e nacional (Lacerda, 1905, p. 12).

No período entre 1823 e 1827, o museu passou a ser administrado pelo químico dr. João da Silveira Caldeira. Analisando a correspondência do Museu Nacional e Imperial a partir de 1824, identificamos que foram acrescidos às atividades de pesquisa da instituição os trabalhos de análise de

[23] BR MN MN.DR, CO.AO.9.

[24] Responderam imediatamente ao chamado Heinrich von Langsdorf, Johann Natterer e Friedrich Sellow. Algumas das doações estão registradas em documentos guardados na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (Semear).

diferentes materiais solicitados pelo governo imperial. A partir de então, principalmente após a segunda metade do século XIX, o Museu Nacional foi ocupando, paulatinamente, o lugar de órgão consultor do Império.

Posteriormente, entre os anos de 1828 a 1847, o museu ficou sob a direção de frei Custódio Alves Serrão (1799-1873), lente de Física e Química da Escola Militar. Esse momento merece destaque por ter Custódio Serrão, em 1838, presidido a sessão da Sain em que se deu a criação do IHGB; a partir de então, as reuniões do novo instituto foram realizadas em uma das salas térreas do museu (Lopes, 1997, p. 74), até que em 1840 as sessões foram transferidas para uma das salas do Paço Imperial. O Museu Nacional abrigou assim temporariamente tanto a Sain quanto o IHGB.

A data de criação do instituto é sublinhada por Francisco Iglésias (2000, p. 61) como "um marco de nossa periodização na história da historiografia". O autor também explica a boa receptividade do instituto, aprovado "pelo clima intelectual da época..., sob o signo do romantismo" (p. 61).

Destacamos, também, a tentativa frustrada de Custódio Serrão de instalar no museu um curso de ciências unificado a uma faculdade (Lopes, 1997, p. 84). Entretanto, em 1842, o diretor conseguiu a reforma do museu, organizando-o em quatro seções: 1ª – Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª – Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª – Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas, e 4ª – Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas.

Nesse ambiente, a partir do início da segunda metade do século XIX, ao término das revoltas e lutas políticas pela Independência, desencadeou-se um processo de fortalecimento do Estado brasileiro,[25] mediante iniciativas de inserção do império agrário e escravocrata no cenário dos países "civilizados". Nesse período, o museu se enriqueceu como uma instituição de caráter nacional.

O governo imperial, no desempenho da função de mapeamento das riquezas naturais ainda desconhecidas,[26] e graças ao constante incentivo

[25] Sobre o assunto, ver Mattos (1994).

[26] Na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional/UFRJ (Semear), existem documentos que nos possibilitam identificar uma política de incentivo à exploração da riqueza natural do país ainda no início do Império.

aos estudos científicos por parte de Pedro II,[27] muito fortaleceu o desenvolvimento das ciências no Brasil ao longo do século XIX. O museu, com suas especialidades científicas – a botânica, a zoologia, a geologia e a antropologia – proporcionou a realização de estudos que muito contribuíram para o enriquecimento das ciências naturais, que, na segunda metade do século XIX, eram saudadas como as responsáveis pelo progresso humano.

Nesse cenário, o mineralogista Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui (1803-1886) passou a presidir a instituição (de 1847 a 1866). Mais uma vez, o Museu Nacional teve caráter relevante na criação de uma associação de naturalistas, a Sociedade Velosiana de Ciências Naturais,[28] que se reuniu pela primeira vez, em sessão preparatória, no dia 27 de julho de 1850, nas instalações da entidade.

Cabe ressaltar que, durante a gestão de Burlamaqui, identificamos a fundação da biblioteca do museu: em 11 de julho de 1863, com 3 mil volumes, "dos quaes mais de metade havia pertencido à extincta Commissão Scientifica do Ceará" (Lacerda, 1905, p. 29).

Diante do interesse do imperador Pedro II em construir uma identidade brasileira, e visando a "assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura" (Schwarcz, 1998, p. 126), algumas estratégias foram utilizadas para apresentar o Brasil ao exterior, rumo ao progresso e à "civilização". Celeste Zenha (2004, p. 71) aponta um dos caminhos escolhidos pelo imperador: a utilização da imprensa internacional. Pedro II investiu na propaganda para a construção da imagem do país, com o intuito de torná-lo respeitável e atraente. Outra ação desenvolvida pelo governo imperial foi garantir a participação do Brasil nas chamadas "exposições universais".[29]

---

[27] Grande incentivador das pesquisas científicas e de novas ideias que proporcionassem a "modernização" do país. Há uma vasta documentação sobre os estudos do imperador na Seção de Arquivo do Museu Imperial. Sobre seus interesses e incentivos, ver Arquivo Nacional (1977).

[28] A denominação é uma homenagem ao naturalista frei José Mariano da Conceição Vellozo (1741-1811), que, a pedido do vice-rei Luiz de Vasconcellos e Souza, havia produzido a obra *Flora fluminensis*.

[29] Sobre o assunto, ver: Neves (1986), Schwarcz (1998), Turazzi (1995), Domingues (1999), Werneck da Silva (1992), Barbuy (1996) e Heizer (2005).

Para isso, a primeira providência foi organizar um evento nacional, em 1861, como atividade preparatória para a participação do Brasil na Exposição Universal de Londres, no ano seguinte. Para a empreitada, aprovou-se a criação de uma comissão organizadora, presidida pelo marquês de Abrantes, já presidente do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (1860), e tendo como secretário o diretor do Museu Nacional, Cesar Burlamaqui, também convidado para compor a comissão julgadora do certame.[30]

As exposições nacionais no período imperial representaram um preparatório para a participação do país nas mostras universais e uniram a ciência ao progresso. O Brasil participava das exposições com o fim de mostrar as riquezas do país, apresentando produtos agrícolas e naturais, minerais, artigos manufaturados e belas-artes.

Ainda sobre a Sociedade Velosiana, seu fundador foi o botânico Francisco Freire Allemão de Cysneiros (1797-1874), chefe da Seção de Botânica do Museu Nacional e da Comissão Científica de Exploração ao Ceará.

Diretor do Museu Nacional durante o período de 1866 até 1874, Freire teve papel de destaque, já no início de sua gestão, ao ter presidido a comissão de estudo e classificação de vegetais para compor o pavilhão brasileiro na Exposição Universal de Paris de 1867, acompanhado por Ladislau de Souza Melo Neto e Custódio Alves Serrão.

A partir daí desencadeou-se uma verdadeira febre de exposições, extrapolando os limites da corte e se expandindo para outras províncias, como Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. A atual historiografia[31] vem discutindo a participação brasileira naquelas "arenas pacíficas" (Werneck da Silva, 1992), questionando o modo peculiar pelo qual o governo selecionava o material a ser exibido no exterior: quando os produtos apresentados davam margem a serem catalogados como produtos exóticos em detrimento dos produtos da nascente indústria nacional.

---

[30] A escolha de Burlamaqui para compor a comissão julgadora do mérito dos produtos nacionais que participariam da exposição de Londres tinha sido iniciativa do próprio imperador (Arquivo BR MN MN.DR.CO, AO.966).

[31] Sobre a questão, ver Vainfas (2002, p. 254-255).

O Museu Nacional passava por sua "idade de ouro",[32] sob a direção de Ladislau de Souza Melo Neto (1838-1894), responsável por uma grande reforma institucional, no período de 1874 a 1893 (também foi interino entre 1870 e 1874).

O museu passou a ser dividido em três seções: 1ª – antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal; 2ª – botânica geral e aplicada e paleontologia vegetal; e 3ª – ciências físicas: mineralogia, geologia e paleontologia geral. Devido à falta de um estabelecimento especial para os estudos de arqueologia, etnografia e numismática, estas ficaram em seção anexa ao Museu Nacional.

Um grande marco da gestão de Ladislau Neto foi a disseminação das ciências naturais e antropológicas por meio da realização de cursos públicos. Instituídos a partir do regulamento nº 123, de 3 fevereiro de 1842, na direção de frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), os cursos ligados à educação popular foram iniciados no museu somente a partir de 1875, na gestão de Neto, e ministrados por mais de uma década pelos responsáveis das diversas seções da instituição. Para poder realizar os cursos públicos, Ladislau insistiu, junto ao Ministério da Agricultura, na liberação da sala do museu que vinha sendo ocupada pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Assim, em 5 de julho de 1875, comunicou ao ministério que no dia posterior seria dado início ao curso público da instituição, com a presença de d. Pedro II.[33]

Durante o ano de 1875, as palestras foram realizadas com base em temas de arqueologia, etnologia, botânica e mineralogia. Devido à demanda de público, à repercussão entre os participantes e à cobertura da imprensa, em 1876, foi inserido no novo regulamento da instituição um item sobre os cursos públicos, recomendando prazos de início e término, além de delimitações de periodicidade para sua realização.

Foi, porém, se tornando difícil manter a periodicidade em função do aumento das atividades técnicas, dos falecimentos, da necessidade de montagem de exposições, de transferências de pessoal, etc. A análise documental

[32] Termo utilizado por J. B. de Lacerda (1905, p. 37), ex-diretor do Museu Nacional, e divulgado pela historiadora Maria Margaret Lopes (1997, p. 158).

[33] Arq. Nac. IE7-65, 13 jul. 1875.

nos mostra que Ladislau Neto acabou por inserir no novo regulamento da instituição, de 25 de abril de 1888, a extinção dos cursos públicos. Ao mesmo tempo, criou as conferências extraordinárias, visando substituir as atividades de ensino no museu por eventos de periodicidade mais livre.

Outros marcos da gestão de Neto foram: em 1876, a criação da primeira publicação científica brasileira específica sobre ciências naturais, os *Arquivos do Museu Nacional*; em 1880, a fundação do Laboratório de Fisiologia Experimental; e a implementação dos concursos públicos (Lopes, 1997, p. 179-204). Neto tinha como meta divulgar as pesquisas do museu e aumentar o número de especialistas nas áreas de ciências naturais e antropológicas.

Vale ressaltar que, durante sua gestão, foi realizada uma importante mostra científica nacional – a Exposição Antropológica de 1882, organizada pelo museu e inaugurada em 29 de julho, com a presença do imperador. Esse evento teve grande repercussão para a época, como registrou Luiz de Castro Faria, diretor do Museu Nacional entre 1964 e 1967:

> Quando se considera que o primeiro museu de etnografia da França, fundado em 1877, graças ao esforço de Henry, sucessor de A. Quatrefages no ensino oficial de antropologia, só foi instalado em 1879, é deveras surpreendente que no Brasil três anos após se conseguisse levar avante um empreendimento de tal vulto. (Faria *apud* Nascimento, 1991, p. 32)

Para a realização da mostra, o monarca doou de seu museu particular[34] um número considerável de peças (Dantas, 2007b, p. 190-242). Os artefatos estão registrados no catálogo da exposição (Guia da Exposição Antropológica Brasileira, 1882).

A antropologia ganhou espaço como nova especialidade do museu, o que foi institucionalizado no novo regulamento de 1888, com a criação de uma quarta seção. A estrutura do Museu Nacional ficou assim definida: 1ª seção – zoologia, anatomia e embriologia comparada; 2ª seção – botânica;

[34] O Museu do Imperador consistia em um conjunto de quatro salas no térreo do Paço de São Cristóvão para a guarda e exposição do acervo de ciências naturais catalogado pelo próprio Pedro II. É conhecido na historiografia como "gabinete de curiosidades" do monarca.

3ª seção – mineralogia, geologia e paleontologia; 4ª seção – antropologia, etnologia e arqueologia.

Após organizar a mais importante exposição científica nacional do século XIX, Ladislau Neto conquistou experiência para participar de outra grande mostra, mas agora de caráter internacional: o evento internacional de Paris de 1889.[35]

O Brasil teve presença destacada nessa mostra internacional,[36] que contou com característica ímpar: foi idealizada para ser um monumental evento comemorativo do centenário da Revolução Francesa. Diante disso, a exibição foi compreendida como uma exaltação da república, o que levou as monarquias europeias a boicotarem o evento – o império brasileiro participou de forma oficiosa. A presença pessoal do imperador foi registrada inclusive no guia da exposição[37] (Guide Bleu du *Figaro* et du *Petit Journal*, 1889).

A participação brasileira foi organizada a partir da exposição preparatória de 1888 para a seleção do acervo que iria compor o Pavilhão Brasileiro e a Casa Inca. O diretor do Museu Nacional ficou responsável pela montagem dos artefatos indígenas na Casa Inca,[38] última das 44 edificações construídas ao lado do rio Sena para comporem a Exposição Retrospectiva da Habitação Humana.

A instituição se fortaleceu ainda mais como órgão consultor do Império e teve um papel ativo na construção da imagem da nação com a participação nas exposições nacionais e internacionais.

Entretanto, o resultado positivo da participação do Brasil na Exposição Universal não mudou os rumos da história. Passados quatro meses do término do evento, a monarquia despencou fatalmente.

---

[35] Parte do acervo da Exposição Antropológica de 1882 foi utilizada na Exposição Universal de Paris em 1889.

[36] Cabe registrar que o Pavilhão Brasileiro ficou localizado no Campo de Marte ao lado da Torre Eiffel.

[37] Guia da Exposição Universal de 1889, que pertenceu ao imperador (acervo do Museu Mariano Procópio).

[38] Conhecida também como "Pavilhão do Amazonas", devido à exposição indígena organizada por Neto.

Além da participação do Museu Nacional nos eventos organizados pelo governo imperial, a constante interação entre o imperador e a instituição é constatada nos documentos existentes no arquivo do atual Museu Nacional/UFRJ, por meio de remessas de artefatos e solicitação de análises de diferentes materiais.

No Arquivo Histórico do Museu Imperial de Petrópolis, também podemos identificar um considerável número de correspondências trocadas entre o imperador e funcionários do Museu Nacional. Trata-se de permissões para pesquisas, análise de relatórios de trabalho e recebimento de artefatos.

Após o banimento da família imperial, em 1890, o Paço de São Cristóvão passou por um rápido processo de venda dos pertences do imperador, oriundos de suas antigas fazendas – o leilão do Paço de São Cristóvão (na verdade um conjunto de treze leilões realizados ao longo de 1890) (Santos, 1940).

Em ofício datado de 28 de fevereiro de 1890,[39] o então diretor do Museu Nacional começou a reforçar a possibilidade de transferência do museu do Campo de Santana para o palácio da Quinta da Boa Vista. Sua insistência foi pautada na falta de espaço para uma instituição que estava em crescente desenvolvimento.

Apesar do empenho do diretor clamando pela liberação do edifício, dias após o término do leilão, em novembro de 1890, o prédio passou a ser utilizado para abrigar a primeira Assembleia Constituinte republicana.

Em fevereiro de 1892, Neto solicitou ao ministro e secretário de Estado dos Negócios da Instrução Pública, Correios e Telégrafos a construção de uma via férrea temporária que ligasse a Quinta da Boa Vista ao Campo de Santana para transportar em vagões o acervo do Museu do Imperador Pedro II Pedro II para as instalações do Museu Nacional[40] no Campo de Santana.

Em correspondência de maio do mesmo ano, é possível constatar que a insistência de Neto fez com que conseguisse a via férrea em direção inversa à inicialmente solicitada – o acervo do Museu Nacional acabou sendo transportado para a Quinta da Boa Vista. No mesmo ofício enviado ao ministro

[39] BR MN MN. DR. CO, RA. 9/f.151-151v.

[40] BR MN MN.DR.CO, RA.10/f. 42-42v.

da Instrução Pública, descreve-se o processo de mudança e se apresenta uma denúncia contra o engenheiro do Ministério do Interior, pelo seu trato com os objetos existentes na ex-residência imperial.[41]

Em 4 de outubro de 1892, Neto solicitou ao ministro dos Negócios, da Instrução Pública, Correios e Telégrafos "que fiquem pertencendo a esta repartição os móveis e outros objetos úteis ao museu existentes neste palácio, a que pertenciam".[42] Dessa maneira, o diretor do museu justificou o pedido informando que a medida resultaria não só em economia para os cofres públicos, como também em sua melhor utilização e conservação. Assim, o Museu Nacional se apropriou do pouco que restou do leilão, incluindo o acervo do Museu do Imperador.

As mobílias e objetos, por terem sido pulverizados pelos departamentos da instituição, perderam seu significado como materiais que pertenceram ao palácio imperial. A identidade do Paço de São Cristóvão foi perdendo o seu significado de espaço monárquico, suplantado pela nova imagem da instituição científica.

Entretanto, duas salas continuaram a ecoar os tempos imperiais, as chamadas "Salas Históricas":[43] a Sala do Trono e a Sala dos Embaixadores ou do Corpo Diplomático.

A sala considerada a mais nobre do palácio, a Sala do Trono, continuou a representar o espaço do poder, pois passou a ser utilizada para a realização do fórum de maior deliberação da instituição: a Congregação do Museu Nacional.[44] A partir da década de 1980, ela passou a ser usada como mais um espaço para as exposições temporárias.

---

[41] BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f.54.

[42] BR MN MN. DR. CO, RA. 10/f.65-65v.

[43] Salas que ainda continuam com as marcas do período monárquico, carregadas de pinturas e símbolos da residência de d. Pedro II – a Sala do Trono (onde o monarca recebia seus súditos para a realização do ritual português do beija-mão) e a Sala dos Embaixadores ou do Corpo Diplomático (onde se aguardava o acesso à Sala do Trono).

[44] Estrutura acadêmico-administrativa composta por representantes da comunidade do museu, com reuniões de caráter deliberativo realizadas mensalmente e presididas pelo diretor.

As Salas Históricas, apesar de terem passado por dois períodos de restauração,[45] não deixaram de perder algumas de suas representações originais, passando a priorizar a apresentação de exposições das áreas de atuação do museu. Nessa perspectiva, o antigo Paço de São Cristóvão passou a ser generalizadamente identificado como "o prédio do Museu Nacional".[46]

O Museu Nacional, ao longo da primeira metade do século XX, continuou funcionando como uma das principais instituições nacionais de pesquisa científica, assumindo atividades de ensino superior, após ter sido incorporado à Universidade do Brasil (em 1946) e ter participado do movimento dito da Reforma Universitária (nos anos 1960).

O Museu Nacional no Brasil republicano[47]

Com o advento da República, o Museu Nacional passou a ser subordinado ao Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos. Ladislau Neto formalizou sua forte característica monopolizadora por meio do decreto de 8 de maio de 1890, sob o nº 359 A – seu último regulamento. Em um dos artigos, determinava que "nenhum funcionário do museu poderia exercer outro cargo, sendo permitido aos que nesse caso estivessem optar por um dos dois cargos".

A publicação do regulamento no *Diário Oficial*, com outras disposições, como, por exemplo, o corte de contratações de estrangeiros, causou forte indignação entre os funcionários superiores do museu. A maioria dos profissionais participava de uma ou mais comissões de trabalho, além de cumprir suas atribuições regulares. Restavam-lhes então duas saídas: a aceitação ou a retirada com protestos de insubmissão.

---

[45] O primeiro, em 1923, na diretoria de Bruno Lobo, com o artista Eugênio Latour, e depois em 1957, na diretoria de José Cândido de Melo Carvalho, com os artistas Edson Motta, F. Pacheco da Rocha e Luis Carlos Almeida, já com a colaboração do Iphan (Carvalho, 1956, p. 31-33).

[46] Encontram-se no *site* do Iphan os dados referentes ao tombamento do prédio do Museu Nacional.

[47] O histórico da pesquisa no museu ao longo do século XX foi adaptado de Dias (2002, p. 207-227).

É nesse período que o museu perdeu grande número de especialistas estrangeiros. Sobre o caso, assim se pronunciou Lopes: "Essas contratações, se foram um grande impulso para o desenvolvimento do museu à época, na verdade também estiveram na base de muitas das contradições que marcariam o fim da 'idade de ouro' do Museu Nacional". (Lopes, 1997, p. 191).

Convém reiterar que esses naturalistas estrangeiros contribuíram para o processo de institucionalização das ciências naturais no país (Lopes, 1997, p. 327). Entre eles, destacamos: Charles Frederick Hartt (1840-1878), que atuou nas expedições Morgan (1870) e Geológica do Império (1875-1877);[48] Johann Friedrich Theodor Müller (1821-1897), biólogo e médico alemão (conhecido como Fritz Müller), que, mesmo morando em Santa Catarina, contribuiu para o desenvolvimento da Seção de Botânica; Orville Adelbert Derby (1851-1915), geógrafo e geólogo norte-americano que dirigiu a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (1886-1890);[49] o naturalista alemão Karl August Wilhelm Schwacke (1848-1904), especialista em Botânica; o farmacêutico alemão Theodoro Peckolt (1822-1912), que detém o recorde brasileiro de análise química das plantas da flora nacional do século XIX;[50] o naturalista, médico e ornitólogo alemão Hermann von Ihering (1850-1930), que chegou ao Brasil em 1880 patrocinado pelo governo imperial para se dedicar às pesquisas científicas; e o suíço-alemão Emílio Augusto Goeldi (1859-1917), naturalista e zoólogo.

Entretanto, o regulamento de 1890 ocasionou afastamentos e exonerações de estrangeiros, a começar por Orville Derby e Emílio Goeldi, naquele mesmo ano, seguidos por Fritz Müller, Ihering e Schwacke, no ano seguinte. O caso teve ampla divulgação em jornais brasileiros, destacando-se o artigo conferido a Goeldi e publicado na revista *Nature* de 17 de dezembro de 1891, "que criticava a ignorância do novo governo brasileiro, por ter tomado tão mesquinha atitude, que certamente não teria ocorrido na época do velho e ilustrado imperador" (Lopes, 1997, p. 195). Em resposta,

---

[48] Ver Freitas (2001, 2002).

[49] Derby, em 1886, assumiu a direção da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e manteve seus vencimentos no Museu Nacional, sem prejuízo para a instituição. BR MN MN DR (Atas 9 jul. 1886).

[50] Ver Dos Santos (2002, 2005).

Ladislau defendeu o novo governo republicano e consequentemente sua instituição, explicando que Fritz Müller fora "por mais de dezesseis anos empregado do museu, mas nunca [ali havia posto] sequer os pés, porque nunca [vira] esta capital" (*Jornal do Commercio*, 31 jan. 1892). Concluiu o texto esclarecendo que o tratamento deveria ser igual a todos.

Consequentemente, a ciência brasileira foi se dispersando para outros lugares, com Derby no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil, Goeldi na direção do Museu Paraense (Sanjad, 2010, p. 2010), Ihering à frente do Museu Paulista e Schwacke como professor de Botânica da Escola de Farmácia de Ouro Preto.

O quadro da ciência internacional mudou drasticamente na virada do século, com a hegemonia das descobertas de Pasteur. As instituições científicas direcionaram suas linhas de pesquisa para a identificação de doenças bacterianas em homens e animais.

A transferência do museu para o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, pelo decreto de 11 de fevereiro de 1889, gerou novas reformas no regulamento de 1888. Os diretores e subdiretores foram renomeados com os títulos de professores e assistentes, o Conselho Administrativo passou a se chamar "Congregação", e foi abolido o cargo de naturalista viajante. Além disso, estabeleceu-se o funcionamento do Horto Botânico, ocupando a área do Horto Imperial, ao sul do Paço de São Cristóvão.

Ladislau Neto não só aprovou o novo decreto como também o utilizou em diferentes situações, passando a ser hostilizado por quase todo o pessoal do museu. Em 1892, um súbito ataque cerebral o afastou das atividades por aproximadamente dez dias, período no qual ficou em estado de inconsciência, passando, depois, a despachar os documentos em sua residência. Durante seu impedimento, assumiu como diretor o dr. Amaro Ferreira das Neves Armond (1854-1944) para o período de 1892-1893.

No mesmo ano, o museu passou a fazer parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o que foi mantido até 1909. Em 6 de setembro de 1892, Ladislau deixou o museu para representar o Brasil na exposição de Chicago e, ao retornar no ano seguinte, aposentou-se. A direção interina ficou a cargo do dr. Domingos José Freire para a gestão de 1893 a 1895, período em que a insatisfação dos funcionários da instituição continuava

crescente. Essa interinidade, portanto, apenas cumpriu com o expediente até a nomeação de João Baptista de Lacerda.

Nas gestões de 1910 a 1930, com os diretores J. B. de Lacerda, Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923), Arthur Neiva (1923-1926) e Edgard Roquette-Pinto (1926-1935), o museu voltou-se sistematicamente para a educação. Alocado inicialmente no Ministério da Instrução Pública, em menos de dez anos, o museu passou para o Ministério de Negócios Interiores, depois para a pasta da Agricultura, e finalmente para o Ministério da Educação e Saúde.

Essa guinada para a educação geral, dirigida aos escolares do 1º e 2º graus, surgiu, em parte, do esvaziamento dos museus como polos de produção científica e do aparecimento de novos centros de pesquisa mais dirigidos. Contudo, decorria também do movimento mais geral de busca de "civilização" nacional pela educação que caracterizou quase toda a vida intelectual do país no entreguerras (Duarte, 2000).

João Baptista de Lacerda, formado em medicina no Rio de Janeiro, entrou para o museu como subdiretor da 1ª seção, mantendo-se no cargo de 1878 a 1883. Organizador, junto com Couty, do Laboratório de Fisiologia Experimental, Lacerda afastou-se do museu devido às atitudes centralizadoras de Neto. Voltou à instituição em 8 de janeiro de 1895, dirigindo a casa durante vinte anos.

Iniciou-se, então, um período de trégua às discussões causadas durante a gestão de Ladislau. Logo na primeira reunião de Congregação após assumir o novo cargo, Lacerda manifestou o desejo de fazer com que os "colegas" voltassem a desempenhar, da melhor maneira possível, suas atribuições em prol do desenvolvimento do museu. Para isso, contratou novos funcionários, dentre eles, Alípio de Miranda Ribeiro, que havia ingressado na instituição como preparador interino da 1ª seção em 1884.

Em 12 de agosto de 1909, o Museu Nacional passou para o Ministério de Agricultura, o que culminou com uma outra reforma, em 1910. O novo regulamento reinstituiu o cargo de naturalista-viajante e levou o museu a um redirecionamento científico para a pasta em que se encontrava, com a criação do Laboratório de Entomologia Agrícola. Ali, desenvolveram-se estudos em fitopatologia agrícola, química vegetal e química geral.

Esse impulso motivou também a criação de um laboratório próprio para química analítica, em 1911. Em contrapartida, a arqueologia deixou de constar da 4ª seção.

A gestão de Lacerda manteve a publicação dos *Arquivos* (n. VIII-XV). Em seu volume X, publicado em 1896, o periódico contou com a primeira publicação de uma mulher, a etnóloga Maria do Carmo de Melo Rego, com o documento "Artefactos indígenas no Mato Grosso".

O museu encontrava-se em um período de reconstrução para melhor ajuste entre seu acervo e o espaço físico disponível. O palácio que servira de habitação ao imperador d. Pedro II, e que havia sofrido reformas para abrigar a Assembleia Constituinte, não proporcionava fácil adaptação de todo o material do Museu Nacional; por isso, a primeira campanha de Lacerda foi pela demolição do pavilhão construído no pátio interno.[51] Iniciou-se, assim, a partir de 1910,[52] uma grande reforma nas instalações do edifício.

Em 1912, Lacerda retomou as relações científicas internacionais por meio de viagem à Europa; após três anos, teve início o sistema de permuta entre o Museu Nacional e o Museu Emílio Goeldi.

As transições ocorridas no museu durante a gestão Lacerda foram consolidadas na administração do médico Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923), empossado em 12 de agosto de 1915. A preocupação de Bruno Lobo com o quadro de pessoal do museu culminou com a imediata organização de concurso público para bibliotecários e secretários. Seu afinco científico e educativo é corroborado pelo cuidado de relatar e escrever a história da instituição, sendo o primeiro diretor a manter certa regularidade nos relatórios, com o fornecimento de informações precisas sobre o período de 1919 a 1922.

---

[51] Semelhante a uma estufa, construído para as atividades do Congresso Republicano Constituinte.

[52] O ano de 1910 representou a realização de reformas determinantes no parque da Quinta da Boa Vista, com obras de embelezamento, remodelação e saneamento, além da construção do Jardim Terraço e de alterações no palácio.

Esses relatórios começam com a estrutura do museu: Lobo, na direção; Bertha Lutz[53] (1894-1976), na secretaria; Alberto José de Sampaio, na chefia da Seção de Botânica; Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça, na Seção de Zoologia; Alberto Betim Paes Leme, à frente da Seção de Geologia, e Domingos Sergio de Carvalho, na Seção de Antropologia. Os professores Alípio de Miranda Ribeiro (zoologia), Edgar Roquette-Pinto (antropologia) e Alberto Childe (preparador de arqueologia) entram no museu nesse período, completando o grupo de 35 funcionários, segundo o primeiro relatório, de 1919.

No seu primeiro centenário, o museu organizou a edição número XXII do *Arquivos,* com textos sobre a sua história e a de suas seções. Alberto José de Sampaio registrou o desenvolvimento da botânica, com 1.600 itens na gestão de Custódio Serrão, 4.700 artigos na gestão Neto e 44.590, em setembro de 1918, na gestão de Bruno Lobo. Foi editado ainda um índice geral dos *Arquivos* já publicados, organizado por Bertha Lutz. Nesse volume, constou também o estudo de Bruno Lobo sobre a Ilha da Trindade, com a colaboração de Lauro Travassos (em estudo helmintológico) e Miranda Ribeiro (em pesquisa sobre os vertebrados).

Ao final desse ano, foi criado o Laboratório de Entomologia Geral e Aplicada. Sob direção do professor Carlos Moreira, os primeiros estudos do laboratório versaram sobre coleópteros e sobre pesticidas e inseticidas para a produção de emulsões à base de sabão, petróleo e caldas arsênicas.

O Laboratório de Química seguia com suas análises para o Ministério da Agricultura, sociedades agrícolas particulares e a Inspetoria das Obras contra as Secas. O laboratório participou do 10º Congresso Brasileiro de Química com a apresentação das conferências "O Museu Nacional e a difusão da química" e "Valor energético dos alimentos do Brasil".

[53] Filha do médico e cientista brasileiro Adolph Lutz, estudou ciências naturais em Paris, ocasião em que teve contato com movimentos feministas da Europa e dos Estados Unidos. Ao retornar ao Brasil, criou as bases do feminismo brasileiro. Foi a fundadora da pioneira Federação Brasileira para o Progresso Feminino, em 1922.

Os primeiros estudos sobre aracnídeos foram iniciados pelo professor Cândido Firmino de Melo Leitão,[54] assim como os primeiros estudos herpetológicos, desenvolvidos em conjunto com o Instituto Butantã, com a estada, como professor visitante, do doutor Afrânio do Amaral.

Por deliberação da Congregação, o museu começou a desenvolver projetos no campo educacional, com o intuito de dinamizar o ensino das áreas de história natural e de potencializar a visitação de estudantes. No período de 1919 a 1921, foram desenvolvidos quadros murais (mapas) destinados ao ensino da zoologia (com a abordagem das ordens e famílias do reino animal), da antropologia (com a descrição da ordem dos primatas), da geologia (com a pesquisa sobre a formação das rochas) e da botânica (com a análise das estruturas funcionais das plantas superiores).

Os mapas eram enviados às escolas junto com Gabinetes de História Natural (estojos didáticos sobre o tema). Em 1920 já haviam sido doadas noventa coleções. Além disso, o museu recebia professores e alunos para tirar dúvidas e acompanhar os avanços das coleções dos colégios.

Com a proximidade das comemorações do Centenário da Independência, o professor Domingos Sergio de Carvalho, chefe da 4ª seção, foi convidado para integrar a comissão de organização do evento. O museu participou ativamente das festividades, envolvendo todas as suas seções.

O marco da gestão Lobo foi a integração do Museu Nacional com diversos órgãos do Estado, como a Diretoria Geral de Indústrias, o Departamento Nacional de Saúde Pública, o Serviço Geológico e Mineralógico do Ministério da Agricultura, o Serviço de Povoamento do Solo, a Escola Superior de Agricultura, a Escola de Veterinária do Exército, entre outros.

Em 1923, Arthur Neiva (1880-1943) assumiu a direção do museu, permanecendo no cargo até 1926. Natural da Bahia e formado em medicina, Neiva iniciara sua vida científica na Inspetoria de Profilaxia da Febre Amarela, em 1903. Seus trabalhos sobre os insetos vetores da tripanossomíase ameri-

[54] O Museu de Biologia Professor Melo Leitão, criado em 1949 e batizado em sua homenagem pelo naturalista Augusto Ruschi (1915-1986), é público, federal e subordinado ao Instituto Brasileiro de Museus. Parte do terreno onde está situado, na cidade de Santa Teresa/ES, pertence ao Museu Nacional via Sociedade dos Amigos do Museu Nacional (SAMN), tendo sido transformado na Reserva Santa Lúcia.

cana foram desenvolvidos no período em que esteve no Instituto Oswaldo Cruz, em 1908. Após essa fase, tornou-se professor do museu.

Durante a direção de Neiva, registramos a visita de nomes ilustres da comunidade científica internacional. Em 1925, ocorreu um importante eclipse solar, e o melhor lugar para sua visualização era Pernambuco. Nessa ocasião, o Brasil recebeu o físico Albert Einstein (1879-1955), que passou pela capital e pelo museu no período de 4 a 12 de maio. No ano seguinte, Marie Sklodowska Curie (1867-1934), conhecida como madame Curie, química que descobriu o rádio e o polônio, e introduziu os conceitos da radioatividade na ciência contemporânea, visitou o país e também esteve no Museu Nacional. O mesmo aconteceu com Alberto Santos Dumont (1873-1932), que, no dia 17 de dezembro de 1928, visitou o museu para testar mais um de seus inventos, batizado de "Marciano".

O Museu Nacional no Estado Novo

De 1927 a 1936, Edgard Roquette-Pinto assume a direção do Museu Nacional, atravessando o período de mudanças políticas registradas historicamente como a Revolução de 1930[55] – mesmo ano em que o museu passou a fazer parte do Ministério da Educação e Saúde Pública.

Roquette-Pinto é reconhecido como um dos pais da radiodifusão no país, criador da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, mais tarde Rádio MEC. Era formado em medicina, mas seu interesse pelos povos indígenas o levou a viagens à Amazônia, sendo um dos primeiros cientistas a registrar os cantos e ritos indígenas em rolos magnéticos. Entrou para o quadro do museu na gestão Lacerda, desenvolvendo um trabalho antropológico sobre os sambaquis do Rio Grande do Sul.

Seguindo esse viés, publicou pela primeira vez nos *Arquivos* número XX sua maior obra, *Rondônia.* Foi delegado do Brasil no Congresso de

[55] A Revolução de 1930 foi um movimento armado, liderado pelos estados do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, que estavam insatisfeitos com o resultado das eleições presidenciais. O movimento resultou em um golpe de Estado, o Golpe de 1930, que derrubou o então presidente da República, Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e impediu a posse do presidente eleito, Júlio Prestes. Getúlio Vargas assumiu o Governo Provisório, marcando o fim da República Velha.

Raças, realizado em Londres, em 1911, e um dos fundadores da Academia Brasileira de Ciências em 1923.

Roquette-Pinto representou o ápice da política educativa do museu, chegando a ministro da Educação no governo Vargas. Em suas estadas na Europa, entrou em contato com o uso publicitário do cinematógrafo, que viu como um forte instrumento para o ensino de história natural e para a transmissão do conhecimento em geral. Foi fundador e diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo e do Serviço de Censura Cinematográfica.

Em sua gestão, o museu passou por mais uma reforma administrativa. A estrutura científica da instituição, decretada em 27 de março de 1931, passou a ser composta de cinco seções, a saber: 1ª – Mineralogia e Geologia/Estratigrafia e Paleontologia, chefe: Betim Paes Leme; 2ª – Botânica, chefe: Alberto Sampaio; 3ª – Zoologia: Vertebrados/Invertebrados, chefe: Miranda Ribeiro; 4ª – Antropologia/Etnografia, chefe: Heloísa Torres; 5ª – História Natural e Serviço de Assistência ao Ensino, chefe: Roquette-Pinto.

As divisões vieram segmentar os campos do conhecimento, principalmente com a Seção de Zoologia dividida em Vertebrados e Invertebrados. A nova quinta seção teve o propósito de dinamizar uma visão geral em história natural, voltada para o atendimento às escolas por intermédio do Serviço de Assistência ao Ensino (SAE).

O museu já não dava vazão à produção de coleções didáticas, mas as estimulava e dava assistência às coleções das escolas, com serviços de classificação de minerais, vegetais e animais. Roquette-Pinto criou uma filmoteca educativa, deixando-a a cargo da quinta seção. O museu possuía em seu acervo 237 filmes, entre eles alguns produzidos por Humberto Mauro. O número de fotos e diapositivos chegava a 4.341, abarcando todas as seções científicas.

Roquete-Pinto criou também a *Revista Nacional de Educação*, em 1932, com 21 números editados num período de dois anos. Com sua saída, o museu seguiu com a gestão provisória de Alberto Betim Paes Leme (1882-1938), no período de 1935 a 1938, e, posteriormente, com a gestão de Heloísa Alberto Torres (1895-1977), no período de 1938 a 1955.

Entre os grandes nomes do museu, vale destacar a bióloga e naturalista Bertha Lutz pela indiscutível contribuição para o desenvolvimento

das atribuições da mulher na sociedade brasileira. Em 1932, pressionou o presidente Getúlio Vargas, liderando um grupo de mulheres com o intuito de mudar o código eleitoral para que elas pudessem votar. Após a conclusão do curso de direito, em 1933, pela Faculdade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Bertha chegou a participar da comissão responsável por elaborar uma nova Constituição, garantindo que os direitos da mulher fossem incorporados ao texto. Mais tarde, em 1945, Lutz (em meio a suas pesquisas com anfíbios), de um total de 850 mulheres, esteve entre as quatro que participaram da redação da Carta das Nações Unidas. Assim, garantiu a inclusão da referência à igualdade de gênero no documento final. Priorizando a educação pública geral, as gestões dos ex-diretores Heloísa Alberto Torres, José Cândido de Melo Carvalho (1914-1994) e Newton Dias dos Santos (1916-1989) construiriam um museu calcado nos marcos de Roquette-Pinto, com destaque para as exposições e cursos de especialização, que gerariam, anos mais tarde, os programas de pós-graduação.

Essas gestões, anteriores ao golpe de 1964, mantiveram o prestígio quase único da instituição em suas áreas, o que mudaria drasticamente depois da ditadura militar. Na gestão Heloísa Alberto Torres, deu-se a transição entre esses dois momentos do Museu Nacional (Ribeiro, 2000).

A direção de Heloísa ocorreu no período autoritário de Vargas (1937-1945) e no de sua volta ao poder (1950-1954). Apesar da divulgada proximidade da diretora com o alto escalão do governo, as medidas políticas adotadas durante o Estado Novo não lhe foram tão favoráveis. Getúlio Vargas, tendo as Forças Armadas como suas aliadas, tinha o verdadeiro controle do aparelho do Estado, podendo manobrar seu trabalho de conquista da classe operária. A nova cultura política que o Estado Novo havia criado atingiu especificamente o Museu Nacional, por consequência do artigo 159 da Constituição de 1937, regulamentado pelo decreto-lei nº 284, de 29 de novembro do mesmo ano, que impedia a acumulação de cargos públicos com os cargos do magistério.

O primeiro desafio de Heloísa Alberto Torres como diretora da instituição foi tentar reverter a saída de professores. O êxodo foi inevitável, semelhante à situação ocorrida durante a gestão de Ladislau Neto. A diferença estava

na atuação da direção ante o problema. Ladislau Neto apenas apoiou a determinação, perdendo, assim, grande parte de seu pessoal altamente qualificado. Seu sucessor, Bruno Lobo, organizou um concurso público, o que, porém, não poderia ser uma solução para Heloísa, pois, além de não ser possível abrir concurso na época, o salário inicial não era atrativo para os pesquisadores em estágio avançado na carreira. Os dispositivos legais para a contagem de tempo de serviço também dificultavam a transferência de pessoal entre os órgãos. Torres apresentou a seguinte solução: recrutou jovens estagiários para iniciarem as suas carreiras nas áreas de antropologia, botânica, geologia e zoologia e ocuparem interinamente as vagas ociosas pelos pesquisadores do museu. A partir de 1944, começou a regularizar o quadro de pessoal da instituição, ao conseguir realizar um concurso público para as quatro grandes áreas do museu.

Nesse período, merece destaque a organização da *Revista do Museu Nacional*, elaborada pelo professor Alberto Betim Paes Leme. Publicada de março de 1944 até dezembro de 1945, o periódico apresentava alto padrão científico e gráfico, sendo um marco na divulgação científica da época, com textos inteligentes e, ao mesmo tempo, de fácil compreensão. A história do meteorito Bendegó, lendas e jogos indígenas e textos sobre a atividade dos naturalistas de todos os campos da história natural e do museu compunham o conteúdo, sempre ilustrado com fotos de Moacir Leão e desenhos de J. J. Rescala, que, mais tarde, em 1957, viria a fazer os dioramas da exposição permanente.

A publicação ainda tinha as seções "Das estantes do Museu Nacional", sobre a aquisição de novos livros da biblioteca, e "Instruções para a organização de pequenos museus escolares". A primeira matéria de seu último número, de dezembro de 1945, já chamava a todos para a reabertura do museu, prevista para 1948. Ressaltamos também a atuação de Heloísa Torres na realização de intercâmbio entre o Museu Nacional e institutos nacionais e internacionais, ato impulsionado por Ladislau Neto que passou a ter grande visibilidade durante sua direção. Suas iniciativas conciliavam a formação de jovens pesquisadores e o enriquecimento das coleções do museu.

Ainda na gestão de Torres, por meio do decreto nº 8.689, de 16 de janeiro de 1945, o museu foi incorporado à Universidade do Brasil e, pelo decreto

nº 21.321, de 18 de julho de 1946, foi classificado como instituição nacional, com prerrogativas idênticas às das escolas e faculdades. A partir de então, sua estrutura administrativa e acadêmica passou a sofrer transformações para melhor adequar-se à estrutura da universidade. Atualmente, encontra-se integrado ao Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ.

A administração de Heloísa é marcada pela reforma total do prédio do Museu Nacional. Eram necessárias a realização de obras estruturais, a regularização do abastecimento de água, a instalação de nova rede de gás e de iluminação elétrica, a substituição de pisos, a modernização do acesso de visitantes e funcionários, a redistribuição do espaço, incluindo a ampliação dos laboratórios, e uma nova distribuição das salas da exposição – tudo isso considerando as restrições existentes às obras no prédio, por se tratar de um monumento histórico. Esse complexo processo teve início no período entre 1939 e 1940, quando foi firmado um acordo entre o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e a diretora do Museu Nacional e conselheira do mesmo órgão. O Sphan realizaria os exames técnicos e faria a captação de recursos para as obras.

Em reunião com os representantes do Sphan e do Museu Nacional, diante da necessidade de uma deliberação sobre o assunto, foi reconhecida a inviabilidade da mudança para outro edifício ou a construção de um novo prédio. Aprovou-se então a restauração do palácio e a permanência no mesmo lugar após as obras. Com os laudos técnicos que comprovavam inclusive a inviabilidade de obras setoriais, foram aprovadas as redistribuições do espaço, com base em consultorias de museus estrangeiros e outros especialistas. A diretora da instituição decidiu desmontar as exposições em 1º de outubro de 1941. Foram previstos três anos para a conclusão das obras, mas, devido às diversas consequências da Segunda Guerra, à situação geral da administração pública e aos trabalhos internos de reorganização do museu, as obras estiveram paradas até 1946 e só foram totalmente concluídas em 1954.

Durante esse longo período, Heloísa Torres pôde envolver-se com a reorganização dos serviços da biblioteca do museu. Investiu em qualificação de pessoal e transferiu a biblioteca para o terceiro andar, garantindo assim um maior espaço físico. Além disso, recebeu doação de equipamentos e mobiliário e fez melhorias nos processos de conservação do acervo.

O cenário do Museu Nacional em 1945, coincidindo ou não com o término do Estado Novo, teve uma das maiores crises de toda a sua história. Com as exposições desmontadas e as obras paralisadas, Heloísa passou a ser alvo de denúncias, inicialmente por telegramas e telefonemas anônimos, oriundas de seus adversários na instituição. Acusavam-na, por exemplo, de "personalista, egocêntrica, impregnada de espírito fascista". Os chefes de divisões e seções, além de funcionários mais humildes, dividiam a situação, prestando solidariedade à diretora.

Essa situação vigorou durante todo o ano de 1945, marcado pelo término da Segunda Guerra Mundial, o fim do Estado Novo e a aclamação de eleições gerais para a Presidência da República. Em novembro do mesmo ano, Heloísa recebeu, descontente, a ordenação do ministro da Educação para organizar eleições para diretor do Museu Nacional. Os anos de 1945 e 1946 foram de crise na direção da casa.

Em 1949, Heloísa publicou o seu único *Relatório de atividades*. O texto mostra o caráter conturbado desse período do Museu Nacional, que, no entanto, manteve as atividades científicas em andamento e garantiu seu prestígio por meio da representação na Conferência Geral da Unesco, realizada em setembro do mesmo ano, em Paris.

No campo científico, a primeira mudança visível dessa fase incidiu sobre a Divisão de Geologia e Mineralogia, que foi dividida nas seções de Paleontologia – Vertebrados, Paleontologia – Invertebrados, Mineralogia e Petrografia, e Paleontologia Geral. Do relatório de Heloísa já constam os naturalistas que viriam a escrever a história da paleontologia brasileira, Carlos de Paula Couto e Ney Vidal.

No relatório de 1949, não há menção ao SAE, mas sim à Seção de Extensão Cultural (SEC), sob responsabilidade do técnico em educação Vitor Stawiarski. O trabalho principal da seção era ministrar aulas para escolas de 2º grau sobre variados temas, como anatomia, botânica, embriologia, histologia, uso de microscópios, cariocinese, protozoários, arqueologia clássica, educação sexual e matrimônio, entre outros.

Ainda no mesmo ano, em novembro, realizava-se a I Reunião Brasileira de Antropologia, organizada por uma comissão de antropólogos do Rio de Janeiro, com a liderança de Heloísa Torres e em cuja presidência de honra

lia-se o nome de Roquette-Pinto. A reunião teve lugar no museu, e a ela compareceram cerca de duas dezenas de antropólogos, alguns linguistas e sociólogos. No evento, determinou-se a criação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Em 1952, Heloísa iniciou um novo projeto de pesquisa em Arraial do Cabo. Tratava-se de uma pesquisa ecológica que unia a Divisão de Botânica com a Divisão de Antropologia, dando assim continuidade ao trabalho de formação de futuros antropólogos.

Um acontecimento de repercussão nacional daria fim ao seu mandato como diretora: o suicídio do presidente Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954. O vice-presidente, João Café Filho, cumprindo a Constituição, assumiu o governo e nomeou seu ministério, acarretando significativas mudanças que gerariam a incompatibilidade entre Heloísa e o novo primeiro escalão.

Com o fim da gestão Torres, assumiu a direção interina o professor Ney Vidal, que reestruturou algumas atividades administrativas do museu. Com José Cândido Carvalho, o retorno às atividades científicas ganharia um novo impulso.

A gestão do entomologista José Cândido Carvalho (1956-1961) ocorreu também em um importante período da então Universidade do Brasil, com a reitoria de Pedro Calmon. Na sua direção, foi implementado o *Relatório anual de atividades do Museu Nacional*, separando os acontecimentos importantes de cada ano da gestão. O ano de 1956 foi um período de avaliação e planejamento em relação aos trabalhos realizados pelo museu. Concluiu-se que, como a exposição permanente representava um considerável centro de interesse e um meio eficaz de disseminação da cultura e educação, era imprescindível reorganizar as salas das exposições.

Naquele ano, as exposições estavam sob a responsabilidade do Setor de Extensão Cultural (SEC), que se encontrava desprovido de pessoal, impossibilitando a reorganização das exposições. Diante disso, em sessão da Congregação, todos os setores do museu foram convocados a trabalhar em prol da exposição permanente. Assim, em um curto espaço de tempo, três salas foram recuperadas.

Carvalho, em seu relatório, aponta as mudanças no cenário científico brasileiro, ressaltando a atuação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), criado em 1951, por meio de "concessão de bolsas de pesquisa aos

técnicos da instituição e recursos para combater as pragas da biblioteca, equipamentos de taxidermia, reorganização do Herbário e elaboração das exposições públicas" (Carvalho, 1956).

A citação nos dá uma ideia de como Carvalho encontrou o museu e de suas prioridades iniciais. A reabertura das salas de exposição mereceu destaque no relatório, com descrições completas de seus conteúdos, peças e responsáveis pela produção. As primeiras galerias permanentes a sofrerem modificações foram as de pré-história humana, de geologia e paleontologia e de zoologia. As salas onde seriam expostos os elementos pertencentes à zoologia (total de treze salas) estavam em péssimas condições, e o seu estado foi documentado por fotos tiradas pelo próprio diretor. Para a recuperação desses espaços, foram necessários oito meses de trabalho.

Além das exposições, a administração preocupou-se com a recuperação das históricas Sala dos Embaixadores, Sala do Trono[56] e Capela da Imperatriz, com a orientação do Sphan. Considerando que a reconstituição não havia sido prevista no orçamento da União, foi graças ao espírito de compreensão e ao reconhecimento do valor histórico manifestado pelo reitor Pedro Calmon e pelo Conselho de Curadores que a recuperação total da Sala do Trono pôde ser feita.

As providências tomadas por José Cândido não ficaram restritas às salas citadas; estenderam-se também aos cuidados necessários à conservação e valorização da galeria de retratos dos ex-diretores do museu. Na época, a galeria era composta por oito quadros a óleo de artistas nacionais consagrados. Todos os quadros foram restaurados, o que incluiu desde a troca de molduras e limpeza até retoques nas pinturas. O Setor de Taxidermia foi reorganizado em 1955, graças à construção do Anexo Alípio de Miranda Ribeiro, que teve início em 1954. No anexo, além das oficinas e dos setores de taxidermia, foram instalados a ictiologia, a herpetologia e um depósito de vertebrados em álcool.

Afinado com o movimento internacional dos museus, o Museu Nacional participou do I Congresso Nacional de Museus, realizado em Ouro Preto,

[56] A Sala do Trono, desde as gestões anteriores, era utilizada para a exposição de antropologia, mas, a partir dessa administração, o espaço, semelhante à Sala dos Embaixadores, começou a ser pensado para abrigar temas históricos.

que contou com quatorze instituições. Esteve também em contato com o International Council of Museums (Icom), participando da 1ª Semana Internacional de Museus, realizada entre 7 e 14 de outubro de 1956, com grande repercussão na imprensa da capital.

O museu foi também cenário de diversos eventos científicos ao longo da gestão de Carvalho, como o X Congresso Brasileiro de Geologia e o X Seminário de Ensino Universitário de Ciências Sociais. Já em 1957, sediou a IX Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), de 8 a 13 de julho, com mais de 650 pesquisadores de todo o país.

Seus naturalistas eram representantes oficiais em outros órgãos importantes do governo, como o Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, cuja representação foi feita pelo professor José Cândido Carvalho; o Conselho Florestal, por Bertha Lutz; o Conselho Nacional de Proteção aos Índios, por Heloísa Alberto Torres na presidência, e a Comissão Nacional de Ciências Sociais, com Luiz de Castro Faria (1913-2004).

A criação dos cursos de pós-graduação ocorreu de forma gradual. Primeiramente, foi aberto um curso de aperfeiçoamento em Antropologia Cultural, ministrado por Castro Faria, e, nos anos seguintes, o curso de especialização em Antropologia Física, em conjunto com o Serviço de Antropometria do Instituto de Pesquisas Educacionais da Prefeitura do Distrito Federal. Com duração de um ano, o curso era coordenado pelos professores Tarcísio Messias e Marília Alvim. O curso de Botânica Sistemática veio em seguida, com duração de três anos.

A direção promoveu um curso de introdução à museologia, com aulas sobre cada área científica e uma aula final com o professor Araújo Feio sobre museologia aplicada aos museus de ciência. Os cursos livres, implementados na gestão Neto, foram mais uma vez adaptados, dessa vez com o título de Ciclo de Palestras Culturais. O ciclo foi coordenado pelos naturalistas Luiz de Castro Faria e Haroldo Pereira Travassos. As palestras abordavam desde pesquisas até impressões de viagens e eram ministradas pelos professores da instituição e por convidados, entre eles Darcy Ribeiro. É dessa época a criação do Laboratório Fotográfico e do Serviço de Desenho (ilustração científica).

Um grande trabalho científico foi desenvolvido pelas divisões, pensando na organização e na conservação do material já em acervo e no desbravamento

de novos marcos científicos. Por iniciativa de Castro Faria, foi organizado um concurso para premiar jovens cientistas da pós-graduação, "sob a égide dos grandes naturalistas que foram Alberto Betim de Paes Leme, Alberto José de Sampaio, Alípio de Miranda Ribeiro e Edgard Roquette-Pinto, respectivamente para os melhores trabalhos de geologia, botânica, zoologia e antropologia" (Carvalho, 1956), com o valor de Cr$ 10.000,00 (10 mil cruzeiros).

A Seção de Linguística teve o seu início com a contratação do professor Joaquim Mattoso Câmara Junior, autor de um *Manual de transcrição fonética*, e com o convênio com o Summer Institute of Linguistics, dos Estados Unidos. Em 1957, o setor foi oficializado e desenvolveu os primeiros estudos sobre a obra linguística de Curt Nimuendaju: usos topológicos de vocábulos indígenas e estudo dos radicais da língua Jê.

Nesse período, a SEC era conhecida por sua precária composição, embora contasse com três servidores coordenados por Victor Stawiarski. Cumprindo a sua finalidade de órgão difusor de cultura e dinamização do museu, a seção mantinha contato com a imprensa, rádio e televisão. Era a responsável pelas exposições e, nessa fase, encontrava-se desaparelhada também de material.

Uma de suas importantes atribuições, além da realização das visitas guiadas, era a organização de aulas (média de oitenta por ano) nas matérias de Educação Sexual, Conduta Sexual, Biologia e Técnicas Microscópicas. Victor Stawiarski ministrava os cursos, participava das visitas guiadas e excursionava para coletar material botânico e zoológico.

Ainda nesse contexto temporal, o museu passou por outra reforma, dessa vez graças a um auxílio de Cr$ 200.000,00 (200 mil cruzeiros) prestado pelo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para as obras de restauração do Jardim das Princesas. Além disso, foi celebrado um intercâmbio cultural, através de ofício enviado pelo reitor da Universidade do Brasil, professor Pedro Calmon, ao embaixador da Itália, solicitando, por motivos de ordem sentimental, algumas das peças etruscas provenientes de escavações que a imperatriz Thereza Christina mandara realizar na Itália.

No evento comemorativo aos 140 anos do Museu Nacional, esteve em visita à instituição o presidente da República, Juscelino Kubitschek. O cerimonial foi realizado na Sala dos Embaixadores, e, durante a visita, foram inauguradas as novas salas de Zoologia.

Nesse período, a SEC voltou-se para trabalhos de formação profissional, como a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento em ciências para professores, contando com a participação da Faculdade Nacional de Filosofia, do Inep e da Capes. Os cursos constituíam-se de aulas, excursões e montagem de aparelhos científicos. Em 1958, a seção, de acordo com as alterações no regimento do museu, passou a ser denominada Divisão de Educação e começou a realizar cursos para o Inep e trabalhos de assessoria de imprensa.

O comando da Divisão de Educação passou de José Lacerda de Araújo Feio para Victor Stawiarski, que, junto com sua equipe, participou na elaboração do filme *Uma visita ao Museu Nacional*, de 17 minutos, em conjunto com o Instituto Nacional do Cinema Educativo (INCE). Porém, a principal tarefa da divisão era a organização das visitas guiadas. Com a abertura das novas salas, houve um aumento significativo do número de visitantes individuais e de guiamentos, com a presença de 271 grupos escolares, das classes de alfabetização até cursos superiores, e com a oferta de 65 cursos durante o ano sobre os temas ligados à exposição.

Ainda no ano de 1958, foi possível executar as seguintes obras: reforma de sanitários públicos; reforma da sala de cinema; reforma da sala do Serviço de Fotografia e Projeções; pintura e reforma de cinco salas de exposição; pintura e reparos da fachada principal. Além disso, foi possível terminar mais três salas da Zoologia, incluindo a da exposição Aves do Brasil.

Em 1937, um grupo de idealistas havia fundado a Sociedade dos Amigos do Museu Nacional (SAMN), reunindo-se diversas vezes numa sala do *Jornal do Commercio* e, mais tarde, no próprio museu. O propósito da sociedade era zelar pelo patrimônio cultural da instituição e contribuir para o enriquecimento de suas coleções e de sua biblioteca, promovendo o melhor conhecimento da natureza brasileira. A sociedade teve efêmera duração, mas, em abril de 1959, por inspiração do diretor José Cândido Carvalho, cogitou-se o seu ressurgimento, ideia que foi apoiada pela comunidade do museu. A sociedade começou com 62 sócios e iniciou um programa de palestras.

O Museu Nacional possuía, nesse momento, vários quadros de pessoal: quadro permanente do MEC; quadro suplementar do MEC; tabela numérica ordinária da Universidade do Brasil (UB); tabela numérica suplementar

da UB; tabela numérica especial da UB; quadro extraordinário da UB, e quadro de contratados do MEC.

No ano de 1960 é aprovado o Plano de Classificação de Cargos (lei nº 3.780, de 12 de julho), e, pela primeira vez na história administrativa do Brasil, os servidores de carreiras "técnico-científicas" foram mais bem situados, ocupando cargos de níveis máximos. Naturalistas, naturalistas-auxiliares, naturalistas-contratados e outros pesquisadores do Museu Nacional (dos quadros do MEC e da UB) foram enquadrados nas novas carreiras, muito mais significativas, de antropólogos, botânicos, geólogos e zoólogos.

Ao final desse período, o museu respirava os avanços da gestão de Carvalho, com um total de 224 funcionários – incluindo serventes, vigilantes e zeladores – e com a publicação de 24 *Boletins*, dois números de *Publicações Avulsas* e um livro – isso só em 1956. Os *Arquivos* tiveram sequência entre os números XLIII e LI, sob a responsabilidade do naturalista Haroldo Pereira Travassos, que seguiria como editor até 1967. Os professores do museu chegariam a 62 publicações internas e trinta textos em outras revistas.

Cabe ainda destacar mais um feito da administração Carvalho: a realização do Simpósio Internacional sobre o Curare, em 17 de agosto de 1957, patrocinado pela Unesco e pelo Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil. A exposição temporária sobre o curare e hábitos indígenas saiu do Paço de São Cristóvão para o pátio principal da Central do Brasil, levando ciência e cultura para a maioria da população da cidade.

Ao fim da gestão Melo Carvalho, o professor Newton Santos assumiu a direção do museu para o período de 1961 a 1964.

Nos seus relatórios, editados nos anos de 1961 a 1963, o diretor nos fala do corte orçamentário de 43% nas verbas do governo federal e da carência de técnicos administrativos. Nesse momento, o Congresso Nacional discutia a regulamentação da lei de reclassificação em todas as universidades públicas. Essa lei fazia a passagem do cargo de naturalista para as carreiras de geólogos, botânicos e zoólogos, além da unificação dos três quadros funcionais que existiam dentro do museu.

A interação entre o Museu Nacional e a Universidade do Brasil, na gestão de Newton Santos, ficou mais evidente. Nesse período, a abertura das aulas na universidade foi comemorada no museu, com uma aula magna do

deputado federal pelo estado da Guanabara professor Hamilton Nogueira, catedrático de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina da UB.

Na Divisão de Educação, Vitor Stawiarski contabilizou 243 visitas guiadas com escolas de 1º e 2º graus. Para atender à grande demanda, organizou-se um curso de guias em ciências no próprio museu, realizado pela Divisão de Educação e pelo Setor de Serviço Audiovisual para Aprendizagem (Sava), do Departamento de Educação Primária do Estado da Guanabara.

O curso visava ao direcionamento para as ciências apresentadas no museu e à articulação entre ensino e exposição, formando dezenove professores. Uma das atividades era a preparação do filme *Valor educativo das exposições*, que esclarecia as dúvidas mais costumeiras das crianças e contava com a apresentação do técnico em educação Solon Leontsinis (1956-2003).

Ainda em 1961, Santos anunciou a participação do museu na Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (Cades), que promovia uma série de encontros com professores e visitas a escolas do antigo 2º grau do Rio de Janeiro. Em 1962, o museu iria a Fortaleza (CE), Vitória da Conquista (BA) e Belo Horizonte (MG). As atividades anteriores da gestão Melo Carvalho foram mantidas, como os cursos de Sistemática Botânica e Antropologia Cultural, acrescidos dos cursos de Fitogeografia e Taxidermia.

Na gestão Santos, a chefia da Divisão de Zoologia foi compartilhada por Antenor Leitão de Carvalho, Haroldo Travassos e Alceu Lemos de Castro. O professor Antenor Leitão realizava análises para o Instituto Oswaldo Cruz e para o Serviço Nacional da Lepra. A divisão desenvolveu trabalhos para o Instituto Biológico de Defesa Agrícola e participou da reforma do Código de Caça.

A Divisão de Botânica, por sua vez, ganhou maior espaço com a construção dos prédios no Horto, em 1962. Foram ali alocados o Setor de Ecologia e demais laboratórios, com estufas e canteiros, graças ao grande esforço do professor Fernando Segadas Viana, que chegou a entrar em conflito com a prefeitura da cidade e com a administração da Quinta da Boa Vista para a utilização desse espaço. Sob a chefia de Luiz Emygdio de Mello Filho, a Divisão de Botânica recepcionou durante um mês o professor Rolf Singer, micólogo de renome internacional que realizou estudos e ministrou aulas no curso de Sistemática Botânica.

Outra obra identificada no relatório desse período foi o rebaixamento da área lateral esquerda do prédio com tratores e serviços gratuitos de uma empresa particular. Foi nessa ocasião que se descobriu um túnel de cerca de trinta metros de extensão, que ligava o palácio a antigas instalações não identificadas. O espaço, na ocasião, encontrava-se totalmente soterrado.

No exterior, o museu teve participação ativa no II Congresso Latino-Americano de Zoologia, realizado de 16 a 21 de julho de 1962, com Bertha Lutz na presidência da Seção de Herpetologia. A pesquisadora, mesmo em licença especial, trabalhava à época na classificação do material herpetológico da coleção de seu pai, Adolpho Lutz, cedido ao Instituto Oswaldo Cruz para posterior retorno ao museu.

Também marcou esse período o aniversário de 144 anos da fundação do museu, cuja comemoração contou com uma sessão cinematográfica, no auditório, para as famílias dos funcionários. Em cerimônia solene com a presença do professor Raymundo Moniz Aragão, foi lido o ofício do diretor do museu, encaminhando ao reitor e ao presidente do Conselho Federal de Educação sugestões para o currículo mínimo da formação de antropólogo, botânico, geólogo e zoólogo, bem como para os cursos de pós-graduação, especialização e aperfeiçoamento que o museu poderia ministrar.

O museu na busca de uma identidade científica

Com a ditadura militar, a ciência do país enfrentou anos difíceis, voltando-se os instrumentos públicos para áreas ditas "estratégicas", como defesa nacional, pesquisa e desenvolvimento em tecnologia nuclear e armamento. A ciência sofreu grande atraso pela falta de investimento e pelos efeitos das perseguições políticas, com a aposentadoria forçada de muitos professores.

O museu passou nesse período pelas gestões de Luiz de Castro Faria (1964-1967), José Lacerda de Araújo Feio (1967-1971), Dalcy de Oliveira Albuquerque (1972-1976) e Luiz Emygdio de Mello Filho (1976-1980). Ao fim da gestão Melo Filho, o museu esteve sob direção pró-tempore da professora Leda Dau (1980-1982). Não há relatórios anuais referentes a esse período da história.

Na gestão de José Feio, em 1968, o primeiro programa de pós-graduação *stricto sensu* do museu foi organizado, inaugurando-se o PPGAS (Programa de Pós-graduação em Antropologia Social), com o curso de mestrado e, posteriormente, com o de doutorado. Um pouco depois, em 1975, foi aberta a Biblioteca Francisca Keller,[57] que concentrava os livros de pesquisa do programa, em homenagem a uma das suas professoras fundadoras. Nas ciências sociais, buscava-se a otimização de recursos para o conhecimento etnográfico do país. Buscava-se também a compreensão da conturbada conjuntura que o Brasil vivia, por meio do direcionamento das pesquisas para a nova antropologia urbana.

Em 1971, completou-se um longo processo conhecido como "Reforma Universitária". Com um conjunto de medidas formais, o governo uniformizou as estruturas acadêmicas de todas as universidades públicas. A Universidade do Brasil passou a se chamar Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). As divisões do museu passaram a constituir departamentos (a nova célula universitária, criada pela reforma). Foi nesse período que a Divisão de Zoologia se subdividiu em três departamentos: Entomologia, Invertebrados e Vertebrados. A Divisão de Geologia também se fragmentou, em Geologia e Paleontologia, mas logo depois foi reunida, formando o atual Departamento de Geologia e Paleontologia.

A Divisão de Ensino voltou à antiga denominação de Serviço de Assistência ao Ensino (SAE). Foram abertos mais adiante também o Programa de Pós-graduação em Zoologia (PGZ), em 1974, e o Programa de Pós-graduação em Botânica (PGB), em 1976, com cursos de mestrado, em colaboração com o Instituto de Biologia da UFRJ.

Com a mudança das prioridades científicas, o museu concentrou-se nos seus programas de pós-graduação, mudando sua identidade no quadro das instituições científicas do país. Passou a haver um grande desequilíbrio entre pesquisa, ensino e extensão (exposições permanentes e temporárias), e entre as seções e departamentos.

---

[57] Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (1935-1981), antropóloga, foi coordenadora do PPGAS no período entre 1980 e 1981.

Em 1982, assumiu a direção do museu o paleontólogo José Henrique Millan. Iniciada na reitoria de Adolpho Pollilo, a gestão de Millan publicou um único relatório. Uma de suas maiores preocupações foi a dinamização das exposições temporárias.

O palácio, nessa época, sofria de avarias estruturais de diversas ordens, porém não era possível realizar grandes intervenções. A saída encontrada foi a construção de um novo prédio para a biblioteca, que ocupava até então parte do terceiro andar do paço. Iniciaram-se as obras no Horto Botânico, que se alongaram devido a interferências externas e a problemas com alocação de verbas da universidade, sendo concluídas somente na gestão Dau. Nesse período, o museu já contava com um total de 77 professores e 94 servidores técnico-administrativos.

A professora Leda Dau (na gestão 1986-1989) fez retornar, tal como o ex-diretor José Cândido, a elaboração do *Relatório anual de atividades*, facilitando assim o estudo desse período. Botânica especialista em ecologia vegetal, Dau entrou no museu no início da década de 1950, foi diretora pró-tempore por dois anos e assumiu a direção no período correspondente à reitoria de Horácio Macedo.

O relatório da diretora é apresentado segundo os objetivos da UFRJ, ou seja, é dividido em ensino, pesquisa e extensão. A pós-graduação do Museu Nacional continuava desenvolvendo o mestrado em Botânica, Zoologia e Antropologia Social (incluindo, nesta última cadeira, o doutorado).

A pesquisa no museu era desenvolvida por meio de seis departamentos – Antropologia, Botânica, Entomologia, Geologia e Paleontologia, e Invertebrados e Vertebrados –, que contavam com a colaboração de muitos estagiários. A extensão era representada pela antiga Divisão de Educação e identificada por dois setores: Serviço de Assistência ao Ensino (SAE) e Serviço de Museologia (Semu).

O SAE proporcionava o contato direto com as escolas, principalmente com escolas públicas, oferecendo visitas guiadas, além do Programa de Cinemas às Quintas-feiras. O Semu, por sua vez, era o responsável pela manutenção da exposição permanente e desenvolvimento de exposições temporárias.

No seu relatório anual de 1986, Leda Dau destacou a abertura de um projeto institucional que continuaria a ser prioritário para as direções

seguintes – o Projeto Museu Nacional: Recuperação e Revitalização do Prédio e seu Acervo. Um convênio com a Fundação Vitae permitiu a reorganização, catalogação e digitalização do acervo de vários departamentos e trabalhos integrados com a biblioteca. É nesse período que a direção começa a apontar um dos maiores e constantes problemas enfrentados pelo museu e que persiste até os dias de hoje: a falta de espaço físico. Nesse contexto, em 1989 foi inaugurada a nova sede da biblioteca no Horto Botânico, e o prédio passou a abrigar também a Encadernação e o Serviço Fotográfico.

Doados pelos familiares dos pesquisadores do museu, os arquivos e acervos das bibliotecas demonstram a perenidade das pesquisas e vidas dedicadas à ciência e à própria instituição, prova do forte vínculo desses estudiosos com ela. Assim, o farto acervo documental histórico, escrito e fotográfico, do professor José Lacerda de Araújo Feio foi reunido e chamado carinhosamente de "Arquivo Feio". O material passou a ser referência para os estudos históricos sobre o Museu Nacional.

As três últimas gestões do museu, no século XX, foram as dos professores Arnaldo dos Santos Campos Coelho (1990-1993), Janira Martins Costa (1994-1997) e Luiz Fernando Dias Duarte (1998-2001). Essas administrações continuaram a buscar condições para o desenvolvimento das pesquisas e atividades de pós-graduação. Ao fim da gestão Dau, a comunidade elegeu o professor Arnaldo Coelho. Assim como Dau, Arnaldo chegara ao museu no início da década de 1950, como estagiário da Divisão de Zoologia, tendo desenvolvido sua carreira na especialidade da malacologia.

Foi nessa gestão que se deu início ao projeto de novas construções de pavilhões científicos no Horto Botânico, de modo a desafogar o palácio de seu estado de saturação física. Devido a muitos entraves políticos e financeiros, o conjunto do projeto ficou no papel, sendo construído apenas o novo prédio do Departamento de Vertebrados.

Na gestão Janira Costa, houve um forte contato com a reitoria da UFRJ e, como consequência, obteve-se apoio para a realização de concurso para professores auxiliares e assistentes. O museu, assim, renovou o seu corpo docente, passando a contar com 66 professores. A prioridade desse período foi centralizar esforços para a restauração do Palácio Imperial/Museu Nacional e a revitalização de seu acervo. Desse modo, consolidou-se o

primeiro convênio entre o Museu Nacional, a Petrobras e o Instituto Herbert Levy (IHL) para a realização das obras de restauração do palácio.

Como consequência, em agosto de 1995, por proposta do IHL, foi realizado no museu o Seminário Franco-Brasileiro, que reuniu diversas instituições civis e governamentais para discutir as funções e projetos de recuperação do Museu Nacional e do Paço de São Cristóvão.

Nessa época, um forte período de chuvas e enchentes na cidade causou grandes estragos no palácio, atingindo departamentos inteiros e peças importantes das coleções.[58] A galeria de ornitologia e suas aves foram as que mais sofreram, sendo, por isso, transferidas para um galpão externo, onde permaneceram por três anos.

Seguindo o esforço empenhado pela gestão anterior, em 1996 foi inaugurado o novo prédio do Departamento de Vertebrados, com estruturas capazes de acomodar seu acervo e boas condições técnicas para o desenvolvimento das pesquisas, como instrumentos e laboratórios reequipados.

Visando proporcionar melhores condições de trabalho para os servidores, as instalações administrativas do museu foram modificadas e se implementou uma política de informatização na unidade. Com essas modificações básicas, foi possível melhorar a qualidade de trabalho dos setores administrativos e, principalmente, dos serviços do SAE e do Semu. O SAE ampliou o número de estagiários e, graças ao estreito laço entre o museu e a UFRJ, conseguiu apoio da sub-reitoria de Extensão e Desenvolvimento (SR-5) para a realização de seus projetos educacionais.

Na ocasião, a biblioteca contava com mais de 400 mil volumes especializados e com as seguintes divisões: Arquivo, Boletins, Publicações Avulsas, Manuais e Livros. Em relação às obras desenvolvidas nesse período, foi executada a recuperação da portaria lateral do museu e do telhado lateral do Anexo Alípio de Miranda e Ribeiro, e deu-se continuidade às obras do telhado do palácio.

---

[58] O temporal ocorrido na sexta-feira (agosto de 1995) e seus estragos foram identificados na manhã da segunda-feira seguinte. Os danos causados ao palácio ocorreram no primeiro piso. Dentre muitos prejuízos, destacamos os das coleções arqueológicas (a múmia do sacerdote Hori) e os da geologia e paleontologia (a coleção Werner).

Ao término da gestão, foi criado o Projeto Memória, ligado à direção do museu e composto por uma equipe de pesquisadores com o objetivo de estudar a história da instituição científica e do antigo Paço de São Cristóvão, criando assim subsídios para enriquecer o conhecimento da história nacional e da história das ciências no Brasil.

Durante a administração de Luiz Fernando Dias Duarte, o museu passou por um processo de revitalização das salas de exposições, iniciado pela sala da coleção egípcia. Foram realizadas exposições temporárias, e a SAMN, entidade fundada em 13 de janeiro de 1937, foi reativada oficialmente. Foi também constituído um escritório técnico-científico para desenvolver o projeto das futuras novas exposições, com recursos do CNPq.

Com objetivo de dar continuidade às deliberações da gestão anterior e visando reservar o palácio para as exposições, Duarte investiu esforços para conseguir espaço físico nas imediações da Quinta da Boa Vista com o intuito de transferir para lá o acervo e as atividades da instituição; porém, o projeto não foi concluído.

A manutenção de uma instituição de excelência como o Museu Nacional requer apoio financeiro permanente e estável para a concretização dos objetivos implicitamente propostos. O Museu Nacional tem se mobilizado para tais desafios, não só buscando modelos alternativos de financiamento como também procurando medidas que aumentem a eficiência e a qualidade dos recursos humanos e materiais disponíveis, a fim de capitalizar e valorizar a sua competência.

Trata-se de uma instituição que, pelo lastro e potencial que possui, pelo patrimônio que representa e pela maturidade conquistada, tem a consciência de seu papel no desenvolvimento científico-cultural do país.

Referências

ALBUQUERQUE, Dalcy. *Relatório anual de 1974*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1974.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *História da vida privada no Brasil*. *In*: NOVAIS, Fernando A. (org.). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Cícero Antonio Fonseca de. O colecionismo ilustrado na gênese dos museus contemporâneos. *In*: ANAIS do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro: MEC, 2001. v. 3.

ANDRADE, Amaro Barcia de. *O Museu Nacional e suas coleções mineralógicas*. [s.n.t.]. Mimeografado.

ARQUIVO NACIONAL. *Dom Pedro II e a cultura*. Pesquisa e elaboração de Maria Walda de Aragão Araújo. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1977. (Publicações Históricas, 1ª série, 82).

AZEVEDO, Fernando de (org.). *As ciências no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. v. 1.

BARBUY, Heloisa. O Brasil vai a Paris em 1889: um lugar na Exposição Universal. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 211-261, jan.-dez. 1996.

BARRETO, Célia de Barros *et al*. *O Brasil monárquico*: o processo de emancipação. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962. (História geral da civilização brasileira, t. 2, v. 1).

BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e fundo:* os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial, 1808-1889. 1997. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997. v. 1.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Relatório anual de 1956. *In*: Publicações avulsas do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1956.

CUNHA, Dulce F. Fernandes da. *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966.

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. A coleção Werner e a criação do Museu Real. *In*: GAZZANEO, Luiz Manoel (org.). *Duzentos anos da chegada da família real portuguesa ao Brasil*. Rio de Janeiro: Four Print Editora, 2007a. p. 216-237 (Coleção PROARQp/UFRJ, v. 3).

DANTAS, Regina Maria Macedo Costa. *A casa do imperador*: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007b.

DIAS, Bruno. Esboço de uma história da pesquisa científica no Museu Nacional. *In*: Relatório de atividades do Programa de Revitalização do Museu Nacional/UFRJ. Rio de Janeiro: Escritório Técnico-Científico/Museu Nacional, 2002. p. 194-227. Disponível em: http://www.ppgasmuseu.etc.br/pne2003/pdf/ETC-MN-2002_Conceito.pdf. Acesso em: 20 jan. 2020.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. As demandas científicas e a participação do Brasil nas exposições internacionais do século XIX. *Revista Latino-Americana Historia de las Ciencias y la Tecnología*, v. 12, p. 203-215, 1999.

DOS SANTOS, Nadja Paraense. *Theodoro Peckout*: naturalista e farmacêutico do Brasil Imperial. 2002. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

DOS SANTOS, Nadja Paraense. Theodoro Peckolt: a produção científica de um pioneiro da fitoquímica no Brasil. *História da Ciência e da Saúde-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 515-533, 2005.

DUARTE, Luiz Fernando Dias. Dois regimes históricos das relações da antropologia com a psicanálise no Brasil: um estudo de regulação moral da pessoa. *In*: AMARANTE, Paulo (org.). *Ensaios*: subjetividade, saúde mental, sociedade. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000. p. 107-139.

FALCÃO, E. de Cerqueira (org.). Obras científicas, políticas e sociais de José Bonifácio de Andrada e Silva. *Revista dos Tribunais*, São Paulo, v. 1, 1965.

FEIO, José Lacerda de Araújo. O Museu Nacional e o dr. Emílio Joaquim da Silva Maia. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 35, 1960.

FERRI, Mário Guimarães. A botânica no Brasil. *In*: AZEVEDO, Fernando (org.). *As ciências no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994. v. 2.

FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Ciência e identidade na América espanhola (1780-1830). *In*: GEBRAN, Philomena (org.). *América Latina*: cultura, estado e sociedade: novas perspectivas. Rio de Janeiro: ANPHLAC, 1994.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Hartt*: expedições pelo Brasil imperial (1865-1878). São Paulo: Metalivros, 2001.

FREITAS, Marcus Vinicius de. *Charles Frederick Hartt, um naturalista no império de d. Pedro II*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

GUIA DA EXPOSIÇÃO ANTROPOLÓGICA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Tipografia de G. & Filhos, 1882.

GUIDE BLEU DU *FIGARO* ET DU *PETIT JOURNAL*. Paris: Imp. de Chaix, 1889.

HEIZER, Alda. *Observar o céu e medir a Terra*: instrumentos científicos e a participação do império do Brasil na Exposição de Paris de 1889. 2005. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

HOBSBAWM, Eric J.; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil*: capítulos de historiografia brasileira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG; Ipea, 2000.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LEINZ, Viktor. A coleção de minerais do Museu Nacional: comemoração aos 200 anos da Casa de História Natural. *Revista Gemologia*, São Paulo, n. 2, p. 1-2, 1955.

LEONTSINIS, Sólon. Fundação e evolução do Museu Nacional até 1889. *In:* Seminário Reflexões Sobre as Artes e as Ciências no Período da Monarquia no Brasil – 1808 a 1889. 1995, Rio de Janeiro. *Anais* […]. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martiu*s: natureza e civilização na viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

LOPES, Maria Margaret. A formação de museus nacionais na América Latina independente. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 31, p. 121- 145, 1999.

LOPES, Maria Margaret. Pesquisa científica é no museu. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, n. 1, p. 59-63, out. 2010. Edição Especial História da Ciência.

LOPES, Maria Margaret; FIGUEIRÔA, Silvia Fernanda de Mendonça. A criação do Museu Paulista na correspondência de Hermann von Ihering

(1850-1930). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, v. 10-11, n. 11, p. 23-36, 2002-2003. Disponível em: http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/pdf/273/27301103.pdf#search=%22hermann%20ihering%22. Acesso em: 5 nov. 2007.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. Rio de Janeiro: Access, 1994.

NASCIMENTO, Fátima Regina. *A imagem do índio na segunda metade do século XIX*. 1991. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.

NETO, Ladislau de Souza M. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Filomático, 1870.

NETO, Ladislau de Souza M. *Le Museum National de Rio de Janeiro et son influence sur les sciences naturelles au Brésil*. Paris: Librairie Ch. Delagrave, 1889.

NEVES, Margarida de Souza. *As vitrines do progresso*: o Brasil nas exposições internacionais. Rio de Janeiro: PUC-RJ/Finep/CNPq, 1986.

RIBEIRO, Adélia Maria. M. *Heloísa Alberto Torres e Marina São Paulo de Vasconcellos*. 2000. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. *A Comissão Rondon no Museu Nacional*: conferências realizadas no Museu Nacional em 1916. 2. ed. Rio de Janeiro: CNPI, 1945.

SANJAD, Nelson. *A coruja de minerva*: o Museu Paraense entre o Império e a República (1866-1907). Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010.

SANTOS, Francisco Marques. O leilão do Paço Imperial. *Anuário do Museu Imperial*, Petrópolis, v. 1, p. 151-316, 1940.

SANTOS, Newton Dias dos. *Relatório anual*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1964.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do imperador*: d. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TURAZZI, Maria Inez. *Poses e trejeitos (1839-1889)*: a fotografia e as exposições na era do espetáculo. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1995.

VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. *Reforma administrativa na Era de Vargas.* Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

WERNECK DA SILVA, José Luis. *As arenas pacíficas do progresso.* 1992. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1992.

ZENHA, Celeste. Os marqueteiros do imperador. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, n. 8, jun. 2004.

FIGURA 4 – Prêmio "Alexandre Rodrigues Ferreira", do "Concurso Infantil de Desenho Naturalista", promovido pelo Museu em 1929; vendo-se o estojo didático de história natural.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 5 — Fotografia da visita de Madame Curie ao Museu Nacional em 02 de agosto de 1926 (15,5 x 18,5 cm) – sentada, Madame Curie; de pé, da esquerda para a direita: (1) Alípio de Miranda Ribeiro; (2) não identificado; (3) Hermillo Bourguy de Mendonça; (4) Heloísa Alberto Torres; (5) Alberto Betim Paes Leme; (6) Irene Joliot-Curie, filha de Madame Curie, também Prêmio Nobel de Química; (7) Bertha Lutz.

Fonte: Fotografia de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.
Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 6 – Fotografia da visita de Albert Einstein ao Museu Nacional em 07 de maio de 1925, ladeado por E. Roquette-Pinto e outros naturalistas.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 7 – Fotografia da visita de Santos Dumont ao Museu Nacional em 27 de julho de 1928 (18 x 12 cm).

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

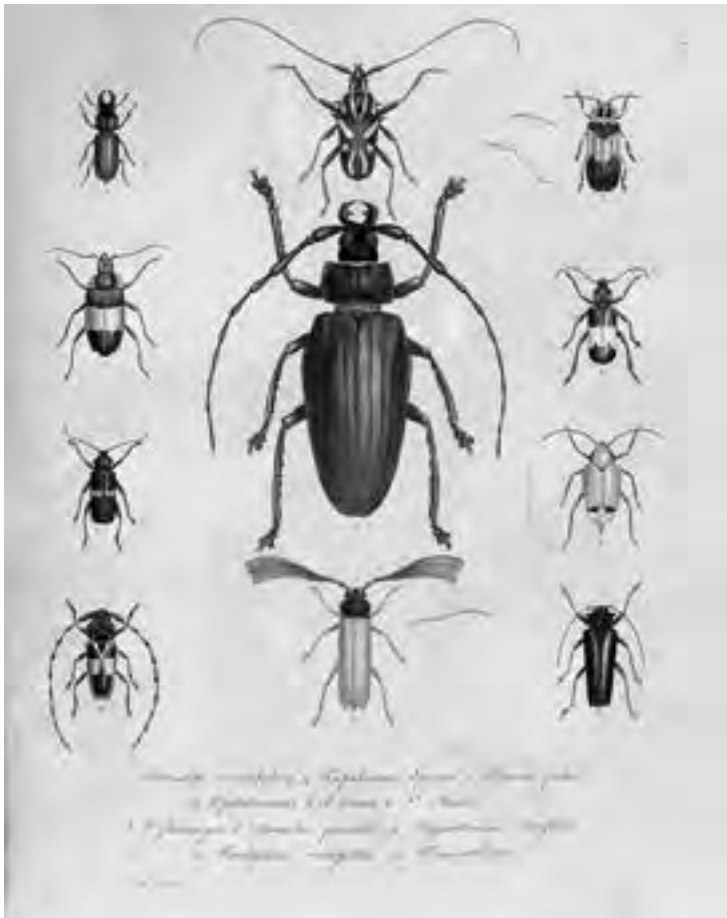


FIGURA 8 – "Gravura 17" (36 x 28,4 cm) – 1. Parandra mandibularis. 2. Tropidosoma spencei. 3. Pionus pictus. 4. P. pulcherrimus. 5. P. Coeus. 6. P. Martii. 7. P. flammiger. 8. Anacolus paeustus. 9. Psygmatocerus wagleri. 10. Trachyderes variegatus. 11. T. Microthorax (in: Spix, J. B. von; Martius, K. F. P. von; Perty, M. Delectus animalium articulatorum: quae in itinere per Brasiliam, annis MDCCXVII-MDCCCXX: jussu et auspiciis Maximiliani Josephi I. Bavariae regis Augustissimi peracto. Monachii: Impensis Editoris, 1830-1834). Os alemães Johann Baptist von Spix, zoólogo, e Karl Friedrich von Martius, médico e botânico, foram nomeados por Maximiliano I, rei da Baviera, para integrarem a missão científica austríaca, enviada ao Brasil em 1817.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 9 – Canhão do meio-dia, c. 1858 (base com Ø 22 x 3 cm, canhão com 16 cm, suporte para lente com 19 cm) – relógio de sol, composto de pequeno canhão de metal em base de mármore com quadrante solar no qual se encontram também dois suportes que sustentam uma lente, adquirido em 1858 pelo Imperador d. Pedro II para o seu gabinete de astronomia. O instrumento foi criado no tempo de Luiz XV com o objetivo de velar pela pontualidade da cidade de Paris.

Foto de Rômulo Fialdini
e Valentino Fialdini.

FIGURA 10 – Clinômetro, 1863 (base com 3 x 10 x 8 cm, triângulo com 31,5 x 18,5 cm, disco com 17,5 cm) – confeccionado em metal por José Maria dos Reis, famoso fabricante de instrumentos físicos do Rio de Janeiro no século XIX. Esse clinômetro pertenceu a d. Pedro II; daí encontrarem-se gravados, no meio do disco de medição, a inscrição "D. Pedro II Imperador", as armas do Império e a data "26 de setembro de 1865", provavelmente a ocasião de sua compra.

Foto de Rômulo Fialdini
e Valentino Fialdini.

A centenária biblioteca do Museu Nacional[1]

Maria José Veloso da Costa Santos[2]

Este capítulo, que versará sobre a Biblioteca do Museu Nacional, suas origens, centenário e coleções, baseia-se, principalmente, no livro *A Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*, publicado em 1966, como parte das comemorações do centenário da biblioteca, em 1963, de autoria da bibliotecária Dulce da Fonseca Fernandes da Cunha, que, durante 42 anos, lá exerceu suas atividades. Foram realizadas, também, pesquisas na documentação primária existente na Seção de Memória e Arquivo do Museu Nacional (Semear).

Detentora do mais rico acervo da América Latina especializado em ciências naturais e antropológicas, a Biblioteca do Museu Nacional exerce função preponderante na instituição, disponibilizando o conhecimento de modo a dar suporte informacional a todas as atividades de pesquisa, ensino e extensão a que o museu se propõe.

Muito antes da criação da biblioteca, em 1863, já se tinha notícia sobre a existência de livros no Museu Nacional. A mais remota delas informa que a arquiduquesa dona Leopoldina, futura imperatriz do Brasil, por ocasião de sua chegada ao país, incentivou não só o enriquecimento das

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional.

[2] Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/UFRJ. Bibliotecária-documentalista aposentada do Museu Nacional/UFRJ.

coleções científicas do museu como também do seu acervo bibliográfico. É assim que, no ano seguinte ao de sua criação, o museu recebe, além de exemplares científicos fruto de coletas realizadas por cientistas de renome, como Langsdorff, Natterer, Sellow, entre outros, a obra manuscrita *Coleção de madeiras do rio Abaeté*, de autoria de Wilhelm Ludwig von Eschwege, o barão de Eschwege (Cunha, 1966).

No entanto, o documento mais antigo sobre a existência de material bibliográfico no Museu Nacional data de 30 de dezembro de 1820, quando é expedida portaria assinada pelo ministro dos Negócios do Reino, Tomás Antônio de Vilanova Portugal, autorizando o primeiro diretor do Museu Real, frei José da Costa Azevedo, a receber e guardar na instituição estampas da *Flora brasiliense* – obra editada pelo naturalista Karl Friedrich Philipp von Martius – que seriam entregues pela Régia Oficina Tipográfica.[3] Porém há controvérsias sobre esse fato, porque a obra em questão só foi publicada a partir de 1829. Em 1827, outra portaria ordena a transferência para a Secretaria de Estado dos Negócios do Império da obra *Museu de Napoleão*, a fim de ser depositada na então Biblioteca Imperial e Pública[4] (Cunha, 1966).

Para evitar a dispersão e perda de livros no interior do museu, o diretor à época, frei Custódio Alves Serrão (1828-1847), no período de 1831 a 1844, por meio de relatórios e exposições de motivos, alerta as autoridades competentes sobre a necessidade da criação de uma biblioteca de ciências naturais "em que se reunão as obras clássicas de historia natural [...] para a devida classificação dos objetos, sem a qual não teriam a verdadeira utilidade" (Cunha, 1966, p. 25). Isso significa que deveria haver no Museu Nacional uma biblioteca especializada que subsidiasse a classificação e identificação do patrimônio natural da colônia. Por esse fato, Alves Serrão é considerado o verdadeiro fundador da Biblioteca.

Em 1832, em resposta à solicitação de Alves Serrão, o aviso de 18 de janeiro determina que o diretor do Museu Nacional se dirija à Biblioteca Pública (Biblioteca Nacional), a fim de selecionar livros especializados que deveriam ser transferidos para o museu e compor uma coleção adequada

[3] BR.MN.DR.CO.AO 4 (1820).

[4] BR.MN.DR.CO.AO.162 (1832).

aos estudos das ciências naturais. Transferência esta não levada a efeito devido ao museu não estar ainda aberto ao público e tais livros terem um número grande de consultas pelos especialistas (Cunha, 1966).

Doações eventuais, entre as quais se podem citar algumas obras da biblioteca particular de José Bonifácio de Andrada e Silva, foram constituindo o acervo, sendo que, a partir de 1839, em que pese não estar oficializada a biblioteca, o museu passa a contar com verba orçamentária específica para importação de livros especializados. O relatório do Museu Nacional referente ao ano de 1844 registra que o acervo bibliográfico chegava à casa de 446 volumes, entre livros e periódicos.[5]

Na gestão de 1847 a 1866, de Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, sucessor de Custódio Serrão, dois fatos merecem destaque: a vinda para o museu de duplicatas de obras raras sobre ciências naturais datadas do século XVI e XVII, por meio de doação da Biblioteca Nacional, e a troca de duplicatas de coleções zoológicas e mineralógicas por publicações (a exemplo de outras instituições científicas, como a Natural History Society of New York e a Société d'Agriculture de Cherbourg), aumentando, dessa forma, consideravelmente o acervo bibliográfico (Cunha, 1966).

Em 1852, o museu recebe também, por doação, a biblioteca particular de frei Custódio Alves Serrão, especializada em química e mineralogia. Em 1858, por interferência de Manoel Ferreira Lagos, adjunto da Seção de Anatomia Comparada e Zoologia, são incorporados ao acervo bibliográfico do Museu Nacional cerca de 2 mil livros, na sua maioria considerados raros, da Comissão Científica de Exploração (a famosa Comissão das Borboletas ou Comissão do Ceará). Essa comissão foi idealizada pelo próprio Ferreira Lagos, então secretário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e criada pelo imperador, em 1856, para explorar os recursos naturais das províncias do Norte e Nordeste menos conhecidas do Império. As explorações da comissão permitiriam obter informações sobre a "climatologia, topografia, cursos dos rios, minerais, plantas, animais, costumes, língua e tradições dos indígenas" (Lopes, 1996, p. 52) e, com isso, incentivar a afirmação de uma ciência nacional feita por brasileiros. Desse acervo faziam

[5] BR.MN.DR.CO. RA. 2/p.73-76v.

parte os relatos das grandes viagens científicas feitas ao Brasil, realizadas no século XIX, com as primeiras observações sobre a biodiversidade e os usos e costumes do país. As obras da Comissão Científica de Exploração são identificadas com o seu *ex-libris*.

Em 1863, o mesmo Manoel Ferreira Lagos insiste junto à direção do Museu Nacional na importância de ser criada oficialmente a biblioteca, para reunir, classificar e resguardar em local adequado e seguro os livros já existentes, que nessa época chegavam a 1.200 volumes especializados em ciências naturais.

É assim que, na gestão do diretor Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, quarto diretor do museu, por ato do Ministério dos Negócios do Império, assinado pelo marquês de Olinda, é oficializada a criação da Biblioteca do Museu Nacional em 11 de julho de 1863, sendo nomeado como bibliotecário-chefe o naturalista Manoel Ferreira Lagos.

O ato de sua criação, pela importância histórica que envolve, merece ser transcrito:

> 2ª Seção. Ministério dos Negócios do Império em 11 de julho de 1863.
>
> Anuindo a ideia apresentada por V.Sa. pelo presidente da Comissão Científica nos ofícios que me dirigirão nas datas de 18 de junho último e do 1º do corrente, de se reunirem aos livros que possui a Biblioteca do Museu Nacional os que têm sido comprados para uso daquela comissão formando-se assim uma biblioteca especial das ciências naturais, declaro a V.Sa. que, feito o catálogo da dita Comissão pelo doutor Manoel Ferreira Lagos, que desse trabalho está encarregado por oferecimento espontâneo que para isso fez, devem eles ser reunidos aos desse museu debaixo da mesma direção.
>
> Deus guarde V.Sa.
>
> Marquês de Olinda.[6]

[6] BR.MN.DR.CO.AO 106 (1863).

São destinadas à biblioteca no prédio do museu, no Campo de Santana, duas salas, já naquele momento insuficientes para abrigar todo o acervo bibliográfico que, à época, somava cerca de 3 mil volumes. O relatório anual apresentado pelo diretor Burlamaqui mostra o interesse de construir um novo espaço para abrigar o acervo adequadamente.[7]

Na gestão de Francisco Freire Alemão e Cisneiro (1866-1870), quinto diretor do museu, destaca-se a preocupação em abrir a biblioteca ao público pela sua função educativa e de incentivo ao estudo das ciências naturais; para tal é solicitada a construção de duas novas salas. A abertura ao público em geral só viria a acontecer na gestão de Bruno Álvares da Silva Lobo (1915-1923), por ocasião dos festejos do centenário da Independência do Brasil, quando o Museu Nacional e a biblioteca já ocupavam o Paço de São Cristóvão.

Com a morte do primeiro bibliotecário-chefe, Manoel Ferreira Lagos, sucede-lhe Joaquim José Pizarro, secretário do Museu Nacional, cargo que passa a acumular com os de arquivista e bibliotecário. A função de bibliotecário só passa a existir oficialmente no Museu Nacional a partir do regimento de 1876, sendo então exercida por Manoel da Motta Teixeira.

O primeiro concurso realizado para bibliotecário no Brasil foi para o Museu Nacional. O candidato Manuel de Bastos Tigre (1882-1957) obteve o primeiro lugar, com a tese sobre a aplicação do sistema de classificação decimal na organização lógica dos conhecimentos em trabalhos de bibliografia e biblioteconomia. Bastos Tigre, considerado patrono da profissão no Brasil, mais tarde se transferiu para a Biblioteca Central da Universidade do Brasil, de que foi diretor, lá permanecendo por mais de vinte anos.

Na gestão do diretor Ladislau de Souza Melo Neto, entre 1870 e 1892, o Museu Nacional muda-se, por sua interferência, e no último ano de sua administração, para o Paço de São Cristóvão, na Quinta da Boa Vista, e a Biblioteca é instalada no segundo andar dos fundos do palácio "em uma série de salas bem claras e arejadas que se comunicam [...]: oito salas, quatro quartos, nove alcovas e quatro cubículos".[8]

---

[7] BR.MN. DR. CO, RA (1863).

[8] BR.MN.MN.DR.CO. RA (6 fev. 1893, f.78v. e 27 fev. 1894, f.19).

Nos anos que se sucedem, o acervo da Biblioteca do Museu Nacional vai se desenvolvendo pelo recebimento de doações e incorporações de bibliotecas particulares, das quais cabe ressaltar: a biblioteca de Freire Alemão, especializada em botânica (fazendo parte dela também algumas obras raras), e a de Manoel Ferreira Lagos, especializada em história do Brasil; a biblioteca da extinta Comissão da Carta Geológica (acompanhada da biblioteca particular de seu presidente, Charles Frederick Hartt); e parte da biblioteca de d. Pedro II, também composta de muitas obras raras.

No século XX, juntam-se as bibliotecas particulares de Nicolau Moreira, naturalista e botânico do Museu Nacional, e de João Baptista de Lacerda, ex-diretor do museu, no período de 1895 a 1915, especializada em biologia geral; parte da biblioteca da extinta Inspetoria da Caça e Pesca; as bibliotecas das extintas Comissão do Vale do São Francisco e Superintendência dos Serviços da Borracha; a biblioteca de Adolpho Lutz, especializada em entomologia médica; a de Fernando Pires, especializada em ciências sociais; a de Cândido Firmino de Melo Leitão, especializada em zoologia; e muitas outras bibliotecas de ex-naturalistas do Museu Nacional, como Raymundo Lopes, Carlos Moreira, Betim Paes Leme, Curt Nimuendajú, Lauro Travassos, Edgard Sussekind de Mendonça, entre outros (Cunha, 1966).

Ainda que a verba para compra de livros e para assinatura de periódicos científicos ainda fosse escassa, a Biblioteca do Museu Nacional institui o Serviço de Permuta e Expedição de Publicações, através do qual consegue um aumento vertiginoso do seu acervo. A partir dessa prática, a instituição recebe, em contrapartida às publicações editadas pelo Museu Nacional, livros e assinaturas de periódicos nacionais e estrangeiros. A princípio, as publicações oferecidas para permuta foram os *Arquivos do Museu Nacional* (v. 1, 1876) e os livros, de autoria de Ladislau Neto, *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*, publicado no Rio de Janeiro pelo Instituto Filomático, em 1870, e *Le Muséum National de Rio de Janeiro et son influence sur le science naturelle au Brésil*, publicado em Paris, em 1889. Juntaram-se a essas publicações, mais tarde, já no século XX, os *Quadros murais* (1919-1938); a série geral do *Boletim do Museu Nacional* (v. 1, 1923 – v. 17, 1941), que, a partir de 1942, divide-se em quatro séries (Antropologia, Botânica, Geologia e Zoologia), algumas delas publicadas até hoje; a *Revista Nacional de Educação* (v. 1, 1932 – v. 2, 1934); a *Revista do*

Museu Nacional (v. 1, 1944 – v. 2, 1945); e as *Publicações Avulsas do Museu Nacional* (n. 1, 1945), também em curso de publicação. O Serviço de Permuta da Biblioteca do Museu Nacional já foi responsável por cerca de 70% de sua coleção de periódicos e, até hoje, vem enriquecendo seu acervo.

Dos últimos anos do século XIX até a década de 1930, a biblioteca acumula uma série de dificuldades, culminando com a redução de seu quadro de funcionários e com a falta de espaço e de orçamento regular para a compra de livros e assinaturas de periódicos. Destaca-se apenas que, na direção de Edgard Roquette-Pinto (1926-1935), foi realizada a construção de um anexo às instalações já existentes, que mais tarde veio a ser demolido. Nesse anexo, funcionou a sala de leitura da biblioteca e uma galeria (Cunha, 1966).

Em 1938, assumiu a diretoria do Museu Nacional Heloísa Alberto Torres (1938-1955), que envidou esforços sem precedentes para a revitalização da biblioteca. Dentre essas melhorias, podem-se enumerar: a formação de uma equipe de onze bibliotecários; a promoção de estágio de aperfeiçoamento de um ano nos Estados Unidos (1944-1945) para sua chefe, Helena Maria da Costa Azevedo (nas bibliotecas do *National Museum*, em Washington; do *Natural History Museum*, em Nova York; do *Chicago Museum*, em Chicago, entre outras bibliotecas especializadas em ciências naturais ligadas a universidades e institutos de pesquisa americanos); a transferência da biblioteca para o terceiro pavimento do palácio, em lugar nobre, ampliando sobremaneira suas instalações; e a aquisição por compra e/ou doação de mobiliário especializado, de novos equipamentos como máquina de escrever, leitores de microfilmes, ventiladores, aspirador de pó, etc. e de material teórico na área de biblioteconomia para a educação continuada dos bibliotecários.[9]

Em que pesem as dificuldades geradas no período da Segunda Guerra Mundial, principalmente para a compra de livros e assinatura de periódicos estrangeiros, apenas regularizadas em 1945, foi facilitado aos naturalistas selecionarem, nas livrarias nacionais, livros a serem adquiridos para o acervo da biblioteca, dentro das possibilidades orçamentárias da época.

Em consequência dessas dificuldades, muitas assinaturas de periódicos científicos apresentam falhas na coleção pela dificuldade de contato com os

[9] BR.MN.MN.DR.CO. 146.0 (1937-1946).

livreiros, editores e instituições científicas da Europa, fato que muito prejudicou a pesquisa. Para suprir essas perdas, foi organizado, na Biblioteca do Museu Nacional, o Serviço de Bibliofilmes com o objetivo de suprir as lacunas da coleção de periódicos e possibilitar a consulta de obras inacessíveis por meio da solicitação de microfilmes de artigos e livros. Esse serviço foi realizado por intermédio da *Rockefeller Foundation e*, depois, do *National Research Council* e dos Fundos Universitários de Pesquisas. De 1942 a 1945, a biblioteca registrou a entrada de 340 microfilmes em seu acervo (Cunha, 1966).[10]

Em 16 de janeiro de 1946, o Museu Nacional passou a integrar a Universidade do Brasil – hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, e a biblioteca assumiu a categoria de "biblioteca universitária".

A partir da segunda metade da década de 1950, devido à crise inflacionária que o país passou a viver, a Biblioteca do Museu Nacional entrou em declínio. Seu quadro de pessoal foi bastante restringido: de onze bibliotecários passou-se a contar apenas com cinco. Ademais, a compra de assinaturas de periódicos e de livros no exterior, pela desvalorização da moeda, tornou-se proibitiva, reduzindo-se consideravelmente as dotações orçamentárias para esse fim; em consequência disso, cada vez mais as coleções tornaram-se incompletas. Por outro lado, devido ao crescimento exacerbado do acervo, seu armazenamento tornou-se inadequado, acumulando poeira e fungos que prejudicavam a conservação do papel. Cunha (1966, p. 58) chama a atenção para esse fato: "O peso considerável que esse acervo acarreta e a precariedade da resistência dos pisos [...] torna [...] urgente e imprescindível [que a biblioteca seja] removida para local mais apropriado, de preferência em pavimento térreo ou edifício próprio". A construção de um edifício novo para abrigar a biblioteca só veio a acontecer mais de vinte anos depois, na segunda metade da década de 1980.

Em junho de 1963, apesar das dificuldades que atravessava, a Biblioteca do Museu Nacional iniciou os festejos de seu centenário. Foi organizada a Exposição do Centenário: 1863-1963, acompanhada do folheto denominado "Roteiro da Exposição". Participaram da organização a chefe da biblioteca,

[10] BR.MN.MN.DR.CO. RA (1946).

Dulce da Fonseca Fernandes da Cunha, as bibliotecárias Eponina Timotheo da Costa e Neuza Noronha Santos, além das bibliotecárias Lygia Fernandes da Cunha, chefe da Seção de Obras Raras da Biblioteca Nacional, e Elsy Pereira, coordenadora das Bibliotecas Populares do Estado da Guanabara (Cunha, 1966).

Na década de 1970, ainda na chefia, a bibliotecária Dulce da Fonseca Fernandes da Cunha, apresenta à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) o vultoso projeto de Reorganização da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ, aprovado e iniciado em junho de 1975. O projeto previa colocar a biblioteca na vanguarda da biblioteconomia da época, integrando-a aos principais programas cooperativos de informação científica e tecnológica em nível nacional e internacional. Foram utilizadas metodologias de ponta para o tratamento da informação, integradas aos mais modernos recursos de tecnologia de informática então disponíveis, baseados em padrões internacionalmente aceitos para facilitar a cooperação, a troca de informações e a informatização dos catálogos.

Esse projeto proporcionou o renascimento da biblioteca. Foi contratado um grupo de bibliotecários que, ao lado da equipe já existente, promoveu a recatalogação, reclassificação e reindexação do acervo de livros. Como instrumentos, foram adotados: o Código de Catalogação Anglo-Americano (CCAA); a International Standard Book Description (Monographs) (ISBD (M)), da International Federation of Libraries Associations and Institutions (IFLA), que acabara de ser editada para a descrição bibliográfica; a 18ª edição da Dewey Decimal Classification (CDD); os *thesaurus* na indexação de assuntos e o catálogo sistemático com índice alfabético de assuntos para a recuperação da informação, ideal na época para a organização de bibliotecas especializadas. Como formato de entrada dos dados no computador, utilizou-se o sistema de Catalogação Legível por Computador (Calco), formato brasileiro compatível com o Machine Readeable Cataloging (Marc II) da Biblioteca do Congresso, nos Estados Unidos.

A reorganização do acervo de periódicos (cerca de 16 mil títulos) proporcionou a inserção dessas coleções no Catálogo Coletivo Nacional de Periódicos (CCN),[11] base de dados do Instituto Brasileiro de Informação

[11] O CCN permite localizar títulos de periódicos e suas coleções (volumes, números e anos) nas bibliotecas brasileiras.

em Ciência e Tecnologia (Ibict). Esse órgão contribuiu sobremaneira para o enriquecimento daquela base, ao incluir títulos de periódicos nas áreas de ciências naturais e antropológicas, campos carentes até então no CCN, e ao conferir à biblioteca o estatuto de biblioteca-base do Programa de Comutação Bibliográfica (Comut).[12]

Ao lado da reestruturação técnica da biblioteca, concedeu-se a três bibliotecários um estágio de três meses no exterior: na Biblioteca do British Museum, em Londres; na Biblioteca do Congresso, em Washington; e no Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS), em Paris. Ainda foi possível contar com as assinaturas de periódicos e a compra de livros, além da reforma e aquisição de mobiliário adequado e de divisórias para remodelação das suas instalações.

A partir da visita do então ministro da Educação e Cultura do governo de João Batista de Figueiredo (1979-1985), Rubem Carlos Ludwig, e de sua equipe ao Museu Nacional e à biblioteca, reconheceu-se a premência para a construção de um prédio próprio com o fim de abrigar o seu acervo. Tendo em vista que o peso do acervo estava afetando a estrutura do prédio do museu – monumento nacional tombado – e também que, por falta de espaço, o armazenamento era inadequado, prejudicando, sobremaneira, sua conservação e preservação, decidiu-se pela liberação da verba para financiar a construção desse novo prédio.

Em agosto de 1989, a Biblioteca do Museu Nacional muda-se do palácio para o novo prédio, com cerca de 7 mil metros quadrados, localizado na área do Horto Botânico. O edifício foi projetado para ser um centro cultural, contendo, além dos espaços para abrigar a biblioteca, seus serviços e acervo, um auditório com 144 lugares, um espaço para organização de eventos com duas salas de aula e secretaria, e uma sala de exposições.

A partir dos anos 1990, com a criação, na UFRJ, do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), que congrega todas as unidades de informação da universidade, a biblioteca do museu passou a interagir, de forma sistêmica, com

[12] O Comut é um programa da Secretaria de Educação Superior (Sesu), em convênio com o Ibict e a Finep, que permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais.

todas essas unidades, integrando-se aos principais programas cooperativos de informação científica e tecnológica, em nível nacional e internacional. Seu acervo está disponível para a sociedade em geral por meio do catálogo *on-line* e de acesso público, a base Minerva.[13]

Dados do *Relatório Anual da Biblioteca do Museu Nacional de 2017/2018* mostram que o acervo está composto de: 39 *e-books*; 29.483 títulos de monografias (livros, dissertações, teses), dos quais 1.562 são obras raras e 1.192 in-fólios (na sua maioria, também raros); 2.525 multimeios e 16.714 títulos de periódicos, totalizando 461.421 exemplares.

Com a vocação desde os tempos do Império, a Biblioteca do Museu Nacional dá suporte informacional para a realização de estudos básicos da fauna, flora e recursos naturais, além de estudos do homem como ser vivo e como ser social. Assim, busca atender às necessidades de informação demandadas pelos cursos de pós-graduação *stricto e lato sensu* ministrados no Museu Nacional e pelas linhas de pesquisa da comunidade acadêmica da instituição, contribuindo, dessa forma, para a produção de conhecimento em nosso país.

A coleção de obras raras

A formação e desenvolvimento da coleção de livros da Biblioteca do Museu Nacional, como já foi visto, devem-se, sobretudo, ao caráter histórico e comparativo das ciências naturais, nas quais os estudos são embasados no confronto de exemplares do reino vegetal, animal e mineral com coleções existentes em outros países, permitindo, a partir daí, a identificação desses espécimes.

A criação do Museu Nacional, em 1818, contou com acervo inicial formado pela transferência de gabinetes de curiosidades, máquinas e instrumentos científicos dispersos em outras instituições; objetos de arte e da Antiguidade doados pela família real; coleções da Casa dos Pássaros,[14] e a coleção mineralógica Werner, núcleo do acervo científico. Nessa ocasião, o museu

[13] Disponível no endereço eletrônico: www.minerva.ufrj.br.

[14] Criada em 1779 como Casa de História Natural, é considerada por alguns como o embrião do Museu Nacional.

recebeu sua primeira obra rara, o catálogo manuscrito da coleção Werner, datado de 1791 e 1793, ao qual foi acrescido, posteriormente, um atlas manuscrito de desenhos coloridos das peças que o compunham. O catálogo em questão, atualmente, faz parte do acervo Semear/Museu Nacional.

Livros e periódicos do acervo da Comissão Científica de Exploração, incorporados à biblioteca em 1858, também eram, na sua maioria, obras consideradas raras, de imenso valor não só científico, mas também artístico, pelas ilustrações feitas em xilogravura, talho-doce, litogravura, água-forte, buril e gravura em metal. Algumas dessas obras datam dos séculos XVI, XVII e do início do XVIII e representam espécimes do reino animal, vegetal e mineral. Outras peças importantes do acervo da comissão são os periódicos *Philosophical Transactions of the Royal Society of London,*[15] que, ao lado do *Journal des Savants,*[16] são os primeiros periódicos científicos a surgir, ambos publicados em 1665, assim como o *Memoires de l'Academie des Sciences et de Belles Lettres de Bruxelles*, de 1780. Todos eles são considerados marcos do início da comunicação científica entre pares e da evolução e credibilidade da pesquisa científica mundial.

A exemplo de instituições científicas de renome internacional, como a *Royal Society of London* e a *Academie des Sciences et de Belles Lettres de Bruxelles*, o Museu Nacional, na direção de Ladislau de Souza Melo Neto (1870-1892), por meio do decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876, edita o primeiro número do periódico *Arquivos do Museu Nacional,* para divulgar as pesquisas científicas ali realizadas. Sempre sintonizado com a comunidade científica de ponta, os *Arquivos* apresentam, já no seu primeiro número, membros correspondentes como Charles Darwin, Quatrefages, Gorceix e outros cientistas de renome internacional (Langer, 2004). Publicado até hoje, com periodicidade trimestral, os *Arquivos* são considerados o mais

[15] O primeiro número das *Transactions* da *Royal Society* data de março de 1665. O periódico publicava textos científicos aprovados pelo conselho dessa sociedade.

[16] O *Journal des Sçavants* (*Savants*, na ortografia modificada no início do século XIX) foi fundado por Denis de Sallo e teve seu primeiro número publicado em 5 de janeiro de 1665. Trazia notícias da Europa, da "República das Letras".

antigo periódico científico brasileiro em curso de publicação[17] e apresenta artigos científicos inéditos nas áreas de antropologia, arqueologia, botânica, geologia, paleontologia e zoologia.

Na época de sua primeira divulgação no meio científico, os *Arquivos* têm ampla aceitação e reconhecimento entre a comunidade científica nacional e internacional, privilégio de que continua a gozar através de todos esses anos. Isso possibilita que a permuta com seus números, serviço realizado pela biblioteca nacional e internacionalmente, amplie progressivamente a coleção de obras raras, já que, em contrapartida, a biblioteca recebeu os primeiros números de periódicos editados por instituições científicas americanas e europeias, coleções essas consideradas, na sua maioria, raras, por serem exemplares únicos, em consequência das destruições causadas pelas guerras na Europa.

Governantes brasileiros e cientistas nacionais e estrangeiros enriqueceram também o acervo de obras raras com a doação de suas coleções bibliográficas particulares, tornando a biblioteca um repositório de obras consideradas "preciosas" pelos especialistas. Pode-se citar como exemplo a biblioteca da extinta Comissão da Carta Geológica; a coleção de livros de Frederick Hartt; os estudos de Champolion sobre os hieróglifos realizados durante a expedição promovida por Napoleão ao Egito; dois volumes de estampas da obra *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá: 1783-1792*; narrativas da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira, publicadas em Lisboa nas primeiras décadas de 1800; a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil,* de autoria do padre José de Anchieta, publicada em 1595*; Florae lusitanicae et brasiliensis specimen et epistolae ab eruditis viris Carolo A. Linne...,* de Domenico Vandelli, publicado em Coimbra no ano de 1788, entre muitas outras de igual valor.

A Proclamação da República e a consequente saída do imperador do cenário político e intelectual do país têm como consequência a incorporação de uma parcela da biblioteca particular de d. Pedro II (precisamente 352 volumes), fazendo parte dela, também, obras que pertenceram à

[17] O mais antigo periódico científico publicado no Brasil foi a *Gazeta Médica da Bahia,* iniciada em 1866 e interrompida por diversas vezes.

biblioteca particular de d. Pedro I e da imperatriz Leopoldina, identificadas pelo carimbo desses dois imperadores, a maioria delas publicadas entre os séculos XV e XVII. Citam-se como integrantes dessa coleção: a obra intitulada *De indiae utriusque re naturali et medica,* de autoria de Willem Piso, publicada em 1658; a obra *Dissertatio de generatione et methamorphosibus insectorum surinamensium,* de Maria Sibylla Merian, publicada em 1719; e o incunábulo de 1481 intitulado *Historia naturale*, de autoria de Gaius Plinius Secundus, conhecido como "Plínio, o Velho", considerado pelos historiadores o maior erudito do Império Romano – o livro é tido como o mais antigo da coleção de obras raras; constitui um dos 37 trabalhos do autor sobre as ciências antigas.

Com o avançar dos anos, devido à influência do meio ambiente que circunda o acervo, à ação predatória de agentes químicos e de agentes biológicos sobre o papel, além do manuseio e do armazenamento inadequado, muitas das obras raras do acervo da Biblioteca do Museu Nacional encontram-se em estado precário de conservação. Essas obras necessitam de medidas preventivas urgentes para evitar a perda de seu conteúdo e de suas características físicas originais, garantindo sua integridade às gerações futuras.

Em 1993, foi apresentado, pela primeira vez, à Fundação Vitae o projeto Conservação e Preservação do Acervo de Obras Raras da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ. Negado nessa ocasião, foi aprovado posteriormente, em 1999, com uma continuação em 2001. O projeto solicitou verba para prolongar a vida útil do acervo raro com a compra de embalagens especiais, mesas de higienização e pessoal para fazer o trabalho. Propunha a higienização mecânica e o armazenamento e acondicionamento adequados, em caixas fabricadas com papel neutro, para evitar a proliferação de insetos e maiores danos à coleção (Santos; Takche, 2000).

Em continuação à política de preservação de obras raras, Sergio Alex Kugland de Azevedo, diretor do Museu Nacional entre 2002 e 2010, apresentou, em 2007, à Finep, o projeto intitulado Implantação do Laboratório de Digitalização, Edição e Disponibilização em Meio Eletrônico de Infólios e Obras Raras do Museu Nacional/UFRJ. O objetivo era digitalizar e disponibilizar, via internet, como o próprio nome sugere, o acervo de obras

raras da Biblioteca do Museu Nacional, como forma de divulgação de seus conteúdos, substituindo a consulta aos originais. As informações acerca das obras estão catalogadas por meio de metadados do padrão *Dublin Core*[18] com pequenas adaptações. A Biblioteca Digital do Museu Nacional/UFRJ está acessível no endereço: www.obrasraras.museu nacional.ufrj.br/index.html.

Referências

CUNHA, Dulce Fernandes da. *História da Biblioteca do Museu Nacional do Rio de Janeiro: 1863-1963*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1966. (Série Livros. Museu Nacional; 3).

DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Relatório anual de 2001*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2001.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LANGER, Johnni. *A revista "Arquivos do Museu Nacional" e as pesquisas de arqueologia no Império (1876-1889)*. *Revista Museu*, 3 maio 2004. Disponível em: www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=3858. Acesso em: 3 nov. 2010.

LEONTSINIS, Sólon. *Efemérides do Museu Nacional*. Ed. prévia. Rio de Janeiro: Museu Nacional, [1994].

LOBO, Bruno. *O Museu Nacional durante o ano de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

LOPES, Maria Margaret. Mais vale um jegue que me carregue do que um camelo que me derrube... lá no Ceará. *História, Ciências, Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 50-64, mar.-jun. 1996.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Hucitec, 1997.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Decreto de fundação do Museu Nacional*. BR MN DR.CO.AO 2, 1818.

[18] *Dublin Core Metadata Initiative*, padrão de descrição de recursos eletrônicos mais utilizado mundialmente, criado em 1995 pela *Online Computer Library Center* (OCLC) e pelo *National Center for Supercomputing Applications* (NCSA), dos Estados Unidos.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Portaria autorizando a abertura do museu à visitação pública às quintas-feiras, das 10h às 13h, e comunicando a permanência de soldados da Real Guarda da Polícia para fazer a segurança do local*. BR MN DR. CO. AO 9, 1821.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Aviso do ministro do Império comunicando que, à vista do proposto pelo diretor e presidente da Comissão Científica, depois de organizado o catálogo dos livros da mesma por Manoel Ferreira Lagos, estes deverão ser reunidos à Biblioteca do Museu Nacional.* BR MN.DR.CO, RA. 5, f. 55.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. Folder de divulgação por ocasião da inauguração do novo prédio da Biblioteca do Museu Nacional. Biblioteca do Museu Nacional, ago. 1989.

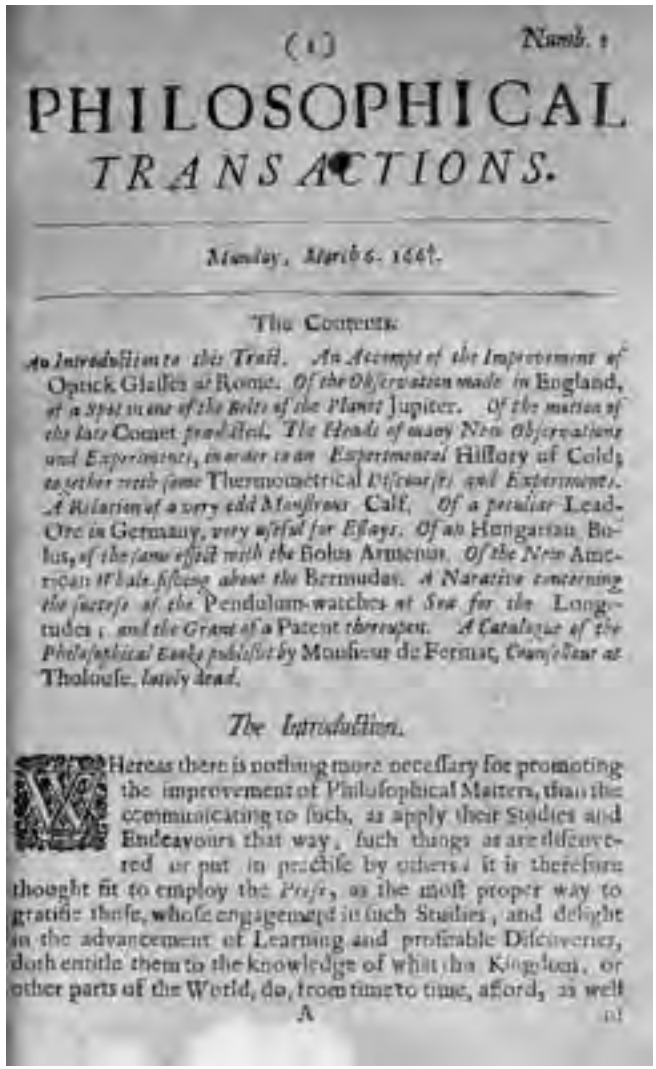
SANTOS, Maria José Veloso da Costa. *Conservação e preservação de obras raras da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2001.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. *Continuidade ao projeto de conservação e preservação de obras raras da Biblioteca do Museu Nacional/UFRJ*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2003.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa; TAKCHE, Laura Maria Gayer. A Biblioteca do Museu Nacional: 137 anos divulgando o conhecimento científico. *Informal: Boletim do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ,* Rio de Janeiro, v. 10, n. 1/2, 2000. Suplemento: Bibliotecas e Informação: mais de um século de história.

FIGURA 11 – Interior da Biblioteca, no Palácio, c. 1930.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.



(1) Numb. 1

PHILOSOPHICAL
TRANSACTIONS.

Munday, March 6. 1665.

The Contents.

An Introduction to this Treat. An Account of the Improvement of Optick Glasses *at* Rome. *Of the Observation made in* England, *of a Spot in one of the Belts of the Planet* Jupiter. *Of the motion of the late* Comet *predicted. The Heads of many New Observations and Experiments, in order to an Experimental* History of Cold; *together with some* Thermometrical *Discourses and Experiments. A Relation of a very old Monstrous* Calf. *Of a peculiar* Lead-Ore *in* Germany, *very useful for Essays. Of an* Hungarian Bolus, *of the same effect with the* Bolus Armenus. *Of the New* American *Whale-fishing about the* Bermudas. *A Narrative concerning the success of the* Pendulum-watches *at Sea for the* Longitudes; *and the Grant of a* Patent *thereupon. A Catalogue of the Philosophical Books published by* Monsieur de Fermat, *Counsellor at* Tholouse, *lately dead.*

The Introduction.

WHereas there is nothing more necessary for promoting the improvement of Philosophical Matters, than the communicating to such, as apply their Studies and Endeavours that way, such things as are discovered or put in practise by others; it is therefore thought fit to employ the *Press*, as the most proper way to gratifie those, whose engagement in such Studies, and delight in the advancement of Learning and profitable Discoveries, doth entitle them to the knowledge of what the Kingdom, or other parts of the World, do, from time to time, afford, as well

A of

FIGURA 12 – Página do Philosophical transactions of the Royal Society of London (London, v. 1, p. 1, 1665-1666). No século XVII, foi publicado, na Inglaterra, esse que foi um dos primeiros periódicos científicos, antecedido em apenas dois meses pelo Journal des Savants, publicado na França.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

ARCHIVOS

DO

MUSEU NACIONAL

DO

RIO DE JANEIRO

VOLUME I

RIO DE JANEIRO
IMPRENSA INDUSTRIAL

1876

FIGURA 13 – Folha de rosto dos Archivos do Museu Nacional (Rio de Janeiro, v. 1, p. 3, 1876) (26,6 x 22 cm; Biblioteca do Museu Nacional). Em 1876, por determinação do Decreto 6.116, de 9 de fevereiro, iniciou-se a publicação dos Archivos do Museu Nacional. O então diretor Ladislau Netto fez a apresentação do primeiro volume.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 14 – Sala "Aristóteles", dos esqueletos de mamíferos, na antiga Exposição.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

O Museu Nacional e suas exposições
1821-2001[1]

Paul Jürgens[2]

O Museu Nacional, com suas exposições de ciências naturais e antropológicas, teve, ao longo do tempo, papel determinante na formação e na iniciação à ciência das novas gerações. O objetivo deste capítulo é garantir uma melhor compreensão da importância e da trajetória das exposições organizadas pela instituição desde que foi fundada, tendo em vista o desenvolvimento do Projeto da Nova Exposição do Museu Nacional, coordenado pelo Escritório Técnico-Científico (ETC).[12]

A primeira iniciativa para a constituição de um acervo de história natural e de ciências em terras brasileiras ocorreu em 1779, à época do Brasil colônia. Naquele ano, o vice-rei, Luiz de Vasconcellos e Souza, criou a Casa de História Natural (Laclette, 1995), destinada inicialmente à preservação de plantas, minerais e adornos indígenas do Brasil. Posteriormente, a casa ganhou *status* de "gabinete zoológico" em razão da presença em seu acervo de grande número de animais empalhados, ficando por isso conhecida como "Casa dos Pássaros".

---

[1] Artigo publicado originalmente como parte do *Anteprojeto da Nova Exposição*, desenvolvido no Programa de Revitalização do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Escritório Técnico-Científico do Museu Nacional/UFRJ, 2003. Edição em CD-ROM

[2] Mestre em Jornalismo pela Universidade do País de Gales; editor da revista *Rio Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj); ex-integrante do Escritório Técnico-Científico para as Novas Exposições do Museu Nacional.

A casa teve, no entanto, vida efêmera, pois foi desativada em 1810 (Neto, 1870). O acervo foi, então, transferido para a antiga Academia Real Militar, onde passou a ser utilizado pelos alunos como material de aula prática. Em 1818, d. João VI criou o Museu Real, procurando dar novo impulso ao estudo das ciências naturais no "Reino do Brasil". A coleção de objetos, que se encontrava dispersa por diversas instituições, incluindo a importante coleção mineralógica comprada na Alemanha, foi novamente reunida, desta vez numa casa do Campo de Santana (Lacerda, 1905).

Em seus primeiros anos, a constituição do ainda incipiente acervo do Museu Real incluiu objetos das mais diversas procedências. A lista de doações, compras e transferências de peças oriundas de outras repartições do reino e, posteriormente, do império, é expressiva. Entre os doadores aparece o próprio d. João VI, que ofereceu alguns objetos de arte (em madeira, mármore, prata, marfim e coral) e uma coleção de quadros do Tesouro Real, da qual constavam óleos de artistas como Rafael, Tintoretto e Canaletto – trazidos de Portugal durante a transferência da corte (Lacerda, 1905).

Com a abertura dos portos às nações amigas e a independência do país, os viajantes estrangeiros também contribuíram para o enriquecimento das coleções, depositando parte de suas descobertas no museu, que passou então a se chamar Museu Imperial. Em troca de apoio logístico às suas incursões pelo interior, naturalistas como Langsdorff, Natterer e Sellow ofereceram ao museu valiosas coleções zoológicas. Langsdorff cedeu a sua própria coleção de mamíferos e aves da Europa; Sellow, por sua vez, deixou aqui ossadas fósseis recolhidas às margens do rio Uruguai (Lacerda, 1905).

Da relação de peças adquiridas pelo museu naquele período, fazem parte cinco múmias de uma valiosa coleção de antiguidades egípcias arrematadas por d. Pedro I em leilão no porto do Rio de Janeiro – e que ainda hoje estão entre as principais atrações da exposição permanente. Os sarcófagos e as múmias, datando de mais de três mil anos, foram certificados à época como em excelente estado de conservação. Suas faixas e o dourado das máscaras teriam sofrido pouquíssima alteração ao longo dos milênios. Data também desses primeiros anos a entrada no acervo de 6.044 medalhas e moedas, entregues ao museu pelo visconde de São Leopoldo. O *Catálogo das medalhas e moedas de ouro e douradas de prata, de cobre e de ferro no Museu*

Nacional no ano de 1825 registrava a presença de apenas 296 medalhas em seu acervo. A doação dava, assim, novo impulso à coleção de numismática do ainda jovem Museu Imperial.

Vale destacar a importância que o museu ia adquirindo no âmbito das ciências naturais, o que mais tarde daria à instituição papel de vanguarda na condução das atividades científicas no país. A coleção mineralógica proveniente da Alemanha, organizada pelo eminente geólogo alemão Abraham Gottlob Werner, e as doações dos naturalistas estrangeiros foram duas das contribuições que mais ajudaram a lançar o processo de reconhecimento do museu como espaço privilegiado para o desenvolvimento de pesquisas na área da ciência no Brasil. Para retraçar a trajetória da exposição pública de ciências naturais e antropológicas do Museu Nacional, que há cerca de cinquenta anos ocupa uma área de 3 mil metros quadrados do Palácio de São Cristóvão, é preciso voltar a 1821, ano em que o museu abriu – pela primeira vez – suas portas à visitação pública.

Durante os três primeiros anos de funcionamento do museu, a visitação às suas dependências esteve circunscrita a autoridades e curiosos, que obtinham acesso ao prédio com a anuência de funcionários da instituição (Castro Faria, 1949). No andar térreo do prédio, os visitantes encontravam modelos de máquinas que pertenciam a Ignácio Álvares Pinto de Almeida, que pouco depois fundaria a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. A primeira exposição pública só veio a acontecer em 1821, por determinação de d. João VI. Seguindo tendência já consagrada na Europa desde o século anterior – o de tornar os museus públicos –, o decreto de 24 de outubro daquele ano determinou que se abrisse o museu às quintas-feiras, das 10 às 13 horas. Segundo os dados reunidos por pesquisadores e estudiosos da história do museu, o espaço destinado à exposição pública se resumia então a modestas quatro salas (Silva-Maia, 1852).

Mas ao acervo foram se acrescentando mais e mais peças, com o incremento de permutas com países estrangeiros e o envio de material por parte dos presidentes de províncias. A essa altura, no entanto, como nota Bittencourt (1997), os museus ainda apresentavam características muito próximas às dos gabinetes de curiosidades dos séculos anteriores. Em 1824, a instituição ganhou um laboratório químico, que passou a identifi-

car e classificar as amostras já ali depositadas e outras que continuavam chegando de todas as regiões do país e do mundo.

Paralelamente, o museu era solicitado com frequência a analisar amostras de materiais coletados em províncias como as de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão e Mato Grosso, que não raro revelavam jazidas de grande valor econômico, como no caso do carvão em Santa Catarina. As primeiras análises de amostras de petróleo encontradas no país também foram feitas ali (Lopes, 1993). Com a nomeação, em 1828, de frei Custódio Serrão, para ocupar o lugar de João Caldeira na direção do museu, ganhou corpo a ideia de transformá-lo em um "estabelecimento científico […] que fornecesse elementos de trabalho para os estudos técnicos" (Lacerda, 1905, p. 15-16), embora na gestão anterior já tivesse obtido alguma notoriedade como "estabelecimento consultivo". De acordo com Castro Faria (1949), frei Custódio

> era obrigado a dar informações ao governo sobre uma multidão de objetos diversos e, portanto, a trabalhar constantemente em análises químicas, ensaios metalúrgicos, projetos agrícolas; a dar pareceres sobre estabelecimentos industriais, sobre tentativas de mineração, sobre descobrimentos de minas, sobre extração de matérias de tintura, de óleos...[3]

Nesse período, o italiano Zani e um ajudante foram encarregados de explorar a região amazônica. Depois de alguns meses de viagem pelo norte do país, voltaram de lá trazendo farto material para a Seção Zoológica.

As coleções não paravam de crescer e, no inventário produzido para o Ministério do Império, em 1838, o museu já registrava a presença de extensa relação de objetos, a saber: zoológicos, 4.964; botânicos, 1.600; mineralógicos, 4.516; numismática, 1.105 medalhas e moedas (antigas, 464; da Idade Média, 30; modernas, 169; diversas, 442); quadros, 62; instrumentos de física e química, 5.181; modelos de máquinas industriais, 30; antiguidades de várias procedências (egípcias, europeias e mexicanas); vestimentas,

[3] Algumas citações não puderam ser devidamente referenciadas em virtude da impossibilidade, à época de publicação desta coletânea, de se resgatarem os documentos aqui mencionados.

cetros, enfeites, armas, artefatos diversos das populações indígenas do Brasil; e objetos, ornatos, alegorias da África, Ásia, Nova Zelândia e Ilhas Sandwich (Neto, 1870).

Apesar dos esforços para que fossem estreitadas as relações entre o museu e alguns dos principais órgãos de pesquisa e formação do Império, como a Faculdade de Medicina e a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, a administração de frei Custódio continuou enfrentando resistências dentro do governo, e, somente em 1842, as autoridades concordaram em liberar verbas para a primeira grande reforma no prédio, com o objetivo de expandir principalmente a área de exposições.

Na primeira grande reforma por que passou, em 1842, o museu ganhou nova estrutura, com quatro seções: a primeira delas foi denominada de Anatomia Comparada e Zoologia; a segunda, de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; a terceira ganhou o título de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; e a última, de Numismática, Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Antigas e Modernas. Com a reforma, o museu passou a ter, pela primeira vez, uma estrutura bem definida e ordenada, podendo classificar e arquivar de maneira mais ágil os objetos e materiais que ali continuavam chegando de todas as regiões do país e do mundo. Em 1843, por exemplo, o museu recebeu amostras de minerais dos Estados Unidos e produtos mineralógicos da região italiana do Vesúvio (Lacerda, 1905).

Em meados do século XIX, a instituição já gozava de amplo reconhecimento social, resultado do empenho das administrações anteriores. As riquezas minerais do país chamavam a atenção do mundo, e instituições como a Câmara dos Deputados solicitavam ao museu informações que pudessem ajudar na condução dos negócios de governo. O extraordinário potencial das florestas brasileiras, que despertava crescente interesse por sua diversidade e abundância, também estava representado no acervo do museu em mais de oitocentas amostras de materiais (Lacerda, 1905). Nesses anos, o intercâmbio internacional de produtos zoológicos e botânicos também se intensificou, com envio e troca permanente de material com museus estrangeiros de Chile, Argentina, Estados Unidos, Alemanha. Do Chile, por exemplo, receberam-se 105 pássaros e mamíferos, enviados pelo Instituto-Escola Teórico-Prático de Agricultura.

Na segunda metade do século XIX, o museu veio a participar regularmente das Exposições Nacionais e Universais, que ocorriam com frequência cada vez maior. Lopes (1993) lembra que o museu foi "o primeiro a organizar em setembro de 1861, à moda das exibições europeias, uma Exposição de Indústria no Rio de Janeiro, com os produtos naturais e relativos à indústria, usos e costumes da Província do Ceará, trazidos por Ferreira Lagos quando do retorno da Comissão Científica de Exploração".

Em 1856, sob a direção de F. L. César Burlamaqui, o museu obteve recursos para empreender uma reforma no prédio do Campo de Santana. O projeto incluiu a expansão da área construída. Ao final das obras, o museu passou a contar com um novo espaço de galerias, podendo com isso exibir um maior número de objetos do acervo. Depois de reaberto à visitação, o público pôde constatar a presença de 2 mil novas amostras de organismos marinhos, que haviam sido incorporadas à Seção de Zoologia. Em torno de 1870, de acordo com Castro Faria (1949), a Seção de Etnografia ocupava um salão e uma sala, além de dois recintos de menores proporções. Em um destes, havia nove armários com o material greco-romano, incluindo o de Pompeia. A coleção de arqueologia do Brasil era, então, exibida em um armário e uma prateleira, que reuniam "artefatos encontrados em escavações ou no leito de rios e de lagoas de vários pontos do Império" (Neto *apud* Castro Faria, 1949).

Ainda segundo Castro Faria, na sala seguinte, conhecida como Gabinete dos Medalheiros, estava a totalidade das medalhas da coleção numismática. No mesmo ambiente, onze armários reuniam as coleções etnográficas da África, Oceania e América do Norte. Na outra saleta, a coleção do Egito – com exceção das estelas, dispostas numa das entradas do museu – ocupava sete armários. No salão, descrito por Neto (*apud* Castro Faria, 1949) como "a mais completa coleção etnográfica que jamais se viu de nossas numerosas tribos indígenas", dezessete armários se enfileiravam, sendo quinze deles ocupados pelas coleções indígenas. Os demais traziam peças peruanas, alguns moldes de antiguidades mexicanas e imagens de divindades indianas.

Durante a administração de Burlamaqui, conseguiu-se verba para nomear o tenente-coronel Francisco de Raimundo Faria como colecionador de produtos naturais e etnográficos no vale do Amazonas. De acordo com

Castro Faria (1949), o museu começava a participar diretamente da coleta de espécimes para os seus mostruários. É importante lembrar que, a partir de meados do século XIX, os museus atravessaram período de notável expansão em todo o mundo ocidental; as instituições dedicadas à história natural sendo as mais beneficiadas. Esse reconhecimento da importância das ciências naturais era decorrência do desenvolvimento de novos campos do conhecimento e da disseminação da vocação educativa dos museus (Bittencourt, 1997).

Com as ciências naturais em fase ascendente, depois de reiterados pedidos e sugestões de diretores e pesquisadores que visitavam a instituição em busca de informações, foi criada, em 1848, a Biblioteca do Museu Imperial e Nacional. Com 3 mil volumes, a biblioteca logo seria reconhecida como a mais completa do país em história natural – *status* de que continua a gozar nos dias de hoje, com cerca de 68 mil títulos (Duarte, 1998). Em 1876, o então recém-nomeado diretor, Ladislau Neto, era favorável à mudança do museu para um prédio maior, onde pudesse ser criada não só uma "escola experimental botânico-zoológica", mas também um jardim botânico e um parque zoológico – na sua visão, indispensáveis aos museus de ciências naturais. Tendo deixado a posição de diretor em setembro de 1892, Neto permaneceu menos de 45 dias no posto máximo da instituição depois da mudança desta para o Palácio de São Cristóvão.

O ano de 1876, na opinião de João Baptista de Lacerda – nomeado diretor do museu em janeiro de 1895 –, marcou o início do "período mais fecundo, de maior atividade e de mais intenso brilho na história do Museu Nacional" (Lacerda, 1905, p. 37). Decorrido então pouco mais de meio século de sua fundação, o museu passou por ampla reforma – a segunda em pouco mais de trinta anos – que resultou em nova classificação de suas seções: a primeira delas foi denominada de Antropologia, Zoologia Geral e Aplicada, Anatomia Comparada e Paleontologia Animal; a segunda, de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal; e a última, de Ciências Físicas, incluindo as áreas de mineralogia, geologia e paleontologia geral. As áreas de arqueologia, etnografia e numismática, por falta de um departamento próprio, foram reunidas numa seção anexa ao museu.

Entre o ano de sua reforma e o final do século XIX, o museu teve quatro novos regulamentos. O último deles, o primeiro do período republicano,

reivindicava para a instituição o estudo da "história natural do globo e, em particular, do Brasil, cujas produções naturais deverá coligir, classificar pelos métodos mais aceitos nos grêmios científicos modernos e conservando-as acompanhadas de indicações quanto possível explicativas ao alcance dos entendidos e do público".

Em 29 de julho de 1882, por iniciativa do então diretor Ladislau Neto, o museu inaugurou a Exposição Antropológica Brasileira, que acabou se convertendo em um marco de sua história. Neto não só solicitou aos presidentes das províncias que enviassem material, como foi pessoalmente ao Pará coletar itens para a exposição. Na ocasião, voltou ao Rio de Janeiro trazendo grande quantidade de importante material arqueológico, como objetos em cerâmica e ossos exumados de cemitérios de tribos indígenas na região da ilha de Marajó. Das províncias de Goiás e do Espírito Santo, vieram alguns indígenas das aldeias dos botocudos e xerentes. Espalhada por oito salas, a mostra reuniu quase oitocentos itens (Lopes, 1993).

Nas palavras de João Baptista de Lacerda (1905, p. 57), a exposição teve "o caráter de uma festa científica popular pela primeira vez levada a efeito no Brasil, e marcou uma época na história do museu". Lacerda conta que foram armadas cabanas equipadas com redes, canoas e apetrechos domésticos dos índios, representados por modelos de gesso em tamanho natural. Do acervo do museu, foram expostas as coleções de ornatos e vestimentas de penas, além de armas, flechas, maracás, tacapes, zarabatanas, arcos, machados de pedra, entre outros itens. Assim, a mostra exibiu objetos de diversas tribos indígenas, permitindo que se comparassem as diferenças de um mesmo utensílio confeccionado por tribos diferentes.

Nos primeiros três meses em que esteve aberto à visitação, o museu recebeu mil visitantes, número que superou as expectativas de Neto e chegou a repercutir no exterior (Lopes, 1993). Empolgado com a repercussão, Neto começou a planejar uma exposição mais ampla, que seria denominada Exposição Antropológica Americana. Para levar a cabo essa monumental empreitada, o diretor esperava obter recursos para a construção de um novo prédio, que deveria abrigar a mostra antes de se tornar a nova sede do museu. O ousado projeto não foi adiante; mas nem por isso Neto perdeu o entusiasmo pelo trabalho à frente do museu, prosseguindo

em seu intuito de ampliar o acervo da instituição por meio de permutas, aquisições e doações.

Àquela altura, o acervo já chamava a atenção de estrangeiros, como Koseritz (1943). Depois de visitar o museu seguidas vezes no inverno de 1883, o jornalista alemão qualificou as dependências de "insuficientes para os soberbos tesouros que conserva" (p. 86). Ao percorrer o Salão dos Mundurucus, considerada então uma das mais "selvagens" tribos indígenas, Koseritz ficou impressionado com a riqueza em tesouros etnológicos que uma única sala podia exibir. A Seção de Cerâmica, "com vasos de barro, imagens em argila e urnas funerárias das mais curiosas" (p. 88), também causou excelente impressão a esse respeitado homem de letras. Nas seções mineralógica e paleontológica, Koseritz elogiou o mostruário de diamantes e as cópias dos maiores desse mineral já encontrados até aquela época, e também o grande número de animais primitivos. Um armário com cerca de sessenta esqueletos não passou despercebido do alemão no momento de sua visita à Seção Zoológica. Diante do mostruário, Koseritz se deteve longamente para examinar o crânio encontrado numa caverna de Lagoa Santa pelo naturalista dinamarquês Peter Wilhelm Lund – considerado o pai da paleontologia brasileira. Recentemente, as cerca de setenta ossadas recolhidas pelo doutor Lund nessa localidade mineira estiveram novamente em evidência com a certificação, em 1998, de que o crânio da mulher que ganhou o nome de Luzia – e que foi encontrado na mesma região de Lagoa Santa em 1975 – tem de 11 a 13 mil anos e pode ter sido um membro do primeiro povo que habitou as Américas.

Numa de suas muitas idas ao museu, Koseritz aproveitou para visitar a exposição pedagógica, onde estavam ainda recém-inauguradas as seções dedicadas à França, Alemanha e Inglaterra. O jornalista conta que esteve nas duas salas da rica biblioteca do museu, destacando ainda a excelência do Laboratório de Fisiologia, onde estavam em curso experiências sobre febre amarela, curare e soros antiofídicos. Data desses anos a chegada ao museu de três dos mais atraentes itens de seu acervo, que, ao lado da coleção egípcia, permanecem em exposição: o esqueleto da preguiça-gigante proveniente da Bahia; o esqueleto de uma baleia que encalhou nas proximidades de Paraty; e o meteorito de Bendegó, descoberto na zona árida da Bahia em 1784 e levado para o museu em 1888 (Lacerda, 1905).

Com a partida de d. Pedro II e da família real para Portugal apenas dois dias depois de proclamada a República, a antiga residência do imperador, em São Cristóvão, foi escolhida para sediar a primeira Assembleia Constituinte Republicana. Em 1892, com o fim desses trabalhos, o governo de Floriano Peixoto decidiu acatar a proposta, já debatida durante o período de governo provisório, de que o palácio passasse a abrigar as coleções do Museu Nacional, transformando-se assim em sua nova sede.

Àquela altura, o museu, sendo um repositório das riquezas naturais do país, possuía numerosa coleção de objetos, reunidos ao longo de quase um século de atividades. Expressivo número desses itens acabaria sofrendo danos durante a transferência da coleção por via férrea do Campo de Santana para o palácio, enquanto muitos outros simplesmente desapareceriam. Já instalado na nova sede, o museu passou por nova reorganização interna em 1899, ficando reservados à visitação os dias de quinta-feira, sábado e domingo (Lopes, 1993). Apesar de restritivos, os novos horários de abertura ajudaram a consolidar a tendência ao crescimento observada no número de entradas na nova sede de São Cristóvão: em 1900, foram 23.318 visitantes. Esse número saltou para 26.194 em 1905, chegando a 36.573 dois anos mais tarde. Os horários de abertura seriam novamente modificados depois da grande reforma de 1910, com a adoção de um novo regulamento no ano seguinte. A partir de então, o museu ficaria aberto à visitação todos os dias, exceto às segundas-feiras – restrição que é mantida até os dias de hoje.

Naquele início de século, o conceito de "museu escola", disseminado pelo movimento a favor da vulgarização do ensino de história natural no hemisfério norte, determinou mudanças na função educativa do museu. Se no regulamento de 1911 já estava prevista "a organização de um museu escolar de história natural destinado ao ensino intuitivo especialmente adaptado às crianças" (Lopes, 1993), o seguinte, de 1916, avançava ainda mais nesse sentido, com um capítulo exclusivo sobre a prática do ensino nas dependências do museu. Nos primeiros anos da década de 1910, a instituição contava com cerca de 200 mil itens em seu acervo. Esse número já era considerado de grande magnitude para museus não europeus. Por questões de espaço, apenas pequena parte desse conjunto podia ser vista

pelo público visitante, que àquela altura já era de 35 a 40 mil pessoas por ano (Lopes, 1993).

Com o objetivo de aumentar o número de peças em exposição, o então diretor João Baptista de Lacerda conseguiu, durante os anos em que permaneceu à frente da instituição, adquirir novos mostruários para o seu acervo. Os armários-vitrinas, de aço e cristal, chegaram ao museu poucos dias antes do início da Primeira Guerra Mundial – e ainda se encontram em parte das exposições. Além disso, as coleções receberam grande impulso nas primeiras décadas do século XX, com expedições como a de Marechal Rondon – a Comissão Telegráfica Estratégica do Mato Grosso ao Amazonas. Essas expedições contribuíram de maneira decisiva para enriquecer as coleções, garantindo à instituição reconhecimento e prestígio internacionais, em razão de reunir peças representativas de um país de dimensões continentais. Às vésperas de completar cem anos, uma disposição transitória do regulamento de 1916 determinava ainda que, enquanto não houvesse na cidade um museu de história, o Museu Nacional teria uma seção sob a responsabilidade de um professor especialista, encarregado de organizar e zelar pela conservação dos objetos referentes à história do Brasil.

Pouco antes das comemorações pelo centenário de criação do Museu Nacional, o zoólogo Alípio de Miranda Ribeiro decidiu fazer o levantamento do valor material das coleções do museu. Ao iniciar a pesquisa, Miranda Ribeiro encontrou a Seção de Zoologia, uma das mais ricas da época, com grande variedade de aves de toda a América do Sul, Europa, Ásia, África e Austrália. Dela constavam, entre outros, pinguins da Patagônia, um exemplar raro de ornitorrinco australiano e um avestruz africano. Se Miranda Ribeiro não encontrou nenhum exemplar do tigre real de Bengala, o museu contava com um exemplar do leão da Barbária, doado pelo Museu de Florença. O número de macacos brasileiros na seção também era considerável (Lopes, 1993). A Seção de Peixes, em razão de uma excursão do próprio Miranda Ribeiro pelo litoral a bordo do Annie, acabara de receber novas espécies, algumas delas ainda desconhecidas dos museus estrangeiros. Se a coleção de vermes e equinodermos, com poucos tipos brasileiros, era pequena, a de madreporáceos possuía grande variedade de espécies brasileiras. Miranda Ribeiro ressaltava que, além das peças expostas, o acervo continha infinitos objetos zoológicos.

Da subseção de Anatomia Comparada, que perdera importância a partir dos estudos e da organização das coleções paleontológicas e antropológicas, constavam alguns esqueletos, como o da baleia encontrada em Paraty. As coleções zoológicas, em 1915, totalizavam 59.284 exemplares, sendo: 298 mamíferos; 4.862 aves; 546 répteis e batráquios; 1.397 peixes; 33.753 artrópodes; 17.906 moluscos; e 522 vermes, equinodermos e zoófitos.

A Seção de Botânica, mesmo não dispondo de um catálogo completo de suas coleções, acusava a presença de 44.590 exemplares. À exceção das coleções ainda não catalogadas, as demais estavam distribuídas nos herbários: Allemão-Cysneiro; botânico geral e de plantas exóticas; frutos e sementes; madeiras e lianas; fibras e pastas para papel; e óleos/resinas. Considerada a mais importante da América do Sul, a seção possuía, por exemplo, 875 espécimes de plantas procedentes dos Estados Unidos, e 285 espécimes fanerógamos dos estados de Mato Grosso e Rio Grande do Sul, enviadas pela Academia de Estocolmo. De acordo com as informações reunidas por Miranda Ribeiro, as plantas dessa seção estavam arquivadas de modo conveniente em pastas, com seus nomes de família, gênero e espécie. Os frutos secos estavam expostos nos armários; os carnudos, imersos em álcool; e as sementes, conservadas em frascos. A seção possuía ainda uma notável e bem catalogada coleção de madeiras do Brasil, uma coleção de fibras têxteis e de caules anômalos, além de uma rica variedade de féculas e óleos.

Na Seção de Geologia, Mineralogia e Paleontologia, que fora inteiramente reorganizada na virada do século, as coleções mineralógicas e petrográficas despertavam grande curiosidade em quem visitasse o Salão José Bonifácio de Andrada. Neste, eram atração à parte as rochas e minérios do Brasil, as cerca de cinquenta amostras de meteoritos brasileiros e estrangeiros, e as réplicas em cristal dos mais famosos diamantes do mundo. Com relação às coleções paleontológicas, as peças que mais impressionavam o público eram os esqueletos fósseis de preguiças-gigantes. Ao lado deles, também capturavam o olhar dos visitantes o esqueleto de moa, a grande ave corredora da Nova Zelândia; o ictiossauro dos terrenos liássicos da Inglaterra; e outras coleções de fósseis estrangeiros. No espaço dedicado à paleontologia brasileira, a Sala Hartt, mereciam destaque as presas de um mastodonte encontradas em Sergipe e um significativo número de amostras de plantas

e conchas fósseis, representando os diversos terrenos geológicos. O levantamento dessas coleções chegou a um total de 5.150 exemplares.

Miranda Ribeiro avaliou em 17.565 os objetos pertencentes à Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia. Desta constavam, entre outros, crânios de índios e uma rara coleção de objetos de enfeite, armas e utensílios de tribos indígenas; exemplares da cerâmica de Pacoval, em Marajó; objetos dos sambaquis da região Sul; peças da arqueologia pompeana; a notável coleção de antiguidades egípcias; e outros objetos procedentes das ilhas Aleutas, China, Japão e África Central.

Para marcar a passagem do primeiro centenário da Independência, o governo de Epitácio Pessoa decidiu afinal dar ao país um museu de história. A cidade do Rio de Janeiro, então capital federal, foi escolhida para sediar o novo Museu Histórico Nacional (MHN). Pouco antes da abertura ao público do recém-criado museu, o Museu Nacional cedeu algumas de suas coleções à nova instituição. Constam dos arquivos do MHN documentos que acusam a chegada de pelos menos quinhentos objetos procedentes do Palácio de São Cristóvão. Entre estes estavam peças e ornamentos que no passado haviam decorado o gabinete da Presidência da República, azulejos, copos e até um capacete alemão da Guerra de 1914. Da Seção de Antropologia e Etnografia seguiram para o antigo Forte de Santiago, no local conhecido como Ponta do Calabouço, livros, álbuns de fotografias, uma grade de ferro e um portão de madeira, entre outros itens. Com a cessão desses objetos, o Museu Nacional deixava então de ser um repositório de "todas" as riquezas do país, para se dedicar exclusivamente às ciências naturais e antropológicas.

Em 1927, já sob a direção de Edgard Roquette-Pinto, o edifício do Museu Nacional passou por mais uma reforma. Foi instalada uma sala de conferências, considerada uma das mais bem aparelhadas para o ensino da história natural. O Horto Botânico também foi remodelado, sendo renovados os antigos laboratórios de Mineralogia, que passaram a integrar a Seção de Ensino.

Inaugurada por Roquette-Pinto em 15 de outubro de 1927, com a presença do ministro Lyra Castro e grande número de intelectuais, a Seção de Assistência ao Ensino da História Natural deu enorme impulso às atividades

educativas do museu. Em 1932, trinta colégios e escolas públicas, num total de 2.282 alunos, estiveram na sala de conferências do museu, onde foram exibidos cerca de cem filmes e de mil diapositivos. Em 1933, o museu recebeu, em média, quatrocentos visitantes por dia – ou o equivalente a 125.200 por ano.

Depois de longo período fechado à visitação, devido a obras de vulto no palácio, o museu foi reaberto ao público em 1946. Mas nem todas as salas de exposições ficaram prontas a tempo para a reinauguração. Dessa forma, Heloísa Alberto Torres, que ocupou a direção do museu entre 1938 e 1955, só pôde inaugurar dezessete salas das exposições de Antropologia e três das de Geologia, deixando por organizar todas as exposições de Zoologia, de Botânica e de parte da Antropologia e da Geologia – que juntas somavam vinte salas.

Em conferência proferida no ano de 1949 para apresentar as novas exposições de antropologia e arqueologia, Castro Faria atesta que "houve, sem dúvida, uma visível diminuição da quantidade de material exposto, mas houve também valorização e planejamento adequados dos diferentes conjuntos, que se tornaram mais compreensivos, mais atraentes e mais racionalizados" (Castro Faria, 1949). O naturalista do Museu Nacional dá conta da redução do total de armários em relação à exposição anterior, que passou de 132 para 105, e destaca o fato de que, pela primeira vez, a exposição havia sido preparada "por um especialista nessa nova técnica, que é a museografia" (Castro Faria, 1949). Durante a conferência, Castro Faria lembra que houve redução também da área de exposição, de 1.269 metros quadrados para 1.088 metros quadrados. Ao reconhecer que a nova disposição e apresentação das coleções ainda apresentava deficiências, o pesquisador afirma que estas eram resultado, principalmente, "da falta de depósitos convenientes para as coleções de estudo, que são ao mesmo tempo as reservas destinadas não só ao suprimento, como à renovação periódica dos grupos expostos" (Castro Faria, 1949). Durante a gestão de Heloísa A. Torres, o museu, que, desde a sua criação, já estivera subordinado a pelo menos seis diferentes ministérios, sofreu mais uma mudança de estatuto. Depois de ter permanecido onze anos como órgão da Universidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1931 e 1940, um decreto de 16 de janeiro 1946

determinou sua incorporação – na qualidade de instituição nacional – à Universidade do Brasil.

No relatório do Museu Nacional de 1956, o primeiro elaborado por José Cândido de Melo Carvalho, o novo diretor relata que naquele ano se encontravam praticamente paralisados os trabalhos de organização das exposições, devido à total falta de pessoal na Seção de Extensão Cultural. Num esforço para reabrir o maior número possível de galerias, o diretor conseguiu autorização da Congregação para convocar todos os setores do museu – em particular as divisões técnico-científicas – a colaborarem nesse sentido. Assim, foi possível reabrir as exposições de uma sala de pré-história humana (com três vitrines); de uma sala de zoologia; de uma sala de paleontologia e geologia do Brasil; e ainda quatro salas reservadas às exposições temporárias. No cálculo final, durante o ano de 1956, o Museu Nacional manteve abertas 27 salas, que se encontravam assim distribuídas: Antropologia e Etnografia (dezoito salas); Mineralogia, Geologia e Paleontologia (quatro salas); Zoologia (uma sala); e Exposições Temporárias (quatro salas).

Citando algumas das providências tomadas naquela gestão para garantir a reabertura de outras treze salas, o relatório assinado por Melo Carvalho faz referência às galerias destinadas às exposições de zoologia, que foram objeto de limpeza geral devido ao acúmulo de material ali reunido, "tudo misturado de maneira caótica [...] constituindo verdadeiro depósito não cuidado ou, no dizer dos técnicos do museu, 'o pandemônio'" (Carvalho, 1956). Com a limpeza, por se encontrarem completamente imprestáveis, foram eliminados: um número indeterminado de peixes; 573 anfíbios e répteis; 1.520 aves e 278 mamíferos. Pelo relatório, sabe-se que os 187 armários daquela seção, adquiridos por Miranda Ribeiro na Alemanha muitos anos antes, foram recuperados, inclusive os que haviam sido danificados no incêndio que atingiu o museu em janeiro de 1944. Ainda de acordo com o relatório, as galerias denominadas Sala dos Embaixadores, Sala do Trono e Capela da Imperatriz, depois de passarem por reforma com a ajuda da Superintendência do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), foram reabertas à visitação.

Ao fazer um balanço do ano de 1956, Melo Carvalho diz que muito havia sido feito para abrir à visitação pública a totalidade de suas exposições, mas

ressalva que ainda havia muito por fazer e que, para o ano de 1957, o museu esperava oferecer um maior número de exposições de zoologia. De fato, em 1957, o relatório confirma a reabertura da sala 2 de Zoologia (Vermes e Artrópodes), totalizando vinte mostruários. A organização da sala 5, de Peixes, com dez mostruários, duas pranchas e três grandes peixes – um peixe-lua, um peixe-serra e um peixe-espada – fixados às paredes, também foi terminada. Melo Carvalho lamenta que os mostruários não pudessem estar organizados em ordem lógica, por razões de natureza prática. Nos anos de 1956 e 1957, o museu organizou expressivo número de exposições temporárias, embora algumas delas se resumissem a um simples mostruário, como no caso da Microscopia do Carvão. Alguns exemplos dessas exposições são a de Animais Exóticos, a de Aspectos da Alimentação Indígena e a do Centenário de Adolpho Lutz (Carvalho, 1956/1957).

O museu dava a impressão de reconquistar o apreço do público: em 1956, recebeu 269.906 visitantes – uma média de 20 mil por mês. No ano seguinte, recebeu 243.550, e, em 1959, chegou a 324.193 o número de entradas no museu – total que não levava em conta as turmas de estudantes. Só no mês de julho, o museu havia contabilizado a venda de sessenta mil ingressos (Carvalho, 1958/1959). O aumento no número de visitantes podia ser justificado pela "boa fase" pela qual passava a instituição, com Melo Carvalho à frente das atividades pelo quarto ano consecutivo. No final da década de 1950, os trabalhos na sala de Aves do Brasil chegaram, enfim, ao seu término. A exposição contava agora com 44 mostruários, 337 exemplares de aves pertencentes a 292 espécies, 26 ninhos, 62 ovos, 46 fotografias, 4 desenhos, 9 peças e 46 textos explicativos. Na Sala de Peixes, e também na de Insetos, os trabalhos estavam praticamente encerrados. No mesmo período, cinco salas de exposições, todas no setor de Zoologia, foram reabertas ao público, e o museu sediou uma exposição comemorativa do centenário de nascimento de Darwin, organizada pelo Conselho Britânico.

Mesmo tendo despertado repetidas vezes a atenção da mídia ao longo das décadas de 1960 e 1970 – edição de *O Jornal* de março de 1960, por exemplo, anunciava que o "Ninho de marimbondo-tatu é a grande atração da nova Sala de Insetos" –, os diretores que se sucederam à frente do museu naqueles anos pouco puderam fazer para dar continuidade ao trabalho de

José Cândido de Melo Carvalho. O orçamento e o número de funcionários da instituição não pararam de decrescer durante aqueles anos – impedindo o museu de levar adiante os projetos de expansão das galerias e exposições.

Apesar disso, a visitação continuou em alta. No ano de 1963, 440.524 visitantes percorreram as 44 salas de exposições públicas, que ocupavam um espaço de 4 mil metros quadrados. No relatório anual, o diretor Newton Dias dos Santos assinalava o crescimento no quadro de técnicos do museu, que em dez anos havia dobrado, enquanto o de funcionários diminuíra sensivelmente "em flagrante desproporção" (Santos, 1963, p. 21). Na introdução ao relatório, Dias dos Santos diz que, a exemplo do que já ocorrera no ano anterior, tanto o Museu Nacional como as demais unidades da Universidade do Brasil tiveram que se submeter a um corte de verbas de 43%. Determinada pelo governo federal, esse corte de recursos destinados ao museu praticamente reduziu a instituição ao que Dias dos Santos qualificou de "vida vegetativa" (p. 7). Essa situação de penúria de verbas permaneceu inalterada durante os anos 1970, em que pouco pôde ser feito para dar uma nova feição às exposições permanentes.

A título ilustrativo, vale lembrar que, entre 1973 e 1977, enquanto o Museu Nacional recebia uma dotação em verbas que variou de Cr$ 159.000 a Cr$ 183.000, outros museus eram contemplados com verbas federais bastante superiores, como o de Belas Artes (de Cr$ 883.000 a Cr$ 1.625.500), o Histórico Nacional (Cr$ 600.000 a Cr$ 1.370.000) e o Imperial (Cr$ 456.800 a Cr$ 1.409.500) (Boletim do Conselho Federal de Cultura, 1977). O descaso das autoridades em relação ao destino do museu parecia, então, evidente para José Cândido de Melo Carvalho. Dezesseis anos após deixar a direção do museu, em artigo publicado no Boletim do Conselho Federal de Cultura de 1977, o ex-diretor lamentava que "a parte relativa à educação no museu havia perdido terreno, e que as exposições haviam sido relegadas a segundo plano" (Carvalho, 1977). Prova disso era a situação da importante Seção de Taxidermia, que se encontrava paralisada, tendo ocorrido ainda evidente redução no espaço de suas oficinas. De acordo com Melo Carvalho, a falta de pessoal e a obrigatoriedade de ensino de graduação e pós-graduação impediam que os pesquisadores se ocupassem da curadoria de coleções científicas, provocando a redução das atividades culturais. Naquele artigo

de 1977, o ex-diretor estimava em mais de 1 milhão o número de peças distribuídas pelos diversos departamentos do museu.

Sobre as informações divulgadas por Melo Carvalho com relação à situação do acervo, vale a pena mencionar a presença de 500 mil exemplares no herbário da Divisão de Botânica – para Melo Carvalho (1977), "um dos mais valiosos do hemisfério". O ex-diretor destaca ainda as cerca de 50 mil peças reunidas nas seções de Antropologia Física e Antropologia Cultural da Divisão de Antropologia, e que representavam 140 tribos indígenas. Entre as coleções classificadas de "exóticas", Melo Carvalho fez questão de lembrar a egiptológica, a greco-romana e a de culturas tribais da Oceania. Contudo, naquele mesmo ano de 1977, o segundo da gestão de Luiz Emygdio de Mello Filho, o museu já dava sinais de sucumbir aos poucos à falta crônica de recursos: das 44 salas franqueadas ao público em 1963, só restavam 33 abertas à visitação, e eram organizadas em torno de uma estrutura praticamente idêntica à da época em que Melo Carvalho deixara a direção, em 1961. No andar térreo, estavam os mostruários de Mineralogia e Geologia, que focalizavam temas como os meteoritos e o uso de seus minerais e petróleo. O primeiro piso abrigava, então, as exposições de Arqueologia Clássica, Arqueologia Brasileira, Etnologia, Paleontologia e Zoologia. Organizadas para o grande público, mas visando atingir, sobretudo, os estudantes de nível médio e aqueles matriculados nos primeiros anos de curso superior, encontravam-se em exibição peças e documentos sobre a ciência da terra, da flora e da fauna, além de uma notável coleção de objetos etnográficos de várias tribos indígenas do Brasil.

Os anos 1980 e a primeira metade da década de 1990, marcados por hiperinflação e crise econômica, obrigaram a direção do museu a adotar uma estratégia de planejamento de curto prazo, visando garantir a sobrevivência da instituição. Em 1986, no entanto, impulsionado pelo Plano Cruzado, o museu ainda pôde reabrir algumas das áreas anteriormente fechadas à visitação, voltando a contar com as mesmas 44 salas de exposições de 1963 – embora as salas do Trono e dos Embaixadores continuassem fechadas desde 1973. O plano econômico pode ser apontado como uma das razões para explicar o bom número de pessoas que percorreram as galerias do palácio em 1986: foram 436.239 visitantes (6.552 alunos e professores de

1º e 2º graus), apenas 4 mil a menos do que em 1963. Três anos depois, em 1989, esse número já havia caído para 176.382 visitantes.

Diretora do museu naquele ano de 1986, Leda Dau deixou registrado no relatório anual que o bom número de visitantes fora alcançado "malgrado a seríssima carência de guardas para a exposição" (Dau, 1986). Escreveu também que, embora as despesas com pagamento de pessoal fossem cobertas em sua maioria com recursos do Ministério da Educação e Cultura, a manutenção dos projetos e atividades científicas "já dependiam de recursos externos que o museu como instituição e cada um de seus pesquisadores perseguiam de forma sistemática".

Dentro dessa estratégia de planejamento, um dos convênios firmados no início dos anos 1980 foi com a Petrobras. A parceria com a empresa, interrompida alguns anos mais tarde, voltaria nos anos 1990, quando a Petrobras passou a participar dos projetos de recuperação do museu. É provável que o sucesso inicial do Plano Cruzado tenha sido a principal razão para o aumento dos recursos provenientes do Ministério da Educação e Cultura em 1986. Dau, que classificou de muito "bem-vindo" aquele aumento, confirmou no relatório que a política de captação de recursos externos já era tradicionalmente usada pela instituição e que, no seu entender, contribuía para imprimir "um dinamismo próprio às atividades da casa" (Dau, 1986). Já datam daquele tempo as dificuldades com relação ao exíguo espaço do museu para acomodar, em seus depósitos superlotados, as coleções científicas.

Para Leda Dau, que dedicou boa parte de sua gestão à elaboração do Projeto Museu Nacional: Recuperação e Revitalização do Prédio e seu Acervo, o museu enfrentava "a mais séria crise de sua história no que se refere ao espaço físico, resultante de sua própria pujança, da atividade de gerações de pesquisadores que passaram por seus gabinetes, laboratórios e depósitos de coleções, acumulando com seu trabalho, um grande acervo" (Dau, 1986). Dentro do projeto de revitalização, Dau retomou a ideia – já discutida anteriormente – de expansão do museu, que passaria a ocupar prédios em sua vizinhança, abrindo no palácio os espaços necessários à reorganização dos departamentos, serviços e coleções. Se naqueles anos, como já era costume, o museu manteve um cronograma mínimo de obras

para garantir o seu funcionamento, as condições gerais do prédio e das coleções continuaram se deteriorando.

Um passo importante para garantir mais espaço às coleções dentro do palácio foi a transferência, em agosto de 1989, da biblioteca do museu para um moderno anexo situado dentro do Horto Botânico. O novo prédio, construído especialmente para abrigar a nova biblioteca, só pôde ser erguido graças ao empenho do então ministro da Educação, Rubem Ludwig, e do Sphan (atual Iphan – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). A obra era de vital importância para a preservação do palácio, já que o peso dos mais de 430 mil volumes da biblioteca, que se encontravam no terceiro piso, vinha – segundo os especialistas – colocando em risco a estrutura do prédio. A transferência para o Horto garantiu ainda a integridade de um expressivo número de volumes, entre os mais valiosos, que se encontravam nas áreas em que o telhado estava sob risco de desabamento.

No terceiro ano de sua gestão, Leda Dau (1988) dá conta em seu relatório de um corte orçamentário "drástico e súbito do governo, sobretudo no que se refere a obras físicas". Assim como ocorrera praticamente com todos os seus antecessores no cargo desde meados do século XX, o "sonho" de Dau também acabou sendo engavetado, à espera de uma nova oportunidade. Ela teve que buscar consolo com o importante convênio firmado com a Fundação Vitae, que financiaria por três anos a aquisição de material permanente para as coleções científicas, a contratação de oito técnicos e as condições técnicas da transferência da biblioteca para seu novo prédio. O quadro de grave crise financeira na instituição não se modificou nos anos subsequentes.

No início da década de 1990, o diretor Arnaldo Campos dos Santos Coelho, embora não tenha medido esforços para dar continuidade aos projetos de sua antecessora, esbarrou na mesma falta crônica de recursos. Eleita diretora para o quadriênio 1994-1998, Janira Martins Costa tomou para si a tarefa de tentar sensibilizar as autoridades para o enorme patrimônio do museu. O primeiro projeto de Martins Costa foi o de Recuperação, Modernização e Otimização da Exposição do Museu Nacional. Mais uma vez, no entanto, a operação não alcançou sucesso, segundo a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), "por não ter sido demonstrado como o projeto poderia se viabilizar a longo prazo".

Apesar da decepção, Martins Costa não desistiu. Elaborou inicialmente o projeto SOS Museu com o propósito de mostrar à sociedade a situação em que se encontrava a instituição, e organizou o seminário franco-brasileiro denominado "A Restauração do Palácio Imperial da Quinta da Boa Vista, Museu Nacional", com a participação de especialistas internacionais. Realizado em agosto de 1995, com o decisivo apoio do Consulado da França, o seminário reuniu os mais importantes nomes da cultura, ciência e patrimônio histórico no país, lado a lado com convidados estrangeiros, como Jean-Loup Roubert, o arquiteto-chefe da Ópera de Paris e do Grand Palais, e Jean Gautier, diretor de Arquitetura da cidade de Paris.

A positiva repercussão do seminário trouxe novo ânimo à diretoria do museu, que manteve, no ano de 1996, as mesmas – nas palavras de Martins Costa – "diretrizes pragmáticas iniciais, ou seja, de sensibilizar as autoridades governamentais e empresariais para a necessidade de recuperar o maior monumento histórico do país e a maior e mais antiga instituição científica na área de ciências naturais e antropológicas da América do Sul" (Costa, 1997). Com a chancela de alguns dos mais prestigiados especialistas do setor, os dois dias de debates resultaram na confirmação de que a proposta de transferência da vida acadêmica e científica para outro local – deixando dessa forma toda a área do palácio para fins de difusão científica por meio das exposições – deveria ser feita o mais breve possível. Com a desocupação temporária do prédio, as obras de um completo restauro do palácio poderiam então ser realizadas.

Um modesto passo nessa direção pôde ser dado com a conclusão do Pavilhão de Vertebrados, para onde foi transferida a parte do acervo relativa a esse departamento. A então diretora também foi a responsável pela formalização do Projeto Memória do Paço de São Cristóvão/Museu Nacional, com o objetivo de fornecer subsídios para o projeto de restauração do ex-Palácio Imperial/Museu Nacional. O novo diretor, Luiz Fernando Dias Duarte, manteve a determinação de levar adiante as recomendações do seminário de 1995 e não perdeu fôlego. Depois de quase meio século de operações emergenciais para garantir a continuidade das visitas à exposição permanente, a direção do museu decidiu investir com todas as forças na ideia de um amplo projeto de reforma da instituição, buscando ao mesmo tempo soluções alternativas para combater o imobilismo decorrente

da falta de verbas. Dando continuidade à gestão de sua antecessora, Duarte assumiu o compromisso de encontrar uma área vizinha à Quinta da Boa Vista, para onde deveriam ser transferidas as atividades e os acervos científicos, reservando-se assim o palácio para exposições e educação aberta. Entretanto, apesar das muitas iniciativas de negociação com várias instâncias do governo e com a Petrobras, o projeto não foi adiante. Depois de meses à procura de outro local nas imediações da Quinta da Boa Vista, a Comissão de Espaço do museu decidiu que sua expansão deveria acontecer dentro dos limites físicos do parque. Seguindo essa determinação, confiou-se ao arquiteto Glauco Campello, contratado em um convênio do museu com a Petrobras, a apresentação de projeto para a transferência da vida científica e do acervo para o Horto Botânico. A primeira versão do projeto foi entregue pelo arquiteto à direção do museu no dia 23 de abril de 2001.

Em razão da persistente escassez de recursos nas áreas de manutenção e renovação das galerias, as exposições que eram então exibidas no palácio não diferiam, na essência, daquelas inauguradas nos anos 1950 durante a gestão Melo Carvalho. Diante disso, a direção do museu decidiu traçar um plano de ação apoiado em três pontos básicos. O primeiro deles, de curto prazo, previa o emprego de verbas orçamentárias e subsídios em pequenas intervenções cosméticas no prédio, galerias e acervo. O segundo consistia na firme determinação de viabilizar mostras temporárias de vulto – paralelas à exposição permanente. Um exemplo foi o notável sucesso alcançado pela montagem de "No Tempo dos Dinossauros", realizada de junho de 1999 a março de 2000. Ocupando uma área de 250 metros quadrados, na qual se viam espalhadas mais de cem peças e seis fósseis, a exposição recebeu um público recorde de 10 mil visitantes no primeiro final de semana, registrando a presença total de 220 mil visitantes no seu encerramento. O evento aconteceu logo após a exibição de fósseis brasileiros numa exposição realizada em 1998, no Japão, que atraiu a atenção da mídia especializada internacional

Por fim, o terceiro e último ponto desse plano de ação, de longo prazo, foi a definição de um Programa de Desenvolvimento Estratégico do Museu Nacional. Tratava-se de um projeto de completo redimensionamento conceitual e organizacional da exposição permanente, a partir de uma reestruturação do espaço físico do palácio, cujo projeto esteve a cargo de uma

equipe de profissionais reunidos com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no ETC.

A trajetória do Museu Nacional se confunde com a história e os avanços do país no campo das ciências, de maneira direta até o início do século XX e de maneira mais oblíqua, desde então. As exposições organizadas pela instituição ao longo de seus quase duzentos anos de existência contribuíram sobremaneira para a vulgarização das ciências no país, sensibilizando a juventude para os horizontes da curiosidade e da dúvida. Mesmo atravessando longos períodos de penúria, que impediram a renovação permanente de suas exposições e a expansão de suas atividades educativas, o Museu Nacional sempre continuou – e continua – lutando para manter seus objetivos, na condição de mais importante museu brasileiro dedicado às ciências naturais e antropológicas.

Referências

BITTENCOURT, José Neves. *Território largo e profundo:* os acervos dos museus do Rio de Janeiro como representação do Estado Imperial. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

BOLETIM DO CONSELHO FEDERAL DE CULTURA. Ano 7, n. 28, 1977.

CARVALHO, José Cândido de Melo. *Relatórios do Museu Nacional*. Relatórios apresentados ao reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, pelo diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1956/1957/1958/1959/1960.

CARVALHO, José Cândido de Melo. Artigo. *Boletim do Conselho Federal de Cultura*, ano 7, n. 28, 1977.

CASTRO FARIA, Luiz de. As exposições de antropologia e arqueologia do Museu Nacional. *Publicações Avulsas*, n. 4, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional; Ministério da Educação e Saúde, 1949.

COSTA, Janira Martins. *Relatórios do Museu Nacional*. Relatórios apresentados ao reitor da UFRJ, Paulo Alcântara Gomes, pela diretora do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1994/1995/1997.

DAU, Leda. *Relatórios do Museu Nacional*. Relatórios apresentados ao reitor da UFRJ, Horácio Cintra Magalhães Macedo, pela diretora do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1986/1987/1988/1989.

DUARTE, Luiz Fenando Dias. *Relatórios do Museu Nacional*. Relatórios apresentados ao reitor da UFRJ, José Henrique Vilhena de Paiva, pelo diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1998/1999.

KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria Martins Editora, 1943.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LACLETTE, Paula P. Horta. *Do ontem ao hoje*: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. 1995. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Museologia) – Escola de Museologia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

LOBO, Bruno. *Relatório do Museu Nacional*. Relatório apresentado ao ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, dr. Ildefonso Simões Lopes, pelo diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1919/1920/1921/1922.

LOPES, Maria Margaret. *As ciências naturais e os museus do Brasil no século XIX*. 1993. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

NETO, Ladislau de Souza M. *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional*. Rio de Janeiro: Sociedade Philomática, 1870.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *O museu e o ensino da história natural*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1933.

SANTOS, Newton Dias dos. *Relatório do Museu Nacional*. Relatório apresentado ao reitor da Universidade do Brasil, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, pelo diretor do Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1963.

SILVA-MAIA, Emílio Joaquim. *Esboço histórico do Museu Nacional, servindo de introdução a trabalhos sobre as principais espécies zoológicas do mesmo estabelecimento*. Rio de Janeiro: Biblioteca Guanabarense, Trabalhos da Sociedade Velosiana, 1852. 1º Relatório Anual.

FIGURA 15 – Diploma de prêmio da Exposição Internacional de Chicago, 1893 (75 x 59 cm) – litogravura gravada e impressa pela Oficina de Gravação e Impressão do Departamento do Tesouro Norte-americano. O Museu Nacional foi agraciado com o diploma de mérito especial dessa exposição pela exibição de vasos cerâmicos marajoaras e de uma coleção de objetos ilustrando o progresso dos nativos da Ilha de Marajó, no Pará.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 16 – Vitrine da Exposição Antropológica de 1882.

Fonte: Lacerda, João Baptista. Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905, p. 96.

FIGURA 17 – Exposição Antropológica de 1882.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 18 – Meteorito de Bendegó.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 19 – Escultura feminina, sem cabeça (mármore branco e rosado, Veio, Itália; 60 cm). Coleção Greco-Romana da Imperatriz Teresa Cristina. A peça retratada é uma estatueta koré de estilo arcaizante, possivelmente cópia da época romana. A figura feminina em pé veste uma longa túnica drapeada, erguida delicadamente com as duas mãos. Pertence ao conjunto de objetos encontrados em uma tumba durante as escavações conduzidas em Veio, em 1853.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 20 – Trono do Daomé (Daomé, África; 100 x 70 x 40 cm). Peça doada pelos embaixadores do rei Adandozan (1718-1818) ao príncipe regente d. João VI, em 1811. Provavelmente data da passagem do século XVIII ao XIX. O trono foi incorporado ao acervo do Museu em 1818.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 21 – Página da Revista da Semana (Rio de Janeiro, ano XIX, n. 19, p. 16, 15 jun. 1918), retratando a comemoração do primeiro centenário do Museu Nacional, com a presença do presidente Wenceslau Brás e do diretor do Museu, Bruno Lobo.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

A seção de memória e arquivo (semear) do Museu Nacional

seu acervo documental como legado para a memória da ciência e cultura[1]

Maria José Veloso da Costa Santos[2*]
Silvia Ninita de Moura Estevão[3*]

> O que nós chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar, repertório insondável daquilo que poderíamos ter necessidade de nos lembrar. [...] À medida que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos, documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história.
>
> (Nora, 1993, p. 15)

A formação do acervo do Museu Nacional deu-se primeiramente pela transferência para sua sede de instrumentos, máquinas e gabinetes disper-

---

[1] Capítulo baseado em comunicação do XIX Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, Documentação e Ciência da Informação, realizado em 2005. Esta versão foi estabilizada em 2018, antes do incêndio que afetou o museu.

[2] Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/UFRJ. Bibliotecária-documentalista aposentada do Museu Nacional/UFRJ.

[3] Técnica especialista em arquivo do Arquivo Nacional.

sos em outras instituições (Museu Nacional, 1818), pela doação de objetos de arte e itens da Antiguidade pela família real, e pelo recebimento tanto de coleções existentes na Casa dos Pássaros,[4] quanto de peças etnográficas provenientes das províncias do Brasil, além da coleção de mineralogia, conhecida como coleção Werner. Hoje, com um acervo cultural e científico de cerca de 20 milhões de itens, é considerado o maior museu de história natural da América Latina.

Subordinado administrativamente, através dos anos, a diversos ministérios (Agricultura, Justiça, Educação), desde 1946, o Museu Nacional integra a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e suas funções acadêmicas são desenvolvidas nos departamentos (Antropologia, Botânica, Entomologia, Geologia/Paleontologia, Invertebrados e Vertebrados) e coordenações de pós-graduação *stricto sensu* (Antropologia Social, Zoologia e Botânica) e *lato sensu* (Geologia e Linguística).

A atividade de memória do Museu Nacional está representada no seu acervo sob diversas formas: documentos de arquivo; material científico (exemplares representativos da biodiversidade de nosso país, como fósseis e objetos etnográficos e arqueológicos); e trabalhos acadêmicos (livros, artigos de periódicos e jornais, anais de congressos, teses e dissertações, entre outros). É através desse manancial de fontes que ele garante sua continuidade histórica, parte da memória da UFRJ e do Brasil.

Os documentos de arquivo representam o produto da atividade de uma instituição ou de uma pessoa, e é através deles que as culturas conseguem preservar seu passado e seu presente. Isso é reconhecido por inúmeros trabalhos que destacam o valor e a importância dos documentos e, por conseguinte, dos arquivos para o resgate da memória e a construção da história.

Nesse sentido, existe um movimento contemporâneo nas instituições públicas e privadas que tenta preservar o passado e o presente por meio dos acervos dos arquivos, das bibliotecas, dos museus, entre outros lugares de memória que, no passado, eram resguardados por grandes famílias, pela Igreja e pelo Estado. Na sociedade pós-moderna, o arquivo é impres-

[4] Casa de história natural, criada em 1784, que por mais de vinte anos colecionou, armazenou e preparou animais e plantas para enviar à metrópole.

cindível para a preservação da memória individual e coletiva (Nora, 1993), bem como para o direito da sociedade à informação nele armazenada – o que, no Brasil, é garantido pela lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso a informações, consoante o inciso XXXIII do artigo 216 da Constituição Federal.

Como instituição científica e pública, o museu vem formando, desde a sua criação, um acervo de documentos que retratam o seu cotidiano no contexto político, econômico e social em uma determinada época e que revelam as suas relações com outras instituições congêneres em nível nacional e internacional. São documentos que registram os primórdios do trabalho científico no Brasil e as alterações que se processaram no cenário internacional das ciências, além do trabalho de cientistas de renome. O acervo é, portanto, de valor histórico inestimável não só para o resgate da memória da instituição e do palácio que a abriga, como também para o resgate da história das ciências no Brasil, que tem no Museu Nacional um fértil embrião.

A ideia de preservar essa documentação vem desde o século XIX, quando a própria direção do Museu Nacional tomou para si esse encargo por meio de seu secretário. Até a criação do cargo de bibliotecário do Museu Nacional em 1863[5] e a formalização da biblioteca como unidade administrativa específica em 1890,[6] as funções e atividades de arquivo e de biblioteca eram exercidas no âmbito da direção do museu, cabendo especificamente ao secretário e a seu ajudante a escrituração, o controle e a guarda das decisões, da correspondência e dos livros. Isso é determinado no primeiro regimento da instituição, que data de 1842: "Haverá no museu um secretário e um ajudante do secretário, incumbidos do registro das deliberações do conselho, da correspondência com os museus estrangeiros e do arranjo, guarda e preparação do arquivo e biblioteca" (Museu Nacional, 1842, art. 9º).

Com o passar do tempo, as funções do secretário foram sendo naturalmente acrescidas, bem como o volume de registros e rotinas necessárias ao andamento do museu, estendendo-se as preocupações de formalização

[5] Cargo para o qual foi nomeado Manoel Ferreira Lagos. Ver Museu Nacional (1863).

[6] Ver Museu Nacional (1891, p. 11).

de competências e obrigações no que diz respeito à matéria a todas as suas unidades administrativas.

Pelo regimento interno fixado para execução do regulamento a que se refere o decreto nº 379 A, de 8 de maio de 1890, capítulo X ("Da escrituração"), são definidas não só as obrigações de escrituração de cada unidade, como também as principais rotinas de controle e tramitação de informações, documentos e objetos. O regulamento aprovado pelo decreto nº 3.211, de 11 de fevereiro de 1899, igualmente dedica um capítulo à escrituração, no mesmo espírito do regimento anterior.

Os sucessivos regimentos deram origem a várias seriações documentais, que foram conservadas na Seção de Memória e Arquivo (Semear) do Museu Nacional, como as de Registro das Atas do Conselho Administrativo e da Congregação, de Ofícios Expedidos pela Diretoria, de Avisos e Ofícios Recebidos, de Ponto dos Empregados, de Assinaturas de Visitantes Ilustres, de Receita e Despesa, de Assentamentos de Pessoal e de Entrada e Saída de Objetos das Seções. Com o tempo, essas práticas foram se modificando e se especializando, por vezes se fragmentando e se dispersando, o que naturalmente deu origem a novas seriações com outros formatos.

O artigo 51 do regulamento de 1899 determinava que, no fim de cada ano, seriam encadernados, em volumes distintos, os avisos e portarias do ministro, os pedidos feitos à diretoria de artigos necessários ao museu e outras quaisquer obras ou documentos de reconhecida importância (Museu Nacional, 1899, p. 11).

A prática da encadernação, implementada até o início dos anos 1950, constituiu procedimento importante para a preservação de parte do acervo, vindo a facilitar as pesquisas realizadas. Com a escassez de recursos humanos, materiais e físicos nas décadas subsequentes, os documentos avulsos foram sendo comprimidos em espaços cada vez mais exíguos ou distantes, gerando dificuldades de localização, de organização e até de devolução após a consulta.

Pelo regulamento de 1899, os laboratórios ficavam incumbidos dos inventários, registrados em livro próprio, dos aparelhos e dos instrumentos existentes, e o porteiro, responsável pela fiscalização das exposições. Os inventários resultantes dessa determinação constituem referenciais importantes

para retrospectiva do século XIX, embora essa prática fosse realizada regularmente desde as primeiras décadas de criação do museu.

Quanto à fiscalização das exposições, essa atividade resultará, anos depois, em livros de registro diário de ocorrências no âmbito do controle e vigilância, bem como na estatística de visitantes, formalmente instituída em 1931, com a obrigatoriedade de produção de livro específico, consoante a determinação ministerial para envio regular de informações dessa natureza (Museu Nacional, 1936, art. 50).

Os arquivos fotográficos mereceram especial atenção na década de 1940. Segundo regimento aprovado pelo decreto nº 6.746, de 23 de janeiro de 1941, publicado no *Diário Oficial* de 25 de janeiro de 1941, cabe ao Laboratório de Fotografia, de Desenho, Pintura e Modelagem a organização, guarda e conservação dos arquivos fotográficos (Museu Nacional, 1941, art. 8º, parágrafo único). Por determinação da diretoria do professor Sergio Alex Kugland de Azevedo (2002-2010), esse acervo passou a ser custodiado pela Semear, embora, por falta de espaço, continuasse fisicamente no laboratório – denominado atualmente de Seção de Audiovisual, com atribuições diferentes das do laboratório em questão.

O mesmo regimento de 1941 demonstra a preocupação do museu em distinguir o que seria público (institucional) e o que seria privado (pessoal) no que diz respeito às coleções, o que certamente terá seus reflexos sobre os arquivos pessoais que naturalmente se formavam em paralelo às ações oficiais – matéria que merece um estudo especial.

> Os naturalistas do Museu Nacional não poderão dedicar-se à organização de coleções pessoais, de espécimes de ciências naturais e antropológicas. Parágrafo único: Os atuais proprietários de coleções bem como os que, por circunstâncias não previstas neste artigo, entrarem em posse de material dessa natureza, deverão fazer declaração do mesmo ao diretor do Museu Nacional. (Museu Nacional, 1941, art. 22)

Como já foi observado, a documentação do Museu Nacional foi se organizando a partir dos próprios regimentos que previam a criação de livros

de registros por tipos de documentos e a encadernação da correspondência, o que gerou algumas seriações mantidas até hoje.

As primeiras tentativas de organização do arquivo do museu, visando possíveis consultas, datam, pelo menos, de 1919, na gestão do diretor Bruno Lobo, quando os documentos já apresentavam maior volume. No relatório sobre esse exercício, o diretor dedica uma seção à matéria, sob o título "Arquivo", retomando o tema nos relatórios sobre os exercícios subsequentes de 1920 e 1921.

> O Arquivo do Museu Nacional, que se acha ao encargo do sr. Pimentel Barbosa, encontra-se em perfeita ordem. Está com todos os documentos catalogados por ano, mês e dia, desde sua fundação (1818) até o ano de 1919, inclusive. Foram preparadas as fichas contendo o resumo desses documentos correspondentes aos anos de 1818 a 1882 e as de 1893 a 1918, faltando apenas as dos anos de 1883 a 1892, inclusive. Além disso, foram separados pelos respectivos anos, meses e dias os *Diários Oficiais* da colecção pertencente ao museu. Foi também feita uma relação dos livros recolhidos ao Arquivo referentes à administração do instituto. (Lobo, 1920, p. 18)

Em 1935, Maria Alberto Torres iniciou a organização do Arquivo da Seção de Antropologia e Etnografia. Nas décadas de 1940 e 1950, as atividades da secretaria pareceram se multiplicar, e o que dizia respeito ao arquivo passou para a esfera da Seção de Administração, a qual já estava sob a responsabilidade de Maria Alberto Torres. As atenções continuaram voltadas para o arquivo, a ponto de ele ser mencionado em relatórios tanto acerca da produção e distribuição do expediente quanto das atividades desenvolvidas sobre o acervo já reunido.

Creditam-se a essa época os vestígios de nova numeração de controle sobre os encadernados (livros de registro, documentos avulsos encadernados e livros de ponto) e a produção de listagem de controle sobre as pastas que continham documentos avulsos do período de 1810 a 1940. Nesse período, ensaiava-se o uso de índices nominais das entidades com as quais o

museu se relacionava e o esboço de controle dos relatórios institucionais, além de se investir nos serviços de arquivamento, conservação e acondicionamento de diapositivos e filmes.

Sobre essa intensa atividade, Maria Alberto Torres comenta em relatório da Seção de Administração:

> Esta seção tem estado também empenhada na reorganização de seu arquivo, que, representando material conservado desde mais de um século, constitui um trabalho vultoso e delicado. Este serviço vem sendo feito aos poucos e é constantemente interrompido, devido à falta de pessoal.[7]

Foi nesse período que se projetou e se implementou um plano de classificação decimal para os documentos reunidos pela diretoria, abordagem estendida a outras unidades administrativas, especialmente à Divisão de Zoologia.

Nas décadas de 1970 e 1980, o arquivo da diretoria e de algumas outras unidades administrativas sofreriam alguns reveses por conta da falta de pessoal e de condições técnicas e operacionais. Parte do que se encontrava reunido nas décadas anteriores tendeu, fisicamente, à descentralização, com alguns departamentos retomando parcelas que lhes eram atinentes, dada a necessidade constante de informações retrospectivas.

A retomada do processo de institucionalização do arquivo do museu começou a ser ensaiada no início da década de 1990, com a implementação do Projeto Memória do Museu Nacional, na gestão do diretor Arnaldo Campos dos Santos Coelho (1994-1998). Assim, promoveu-se, a partir de 1994, a informatização do catálogo já existente, referente à documentação

[7] Relatório da Seção de Administração sobre o exercício de 1943 (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1943 – classe 146.74). Não se tem ainda sistematizado o número de arquivistas envolvidos com o trabalho de organização e reorganização no período. Há, contudo, informações de que, no ano de 1944, a Seção de Administração contou com dois arquivistas (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1944, p. 2 – classe 146.74); em 1946, com um (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1946, p. 2 – classe 146.74), e, em 1955, com pelo menos um estagiário (MN.DR. Relatórios – Seção de Administração, 1956, p. 3 – classe 146.74).

da diretoria do Museu Nacional, denominada Avisos e Ofícios, documentação essa do período de 1810-1940.

Progressivamente foram crescendo as possibilidades de obtenção de recursos para a implementação do arquivo. No primeiro semestre de 2002, chegaram os primeiros recursos extraorçamentários, por meio de projetos especiais patrocinados pela Fundação Vitae, pela Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pela Secretaría de la Unidad Técnica del Programa Adai – Ministerio de la Educación, Cultura y Deporte – Secretaría de Estado de Cultura da Espanha, que se somaram a convênio firmado com o Arquivo Nacional. Logrou-se com isso formar uma equipe de técnicos, bolsistas e colaboradores, possibilitando a aquisição de mobiliário e de materiais destinados ao armazenamento e acondicionamento dos documentos de forma adequada.

A Semear foi institucionalizada com um acervo estimado em cerca de 500 metros de documentos textuais e de aproximadamente 15 mil documentos iconográficos, que vêm sendo processados tecnicamente de modo a recuperar as informações neles contidas e, dessa forma, subsidiar pesquisas, principalmente, na área de história das ciências no Brasil.

A execução dos trabalhos partiu de procedimentos técnicos básicos, tais como higienização, identificação e acondicionamento primário, observando-se, para isso, alguns critérios e objetivos: distinção entre o arquivo institucional e os arquivos e coleções privadas; respeito à produção das diferentes unidades administrativas ao longo do tempo, classificando-as como seção do Fundo Museu Nacional; reconstituição da organização dada outrora, até ser concluída a etapa de higienização e identificação, sem qualquer interferência técnica radical; otimização do sistema de dados cedido pelo Arquivo Nacional, de modo a acelerar a informatização de instrumentos anteriormente produzidos e de alimentá-lo com novas descrições sobre o material; esforço de viabilização do acesso remoto à base de dados, e migração dessa base do sistema Sian para a base Minerva, da UFRJ (www.minerva.ufrj.br).

O convênio com o Arquivo Nacional trouxe para o museu uma nova abordagem técnica, sinteticamente chamada "descrição multinível", que consiste, basicamente, em implementar procedimentos técnicos de descrição

em consonância com a Norma Internacional de Descrição Arquivística – Isad(g) e sua correspondente nacional, Norma Brasileira de Descrição Arquivística (Nobrade). As informações sobre os documentos são dosadas em níveis de descrição distintos, de acordo com o grau de generalidade ou especificidade que se esteja empreendendo, utilizando-se para a informatização dos dados o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian).

Essa abordagem multinível é responsável pelos resultados palpáveis obtidos em tão curto espaço de tempo. Ela permite abrir frentes de trabalho concomitantes e articuladas, inclusive no que diz respeito à informatização da descrição de um dossiê como um todo e dos documentos (itens) dele integrantes, ampliando-se, diariamente, os recursos de pesquisa, além de propiciar o conhecimento necessário a retificações.

Uma segunda norma internacional, mais recente, também tem tido lugar nos procedimentos técnicos executados. Trata-se da Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias, vulgarmente conhecida por ISAAR(CPF) (Conselho Internacional de Arquivos, 1998), que, além de padronizar as entradas, vem permitindo acumular gradualmente informações sobre os produtores dos fundos e coleções identificados, de muita valia para a organização, descrição e estabelecimento de relações entre os documentos custodiados.

Consciente do legado da instituição para a ciência nacional, bem como de sua produção científica como parte da construção do conhecimento humano, a Semear vem procurando desenvolver atividades que vão além da guarda de documentos, realizando o tratamento técnico completo, item por item, dos fundos e coleções. Para isso, prioriza os trabalhos de informatização e o estabelecimento de uma política de preservação e conservação desse precioso acervo.

O uso do Sian permitiu a inserção de dados de caráter geral sobre os fundos e coleções, disponibilizando-os, de imediato, para pesquisa. Os dados de caráter específico sobre seções, subseções, séries, subséries, dossiês e itens, que integram esses fundos e coleções e demandam mais tempo para análise e processamento, são inseridos à medida que o trabalho se desenvolve. Sendo assim, a cada dia há novas informações sobre o acervo, o que facilita, sobremaneira, sua recuperação pelo usuário.

Com essa perspectiva, o arquivo vem se constituindo num dos principais polos de pesquisa e acesso a informações, subsidiando a produção de conhecimento em diversas áreas, com destaque para a história das ciências no Brasil, além de dar visibilidade ao Museu Nacional e ao trabalho de cientistas. Como subprodutos dessas atividades, têm-se livros, artigos de periódicos, dissertações e teses.

Em 2016, iniciaram-se estudos sobre a transferência dos dados para o *software* "Acesso à Memória" (ATOM), do Conselho Internacional de Arquivos (ICA) – aplicativo livre de custos, utilizado para a disponibilização de acervos arquivísticos na *web* –, e sobre o uso do "Archivematica", *software* livre de digitalização de documentos que funciona de modo concomitante ao ATOM. Atualmente, o Sistema de Arquivos da UFRJ (SIARQ) está em fase de desenvolvimento desses *softwares* e de customização para a base de dados documental da universidade denominada "Mnemosine".

O acervo da Semear, segundo levantamento realizado por sua equipe, constitui-se de aproximadamente 3,5 milhões de itens, compreendendo 550 metros lineares de documentos textuais – organizados em 57 fundos arquivísticos –, cerca de 20 mil peças iconográficas, 416 itens entre mapas, quadros, desenhos e gravuras, 822 publicações (livros, teses e dissertações) e 70 objetos tridimensionais. O arquivo institucional – Fundo Museu Nacional – é composto de 18 séries que englobam, além da diretoria, os departamentos e laboratórios criados desde os tempos mais remotos da instituição.

Referências

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Patrimônio cultural, arquivo e universidade. *Boletim do Centro de Memória-Unicamp*, Campinas, v. 6, n. 11, p. 12, jan.-jun. 1994.

CONSELHO Internacional de Arquivos. *ISAAR(CPF)*: Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1998. 30 p. (Publicações Técnicas, 49).

CONSELHO Internacional de Arquivos. *ISAD(G)*: Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística. 2. ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001. 119 p. (Publicações Técnicas, 49).

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol. *Ciência, um caso de política*: as relações entre ciências naturais e agricultura no Brasil Império. 1995. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero. Documentos como matéria-prima da história. *Preprint NEHCT*, n. 8, p. 1, 1994.

LACERDA, João Baptista de. *Fastos do Museu Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

LOBO, Bruno. *O Museu Nacional durante o ano de 1919*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Decreto de fundação do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, 1818. BR MN DR.AO 2.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Portaria autorizando a abertura do museu à visitação pública às quintas-feiras, das 10h às 13h, e comunicando a permanência de soldados da Real Guarda da Polícia para fazer a segurança do local*. Rio de Janeiro, 24 out. 1821. BR MN DR.AO 9.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento nº 123, de 3 de fevereiro de 1842*. Rio de Janeiro, 1842.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Aviso do ministro do Império comunicando que, à vista do proposto pelo diretor e presidente da Comissão Científica, depois de organizado o catálogo dos livros da mesma por Manoel Ferreira Lagos, estes deverão ser reunidos à Biblioteca do Museu Nacional.* Rio de Janeiro, 11 jul. 1863. BR MN.DR.CO, RA.5, f. 55.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regimento interno do Museu Nacional para execução do regulamento a que se refere o decreto nº 379A, de 8 de maio de 1890*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional a que se refere o decreto nº 3.211 desta data, 11/2/1899.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regulamento do Museu Nacional aprovado pelo decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931*: publicado no *Diário Oficial* de 5 de

abril de 1931 e retificado nos de 7, 8 e 9 de abril de 1931. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1936.

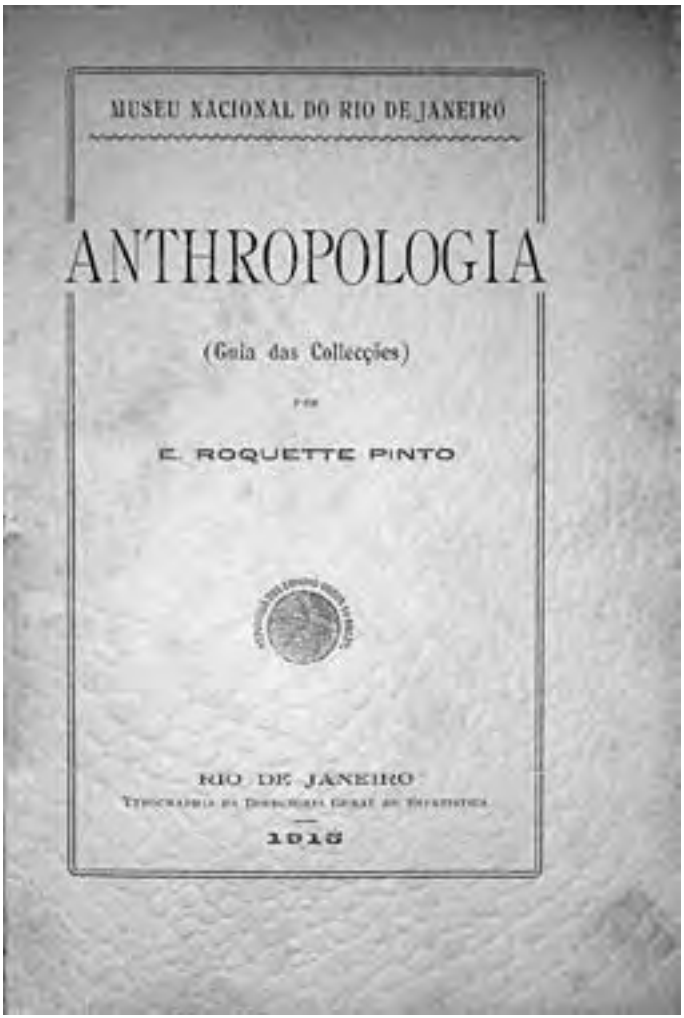
MUSEU NACIONAL (Brasil). *Regimento do Museu Nacional aprovado pelo decreto nº 6.746, de 23 de janeiro de 1941.* Aprova o regimento do Museu Nacional: publicado no *Diário Oficial* de 25 de janeiro de 1941. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

MUSEU NACIONAL (Brasil). *Relatório da Seção de Administração sobre o exercício de […].* Relatórios – Seção de Administração, 1943, 1944, 1946, 1956. BR MN.DR. classe 146.74.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da PUC/SP*, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

SÁ, Magali Romero; DOMINGUES, Heloísa B. O Museu Nacional e o ensino das ciências naturais no Brasil no século XIX. *Revista da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência*, n. 15, p. 82, 1996.

SANTOS, Maria José Veloso da Costa. Documento histórico: fonte de informação imprescindível para o resgate da memória. *Informal – Bol. Inf. do SiBI/UFRJ*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 3-6, jan.-jun. 1998.


MUSEU NACIONAL DO RIO DE JANEIRO

ANTHROPOLOGIA

(Guia das Collecções)

por

E. ROQUETTE PINTO

RIO DE JANEIRO

1915

FIGURA 22 – Capa do Guia das coleções antropológicas, de Edgard Roquette-Pinto (Rio de Janeiro: Tipografia da Diretoria Geral de Estatística, 1915).

Fonte: Acervo da Biblioteca do Museu Nacional.

FIGURA 23 — Página do Description de l'Égypte ou Recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française (Paris: De l'Imprimerie Imperiale, 1809-1822. v. 1: Antiquités I). As observações de cientistas que acompanharam Napoleão na Campanha Militar de 1798 ao Egito estão registradasnessa obra monumental. É a maior obra da biblioteca do Museu Nacional, com dimensão de 110 cm.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 24 – Cartaz de divulgação do Museu Nacional, como Museu Nacional de História Natural – impresso pela Imprensa Nacional e desenhado por Helios Seelinger (1878-1965), pintor, desenhista e caricaturista brasileiro, premiado na Exposição Geral de Belas Artes, maior salão artístico brasileiro da primeira metade do século XX.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 25 – Fotografia de (da esquerda para a direita) Carlos Alberto Campos Seabra, Angelo Moreira da Costa Lima, pe. Jesus Santiago Moure e Cincinnato R. Gonçalves no primeiro Congresso Brasileiro de Zoologia, no Museu Nacional, em 1960.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 25 – Fotografia de (da esquerda para a direita) Carlos Alberto Campos Seabra, Angelo Moreira da Costa Lima, pe. Jesus Santiago Moure e Cincinnato R. Gonçalves no primeiro Congresso Brasileiro de Zoologia, no Museu Nacional, em 1960.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 27 – "Quadros elementares de história natural: Anthropologia (n. 1)", c. 1922.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 28 – "Quadros elementares de história natural: Anthropologia (n. 2)", c. 1922.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 29 – Hall da Exposição, com o meteorito de Bendegó, no início do século XX.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

O Departamento de Geologia e Paleontologia (DGP) do Museu Nacional

um pouco de sua história[1]

Antonio Carlos Sequeira Fernandes[2]
Maria José Veloso da Costa Santos[3]

Introdução

Fundado em 6 de junho de 1818 por d. João VI, o Museu Real destinava-se ao estudo das ciências naturais e antropológicas. Em 1822, com a Independência do Brasil, passou a se denominar Museu Imperial e, em 1889, com a Proclamação da República, unicamente Museu Nacional. Em 1946, por suas atividades de pesquisa, ensino e extensão, foi incorporado, como instituição nacional, à Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

A estrutura administrativa do Museu Nacional, dividida em seções de acordo com os temas das pesquisas, modificou-se através dos anos com base nos diversos regulamentos e legislações que regiam a instituição – e que se refletiram na mudança de nome de seus setores. Com base nessas reestruturações, Lopes (1997, p. 23-24) identificou quatro fases distintas na história do museu até o início do século XX: o primeiro período abrange a década de 1830 e é associado ao que a autora chama de "regresso conservador";

---

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2018, antes do incêndio que afetou o museu.

[2] Professor titular do Departamento de Geologia e Paleontologia do Museu Nacional/UFRJ.

[3] Professora do curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis/UFRJ. Bibliotecária-documentalista aposentada do Museu Nacional/UFRJ.

o segundo vai de 1842, ano do primeiro regulamento, até 1876, ano do segundo, e é caracterizado pela consolidação da comunidade científica nacional na área das ciências naturais; o terceiro período é demarcado a partir de 1876 até as primeiras décadas de 1892 e é considerado a "idade de ouro do Museu Nacional"; o quarto e último vai de 1892 às primeiras décadas de 1900, quando houve a proliferação de novas instituições científicas no país e o enaltecimento da especialização científica e dos estudos experimentais, deslocando a pesquisa para os laboratórios, que passaram a ser prioritários.

No âmbito do Departamento de Geologia e Paleontologia, as designações constantes dos diversos regulamentos da instituição foram determinadas principalmente pelos regulamentos do Império. No regulamento nº 123, do Ministério do Império, datado de 3 de fevereiro de 1842, o Museu Nacional foi organizado em quatro seções: 1ª – Seção de Anatomia Comparada e Zoologia; 2ª – Seção de Botânica, Agricultura e Artes Mecânicas; 3ª – Seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas; e 4ª – Seção de Numismática e Artes Liberais, Arqueologia, Usos e Costumes das Nações Modernas. Percebe-se, assim, que as pesquisas em geologia ficaram reunidas no âmbito da 3ª Seção. Por sua vez, o regulamento de 9 de fevereiro de 1876 (decreto nº 6.116, de mesma data) denominou a 3ª Seção de Ciências Físicas: Mineralogia, Geologia e Paleontologia Geral, ficando a Paleobotânica incluída na 2ª Seção, denominada de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal (Brasil, 1876).

Em 1931, o decreto nº 19.801, de 27 de março, aprovou novo regulamento para o Museu Nacional, que passou a contar com "nove divisões técnicas, grupadas, para efeitos administrativos, em cinco seções". De acordo com esse regulamento, a numeração em seções continuava; cada uma, porém, passou a ter duas divisões. As pesquisas nas áreas de geologia e paleontologia, então, passaram a integrar a 1ª Seção, que incluía a Divisão de Mineralogia e Petrografia e a Divisão de Estratigrafia e Paleontologia (Brasil, 1931). O decreto-lei nº 2.974, de 23 de janeiro de 1941, reorganizou mais uma vez o Museu Nacional, e as seções foram abolidas, ficando a pesquisa em geologia a cargo da Divisão de Geologia e Mineralogia (Brasil, 1941). Essas divisões foram extintas a partir da incorporação do Museu Nacional à UFRJ e da adaptação de sua estrutura à organização universitária.

Nessa perspectiva, em 1971, com a criação dos departamentos acadêmicos, fruto da Reforma Universitária, e de acordo com o regulamento da UFRJ, a Divisão de Geologia e Mineralogia deu origem a dois departamentos: o de Geologia e o de Paleontologia, que em 1979, por decisão do Conselho Universitário da UFRJ, foram unificados no atual Departamento de Geologia e Paleontologia (Macedo; Fernandes; Gallo da Silva, 1999).

Desde a formação da 3ª Seção de Mineralogia, Geologia e Ciências Físicas, em 1842, diversos naturalistas estiveram à sua frente, mas alguns conquistaram, por uma ou outra razão, um destaque especial, como: Frederico Leopoldo César Burlamaqui, engenheiro e lente na Academia Militar que, acumulando a função de diretor do Museu Nacional e da 3ª Seção, teve vasta produção científica e conseguiu a compra de coleções de fósseis (animais e vegetais), contribuindo sobremaneira para o aumento do acervo paleontológico da instituição; João Martins da Silva Coutinho, que publicou trabalhos originais sobre a geologia da Amazônia e de Pernambuco e contribuiu em grande escala para o acervo petrográfico; Charles Frederic Hartt, que, com grande atuação no campo da geologia do Brasil, foi chefe da Comissão Geológica do Império do Brasil, cujo acervo foi totalmente incorporado ao Museu Nacional após a sua dissolução em 1878; Orville Adelbert Derby, discípulo de Hartt e também participante da Comissão Geológica do Império, foi responsável por vários artigos sobre a geologia e paleontologia do Brasil e criador da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo e do Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (hoje Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais – CPRM); e Alberto Betim Paes Leme, que produziu inúmeros trabalhos durante sua atuação no Museu Nacional, com destaque para a obra *Evolução da estrutura da terra e geologia do Brasil: vistas através das coleções do Museu Nacional, 1922-1923* (Lopes, 1997).

As coleções do Departamento de Geologia e Paleontologia

O Departamento de Geologia e Paleontologia foi repositório de oito coleções, a saber: mineralogia, petrografia, estratigrafia, meteorítica, geologia econômica, paleobotânica, paleoinvertebrados e paleovertebrados. Essas coleções, somadas, totalizavam, em 2018, cerca de mais de 70 mil exemplares,

incluindo nesse contexto tanto espécimes estrangeiros, obtidos através de doações ou permutas, como espécimes brasileiros coletados pelos naturalistas. Muitos, além da importância científica, possuíam valor histórico significativo, como os exemplares de minerais da coleção Werner e as rochas e fósseis de invertebrados coletados pela Comissão Geológica do Império.

Até setembro de 2018, todas as coleções encontravam-se catalogadas ou em fase de revisão, trabalho que teve início em 1946 com a reestruturação da seção. Antes desse ano, ao que tudo indica, a primeira grande organização das coleções da então 3ª Seção de Geologia deu-se na direção de Charles Frederick Hartt, durante o ano de 1876, quando os exemplares do acervo foram classificados e catalogados e, para seu acondicionamento e armazenamento, foi proposta a compra de mobiliário adequado (Lopes, 1997).

Cabe lembrar que o Museu Nacional ocupava originalmente um prédio situado junto ao Campo de Santana, atual Praça da República, onde permaneceu desde sua fundação até 1892, data da mudança de sua sede para o Paço de São Cristóvão na Quinta da Boa Vista. No prédio do Campo de Santana, segundo Lopes (1997, p. 54), as coleções mineralógicas estavam expostas no salão principal e eram consideradas "a parte mais rica e mais organizada de todo o museu". Outra parte dessa coleção encontrava-se guardada em armários, ou mesmo dispersa nas salas ou acondicionada em caixotes.

A história da nova reorganização das coleções pode ser conhecida através do relato feito por Amaro Barcia de Andrade, em documento elaborado sobre as coleções mineralógicas do Museu Nacional:

> Em 1946, a diretora dra. Heloísa Alberto Torres contratou o geólogo Viktor Leinz para dirigir a Divisão de Geologia e Mineralogia (DGM) do Museu Nacional. No cumprimento de sua missão, ele contou com a colaboração dos professores Amaro Barcia de Andrade, Baldomero Barcia Gonzalez e Cândido Simões Ferreira, na época, naturalistas auxiliares concursados. A tarefa cometida aos seus colaboradores consistiu em separar, classificar, lastrear, numerar, etiquetar e guardar os minerais nos armários a eles destinados. Desse trabalho resultou a feitura dos catálogos de Mineralogia

> (2 v.), Geologia Econômica, Petrografia (2 v.) e Paleontologia. A escrituração desses livros e o fichamento dos minerais foram atribuídos a um grupo de auxiliares administrativos, entre eles Irene Mendonça, Walter Mendes e Esmeraldino Augusto de Souza.
>
> O trabalho realizado foi árduo, porém gratificante para os que dele participaram. Inicialmente, cogitou-se da recuperação dos minerais. Milhares de amostras foram lastreadas com tinta esmalte branca e numeradas em seguida com tinta nanquim, segundo a ordem de aparecimento das amostras na sequência do trabalho. Outro não poderia ser o procedimento porque as amostras estavam dispersas ou em caixotes de modo desordenado durante muitos anos. Dos minerais recuperados foram retiradas amostras para figurarem nas exposições sistemáticas de geologia econômica, instaladas em dois salões na parte térrea do edifício. Quase trinta anos depois de suas instalações, a precariedade dos armários atacados por cupim, a falta de espaço para acomodação de pessoal e as dificuldades financeiras da instituição motivaram a desativação das referidas exposições. (Andrade, [s.n.t.], p. 3)

O texto sobre as coleções mineralógicas de autoria de Amaro Barcia de Andrade permite identificar em que ano se deu o processo de recuperação das coleções do departamento, cuja numeração de registro continua vigente nos diversos acervos, sendo referenciada nos trabalhos que foram publicados sobre as coleções.

Um detalhe deve ser ressaltado em relação ao mobiliário citado por Andrade ([s.n.t.]). Após todo o trabalho de recuperação e catalogação, as coleções e suas respectivas amostras foram acondicionadas em armários de madeira que permaneceram no departamento até 2005, quando, com o apoio da Fundação Vitae, por meio do Projeto de Preservação das Coleções Científicas do Museu Nacional/UFRJ, foram finalmente substituídos por modernos armários de aço deslizantes e livres da ação de insetos que afetavam as coleções e suas etiquetas de identificação.

O acervo mineralógico do Museu Nacional foi tema de diversos trabalhos, como os de autoria de Viktor Leinz (1955) e do já citado Amaro Barcia

de Andrade ([s.n.t.]), que destacaram, como dignas de nota, as seguintes coleções: Werner, José Bonifácio, Pedro II e d. Leopoldina.

Sobre a coleção Werner, sabe-se que Karl Eugen Pabst von Ohain, assessor de minas da Bergakademie Freiberg (Academia de Minas de Friburgo, na Alemanha), possuía uma coleção de minerais com 3.326 exemplares arranjados e descritos por Abraham Gottlob Werner, geólogo e mineralogista alemão, fundador da moderna mineralogia e da geognosia, disciplinas que aí lecionava.

A coleção Werner, como ficou conhecida, foi adquirida pelo então ministro Antonio de Araujo e Azevedo, conde da Barca, na Alemanha, e levada ao Brasil em 1807 com a fuga da corte de Lisboa. O barão de Eschwege (Wilhelm Ludwig von Eschwege), aluno de Werner, após sua chegada ao Brasil em 1810, providenciou a guarda da coleção, cujo destino inicial foi o Arsenal de Guerra, onde os alunos da Academia Militar a utilizavam nos estudos. Em 1819, o material foi transferido da Academia Militar para o salão principal do Museu Real (Museu Nacional) no Campo de Santana, onde era apreciado e comentado pelos diversos naturalistas viajantes que passavam pelo Rio de Janeiro. Da coleção original restavam no acervo do Museu Nacional, em 2018, cerca de 1.200 amostras, que foram identificadas por meio de estudos de recuperação realizados por Viktor Leinz e Amaro Barcia de Andrade.

Pouco se sabe da controvertida coleção José Bonifácio. Por ocasião da morte do famoso estadista e mineralogista, em 1838, sua família teria doado ao Museu Nacional as coleções mineralógicas que possuía. O estado de preservação do material já era precário na ocasião, o que lhe trouxe prejuízos já naquela época. Estudos de revisão na coleção mineralógica do departamento realizados por Amaro Barcia de Andrade, porém, não permitiram a identificação de nenhuma amostra que pudesse ter pertencido à coleção original de José Bonifácio.

Não se pode deixar de destacar o papel importante das coleções mineralógicas em grandes exposições internacionais, como a Exposição Universal da Filadélfia, em 1876, ocorrida por ocasião do centenário da Independência dos Estados Unidos. A coleção que representou o Brasil foi organizada por Charles Hartt, quando à frente da 3ª Seção (Lopes, 1997). Idêntica participação

se deu na Feira Mundial de Saint Louis, nos Estados Unidos, em 1904, quando da comemoração do centenário de compra do território da Louisiana, que pertencia à França, pelos Estados Unidos (Histórico da D.G.M., [s.n.t.]).

Trabalhos de recuperação do acervo mineralógico do Museu Nacional, associados à documentação histórica custodiada pelo arquivo da instituição, encontravam-se em andamento até setembro de 2018, trazendo à luz diversas informações que se julgavam perdidas, relacionadas, sobretudo, às origens das várias contribuições que se encontravam na coleção (Pane *et al.*, 2009-2010).

Conhecido colecionador e homem de ciência, d. Pedro II reuniu, ao longo de sua vida, um acervo considerável de coleções artísticas e científicas, dos mais variados tipos e procedências, muitas das quais lhe eram ofertadas como presentes. Curiosamente, esse acervo encontrava-se guardado e em parte exposto nas salas que pertenciam à área ocupada pelo Departamento de Geologia e Paleontologia, formando o que ficou conhecido como o Museu do Imperador, tal como identificado pela historiadora Regina Macedo Costa Dantas. Com o exílio, após a Proclamação da República, o imperador doou o acervo ao Museu Nacional, e as coleções foram distribuídas pelos respectivos departamentos (Dantas, 2007). Exemplares oferecidos por William Earl Hidden, mineralogista norte-americano, e por Alexandre II, imperador da Rússia, bem como exemplares pertencentes a d. Leopoldina, sua mãe, foram reconhecidos no acervo do Departamento de Geologia e Paleontologia. O número real de exemplares da coleção Pedro II não era conhecido, mas cerca de 280 amostras teriam sido identificadas.

Rochas, fósseis e meteoritos também foram colecionados ao longo da história do departamento desde o século XIX. Dentre os exemplares de petrografia, encontrava-se o material colecionado por grandes naturalistas, geólogos e engenheiros, com grande destaque para nomes como os do barão de Eschwege, do naturalista prussiano Friedrich Sellow, do já conhecido geólogo Orville Derby, do mineralogista francês Claude Henri Gorceix, entre muitos outros. Seus registros encontravam-se mais bem preservados do que em outras coleções, o que permitiu a identificação mais precisa dos coletores e doadores de suas amostras. Cabe ressaltar que os naturalistas não faziam coletas específicas por tipo de coleção; assim, muitos dos

contribuintes às coleções petrográficas eram os mesmos das demais coleções, particularmente as paleontológicas.

Não se conhecem muitos detalhes sobre as primeiras aquisições paleontológicas para o Museu Nacional. Os primeiros fósseis encaminhados à instituição parecem corresponder ao material enviado pelo naturalista alemão Friedrich Sellow, em 1826, fruto de uma coleta realizada na localidade de Arapeí Chico, na então Província Cisplatina, atual território do Uruguai. Descritos brevemente na correspondência que Sellow encaminhou ao Museu Nacional, esses fósseis eram restos de um tatu gigante,[4] informação posteriormente comentada pelo paleontólogo Carlos de Paula Couto (1948), segundo o qual tais itens não mais se encontravam na instituição. Ao contrário dos fósseis, de cujo destino muito pouco se sabe, parte dos minerais e amostras de rochas enviados por Friedrich Sellow em 1823, e anexados às coleções em 1824, ainda constavam do acervo do museu.

Embora fizessem parte das coleções de paleontologia, alguns fósseis que chegaram à insituição nessa primeira fase de sua existência não foram devidamente referenciados, a exemplo do exemplar de *Psaronius brasiliensis*, descrito em 1872 em Paris pelo botânico francês Adolphe Brongniart. A história desse fóssil demonstra que o exemplar ainda se encontrava no Museu Nacional até 1839, ocasião em que foi levado para Paris pelo botânico e naturalista francês Jean-Antoine Guillemin, quando de sua passagem pelo Rio de Janeiro, de modo que fosse estudado por Brongniart. O exemplar foi cortado em quatro partes, uma das quais se encontra no acervo da coleção de paleobotânica (Fernandes *et al*., 2007).

Por suas atividades de ensino e pesquisa, o Museu Nacional realizava doações de material mineralógico, zoológico e botânico a outras instituições de ensino do Império, bem como procurava obter outros produtos naturais, inclusive fósseis. Havia também atividades de permuta, como as constantes em registros que indicam, por exemplo, a doação ao Museu de Berlim, no ano de 1827,

> de um megatério (espécie de preguiça-gigante da megafauna extinta) proveniente do Uruguai; uma considerável coleção de

[4] BR.MN.DR.CO.AO.45 (18 abr. 1826).

> diamantes do Serro, em Minas Gerais; pérolas de uma lagoa de Goiás; [...] em troca das primeiras ossadas fósseis remetidas por Sellow no ano anterior. (Museu Nacional, 2007, p. 15)

Em 1886, o Museu Nacional adquiriu um esqueleto de outra preguiça extinta do gênero *Scelidotherium*, procedente da Argentina, através de troca de exemplares com o Museu de Buenos Aires (Museu Nacional, 2007).

Gradativamente, o acervo do Museu Nacional em muito aumentou, reflexo de doações, intercâmbios internacionais e coletas feitas pelos naturalistas e pesquisadores brasileiros e estrangeiros. Em consequência disso, as exposições públicas também foram enriquecidas.

Vale mencionar as remessas de minerais, rochas, carvão e ossadas fósseis que foram enviadas ao Museu Nacional por Fellipe Contucci (Lopes, 1997), embora não se tenha mais notícias desse material. Destaca-se, ainda, o acervo de biválvios fósseis enviado em 1836 por Giovanni Michelotti, paleontólogo italiano que se dedicou à coleta e ao estudo de fósseis da região do Piemonte, bem como as conchas marinhas procedentes dos arredores da capital italiana encaminhadas em 1837 pelo Museu de Roma. Praticamente todos os exemplares que compunham o acervo original da coleção remetida por Michelotti encontravam-se depositados na coleção de paleoinvertebrados do Departamento de Geologia e Paleontologia, correspondendo à primeira coleção de conchas fósseis incorporadas ao seu acervo. Sua importância também residia no fato de se tratar de um acervo raro, já que muitas das localidades originais de coleta estão atualmente inacessíveis e outras desapareceram paulatinamente (Fernandes; Pane, 2007a, 2007b; Fernandes; Fonseca; Henriques, 2007; Fernandes *et al*., 2017).

Fósseis adquiridos por compra também enriqueceram o acervo paleontológico do Museu Nacional, permanecendo até hoje no acervo do departamento. Durante a gestão de frei Custódio Alves Serrão, terceiro diretor da instituição, no período de 1828 a 1847, foram comprados dois exemplares de *Ichthyosaurus communis*, répteis marinhos de idade jurássica provenientes de Somerset, município do sudoeste da Inglaterra, no que provavelmente foi a primeira compra de material paleontológico feita pelo Museu Nacional (Fernandes; Henriques; Forti, 2008).

Apesar das referidas aquisições, o acervo paleontológico do museu permanecia pobre, particularmente no que diz respeito à presença de exemplares de fósseis brasileiros. Esse quadro começou a ser modificado com a atuação do engenheiro Frederico Leopoldo César Burlamaqui, que, no período de 1847 a 1866, dirigiu a instituição. Devido ao seu interesse especial pela paleontologia, durante a sua gestão, encarregou-se de organizar as coleções de fósseis, conseguindo exemplares de peixes fossilizados cretáceos da Chapada do Araripe e da megafauna pleistocênica brasileira do Nordeste, a qual descreveu no primeiro trabalho sobre fósseis brasileiros publicado no Brasil. É, devido a sua dedicação, considerado o primeiro paleontólogo brasileiro (Burlamaqui, 1856; Fernandes *et al*., 2010).

Grandes expedições realizadas após 1870 vieram, posteriormente, complementar com expressivo número de elementos o acervo geológico do Museu Nacional. Homem de grande importância no mundo científico, Charles Frederick Hartt comandou, nos anos de 1870 e 1871, duas expedições no Brasil. Devido ao apoio financeiro dado pelo coronel Edwin B. Morgan, Hartt resolveu chamar o grupo de trabalho que assim se formou de "Expedição Morgan" (Freitas, 2001). Parte dos exemplares das séries-tipo de braquiópodes coletados durante as viagens da Expedição Morgan na região do rio Ererê, estado do Pará, encontrava-se depositada no Museu Nacional, ainda com etiquetas manuscritas redigidas por Charles Hartt. Esse dedicado pesquisador planejou o serviço geológico que se implantaria a partir de 1875 com a denominação de "Comissão Geológica do Império do Brasil". O primeiro objetivo da comissão era fazer um levantamento preliminar dos possíveis sítios geológicos mais acessíveis do Império. Foram feitos estudos em vários estados brasileiros, de norte a sul do país, com larga coleta de material, entre eles restos de braquiópodes, trilobitas, crinoides e moluscos, provenientes das rochas devonianas na região de Ererê e nas barrancas dos rios Maecuru e Curuá, na Amazônia. Além desses exemplares, invertebrados fósseis de idade carbonífera também foram coletados (Fonseca, 2001). Os exemplares recolhidos foram enviados ao Rio de Janeiro; com o fim da comissão, as coleções foram colocadas sob a guarda do Museu Nacional, com um acervo significativo de minerais, rochas e fósseis.

Enquanto os trabalhos da Comissão Geológica do Império avançavam no Brasil, o imperador estava em viagem ao exterior. Em janeiro de 1872,

em Paris, d. Pedro II foi presenteado pelo engenheiro Gustave Loustau com uma coleção de conchas fósseis da Bacia de Paris e seu respectivo catálogo. Incorporada ao seu museu particular, a coleção foi, em 2008, identificada junto ao acervo paleontológico do Museu Nacional (Fernandes *et al*., 2008).

Durante o período entre a Proclamação da República e a transferência do Museu Nacional para o prédio do Paço de São Cristóvão, houve uma interrupção nas pesquisas para que o acervo fosse deslocado e organizado. A mudança para a nova sede, no entanto, custou ao museu a perda de muitos espécimes de suas coleções, inclusive as geopaleontológicas, reorganizadas posteriormente a partir de 1946, sob o comando de Viktor Leinz.

Ao longo do século XX, as coleções paleontológicas tiveram um acréscimo significativo em seu acervo, como a aquisição feita à empresa Ward's Natural Science Establishment e as doações e intenções de permuta oriundas de instituições estrangeiras, como a Faculdade de Ciências do Porto, o Museu Real de Ontário, a Sociedade de Ciências Naturais de Buffalo e a Universidade de Oklahoma (Telles Antunes; Fernandes; Lemos de Sousa, 2004). Esse crescimento do acervo também se deve à intensa atividade científica dos paleontólogos do Departamento de Geologia e Paleontologia, onde se destacaram principalmente Cândido Simões Ferreira, Carlos de Paula Couto e Fausto Luiz de Souza Cunha. O grande incremento iniciou-se particularmente ao final de década de 1950, com a participação dos pesquisadores do departamento em simpósios, congressos e outros eventos de paleontologia e na direção da Sociedade Brasileira de Paleontologia, cujo símbolo, um cefalópode do Cretáceo do Nordeste, encontra-se depositado na coleção de paleoinvertebrados do Museu Nacional (Fonseca; Fernandes, 2008).

A coleção de meteoritos do Museu Nacional, com grande valor científico e histórico, formada por exemplares que tiveram sua queda registrada tanto no território brasileiro como no de outros países, foi adquirida por meio de doações, permutas ou compra. O meteorito de maior destaque é o Bendegó, um enorme siderito de mais de 5 toneladas, encontrado em 1784 no riacho do Bendegó, no município de Monte Santo, no sertão baiano. Em 1888, foi transportado para Salvador e, de lá, para o Rio de Janeiro, onde foi recebido pela princesa Isabel, ficando no Arsenal de Marinha da Corte. Era exposto no *hall* de entrada das exposições públicas do Museu Nacional.

As exposições

Desde a fundação, e apesar das dificuldades para a formação do acervo nos primeiros anos de sua história, o Museu Nacional era frequentemente visitado pelos viajantes e naturalistas estrangeiros, que se impressionavam com sua primeira e principal coleção, a de mineralogia – a coleção Werner. Quase sempre abordada nos textos dos viajantes, a coleção era certamente a que mais lhes enchia os olhos, como ficou atestado pela passagem da escritora britânica Maria Graham em 1823, do oficial de marinha francês barão de Bougainville e do "turista" alemão Ernst Ebel, em 1824, bem como do botânico e explorador francês Abel Aubert du Petit-Thouars em 1837 (Ebel, 1972; Graham, 1990; Mello-Leitão, 1934). O barão de Bougainville, por exemplo, referiu-se ao grande número de "objetos" presentes na instituição e à arrumação da sala de mineralogia, a única terminada, rica em pedras preciosas, salientando o fato de as amostras estarem classificadas e numeradas, demonstrando assim o cuidado de seus primeiros dirigentes e naturalistas (Oliveira; Leonardos, 1943). A falta de informações sobre a presença de fósseis nos relatos pode ser um indício, entretanto, de que possivelmente ainda eram inexistentes no acervo do Museu Nacional até a chegada dos fósseis enviados pelo botânico e naturalista Friedrich Sellow, em 1826, ou, pelo motivo de não estarem expostos nas salas de visitação, não foram dignos de nota.

Sobre a história das exposições de paleontologia, a bióloga Luiza de Oliveira Ponciano as dividiu em quatro fases distintas, desde as primeiras instalações do Museu Nacional no antigo prédio do Campo de Santana. A primeira fase abrangeria de 1826 a 1891 e teria sido iniciada com os fósseis de mamíferos enviados por Friedrich Sellow. Nela também constariam os exemplares de ictiossauros comprados à Inglaterra e possivelmente outros fósseis. Entre a mudança para o palácio da Quinta da Boa Vista, em 1892, até o ano de 1941 ocorreu a segunda fase,

> quando as exposições foram desmontadas e o museu fechado ao público para a realização de uma grande reforma estrutural. Nessas fases iniciais, as exposições ainda não exibiam reconstituições em

vida dos fósseis ou de seu paleoambiente, e estavam condicionadas pelas reformas estruturais do prédio. Até 1905, a sala Lund (no pavimento térreo) consistia em um esqueleto de *Scelidotherium leptocephalus*, um exemplar de *Dinornis casuarinus*, um ictiossauro da Inglaterra, vários troncos e folhas do Carbonífero e numerosas amostras de conchas e outros fósseis silurianos, devonianos, carboníferos, triássicos, jurássicos e cretáceos. Na sala Hartt (situada no segundo pavimento, atual Sala Egípcia) estavam expostas peças do *Megatherium americanum* ainda separadas, uma presa de mastodonte de Sergipe e diversos armários com conchas e plantas fósseis. Durante a reforma de 1910, foram construídas salas maiores para as exposições e o mobiliário foi trocado por vitrines de ferro. Em 1930 já se encontrava montado na sala Lund o esqueleto de *M. americanum* (encontrado em 1889 no estado da Bahia e ainda em exposição), a cauda de um gliptodonte do Ceará e os outros fósseis citados acima. As obras iniciadas em 1941 só foram concluídas em 1950, com a inauguração da sala de Paleontologia em 1956, após a exposição ter sido reformulada. O ano de 1956 marca a terceira fase das exposições de Paleontologia e o princípio da paleoarte no Museu Nacional, quando pela primeira vez os fósseis foram associados com as pinturas de seus possíveis aspectos externos e hábitos de vida. Essa exposição seguiu sem grandes modificações e foi modernizada somente na década de 1990, com as exposições temporárias "Dinossauros do Brasil", em 1994, e "O Brasil no Tempo dos Dinossauros", em 1999. Essas duas exposições utilizaram as primeiras reconstituições de fósseis brasileiros na forma de esculturas, delimitando o começo da quarta fase das exposições de Paleontologia no Museu Nacional. Desde então, as salas passaram a contar com reconstituições em vida dos fósseis e de seus paleoambientes em três dimensões, tendo sido montado em 2006 o primeiro dinossauro brasileiro de grande porte (*Maxakalisaurus topai*), demonstrando a preocupação da instituição com a difusão da ciência. Atualmente as exposições de Paleontologia se encontram em expansão, ocupando duas salas no segundo piso. (Ponciano, 2010, p. 39-40)

Ao contrário das exposições paleontológicas, que evoluíram principalmente a partir da transferência para o prédio da Quinta da Boa Vista, as exposições sistemáticas de mineralogia e de geologia econômica permaneceram instaladas em dois salões na parte térrea do prédio; porém, devido à precariedade de suas instalações, foram desmontadas, retornando as amostras expostas aos armários do acervo (Andrade, [s.n.t.]).

A coleção Werner, lembrança das primeiras exposições do Museu Nacional e fonte de deslumbramento para os naturalistas e viajantes que aportavam no Rio de Janeiro, nunca mais foi exposta em sua totalidade, escondendo parte da história da maior instituição de história natural do país. No final de 2017, uma pequena parte de seu acervo foi exposta à visitação.

Referências

ANDRADE, Amaro Barcia de. *O Museu Nacional e suas coleções mineralógicas*. [s.n.t.]. 11 f. Mimeografado.

BRASIL. *Decreto nº 6.116, de 9 de fevereiro de 1876*. Reorganiza o Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1876. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-6116-9-fevereiro-1876-549080-publicacaooriginal-64413-pe.html. Acesso em: 9 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto nº 19.801, de 27 de março de 1931*. Dá novo regulamento ao Museu Nacional. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/Decreto-19801-27-marco-1931-504017-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 9 fev. 2020.

BRASIL. *Decreto-lei nº 2.974, de 23 de janeiro de 1941*. Reorganiza o Museu Nacional e dá outras providências. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/Decreto-lei-2974-23-janeiro-1941-412895-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 9 fev. 2020.

BURLAMAQUI, Frederico Leopoldo César. Notícia acerca dos animaes de raças extinctas descobertos em vários pontos do Brasil. PT. 2. *Trabalhos da Sociedade Vellosiana*, Bibliotheca Guanabarense, Rio de Janeiro, p. 17-21, 1856.

DANTAS, Regina Maria Costa. *A casa do imperador*: do Paço de São Cristóvão ao Museu Nacional. 2007. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

EBEL, Ernst. *O Rio de Janeiro e seus arredores em 1824*. Tradução e notas de Joaquim de Sousa Leão Filho. São Paulo: Editora Nacional, 1972. (Coleção Brasiliana, v. 351).

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio. A coleção Michelotti e o Museu Nacional. *In*: CARVALHO, Ismar de Souza *et al*. (org.). *Paleontologia*: cenários de vida. Rio de Janeiro: Interciência, 2007a. p. 101-109. v. 2.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; PANE, Vittorio. Giovanni Michelotti e sua contribuição às primeiras coleções científicas do Museu Nacional. *In*: MARTINS, Lilian A. Pereira *et al.* (org.). *Filosofia e história da biologia 2*. São Paulo: Fundo Mackenzie de Pesquisa (MackPesquisa), 2007b. p. 75-84.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; FONSECA, Vera Maria Medina; HENRIQUES, Deise Dias Rêgo. Histórico da paleontologia do Museu Nacional. *Anuário do Instituto de Geociências*, Rio de Janeiro, v. 30, p. 188-190, 2007.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; HENRIQUES, Deise Dias Rêgo; FORTI, Andrea Siqueira D'Alessandri. Os ictiossauros de Somerset: a primeira compra de material paleontológico para o Museu Nacional em meados do século XIX. *In*: JORNADA FLUMINENSE DE PALEONTOLOGIA, 4, Rio de Janeiro. *Livro de Resumos*. Rio de Janeiro: SBP/Núcleo RJ-ES, 2008. p. 99-100.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al*. Os fósseis estrangeiros da coleção de paleoinvertebrados do Museu Nacional. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 108, p. 1-36, 2006.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al*. Patrimônio paleontológico do Museu Nacional: fatos e controvérsias sobre o primeiro vegetal fóssil coletado no Brasil. *In*: CARVALHO, Ismar de Souza *et al.* (org.). *Paleontologia*: cenários de vida. Rio de Janeiro: Interciência, 2007. p. 111-117. v. 2.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al.* Os fósseis da Bacia de Paris e o Museu Nacional. *In*: JORNADA FLUMINENSE DE PALEONTOLOGIA, 4, Rio de Janeiro. *Livro de Resumos*. Rio de Janeiro: SBP/Núcleo RJ-ES, 2008. p. 97-98.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al.* Uma lembrança de infância: os "fósseis colossais" e o papel de Frederico Leopoldo César Burlamaqui

como primeiro paleontólogo brasileiro. *Filosofia e História da Biologia*, v. 5, n. 2, p. 239-259, 2010.

FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira *et al*. *Dalla nostra terra*: as contribuições "geognósticas" italianas ao Museu Nacional. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 2017. (Série Livros Digital, 11).

FONSECA, Vera Maria Medina. Invertebrados fósseis do Museu Nacional: um legado de Hartt. *In*: FREITAS, Marcos Vinicius. *Hartt*: expedições pelo Brasil Imperial. 1865-1878. São Paulo: Metalivros, 2001. p. 232-235.

FONSECA, Vera Maria Medina; FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira. O Setor de Paleoinvertebrados do Museu Nacional. *In*: Jornada Fluminense de Paleontologia, 4, Rio de Janeiro. Livro de Resumos. Rio de Janeiro: SBP/Núcleo RJ/ES, 2008. p. 1-3. Paleonotícias (Suplemento 1).

FREITAS, Marcos Vinicius. *Hartt*: expedições pelo Brasil Imperial. 1865-1878. São Paulo: Metalivros, 2001.

GRAHAM, Maria. *Diário de uma viagem ao Brasil*. Tradução de A. J. L. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1990.

HISTÓRICO DA D. G. M. [s.n.t.]. 8 f. (Datilografado).

LEINZ, Viktor. A coleção de minerais do Museu Nacional. *Periódico da Associação Brasileira de Gemologia*, v. 1, n. 2, p. 1-7, 1955.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*: os museus e as ciências naturais no século XIX. São Paulo: Hucitec, 1997.

MACEDO, Antonio C. Magalhães; FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; GALLO DA SILVA, Valeria. Fósseis coletados na Amazônia pela Comissão Geológica do Império do Brasil: 1875-1877: um século de história. *Boletim do Museu Nacional*, Nova Série Geologia, Rio de Janeiro, n. 47, p. 1-6, 1999.

MELLO-LEITÃO, Cândido de. *Visitantes do Primeiro Império*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. (Coleção Brasiliana, v. 32).

MUSEU NACIONAL (Brasil). *O Museu Nacional*. São Paulo: Banco Safra, 2007.

NETO, Ladislau de Souza M. *Investigações históricas e scientíficas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Philomatico, 1870.

OLIVEIRA, Avelino Ignácio de; LEONARDOS, Othon Henry. *Geologia do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

PANE, Vittorio *et al*. Il recupero delle collezioni geologiche italiane appartenenti al Museu Nacional di Rio de Janeiro. *Bolletino del Club Alpino Italiano di Giaveno*, Giaveno, v. 19, n. 1, p. 65-68, 2009-2010.

PAULA COUTO, Carlos de. Sobre os vertebrados fósseis da coleção Sellow, do Uruguai. *Boletim do Departamento Nacional da Produção Mineral*, Rio de janeiro, n. 125, p. 1-14, 1948.

PONCIANO, Luiza. A história das exposições de Paleontologia no Museu Nacional/UFRJ. *In*: JORNADA FLUMINENSE DE PALEONTOLOGIA, 5, 2010. *Livro de resumos*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010. p. 39-40.

TELLES ANTUNES, Miguel; FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira; LEMOS DE SOUSA, Manuel João. Os fósseis de Portugal na coleção do Museu Nacional. *Publicações Avulsas do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 103, p. 1-24, 2004.

Guia de Mineralogia, Geologia e Paleontologia

EVOLUÇÃO DA ESTRUCTURA DA TERRA

E

GEOLOGIA DO BRASIL

VISTAS ATRAVÉS DAS GALLERIAS DO MUSEU NACIONAL

POR

Professor Alberto Betim Paes Leme

RIO DE JANEIRO

IMPRENSA NACIONAL

1924

FIGURA 30 – Folha de rosto do Guia de Mineralogia, Geologia e Paleontologia, de Alberto B. Paes Leme (Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924).

Fonte: Acervo da Biblioteca do Museu Nacional.

FIGURA 31 – Tronco fossilizado Psaronius brasiliensis (Brongniart, 1872). Coleção de paleobotânica, MN 32-Pb. Exemplar do primeiro fóssil vegetal brasileiro, descrito por Adolphe Brongniart em histórica sessão da Sociedade Botânica da França, em 1872, com a presença do imperador Pedro II.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 32 – Páginas do catálogo da "Coleção Werner", histórica coleção de minerais, a primeira e mais famosa do Museu Nacional, elaborado em 1824.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

FIGURA 33 – Polypodiaceae. Polypodium sp. Herbário do Museu Nacional. Espécime coletado por d. Pedro II no Rio de Janeiro.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

Museu Nacional

1870

Resgate histórico da implantação do Programa de Pós-graduação em Botânica no Museu Nacional[1]

Mariângela Menezes[2]

Não se pode negar o importante papel que, há quase duzentos anos, o Museu Nacional desempenha como um grande centro de formação e especialização, no campo da botânica, tendo sua produção científica alcançado elevados patamares no contexto internacional. Entretanto, apesar da expressiva participação na formação e no desenvolvimento de docentes e pesquisadores no Brasil ao longo dos seus 38 anos de existência, poucos são os trabalhos que descrevem a trajetória do Programa de Pós-graduação em Botânica no Museu Nacional desde a sua implantação.

Este breve relato objetiva resgatar a história da implantação do referido programa, a partir das preleções iniciais realizadas no século XIX até a criação dos primeiros cursos sistematizados de pós-graduação no século XX.

Embora o regulamento do Museu Imperial e Nacional de 1842 tenha atribuído aos diretores da instituição a incumbência de realizar cursos anuais das ciências relativas às suas seções, o início dos cursos públicos do museu ocorreu apenas em julho de 1875, na gestão de Ladislau de Souza

---

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional. A autora agradece ao professor Jorge Fontella Pereira pelas informações sobre o curso ministrado por Alberto Castellanos, à Luciana Sondermann pela ajuda na localização de documentos arquivados na secretaria do Programa de Pós-graduação em Botânica, e à professora Maria Carlota Rosa pelas sugestões gerais e revisão gramatical do texto.

[2] Professora do Departamento de Botânica do Museu Nacional/UFRJ.

Melo Neto (1838-1894), à época diretor da Seção de Botânica e Agricultura e diretor interino do museu. As primeiras atividades desse programa englobaram dez palestras, dentre as quais quatro sobre botânica ministradas por Ladislau Neto, entre 6 e 7 de outubro de 1875 (Sá; Domingues, 1996, p. 81).

Com o sucesso dessas palestras junto ao público e à imprensa, em fevereiro de 1876, já com Ladislau Neto como diretor efetivo, o novo regulamento do museu determinou que os cursos públicos fossem ministrados em período específico, com início em 1º de março e término em 31 de outubro, com a recomendação de que cada matéria fosse ministrada, no mínimo, uma vez por semana, após anúncio prévio no *Diário Oficial* do tema a ser abordado. Os cursos abrangiam disciplinas vinculadas às seções existentes e eram ministrados pelos seus respectivos diretores, ficando a 2ª Seção, agora denominada de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal, sob a responsabilidade de Ladislau Neto, como diretor, e do médico Nicolau Joaquim Moreira (1824-1894), como subdiretor (Sá; Domingues, 1996, p. 82).

Em 10 de março de 1876, o *Jornal do Commercio* publicou chamada para a inauguração dos cursos públicos do museu, "destinados à instrução das classes estranhas ao estudo da história natural, das senhoras, dos homens de letras, dos empregados públicos, do povo, enfim, que poderá utilizar desse modo uma hora desocupada da noite em proveito de sua instrução" (*apud* Sá; Domingues, 1996, p. 82). As palestras eram inicialmente semanais. A partir de 28 de abril de 1876, passaram a ser realizadas em intervalos maiores (p. 84).

O curso de Botânica, ministrado por Ladislau Neto, incluía em seu programa anatomia, morfologia e fisiologia vegetais, enquanto o curso de Agricultura, ministrado por Nicolau Moreira, tratava das relações da agricultura com as ciências naturais básicas, com ênfase no estudo de plantas industriais e de alimentação. As aulas eram dirigidas a um público selecionado, e não era rara a presença do próprio imperador Pedro II entre os seus ouvintes. Os jornais diários traziam resumos das aulas proferidas por Ladislau Neto (Sá; Domingues, 1996, p. 82). Posteriormente, esses resumos eram reproduzidos em publicações científicas:

> Os cursos públicos do Museu Nacional, professados pelos directores e subdirectores de seção, efectuam-se à noite, n'um vasto

salão do edifício do museu, e são ordinariamente frequentados por todas as classes da sociedade.

Pela forma das preleções das diversas cadeiras desse ensinamento público de tão manifestas vantagens, dadas com o auxílio de estampas murais e com a demonstração dos próprios objectos a que se refere cada lição, os cursos do museu são inquestionavelmente o mais agradável e profícuo método doutrinário de quantos possui a instrução superior do Império na sua capital.

Às senhoras, aos estadistas, aos médicos, aos advogados, aos jornalistas e a todos enfim que presam as boas letras e as ciências naturais, instruem os cursos públicos do museu, porque todos podem aqui haurir conhecimentos especiais de que somente com a leitura de muitas obras e de raras memórias ser-lhes-ia possível obter igual pecúlio.

S. M. o imperador costuma honrar também esses cursos com a sua presença, e justo é dizer-se que muito se lhe deve da grande aceitação e geral simpatia que têm tido nesta corte as preleções científicas dos professores do museu.

O curso da cadeira de Botânica do Museu Nacional, professado pelo respectivo professor o sr. dr. Ladislau Neto, durante o ano de 1878, teve por assumpo inicial a história das plantas sob o aspecto de sua distribuição, nas diversas zonas do globo, e de sua *influição* sobre a indústria humana.

No tocante à historia das plantas, fôra impossível apresentá-la completa, desde o aparecimento do *Eozoon canadense* até a época atual. Daí para cá, o grande livro de pedra, cujas páginas são as fases geológicas em que ficaram gravadas milhares de gerações agora extintas, refundiu-se muitas vezes ao fogo das erupções vulcânicas e muitíssimas outras, diluiu-se pelas aluviões frequentes dos primeiros tempos.

[...]

Na menção das plantas que caracterizam determinadas estações, tentou explicar o como, pela adaptação aos elementos cuja influência geral recebem, passaram por transformações graduais

> até chegarem ao tipo que lhes exigia o meio em que lhes era forçoso viver.
>
> São exemplos notáveis dentre estes vegetais: os mangues, os cactus, algumas plantas aquáticas, os vegetais sarmentosos, os parasitas, os pseudoparasitas e outros muitos de singular e de anormal constructura. (Neto, 1878, p. 185)

Esses cursos se mantiveram por aproximadamente dez anos. Entretanto, com a priorização dos palestrantes pelas suas atividades de pesquisa e de organização de coleções biológicas em função da Exposição Antropológica Brasileira, que se realizou no museu, os cursos públicos foram suspensos em 1882 (Massarani, 1998, p. 43).

Posteriormente, em 1888, devido às dificuldades para promover as preleções de maneira regular, os cursos públicos foram eliminados do novo regulamento do Museu Nacional por Ladislau Neto, que os substituiu por "conferências extraordinárias" (Sá; Domingues, 1996, p. 86). Nessas exposições, cada professor deveria apresentar seu próprio trabalho ou sinopses gerais sobre os assuntos mais importantes da ciência (Massarani, 1998, p. 43). Com esse novo regulamento, ocorreu nova alteração dos nomes das seções do museu, sendo a Seção de Botânica Geral e Aplicada e Paleontologia Vegetal agora denominada apenas de Botânica.

Já no regime republicano, o museu passou a ser denominado Museu Nacional e, em dezembro de 1911, os cursos públicos foram novamente incorporados ao seu estatuto pelo então diretor da instituição, João Baptista de Lacerda (1846-1915) (Sá; Domingues, 1996, p. 86).

Dessa forma, a partir de 1912, continuou na Seção de Botânica a tradição dos cursos, agora a cargo do seu diretor Alberto José de Sampaio (1881-1946). Ingresso por concurso público no Museu Nacional em 1905, assumindo em 1912 o cargo de diretor da Seção de Botânica, que ocupou até 1937, Alberto José de Sampaio, botânico especialista em sistemática e fitogeografia foi, sem dúvida, uma das personalidades mais marcantes da botânica brasileira do século passado. Sua presença aí durante 29 anos deixou marcas indeléveis, destacando-se, dentre seus múltiplos aspectos, o coletor, o pesquisador, o administrador e, sobretudo, o orientador de professores.

Durante a sua gestão, a Seção de Botânica participou da Comissão Rondon, na equipe científica do museu, formada por João Geraldo Kuhlman (1882-1958), Frederico Carlos Hoehne (1882-1959) e pelo próprio Sampaio, contando ainda com a colaboração de Adolpho Ducke (1856-1959). Nesse período, o Museu Nacional manteve intercâmbio com as grandes instituições botânicas de todo o mundo. A reorganização do Herbário, associada ao estudo das coleções depositadas no museu, serviram de base a inúmeros trabalhos publicados no *Boletim* e nos *Arquivos do Museu Nacional*. O Herbário foi ampliado pela incorporação de coleções valiosas, como as da Inspetoria de Obras Contra as Secas, que reunia 1.160 exemplares, na maioria determinados, colhidos e ofertados em 1913 por Alberto Loefgren (1864-1918); a coleção Zehntner, datada de 1920, com 616 exemplares; e a coleção da Comissão das Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas de 1917, que englobava 2.770 exemplares (Pinto, 1993, p. 120).

Sampaio se dedicou ao estudo das bignoniáceas e se interessou por uma disciplina em expansão – a fitogeografia –, sendo o primeiro professor titular da cadeira de Botânica na recém-criada Universidade do Distrito Federal, em 1935. A Seção de Botânica se transformou num amplo órgão de consulta, dando assistência ao ensino e aos problemas da vegetação do país.

Apaixonado pela fitogeografia, Sampaio ministrou um curso de Geografia Botânica, em 1932, no qual tratava, particularmente, do "patrimônio florístico do Brasil" e da biogeografia dinâmica. As aulas desse curso foram publicadas em fascículos no Suplemento Ilustrado do jornal *Correio da Manhã*, entre janeiro e outubro de 1933, com ilustrações de Magalhães Corrêa. O conteúdo do curso foi publicado também como livro por Alberto José de Sampaio sob o título *Fitogeografia do Brasil*, em 1934, na coleção Brasiliana da Companhia Editora Nacional (Capanema, 2006, p. 26; Franco; Drumond, 2005, p. 140).

A primeira experiência em ensino sistemático de pós-graduação na Divisão de Botânica foi realizada em 1957, sob a direção do professor Alberto Castellanos (1896-1968), botânico argentino de formação europeia que veio implantar um curso de especialização em botânica. Nessa época, o Museu Nacional já havia sido incorporado à Universidade do Brasil. O curso de pós-graduação *lato sensu* denominado Botânica dos Espermáfitos tinha duração de três anos e previa trabalhos em taxonomia, anatomia, fitogeografia

e conservação da natureza, além de princípios básicos de regras de nomenclatura. As aulas eram ministradas às segundas, quartas e sextas-feiras, sendo as atividades teóricas realizadas, em geral, na parte da manhã, enquanto as aulas práticas eram realizadas à tarde. Parte das aulas práticas consistia na organização das exsicatas do Herbário do Museu Nacional, segundo o sistema de classificação do botânico alemão Adolf Engler (1844-1930). O conteúdo do curso ministrado pelo dr. Alberto Castellanos estava assim distribuído: no primeiro ano, as aulas abordavam tratamento sistemático e anatômico das famílias botânicas de pteridófitas, gimnospermas, plantas aquáticas e angiospermas; no segundo ano, cada aluno elegia um gênero dentro de um desses grupos de plantas vasculares, com o objetivo de realizar seu estudo taxonômico, ao passo que, no terceiro e último ano, esse mesmo estudo era realizado com uma espécie também escolhida pelo aluno. Ao final do curso, o estudante elaborava um trabalho de tipificação, circunscrição e atualização na nomenclatura de um material *typus*, eleito a partir da coleção desse material no Herbário do Museu Nacional, cujos resultados eram posteriormente publicados no *Boletim do Museu Nacional* (comunicação pessoal de Jorge Fontenella Pereira).

Apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o curso de pós-graduação em Botânica dos Espermáfitos chegou a formar cerca de trinta alunos, em cinco turmas sucessivas, incluindo nomes de destaque no cenário da botânica nacional e internacional, como Jorge Fontella Pereira (1936-), Margarete Emmerich (1933-2015), Elza Fromm Trinta (1934-), Emília Albina dos Santos (1936-), Pedro Jorge Carauta (1930-), dentre tantos outros. Professor do mais alto nível, com larga experiência de ensino, de cultura universal e profundos conhecimentos da botânica e disciplinas afins, Castellanos exigia dos seus alunos muita disciplina e dedicação aos estudos, formando um grupo relativamente pequeno de botânicos, apesar da grande procura pelo curso. O tipo característico de pesquisador formado por ele era criterioso em seus trabalhos e treinado em pesquisas bibliográficas, tanto em português como em alemão, francês e inglês. Os egressos foram absorvidos pelas universidades e instituições de pesquisa, alcançando os mais elevados postos.

Em 1970, com a implantação da Reforma Universitária, houve uma restruturação acadêmica das universidades públicas. A Universidade do Brasil foi transformada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e as divisões do museu passaram a departamentos. Nessa época, desenvolveu-se uma segunda experiência de ensino sistemático no então Departamento de Botânica, que consistiu num curso sob a responsabilidade de Aydil Grave de Andrade (1930-) que englobava um amplo elenco de disciplinas, exigência de trabalhos práticos e participação dos professores do departamento. O curso, aprovado pelo Conselho de Ensino para Graduados em 17 de dezembro de 1971, foi realizado com recursos financeiros da Associação Brasileira de Farmácia (Abifarma) no período de 1970 a 1971 e contou com a participação de dez estudantes.[3] Na realidade, esse curso serviu como uma forma de nivelamento que habilitou os alunos para a seleção ao mestrado em época posterior.

Já em 1970, o Departamento de Botânica acalentava a ideia de organização e implantação de um curso de pós-graduação em Botânica *stricto sensu*, dando início, nesse mesmo ano, a seu planejamento formal. A proposta do curso de mestrado foi apresentada na 6ª reunião do Conselho de Cursos de Pós-graduação em Biologia (Copob), em 21 de setembro de 1970, pelo professor Carlos Toledo Rizzini (1921-1992), sendo aprovada por unanimidade (Museu Nacional, 1970, p. 7). A Copob tinha sido criada pela Pportaria nº 25, publicada pelo reitor em 20 de janeiro de 1970. A regulamentação de seus cursos foi provada pelo Conselho de Ensino para Graduados em 14 de janeiro de 1970; e publicada, nesse mesmo ano, nos boletins da UFRJ nº 4 e nº 6, respectivamente. Reunia, além da Botânica, os cursos de pós-graduação em Zoologia e Genética. No início de funcionamento do conselho, o professor José Cândido de Melo Carvalho (1914-1994) era seu presidente, e Carlos Toledo Rizzini, o coordenador da Botânica. Em 22 de setembro de 1970, a proposta do Programa de Pós-graduação de Mestrado em Botânica foi homologada pelo Conselho Universitário da UFRJ. Na 10ª reunião, realizada em 27 de janeiro de 1971, a Copob (p. 13) autorizou a inscrição

[3] Projeto de auxílio encaminhado ao programa de infraestrutura junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) pela coordenação do curso de mestrado em Botânica, em 1975.

de candidatos ao curso de Botânica, agora sob a coordenação do professor Álvaro Xavier Moreira (1920-1988), com aula inaugural realizada no dia 5 de março de 1971, às 17 horas, no Salão Nobre do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. As inscrições para o curso ocorreram no mês de janeiro de 1971, com um total de 31 candidatos. Os critérios aplicados para essa primeira seleção e aprovados pela Copob consistiam em entrevista com os candidatos, prova eliminatória de língua inglesa sobre diferentes assuntos de interesse da botânica e análise do *curriculum vitae*. As entrevistas foram realizadas individualmente, em grupos divididos ao longo do mês de janeiro, com a ausência de apenas dois candidatos. A prova eliminatória de inglês constou da tradução e síntese de um texto de citologia, morfologia e sistemática vegetal, e apenas quatro candidatos apresentaram resultados insatisfatórios. Posteriormente, foram analisados todos os currículos dos 25 candidatos restantes, dos quais dezoito foram aprovados (p. 16-17). Entretanto, apenas em setembro de 1972, a Copob homologou as inscrições dos aprovados, iniciando-se, portanto, a primeira turma do curso, com a disciplina História da Botânica, ministrada por Luiz Emygdio de Mello Filho (1914-2002), no dia 13 de setembro de 1972.

Inicialmente, o curso oferecia a área de concentração em Botânica com três subáreas distribuídas em Morfologia, Taxonomia e Florística, além de contar com um elenco de dezesseis disciplinas na área de concentração e cinco na área de domínio conexo. Além dos professores Carlos de Toledo Rizzini, Álvaro Xavier Moreira e Luiz Emygdio de Mello Filho, integravam o corpo docente do curso de mestrado em Botânica os professores Nuno Álvares Pereira (1920-2012), Margarete Emmerich, José Henrique Millan (1937-), Graziela Maciel Barroso (1912-2003), Berta Lange de Morretes (1917-), Aydil Grave de Andrade (1930-), Dorothy Sue Dunn de Araújo (1943-), Friedrich Wilhelm Sommer (1907-1994), Jorge Fontella Pereira (1936-) e Wanderbilt Duarte Barros (1916-1997).

A partir do ano de 1974, a realização de uma prova de conhecimentos gerais em botânica, até então aplicada a critério do coordenador do curso, passou a ser incluída no processo de seleção ao mestrado, mantendo-se os demais critérios até os dias atuais. Nesse segundo processo de seleção, inscreveram-se 28 candidatos, todos aprovados e matriculados. Observou-se, então, um aumento na demanda do curso, que, na seleção de 1975,

alcançou um total de 53 inscritos e quinze aprovados. Nos anos de 1974 e 1975, a coordenação do curso esteve sob a responsabilidade de Margarete Emmerich, que se manteve no cargo até o ano de 1982. Ainda a partir de 1975, foi acrescida a subárea Biologia da Reprodução das Angiospermas (Relatório..., 1981, p. 44-45).

Os discentes das primeiras turmas do mestrado eram em sua maioria profissionais renomados com formação no campo da botânica e que ocupavam posições em estabelecimentos categorizados, como Waldomiro Nunes Vidal (Escola Superior de Agricultura de Viçosa), Jorge Pedro Carauta (Instituto de Conservação), Cecília Gonçalves Costa (Jardim Botânico do Rio de Janeiro), Césio Pereira (Instituto de Biologia da UFRJ), Edith Berchtold (Faculdade Santa Úrsula), Ariane Luna Peixoto (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ), entre outros.[4]

Em 1976, o curso de mestrado em Botânica foi credenciado pelo Conselho Federal de Educação (1976, p. 14), por um prazo de cinco anos, a ser ministrado no Museu Nacional, com a participação do Instituto de Biologia da UFRJ e a colaboração do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. O parecer nº 2.113/1976 do Conselho Federal de Educação sobre o credenciamento do curso, exarado pelo relator João Paulo do Vale Mendes e ratificado pela Câmara de Ensino Superior, 1º Grupo, concluiu:

> A qualificação dos docentes, muitos com larga bagagem de trabalhos publicados e gozando de renome internacional, todos movidos pelo interesse de melhor servir ao ensino e à pesquisa botânica em nível de pós-graduação, e, ainda mais, os recursos materiais, quais sejam edifícios e instalações, equipamentos e laboratórios, bem como a estrutura do regime didático-científico e o excepcional valor da documentação científica representada pela biblioteca do Museu Nacional, são fatores suficientes para assegurar

[4] Segundo documentação referente ao recredenciamento do curso de pós-graduação em Botânica, em cumprimento às exigências contidas no despacho de Câmara nº 335/1981 do Conselho Federal de Educação, encaminhada pela coordenação do curso ao sub-reitor de Ensino para Graduados através do ofício nº 341/1982-SR2 de 12 de abril de 1982.

> a boa qualidade do curso em exame. (Conselho Federal de Educação, 1976, p. 14)

Em 1980, a Copob foi extinta e os cursos de pós-graduação em Ciências Biológicas foram desmembrados em cursos de Genética, de Zoologia e de Botânica. O curso de pós-graduação em Botânica passou a ter novo regulamento, apenas com o mestrado, obtendo seu credenciamento sucessivamente em 1982 e 1993 (sob a coordenação da professora Margarete Emmerich) e em 1998 (sob a coordenação da professora Mariângela Menezes).

Em 1994, Margarete Emmerich, à época novamente coordenadora do curso de pós-graduação, com o apoio de Mariângela Menezes, iniciou a elaboração da proposta do curso de doutorado. O texto foi encaminhado ao Conselho de Ensino para Graduados em dezembro de 1995 (memorando nº 024/1995), obtendo aprovação em 16 de outubro do mesmo ano, através da autorização nº 047145. Assim, no segundo semestre de 1997, iniciou-se a primeira turma do curso de doutorado em Botânica. A proposta provocou mudanças na estrutura do programa, que passou a contar com três áreas de concentração, em substituição às subáreas originais, e com seis linhas de pesquisa. Visando à melhor produção de conhecimento e à maior integração entre as atividades dos docentes e discentes do programa, a grade curricular foi flexibilizada e as 36 disciplinas deixaram de ser categorizadas em área de concentração e área de domínio conexo. O curso obteve recomendação junto à Capes, em dezembro de 2001, sendo o primeiro curso de doutorado no estado do Rio de Janeiro e o oitavo no país.

Sua implantação causou forte impacto regional pelo aumento da inserção de alunos de diversos cursos das áreas de biologia, agronomia e engenharia florestal procedentes das regiões compreendidas pelos estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo. Houve, portanto, um fortalecimento da identidade do Programa de Pós-graduação em Botânica e do papel fundamental que desempenhava como um centro de formação e difusão de profissionais no cenário da educação nacional. Até o ano 2000, o programa formou 214 mestres, dos quais aproximadamente 71% distribuíram-se em universidades e institutos de pesquisa públicos, além de instituições de ensino privado em distintos estados do Brasil, ocupando cargos de docência e pesquisa.

Embora o curso de doutorado não contasse ainda com a recomendação da Capes, os ingressos dos anos de 1997, 1998 e 1999 somavam 54 alunos, o que reforçou a credibilidade e a tradição do ensino superior de qualidade da área de botânica no Museu Nacional, concretizadas na existência efetiva do programa de pós-graduação nas três últimas décadas do século XX.

Referências

CAPANEMA, Carolina Marotta. *A natureza no projeto de construção de um Brasil moderno e a obra de Alberto José de Sampaio*. 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. Parecer nº 2.113/1976. Dispõe sobre o credenciamento do curso de mestrado em Botânica do Museu Nacional/UFRJ. *Diário Oficial da União*, seção I, parte I, p. 14, 27 out. 1976.

FRANCO, José Luís de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. Alberto José Sampaio: um botânico brasileiro e o seu programa de proteção à natureza. *Varia Historia*, n. 33, p. 129-159, 2005.

MASSARANI, Luisa. *A divulgação científica no Rio de Janeiro*: algumas reflexões sobre a década de 1920. 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em C&T (Ibict) e Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

MUSEU NACIONAL. Secretaria do Programa de Pós-graduação em Botânica. *Ata da reunião do Conselho de Cursos de Pós-graduação em Biologia*. Rio de Janeiro, livro 1, 1970.

NETO, Ladislau de Souza M. Resumo do curso de Botânica do Museu Nacional, em 1878. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 3, p. 185-199, 1878.

PINTO, Emanuel P. Rondônia, evolução histórica: a criação do Território Federal do Guaporé, fator de integração nacional. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1993.

RELATÓRIO da Comissão Verificadora do Curso de Pós-graduação em Botânica da UFRJ, de 1 de julho de 1981, para efeito de recredenciamento junto ao Conselho Federal de Educação. Rio de Janeiro, 1981.

SÁ, Magali Romero; DOMINGUES, Heloísa Maria Bertol. O Museu Nacional e o ensino de ciências naturais no Brasil no século XIX. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, n. 15, p. 79-87, 1996.

Notícia sobre os luminares da entomologia no Museu Nacional[1]

Miguel A. Monné[2]

A entomologia é uma das mais tradicionais áreas de pesquisa do Museu Nacional. Os registros históricos dessa especialidade mesclam-se com os do próprio museu, em decorrência das diversas diretorias exercidas por entomologistas e de sua intensa atuação na administração da casa.

Já em 1899, no momento em que a estrutura do Museu Nacional estava dividida em quatro seções (Antropologia, Botânica, Mineralogia e Zoologia), havia dois laboratórios de pesquisa, sendo um deles o Laboratório de Entomologia Geral e Agrícola, sob a chefia de Carlos Moreira. Só em 1971, no quadro da Reforma Universitária, é que foi criada a estrutura departamental atual, com a divisão da Zoologia nos Departamentos de Entomologia, Invertebrados e Vertebrados.

Apresentamos nesta breve notícia alguns dos entomologistas que ocuparam a diretoria do Museu Nacional, assim como outros cuja colaboração para o desenvolvimento e crescimento do departamento foi marcante, quer pela atuação direta, quer pela doação de coleções de valor inestimável.

Parte significativa do acervo da Entomologia é oriunda de doações de governantes, estadistas e importantíssimos colecionadores particulares. Enquanto no exterior os grandes colecionadores particulares gozam de

---

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional.

[2] Professor do Departamento de Entomologia do Museu Nacional/UFRJ.

alto prestígio e colaboram intensamente com os museus, a nova legislação brasileira sobre patrimônio genético coloca colecionadores e coleções sem vínculo institucional na ilegalidade. Ironicamente, nossos museus não têm recursos para adquirir novos acervos já constituídos, embora esses sejam em toda parte extremamente importantes para a ciência entomológica.

José Cândido de Melo Carvalho

Em 24 de julho de 1994, recebeu o ilustre zoólogo, na abertura do XX Congresso Brasileiro de Zoologia, a Medalha de Ouro da Sociedade Brasileira de Zoologia, da qual fora um dos fundadores e o primeiro presidente. Foi-lhe concedida ainda a presidência de honra da sociedade. Em 9 de setembro do mesmo ano, a Presidência da República conferiu-lhe a Ordem Nacional do Mérito Científico, na classe da Grã-Cruz. Foram as últimas grandes homenagens que recebeu em vida. Foi assim encerrada, aos 80 anos, uma das mais proficientes carreiras de zoólogo conhecidas no país, de liderança na área de conservação e renovação dos recursos naturais, e de administração admirável dos dois maiores museus de história natural do Brasil.

Filho de José Cândido de Melo Carvalho e de Ana Gabriela de Melo Carvalho, passou sua infância nas fazendas dos tios em Barro Preto (atual Conceição Aparecida, Minas Gerais) e, como se destinava à carreira eclesiástica, frequentou o Seminário Diocesano de Guaxupé, também em Minas Gerais, durante três anos. Terminou seus estudos básicos em Franca (São Paulo), no Ginásio Champagnat.

Em 1929, concluiu o Curso Técnico da Escola Superior de Agricultura de Viçosa. Declarou sempre que ali recebera a influência decisiva de três grandes mestres: Rui Gomes de Morais, em parasitologia, João Moojen de Oliveira, em zoologia, e João Geraldo Kuhlman, em botânica. Concluiu o mestrado em Zoologia nos Estados Unidos, na Universidade de Nebraska, em 1940, e o doutorado na Universidade de Iowa, em 1942. Foi nessa época que iniciou os seus estudos em *Hemiptera*, especializando-se na família *Miridae*, o que considerava um verdadeiro desafio.

Em 1946, ingressou no Museu Nacional, contribuindo para preencher as grandes lacunas de pessoal ali emergentes, em face da obrigatoriedade da desacumulação de cargos públicos. No mesmo ano, iniciou o seu

trabalho de campo acompanhando Eduardo Galvão e Pedro Estevam de Lima ao Xingu. Foi a primeira de suas inúmeras excursões pelo país. A sua longa carreira de naturalista, professor, ecólogo e zoólogo está descrita no *Memorial de um naturalista*, publicado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) em 1994.

Era José Cândido de Melo Carvalho normalmente muito sério e às vezes áspero; de compleição atlética, havia praticado vários esportes, possuindo força excepcional, que muito lhe valia nas explorações e excursões. Como administrador, era extremamente exigente, mas sempre justo. Iniciava o seu dia às 6 ou 7 horas da manhã e frequentemente era encontrado ainda redigindo ou fazendo anotações altas horas da noite. Renovou e reabriu ao público o Museu Paraense Emílio Goeldi (em 1954/1955) e dirigiu o Museu Nacional (de 1955 até 1961). Conhecedor da fauna brasileira pela observação de campo, fruto de suas numerosas excursões, sabia do comportamento e hábitos da maioria dos mamíferos, aves, répteis e anfíbios, para não citar os insetos, sua especialidade. Corrigiu inúmeras crendices e distorções sobre os nossos animais. Realizou 26 grandes expedições, algumas de vários meses, percorrendo cerca de 18 mil quilômetros em canoa, jipe, lombo de burro e a pé.

Como entomólogo, grangeou renome internacional publicando o *Catálogo de mirídeos do mundo*, em cinco volumes. Obra basilar em que registrou – em 1.110 páginas – mais de 10% de todas as espécies do mundo e, provavelmente, 90% das espécies americanas. Para realizar esse levantamento monumental, visitou e pesquisou as coleções do Museu Britânico e dos principais museus americanos, além de estudar a fauna asiática, com o auxílio de tradutores de diversas línguas daquele continente. Descreveu 267 gêneros e 1.319 espécies, sendo, sem dúvida, a maior autoridade mundial em *Miridae*. Além do *Catálogo*, publicou mais 631 trabalhos científicos.

Pioneiro e líder na área de conservação e proteção, compareceu em 1958 ao Congresso Internacional de Londres, em que foi eleito representante para a América Latina da União Internacional de Conservação da Natureza. Ainda em 1958, criou a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), da qual foi presidente por dois mandatos.

Participou de todas as fases da legislação ambiental brasileira, com destaque para a elaboração da Lei de Proteção à Fauna; organizou a primeira

Lista das Espécies de Animais e Vegetais Ameaçadas de Extinção, e colaborou com a portaria do IBDF que deu proteção legal aos animais do país, como membro do Conselho Nacional de Pesquisas, em que chegou a ocupar a vice-presidência.

Foi membro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e do Conselho Federal de Cultura – onde presidiu a Câmara de Ciências. Conselheiro relator dos mais importantes processos relativos à natureza, não podemos deixar de assinalar que foi sob sua orientação que, pela primeira vez, publicou-se na íntegra *Viagem filosófica*, de Alexandre Rodrigues Ferreira. Outra contribuição marcante de José Cândido foi sua colaboração no *Grande dicionário da língua portuguesa* (conhecido como Aurélio), em que, seguindo precursores como Oscar Monte, Rodolpho von Ihering e Alcides Lourenço Gomes, procurou trazer à consulta popular o que só se encontrava nos meios científicos. Atendendo à diretriz do renomado Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, ali colocou uma pequena descrição de cada animal, de seu *habitat* e de seu comportamento. Apesar do trabalho gigantesco (mais de 3 mil verbetes), permaneceram algumas imprecisões, que, entretanto, não impediram que o dicionário fosse considerado, pela *Publishers Weekly*, "all new and by far the best in the world" [uma novidade e, longe, o melhor do mundo].

O ilustre pesquisador foi presidente permanente de diversos congressos internacionais de entomologia, membro efetivo e honorário das mais importantes sociedades científicas de sua área, e professor emérito da UFRJ. Foi agraciado com dezenove prêmios e medalhas, dentre os quais se destacam as medalhas da World Wildlife Foundation e da Zoological Society of London, bem como os prêmios Cândido Firmino de Melo Leitão e Costa Lima, da Academia Brasileira de Ciências, e de Honra ao Mérito, da Sociedade Brasileira de Zoologia. Tornou-se membro titular da Academia Brasileira de Ciências, em 1951.

Hugo de Souza Lopes

Nascido em 5 de janeiro de 1909 no Rio de Janeiro e falecido em 10 de maio de 1991, Hugo de Souza Lopes completou seu curso secundário no Colégio São Bento. Formou-se em veterinária pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, em 1933. Dois anos antes, já entrara para Manguinhos

como estagiário voluntário (sem remuneração). Em 1934, foi aprovado em concurso como professor catedrático da Escola Nacional de Veterinária, da Universidade Rural.

Em 1964, foi cassado em Manguinhos e na Rural, mas continuou como professor conferencista do Conselho Nacional de Pesquisa, posição que manteve até 1970. Graças à "desobediência civil" dos seus discípulos Dalcy de Oliveira Albuquerque e Arnaldo dos Santos Coelho, assim como do diretor do Museu Nacional José Lacerda de Araújo Feio, que arriscaram seus cargos, Hugo teve condições de trabalhar no Departamento de Entomologia, evitando a interrupção de suas pesquisas sobre os *Sarcophagidae*. Em 1964, recebeu o prêmio Costa Lima, da Academia Brasileira de Ciências, destinado a entomologistas consagrados.

Reintegrado como pesquisador titular da Fundação Oswaldo Cruz em agosto de 1986, permaneceu até sua morte no Departamento de Biologia. Hugo de Souza Lopes foi um grande zoólogo, profundo conhecedor dos *Sarcophagidae* de todo o mundo, como provam os seus 240 títulos publicados. Foi um dos maiores especialistas mundiais nessa especialidade. Hugo foi ainda professor da Universidade Santa Úrsula, onde exerceu o cargo de chefe do Departamento de Biologia Geral, e membro da Academia Brasileira de Ciências.

Dalcy de Oliveira Albuquerque

Nascido em Cuiabá em 2 de agosto de 1918, era filho de Salvador Celso de Albuquerque e Udelina Albuquerque. Realizou seus estudos de formação no Liceu de Cuiabá, formando-se pela Escola de Veterinária do Ministério da Agricultura, em 1944. Nesse mesmo ano, foi aprovado para o quadro de naturalista auxiliar do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, onde iniciou suas pesquisas em *Muscidae* (*Diptera*), sob a orientação de Hugo de Souza Lopes. De 1947 a 1949, estudou em Paris, como bolsista do governo francês, no Muséum National d'Histoire Naturelle, sob orientação do professor Eugène Seguy.

Anos mais tarde, como bolsista da Fundação John Simon Guggenheim, estagiou no Departamento de Entomologia do United States National Museum, em Washington, DC, revendo tipos de *Muscidae*.

De volta ao Brasil, em 1961, como pesquisador-chefe do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi convidado para administrar o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém. Durante os seis anos em que geriu aquela instituição, implantou uma nova filosofia científica, reerguendo os departamentos e a biblioteca, construindo novos prédios e aumentando o patrimônio científico do museu. Em 1966 presidiu a Biota Amazônica, com a colaboração de numerosos cientistas nacionais e estrangeiros.

Em 1969, já no Museu Nacional, reiniciou seus projetos de pesquisa como professor titular da UFRJ. Em abril de 1972, foi nomeado diretor do Museu Nacional e, por quatro anos, trabalhou na administração dessa unidade. Findo o período administrativo, voltou à pesquisa, formando um grupo de trabalho com o qual manteve colaboração até seus últimos dias.

Faleceu em 1982.

Newton Dias dos Santos

Nascido no Rio de Janeiro em 14 de setembro de 1916, era licenciado em História Natural pela Universidade do Distrito Federal (1938) e médico diplomado pela Faculdade Nacional de Medicina, da antiga Universidade do Brasil (1940). Foi o primeiro a receber o título de doutor em Ciências Naturais no estado do Rio de Janeiro, pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em 1950.

Exerceu por um curto período a medicina, ingressando desde cedo nas atividades de ensino e pesquisa. Foi professsor de Ciências na Escola Técnica Secundária Estadual, de 1938 a 1940; professor de Zoologia, Biologia Educacional e Metodologia do Ensino de Ciências e Biologia no Instituto de Educação, de 1964 a 1966, e professor de Ciências na Escola Normal Carmela Dutra, de 1956 a 1964.

Em 1964, foi convidado para iniciar o curso de História Natural da Universidade Gama Filho, onde foi professor titular de 1964 a 1980. Nesse mesmo período, a partir de 1971, foi professor titular da Faculdade de Humanidades Pedro II.

A maior parte de sua vida foi dedicada ao Museu Nacional, onde ingressou como naturalista em 1944, tendo sido chefe da Divisão de Educação e diretor (de 1961 a 1964).

Como especialista na ordem *Odonata*, além de deixar abundante material por ele mesmo coletado, formou vários pesquisadores especializados e publicou mais de cem artigos científicos.

Faleceu no Rio de Janeiro em 4 de março de 1989.

José Oiticica Filho

Nascido em 1906, dedicou-se primeiro à engenharia eletrônica e à matemática. Posteriormente, veio a trabalhar como entomólogo no Museu Nacional do Rio de Janeiro, dedicando-se à ordem *Lepidoptera*. Com o uso da microfotografia no estudo de insetos, procurou expandir as possibilidades artísticas da fotografia. No início dos anos 1940, participou de várias associações de fotoclubismo e tornou-se um fotógrafo de grande renome, com exposições também no exterior.

Faleceu em 1964.

Henry Richard Pearson

Nascido em Paris em 12 de junho de 1908, e registrado no consulado britânico por ter pais ingleses, Henry Richard Pearson, já aos 5 anos de idade, começou suas atividades no campo da entomologia/lepidopterologia, estimulado por seu pai, que, apesar de amador, era um naturalista de qualidade. Durante sua infância e adolescência, viveu entre Londres e Paris, o que lhe proporcionou coletar material em terras britânicas e gaulesas. Durante esse período, além de exemplares de lepidópteros dos dois países, ele ainda os coletou na Escócia, na Itália e na Suíça. Ao completar vinte anos, prestou exame de admissão para a Universidade de Cambridge. Aprovado, cursou essa famosa universidade durante algum tempo e depois foi para a América, chegando ao Canadá, onde, ao final dos anos 1930, conheceu sua futura esposa. Com o romper da Segunda Grande Guerra, ele e Maria Amelia Gabrielle Pearson se alistaram nas forças armadas britânicas. Essa

decisão, na realidade, foi precipitada pela iniciativa de "Gabi", que se alistou como enfermeira voluntária. Seguindo os passos da esposa, ele acabou engajado em um corpo de infantaria canadense.

A partir de um censo realizado pelo governo britânico, em que as autoridades procuravam súditos que falassem espanhol ou português para servir como observadores na América do Sul, ambos foram escolhidos para realizar uma missão no cone sul do continente americano.

Assim, ao final dos anos 1930, desembarcaram em Santos para uma breve passagem por São Paulo, seguindo daí viagem para Buenos Aires. Na Argentina, Pearson se estabeleceu em uma fazenda do interior, nela trabalhando por quase dois anos. Com uma proposta de trabalho em uma fazenda paraguaia, feita por um conhecido, seguiu então para os "Sertões do Chaco". Aí reiniciou, mais sistematica e dinamicamente, suas coletas. Durante os anos 1940, com o novo posicionamento do governo brasileiro em relação às forças do Eixo (após os torpedeamentos de navios brasileiros) e a ostensiva parceria com os Aliados, Pearson decidiu migrar para o Brasil. Primeiro foi para São Paulo e, depois, para o Rio de Janeiro, onde, com apoio das autoridades, implantou uma indústria farmacêutica voltada para a pecuária de nome Pearson Ltda.

Em 1943, conheceu o entomologista Wygodzinsky, que o estimulou ao aprimoramento no estudo da entomologia e o levou a conhecer o ilustre professor e pesquisador do Instituto Oswaldo Cruz Lauro Travassos. Nesse instituto, sob orientação de Travassos, estagiou durante sete anos, desenvolvendo seus conhecimentos entomológicos junto ao colega Alfredo Rei do Rego Barros, que viria a ser o responsável pela sua ligação com o Museu Nacional (UFRJ). Durante as décadas de 1950 e 1960, realizou várias excursões entomológicas tanto pelo Instituto Oswaldo Cruz como pelo Museu Nacional.

Entrou em contato com o pesquisador do museu José Oiticica Filho, que foi no Brasil o seu principal colaborador. Estabeleceu também colaboração valiosa com o Museu de História Natural de Londres. No British Museum, encontrou o apoio do professor Allan Watson, que viria a ser seu maior amigo nessa famosa casa de pesquisa. Ainda em 1960, adquiriu, por conselho de Lauro Travassos, um sítio no município de Guapimirim/RJ. Essa

decisão o estimularia mais ainda a ampliar sua coleção. Teve início então sua atividade literária. Especialista em mariposas da família *Mimallonidae*, publicou um bom número de trabalhos científicos, sendo a grande maioria oriunda de notas em congressos. Pelo Brasil, amplia ainda mais suas excursões, contando sempre com a frequência de colegas, tais como José Oiticica, Alfredo Rego Barros, Olaf Mielke e outros. Doou a maior parte de sua coleção ao Museu Nacional.

Na primeira metade dos anos 1980, iniciou seu ciclo final de coletas em Guapimirim, sempre acompanhado pelo estagiário Alexandre Soares. Concluiu assim a coleção que hoje integra o patrimônio do Museu Nacional e que conta com aproximadamente 19.500 exemplares, sendo que as espécies da Família *Mimallonidae* constituem a melhor representação mundial desse grupo.

Faleceu em 2004.

Carlos Alberto Campos Seabra

O médico e naturalista Carlos Alberto Campos Seabra colaborou notavelmente no crescimento das coleções de insetos do Museu Nacional, particularmente de três ordens, *Coleoptera*, *Orthoptera* e *Hymenoptera*. A doação de cerca de 2 milhões de exemplares de insetos e de copiosa bibliografia permitiu um notável crescimento do Setor de *Coleoptera*.

Dentro da coleção de exemplares da ordem *Coleoptera*, destaca-se a família *Cerambycidae*, com cerca de mil tipos primários, e da ordem *Orthoptera*, a superfamília *Acridoidea*, com 50 mil exemplares, montados e eviscerados, e aproximadamente 250 tipos primários.

Referências

COSTA, Janira Martins. Breve histórico sobre Newton Dias dos Santos. *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 33, n. 2, p. 404-411, 1989.

JURBERG, Claudia; LOPES, Sônia Maria. Bibliografia de Dalcy de Oliveira Albuquerque. *Entomologia y Vectores*, v. 8, n. 4, p. 403-415, 2001.

OLIVEIRA, Sebastião José de. Necrológio de Hugo de Souza Lopes (1909-1991). *Revista Brasileira de Entomologia*, v. 36, n. 4, p. 895-898, 1992.

FIGURA 34 – Detalhe do rosto do caixão de Sha-Amun-En-Su. Baixa Época, c. 750 a.C.
Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

Do Egito ao Brasil

notas sobre o acervo e as iniciativas do Museu Nacional no estudo de populações antigas[1]

Antonio Brancaglion Jr.[2]
Claudia Rodrigues-Carvalho[3]

A campanha do Egito empreendida por Napoleão Bonaparte (1798-1801) foi um fracasso militar, mas, sem dúvida, uma vitória da cultura ocidental. Uma comissão de "sábios", formada por artistas e estudiosos, acompanhou as suas tropas com a missão de produzir a maior obra, até então, feita sobre o Egito antigo e moderno. Os diversos especialistas tiveram os seus estudos reunidos na primeira grande obra sobre a terra dos faraós, a *Description de l'Égypte*, publicada de 1809 a 1828, composta por nove volumes de texto e doze volumes de ilustrações.

Outro resultado direto dessa campanha militar foi a descoberta da Pedra de Roseta, que permitiu a Jean-François Champollion encontrar a chave para a leitura da escrita hieroglífica, dando início a uma nova ciência, a egiptologia.

As imagens das antiguidades reproduzidas na *Description de l'Égypte* despertaram o interesse pelo Egito faraônico, aumentando a demanda por objetos egípcios. Os magníficos desenhos mostraram à Europa o estilo egípcio nas formas arquitetônicas, no mobiliário e nos elementos decorativos, influenciando a arte e criando um novo estilo, o faraonismo ou egipcianismo.

---

[1] Texto redigido para esta coletânea. A atual versão foi estabilizada em 2011, por ocasião das comemorações dos 193 anos do Museu Nacional.

[2] Professora do Departamento de Antropologia e diretora do Museu Nacional/UFRJ.

[3] Professora do Departamento de Antropologia e diretora do Museu Nacional/UFRJ.

Como resultado dessa moda, o Egito viu aumentar as atividades dos escavadores e antiquários que foram favorecidos pela abertura do país promovida por Muhammad Ali (1805).

Essa comercialização de antiguidades foi, sobretudo, obra dos diplomatas europeus. Entre 1816 e 1860, esses diplomatas vão, por intermédio de seus agentes encarregados das escavações, promover o saque e, em alguns locais, a destruição dos principais sítios arqueológicos.

A paixão pelas antiguidades egípcias não parou de crescer, alimentada pelas descobertas arqueológicas feitas por sucessivas gerações de pesquisadores, principalmente, franceses, ingleses, alemães e, mais tarde, norte-americanos, entre outros.

O grande interesse que o Egito Antigo despertou na Europa, como resultado da campanha de Bonaparte, chegou ao Brasil pelas mãos de d. Pedro I, que doou uma coleção de antiguidades egípcias para o Museu Real, criando a mais antiga e a mais importante coleção egípcia da América do Sul.

A coleção chegou ao Brasil trazida pelo italiano Nicolau Fiengo, vinda de Marselha. Foi comprada em leilão por d. Pedro I, pela quantia de 5:000$000 (5 contos de réis), tornando-se a primeira das coleções egípcias das Américas. Na mesma época, na França, era criada no Louvre, por um decreto real, uma sala consagrada aos monumentos egípcios, sendo Champollion nomeado o seu conservador.

Pelo que parece, Nicolau Fiengo trabalhava para Giovanni Battista Belzoni, célebre explorador italiano e negociante de antiguidades dedicado ao lucrativo comércio de objetos egípcios que alimentou grandes museus e coleções europeias.

Esse interesse pelo Egito faraônico no Brasil manteve-se ainda mais forte com d. Pedro II. Apaixonado pelas línguas e filosofias orientais, fez duas viagens ao Egito, encontrando pela primeira vez o egiptólogo francês Auguste Mariette, fundador do Serviço de Antiguidades Egípcias, que poucos anos antes havia criado o primeiro museu de antiguidades egípcias no Egito, o Museu Bulaq, mais tarde transformado no Museu Egípcio do Cairo.

Nessa viagem, de passagem por Alexandria, d. Pedro II, acompanhado da imperatriz Teresa Cristina, visitou a igreja de São Pedro, que mandara construir em um terreno ao lado do Consulado Geral do Brasil. Tal igreja

ostentou, até 1957, o brasão imperial, que a partir de então foi substituído, na fachada lateral, pelo escudo do Brasil República.

De sua viagem ao Egito d. Pedro II trouxe como presente do quediva Ismail Pacha, neto de Muhammad Ali, um belo esquife em madeira pintada, que provavelmente fazia parte do Museu Bulaq, pertencente à "cantora de Amon" Sha-Amun-em-su (cerca de 750 a.C.). Antes de ser incorporado à coleção do Museu Nacional, guardado em pé, próximo a uma janela, decorava o gabinete do imperador. Durante uma violenta tempestade, o esquife foi atingido pela janela, o que danificou uma parte de sua lateral, posteriormente restaurada. O esquife, até os dias de hoje, permanece fechado, guardando em seu interior a múmia dessa sacerdotisa responsável por entoar os cânticos e hinos sagrados durante os festivais religiosos em honra ao deus Amun.

O interesse pela arqueologia e pelas antiguidades não era somente de d. Pedro II. Sua esposa, a imperatriz Teresa Cristina, constituiu um acervo de antiguidade clássica no Museu Nacional, a partir de dois núcleos distintos: o primeiro, do Real Museo Borbonico – hoje Museo Nazionale di Napoli, com peças ofertadas pelo seu irmão Fernando II, rei das Duas Sicílias; e o segundo, da própria imperatriz, que promoveu escavações arqueológicas em Veio, município romano de origem etrusca.

Formada por cerca de setecentas peças, provenientes de vários sítios da Itália, dentre eles Pompeia e Herculano, a coleção reúne vasos cerâmicos, lamparinas e estatuetas de terracota, objetos de bronze, esculturas em pedra, frascos de vidro, amuletos fálicos e painéis de pintura mural. Os objetos abrangem vasto período histórico, que se estende do século VII a.C. ao século III d.C.

A paixão de d. Pedro II pelas coleções arqueológicas do Museu Real, atual Museu Nacional, não se limitava aos objetos de antigas civilizações estrangeiras. Grande incentivador das primeiras pesquisas arqueológicas no Brasil, foi graças a ele que, em 1869, Ladislau Neto entrou para os quadros do museu com a missão de desenvolver as pesquisas arqueológicas, mais tarde se tornando diretor da casa.

Entusiasta da arqueologia de campo, o imperador visitava escavações em São Paulo e São Vicente, acompanhando a retirada de esqueletos em

sambaquis. Foi d. Pedro II quem incentivou a formação das primeiras coleções de cerâmica amazônica e de artefatos obtidos em escavações de sítios litorâneos.

Em 1882, Ladislau Neto preparou a Exposição Antropológica do Rio de Janeiro no Museu Nacional, um marco nos estudos antropológicos e arqueológicos no Brasil. A exposição também foi responsável por enriquecer o acervo arqueológico, etnológico e bioantropológico com materiais de diferentes regiões do Brasil (Castro Faria, 1952).

O Museu Nacional e a busca pelos primeiros americanos

Na segunda metade do século XIX, a arqueologia do Museu Nacional, influenciada pelo evolucionismo e positivismo, envolveu-se nos debates acerca da origem do homem brasileiro, alimentados pelos achados de Lagoa Santa e das culturas do Baixo Amazonas, e também pelas investigações sobre os sítios costeiros denominados sambaquis.

As discussões referentes ao povoamento do continente americano têm raízes quase tão antigas quanto seu descobrimento pelo Velho Mundo. Foram várias as teorias, opiniões e controvérsias sobre a origem, antiguidade, dispersão e caracterização dos ameríndios. Na esfera científica, esses debates incluíram diferentes perspectivas ao longo dos últimos séculos, como, por exemplo, as discussões entre poligenistas e monogenistas no século XIX sobre a unidade da espécie humana. Poligenistas defendiam origens independentes para os diferentes grupos humanos e, consequentemente, a autoctonia do homem americano; monogenistas sustentavam uma origem comum, com as populações dispersando-se no globo através de processos migratórios (Gould, 1991).

Em nosso território, as primeiras descobertas a incrementar a discussão sobre o povoamento inicial das Américas foram feitas pelo pesquisador dinamarquês Peter Wilhelm Lund. Investigando as grutas nas cercanias do Vale do Rio das Velhas, em Minas Gerais, a partir de 1834, Lund recuperou grande quantidade de material paleontológico e de remanescentes humanos. Parte desse material, encontrado na Lapa do Sumidouro, apresentou indícios de contemporaneidade entre os restos de animais extintos e os restos humanos, sugerindo uma grande antiguidade para as populações

americanas (Souza *et al*., 2006). O material coletado foi enviado à Dinamarca, com exceção de um crânio, presenteado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

As pesquisas de Lund, embora não tenham constituído uma coleção nacional, levantaram questões específicas sobre a ocupação e dispersão de populações no que viria a ser o território brasileiro. Pesquisadores do Museu Nacional tentaram recuperar essa trajetória histórica a partir releitura de peças já coletadas e da organização e/ou participação em diferentes expedições científicas.

Entre esses esforços, duas grandes vertentes de estudo atravessaram os séculos XIX e XX com temas caros aos pesquisadores da instituição: a antiguidade e a caracterização das primeiras populações humanas em nosso território – cujo foco recai sobre a área arqueológica de Lagoa Santa, MG – e o debate sobre o povoamento do litoral, particularmente sobre os sambaquis – sítios que no século XIX atraíam a atenção por suas características comuns ao longo da costa brasileira, que incluíam o acúmulo de conchas e a presença de material cultural e de remanescentes humanos na construção de elevações artificiais, comparáveis a estruturas arqueológicas observadas na Dinamarca e nos Estados Unidos.

O primeiro volume dos *Arquivos do Museu Nacional*, publicado em 1876, sintetiza essa tendência: traz como artigo de abertura as observações de Carlos Weiner sobre os sambaquis da região Sul do país. Prefaciando o texto, temos a publicação da carta do então diretor-geral, Ladislau Neto, expondo suas opiniões sobre esses sítios e a relevância de tais investigações (Weiner, 1876). Do sul para o norte, páginas à frente, podem-se conhecer as observações de Domingos Ferreira Penna, naturalista viajante, sobre os sambaquis do Pará (Ferreira Penna, 1876).

Entre ambos os textos, retorna-se a Lagoa Santa através do trabalho pioneiro de Lacerda e Peixoto, procurando caracterizar as populações nativas que ocuparam o solo brasileiro pela perspectiva da antropologia física. Tal trabalho inclui uma análise do crânio deixado no Brasil por Lund (Lacerda; Peixoto, 1876).

Embora sem uma coleção que permita maior aprofundamento, a inclusão do crânio de Lagoa Santa nesse estudo reflete o impacto dos achados

de Lund e a concordância dos autores com sua antiguidade. O resultado desse trabalho de confronto entre remanescentes humanos recuperados em contextos arqueológicos e históricos revelou indícios de uma população inicial relativamente homogênea e a sugestão de que os grupos indígenas atuais apresentariam características combinadas com grupos posteriores. No auge do debate entre monogenistas e poligenistas, embora os autores indiquem que ainda não formaram uma posição clara, declaram, em seu texto:

> Seja-nos, pois, lícito declarar que, a respeito de tais questões, não temos opinião formada, e quando no círculo das hipóteses prováveis houvéssemos de aceitar alguma, seríamos poligenistas com Agassiz. É possível que a América fosse um dos centros da criação e que, mais tarde, povos emigrados da Ásia ou de outros pontos do globo mais próximos viessem fundir-se com a raça primitiva, produzindo a raça atual. Tal é um dos grandes problemas propostos à ciência do presente e que talvez a ciência do futuro chegue a demonstrar. (Lacerda; Peixoto, 1876, p. 75)

A relevância do debate sobre as características físicas e a antiguidade da ocupação do território brasileiro para questões que envolvem não apenas o povoamento do continente, mas discussões sobre a espécie humana e sua dispersão, não arrefeceu ao longo dos anos. Outras pesquisas foram empreendidas no século XX no que chamamos hoje de *área arqueológica de Lagoa Santa*, na busca de evidências que esclarecessem a associação defendida por Lund entre os grandes mamíferos pleistocênicos e os primeiros humanos. Em 1926, Padberg-Drenkpol, pesquisador do Museu Nacional, realizou duas excursões na área com esse propósito. Na lapa por ele denominada de Mortuária, os indícios apresentaram-se contrários às proposições de Lund, conforme o próprio pesquisador destacou em artigo publicado no jornal *Folha de Minas*, em 1934:

> Naquella "Lapa Mortuária", perto de Confins, por mim descoberta e escavada cuidadosamente em outubro de 1926, achei nitidamente separados os restos de 80 homens de "Lagoa Santa"

> e os de grandes mammíferos como mastodontes, cavallos pre-historicos, etc. [...] O que realça o valor dessa jazida, evidentemente intacta, é o facto de ficar a base da "Lapa Mortuária" 14 metros acima das águas máximas de um lago contíguo, subtrahida ella assim, desde milênios, às invasões perturbadoras da água. É este, precisamente, o ponto fraco das descobertas de Lund na Lapa do Sumidouro, que eu mesmo encontrei inundada. Pois bem, esse meu felicíssimo achado, até agora único, esclarece o problema da contemporaneidade em sentido *negativo*, como eu sempre conjecturara [...]. O homem paleoamericano apresentase-nos até agora como relativamente recente, posdiluviano ou pós-plistoceno. (Padberg-Drenkpol, 1934)

Esses dados conflitavam com as descobertas feitas pelos pesquisadores da Academia de Ciências de Minas Gerais Harold Walter, Arnaldo Cathoud e Aníbal Matos, que culminaram na descoberta do chamando "Homem de Confins" e na recuperação de uma grande coleção esquelética, hoje sob a guarda da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Essa discordância foi objeto de divergências entre os pesquisadores de ambas as instituições.

Em 1937, outra expedição foi realizada pelo Museu Nacional. Bastos de Ávila e Nei Vidal exploraram as grutas e cavernas de Carrancas, em Nova Granja, MG, dessa vez recuperando informações sobre os padrões de sepultamento desses grupos e coletando remanescentes humanos.

Já na segunda metade do século XX, uma missão norte-americana e brasileira, liderada por Wesley Hurt (South Dakota University), Paula Couto e Castro Faria (ambos do Museu Nacional), empreendeu escavações na área de Cerca Grande, Vale do Rio das Velhas. Além da grande quantidade de material coletado, especialmente remanescentes humanos, foi realizada a primeira datação de um sítio da região por Carbono 14. Os resultados foram surpreendentemente antigos para a época (10 mil anos) e incitaram ainda mais o debate sobre a antiguidade do povoamento humano nas Américas.

Na década de 1970, uma nova missão, franco-brasileira, liderada por Annette Laming-Emperaire, recuperou em 1975 na Lapa Vermelha IV, em Pedro Leopoldo, MG, os remanescentes humanos de uma jovem mulher,

cuja grande antiguidade fora imediatamente sugerida devido às condições de seu achado – no contato entre camadas pleistocênica e holocênica. Anos mais tarde, esse material foi datado, sugerindo uma antiguidade ao redor de 11.500 anos. A presença da população descoberta por Lund em nosso território superou, em muito, as projeções iniciais.

Retomando a questão dos sambaquis, a primeira grande escavação sistemática e de salvamento num sítio de grandes dimensões foi empreendida por Luiz de Castro Faria, antropólogo do Museu Nacional, na década de 1940. Em duas campanhas, Castro Faria coletou uma das maiores coleções de remanescentes humanos já recuperados em sítios desse tipo, com mais de duzentos indivíduos. Santa Catarina e Rio de Janeiro foram e permanecem como as principais áreas de atuação do Museu Nacional no estudo dessas populações litorâneas pré-históricas.

Ao longo de quase dois séculos de existência, outras abordagens, perspectivas e temas permearam o estudo de populações pretéritas no Museu Nacional. Com o passar do tempo, outras disciplinas foram incorporadas. Dessa forma, geologia, botânica e outras ciências passaram a ser fundamentais para a arqueologia brasileira, que atualmente não se dedica exclusivamente à pré-história, mas também aos aspectos socioculturais relacionados aos indígenas, africanos e europeus e à interação social que resultou no povo brasileiro.

Referências

BRANCAGLION Jr., Antonio. From Egypt to Brazil – an Egyptian collection in Rio de Janeiro. *In*: AMERICAN UNIVERSITY IN CAIRO; CAIRO MUSEUM (org.). *Centennial anniversary volumes of the Egyptian Museum*. Cairo: Supreme Council of Antiquities, 2002. p. 155-162.

BRANCAGLION Jr., Antonio. As coleções egípcias no Brasil. *In*: BAKOS, Margaret; FUNARI, Raquel dos Santos (org.). *Egiptologia, Egiptomania*. São Paulo: Paris Editorial, 2004. p. 31-41.

CASTRO FARIA, Luiz de. Pesquisas de antropologia física no Brasil. *Boletim do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 1-105, 1952.

FERREIRA PENNA, Domingos Soares. Breve notícia sobre os sambaquis do Pará. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, p. 85-100, 1876.

GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LACERDA, João Baptista de; PEIXOTO, José Rodrigues. Contribuições para o estudo antropológico das raças indígenas do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, p. 47-76, 1876.

Padberg-Drenkpol, J. H. Augusto. Artigo. *Folha de Minas*, Belo Horizonte, 1934.

SOUZA, Sheila M. F. Mendonça de *et al.* Revisitando a discussão sobre o quaternário de Lagoa Santa e o povoamento das Américas: 160 anos de debates científicos. *In*: RODRIGUES-CARVALHO, Claudia; SILVA, Hilton. *Nossa origem*: o povoamento das Américas. Visões multidisciplinares. Rio de Janeiro: Vieira & Lent, 2006. p. 19-43.

WEINER, Carlos. Estudo sobre os sambaquis do Sul do Brasil. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, v. I, p. 1-26, 1876.

RIO DE JANEIRO

MUSEO NACIONAL

Campo d' Acclamação

Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional

fontes para a história da eugenia no Brasil[1]

Vanderlei Sebastião de Souza[2]
Ricardo Ventura Santos[3]
Mônica Costa S. Coelho[4]
Ozana Hannesch[5]
Claudia Rodrigues-Carvalho[6]

Introdução

A partir de meados dos anos 1980, os estudos sobre eugenia tornaram-se bastante recorrentes na historiografia internacional. Vista até então como pseudociência, um conhecimento baseado numa visão tendenciosa e não objetiva, parte dos historiadores entendia que a história da eugenia pouco tinha a nos dizer sobre a sociedade, a política e a ciência das primeiras

---

[1] Originalmente publicado em História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 16, n. 3, p. 763-777, 2009. Nossos agradecimentos à Maria Celina Soares de Melo e Silva, do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast), e a todos os bolsistas e contratados envolvidos na organização e conservação do acervo que compõe o Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. Agradecemos também ao CNPq (projeto 400.581/03-05) pelo financiamento para o diagnóstico técnico, a higienização e o acondicionamento dos documentos do arquivo.

[2] Doutor em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

[3] Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ; pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

[4] Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ; pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

[5] Conservadora-restauradora da Coordenação de Documentação e Arquivo do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast).

[6] Professora adjunta do Departamento de Antropologia e diretora do Museu Nacional/UFRJ.

décadas do século XX. Sob tal ponto de vista, os divulgadores da eugenia nada mais eram do que um grupo de intelectuais e políticos reacionários e racistas, fortemente ligados ao nazifascismo e ao arianismo (Adams, 1990, p. 220). Entretanto, ao retomar os estudos sobre os significados das ideias eugênicas, a historiografia tem demonstrado que a eugenia não foi uma obra alheia à nova ordem racional da civilização; ao contrário, foi um "produto legítimo do espírito moderno, daquela ânsia de auxiliar e apressar o progresso da humanidade rumo à perfeição que foi por toda parte a mais eminente marca da era moderna" (Bauman, 1999, p. 33).

De outro lado, embora tenha sido lugar comum no pensamento ocidental, os historiadores têm destacado também que a história da eugenia não pode ser apreendida como um conhecimento científico homogêneo e unitário, definido a partir de interesses e objetivos comuns. Recentes estudos sobre a história da eugenia, realizados em países como Alemanha, Estados Unidos, Inglaterra, França, Rússia e Brasil, apontam para uma diversidade de ideias e para a implantação de diferentes políticas eugênicas. Conforme destaca o historiador Mark Adams (1990, p. 226), a eugenia foi um movimento de ideias que se reconfigurou de acordo com os diferentes contextos nacionais, conformados pelas tradições culturais específicas de cada região.

Motivada por essas discussões, a história da eugenia no Brasil tem se transformado numa temática recorrente na historiografia recente, especialmente a partir dos anos 1990, quando a historiadora Nancy Stepan (1991) publicou importante obra sobre a história da eugenia na América Latina, enfatizando as questões com as quais lidaram os eugenistas no Brasil, na Argentina e no México. Recentemente a obra foi traduzida para o português (Stepan, 2005), estimulando ainda mais o debate e os estudos históricos acerca da eugenia no Brasil, sobretudo no período entreguerras, quando o movimento eugênico brasileiro formou adeptos e se institucionalizou.

De maneira geral, as fontes documentais para a pesquisa acerca da eugenia no Brasil são razoavelmente amplas, uma vez que é possível localizar, mesmo que dispersamente, livros, artigos de jornais, revistas e periódicos que trataram do tema. Entre os documentos mais importantes para a reconstrução desse capítulo da história brasileira, alguns merecem destaque: os *Anais de eugenia*, volume publicado em 1919, que apresenta trabalhos

organizados pela Sociedade Eugênica de São Paulo; as *Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, publicados em 1929, com alguns dos trabalhos discutidos no evento; e o *Boletim de Eugenia*, periódico editado entre 1929 e 1933. Não obstante a quantidade de documentos existentes, é importante ressaltar que esse material se encontra disperso em arquivos e bibliotecas do país, sendo muitos deles raros e a demandar conservação.

Em 2006, o Setor de Antropologia Biológica, ligado ao Departamento de Antropologia do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), disponibilizou para o público o inventário do Arquivo de Antropologia Física (Santos; Melo e Silva, 2006). O arquivo contém uma série de documentos referentes à eugenia no Brasil, assim como material produzido por eugenistas de outros países. A grande maioria se refere à documentação reunida em razão do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado em 1929, no Rio de Janeiro. Toda a documentação produzida pelo congresso ficou sob a guarda do Museu Nacional, em razão de o antropólogo Edgard Roquette-Pinto – que ocupava então o cargo de diretor da instituição – ter sido o presidente do evento. Além de conter parte dos originais dos trabalhos apresentados pelos congressistas – alguns inéditos –, o Arquivo de Antropologia Física guarda uma série de documentos reunidos pela secretaria do congresso, entre eles convocações para a realização do evento, fichas de inscrição, nomes dos inscritos, correspondência dos participantes, moções, relatórios e as atas finais. Trata-se de fontes de grande relevância para compreender a história da eugenia no Brasil, por ter o evento se tornado marco importante do movimento eugênico.

Destaque-se que o material sobre eugenia é apenas uma parte da documentação que constitui o Arquivo de Antropologia Física. No total, são mais de dez mil documentos fundamentais para a compreensão da história da antropologia (especialmente da antropologia física) no Brasil, desde o século XIX até a década de 1960. O arquivo possui também documentos diversos relacionados a áreas correlatas como antropologia social, etnologia e arqueologia. É constituído tanto por documentos textuais, como recortes de jornais e de revistas científicas, correspondências, documentos administrativos e textos científicos diversos, quanto por documentos iconográficos e cartográficos, como fotos, mapas, cartazes e desenhos. Todo

esse material encontra-se organizado em séries e subséries, em que foram aproveitadas algumas das nomenclaturas de projeções das pastas e das divisórias originais do arquivo. Vem sendo conservado e acondicionado com base em avaliação do estado de conservação de cada documento, realizada por técnicos do Museu de Astronomia e Ciências Afins (Mast) e do Museu Nacional, conforme previsto em acordo de cooperação técnica firmado entre as duas instituições. O trabalho é executado no Laboratório de Conservação e Restauração de Papel (Lapel) do Mast, sob responsabilidade e acompanhamento de um técnico do Setor de Antropologia Biológica (SAB) do Museu Nacional. Os documentos estão abertos à consulta, com exceção daqueles em estado de conservação precário e dos que aguardam restauro, de acesso restrito.

Apesar da importância de todo o conjunto documental sob a guarda do Arquivo de Antropologia Física, destacamos aqui o acervo referente ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, entre outros diretamente relacionados à questão eugênica. Esse material merece uma descrição mais detida, já que o Congresso de Eugenia foi um evento científico importante não somente para o movimento eugênico como também para a própria história intelectual brasileira. Alguns dos temas discutidos durante o congresso tiveram, inclusive, desdobramentos significativos ao longo dos anos 1930, a exemplo das discussões sobre imigração, que acabaram servindo de referência para um amplo debate acerca da implantação de políticas imigratórias durante a Constituinte de 1934 (Geraldo, 2007).

A eugenia no Brasil nas primeiras décadas do século XX

As discussões sobre eugenia emergiram, no Brasil, no contexto do pós-Primeira Guerra Mundial, período de grandes mudanças no cenário nacional. Além do processo de urbanização e industrialização e da entrada de novos imigrantes, a passagem dos anos 1910 para os anos 1920 foi marcada pela expansão do nacionalismo e pelo sentimento de que a modernização do país dependeria de amplas reformas sociais, especialmente em relação à saúde pública, educação e formação racial da população (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Carrara, 1996; Stepan; 2004). Acalentada por esses ideais,

a elite intelectual e política almejava construir uma nova identidade para o homem brasileiro, transformando a fisionomia do "Jeca" doente e preguiçoso, tal qual havia definido o escritor Monteiro Lobato, em um "Jeca" bravo e trabalhador (Lima; Hochman, 1996; Lima, 1999). Nesse sentido, quando as ideias eugênicas foram introduzidas no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, seus adeptos rapidamente assumiram esse ideário reformista, destacando a contribuição da eugenia para regenerar a população nacional.

Na literatura do período, o termo "eugenia" aparecia sempre como símbolo de modernidade cultural, assimilada como conhecimento científico que expressava muito do que havia de mais "atual" na ciência moderna. Falar sobre eugenia significava pensar em evolução, progresso e civilização, termos que constituíam o imaginário nacionalista de boa parte das elites brasileiras. Em muitos casos, a eugenia era interpretada como a "nova religião da humanidade" e, em outros, como a "ciência do futuro", responsável pela regeneração física e mental da população nacional (Souza, 2006, p. 19). A própria história da eugenia no Brasil, conforme argumenta Nancy Stepan (2005, p. 49-50), deve ser vista como parte de um "endosso à ciência", que havia se tornado "palavra de ordem para a elite moderna e secular". Segundo a autora, nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais brasileiros abraçaram a ciência, sobretudo a medicina e a própria eugenia, como uma forma de conhecimento progressista que possibilitava pensar numa alternativa para o "atraso" do país.

Ao contrário do modelo de eugenia desenvolvido sobretudo nos Estados Unidos e na Alemanha, onde o racismo científico grassou fortemente, a eugenia brasileira se caracterizou por um discurso mais "suave", informado por concepções neolamarckistas e pela crença na herança dos caracteres adquiridos (Stepan, 2004, 2005). Embora medidas mais radicais, ligadas à "eugenia negativa", tenham feito parte do ideário defendido por alguns dos integrantes do movimento eugênico, a preocupação da maioria dos eugenistas consistia em regenerar a população a partir de reformas no ambiente social, fosse pelo saneamento das áreas urbanas e rurais, combatendo às principais doenças que assolavam o país, ou pela ampliação do cuidado materno-infantil e difusão da educação higiênica e sexual (Marques, 1994; Stepan, 2004; Souza, 2006).

As ideias eugênicas foram moldadas também pela realidade racial do país, uma vez que a grande parcela da população de origem africana, indígena e mestiça era vista como um problema a ser enfrentado pelas autoridades locais. De maneira geral, os eugenistas brasileiros buscavam um caminho alternativo que fugisse dos estereótipos negativos e deterministas que os cientistas e viajantes estrangeiros haviam construído em relação à suposta instabilidade racial dos brasileiros. A partir do controle das políticas imigratórias e do processo de miscigenação, os eugenistas almejavam homogeneizar a "raça nacional", por meio de um processo de branqueamento – um caminho que desde o século XIX seduzia as elites nacionais –, ou pelo reconhecimento de uma identidade mestiça – como defendia um grupo de intelectuais liderados por Roquette-Pinto, Gilberto Freyre e Manoel Bomfim. Como a historiografia tem destacado, a rearticulação em torno do conceito de raça e das classificações raciais dominou o pensamento brasileiro desse período, cujo elemento característico foi a ambiguidade entre a aceitação do racismo científico e a sua negação (Skidmore, 1976; Schwarcz, 1993; Maio; Santos, 1996; Cunha, 2002; Carrara, 2004).

O Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia

Devido à insistente propaganda lançada por um grupo de médicos e eugenistas, liderados especialmente por Renato Kehl, as ideias eugênicas chegaram, no país, ao final dos anos 1920, com fôlego suficiente para mobilizar um bom número de intelectuais, cientistas e autoridades políticas. Seus adeptos e simpatizantes espalhavam-se por várias instituições científicas, exortando a capacidade reformadora que a "nova ciência de Galton" apresentava, por um lado, para auxiliar no processo de regeneração e formação da nacionalidade e, por outro, para apressar o processo de modernização da ciência brasileira. É importante destacar que, além da divulgação do ideário eugênico levado a cabo pela Sociedade Eugênica de São Paulo, pela Liga Pró-Saneamento do Brasil e pela Liga Brasileira de Higiene Mental, outras associações, academias e revistas de medicina assumiram as ideias eugênicas como parte de seu programa científico. Além disso, em janeiro de 1929, Renato Kehl criaria o *Boletim de Eugenia*, com o objetivo de popularizar o conhecimento sobre o assunto (Souza, 2006, p. 131-132).

Em consonância com essa expansão do movimento eugênico, a Academia Nacional de Medicina, então presidida por Miguel Couto, passou a divulgar a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia como parte integrante das comemorações que marcariam o centenário da instituição, fundada em 1829. O anúncio do congresso, pela Academia de Medicina, uma das principais instituições do campo médico naquele período, contribuiria tanto para reafirmar o interesse e a consolidação da eugenia como um dos principais temas tratados pelos intelectuais brasileiros, quanto para definir os novos rumos que o movimento eugênico seguiria na década de 1930.

Realizado na sede da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em julho de 1929, o Congresso de Eugenia contou com a participação de mais de uma centena de intelectuais, inclusive representantes de outros países da América do Sul. Os participantes eram médicos, educadores, juristas, antropólogos, sociólogos e historiadores. Entre os inscritos, encontravam-se importantes lideranças intelectuais das primeiras décadas do século XX, como Miguel Couto, Roquette-Pinto, Belisário Pena, Afonso de Taunay, Alfredo Ellis, Azevedo Amaral, Renato Kehl e Leonídio Ribeiro, para citar apenas alguns. Distribuídos por seções temáticas, os participantes discutiram acaloradamente temas que envolviam "o futuro eugênico da nação", como a seleção imigratória, o controle matrimonial, a educação sexual, o cuidado materno e infantil, a esterilização eugênica de "loucos" e "criminosos", a genética e a hereditariedade, a biometria, a antropologia racial, a psiquiatria e a higiene mental, a educação e a higiene em geral.

Durante o evento, mais de 75 trabalhos foram apresentados, discutidos e alguns votados, e deles eram retiradas as principais conclusões. Apenas uma parte foi publicada, compondo hoje um volume raro e essencial para a história da eugenia: as *Atas e trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia* (Atas e trabalhos..., 1929). Além das atas finais e das cinco conferências realizadas durante o evento, o volume apresenta também mais vinte trabalhos sobre eugenia e temas afins. Nas páginas finais do volume, há a indicação de que seriam publicados dois outros, com os trabalhos apresentados no evento, o que não chegou a se concretizar.

Entre os textos publicados nas *Atas e trabalhos*, destaca-se o artigo "Nota sobre os tipos antropológicos do Brasil", de Edgard Roquette-Pinto, em que o autor faz uma ampla defesa da miscigenação processada no Brasil,

ressaltando que nenhum dos "tipos raciais" brasileiros apresentava qualquer estigma de degeneração ou inferioridade racial. Não só devido ao impacto dos argumentos, mas também pela autoridade científica que Roquette-Pinto adquirira no campo da antropologia física (Santos, 1998, 2002), o texto se tornou referência importante no período, sendo inclusive citado por Gilberto Freyre, no prefácio de *Casa-grande e senzala*, como um dos trabalhos que contribuíram fortemente para sua percepção de que a miscigenação brasileira era eugenicamente viável. O volume traz também importantes trabalhos de autoria de Renato Kehl, Fróes da Fonseca, Azevedo Amaral, Levi Carneiro, André Dreyfus e outros.

Os originais de boa parte desses trabalhos, além de outros inéditos, fazem parte do acervo que compõe o Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional. Entre eles encontramos, por exemplo, um dos trabalhos que suscitaram maior polêmica durante o congresso. Trata-se do texto "O problema eugênico da imigração", de Azevedo Amaral, intelectual que se transformaria numa das principais figuras do pensamento político brasileiro durante o governo Vargas. Os argumentos defendidos por esse autor levaram a uma divisão entre os congressistas, sobretudo no tocante ao modelo de imigração a ser assumido pelo governo brasileiro. Apoiado nos pressupostos que reafirmavam a desigualdade racial, Azevedo Amaral defendia que a seleção eugênica dos imigrantes deveria ser observada a partir das qualidades hereditárias e raciais, medidas acima de tudo pelos "caracteres de inteligência e de caráter" e não pelo mero estado de saúde. Em seu ponto de vista, os imigrantes desejáveis, capazes de possuir uma "herança satisfatória", seriam os da Europa setentrional, como os arianos do tipo germânico. Embora a tese de Azevedo Amaral encontrasse um bom número de aliados, entre eles Renato Kehl, Miguel Couto e Xavier de Oliveira, outros participantes, como Roquette-Pinto, Belisário Penna, Fróes da Fonseca e Fernando Magalhães, alegavam que a escolha dos imigrantes para o projeto de colonização do país não deveria se pautar nos caracteres raciais, mais sim no estado de saúde, na robustez física e no interesse em se assimilar à sociedade brasileira.

O acervo disponibiliza também as conferências pronunciadas durante o congresso. Datilografadas, contêm correções e anotações manuscritas feitas por seus autores. A conferência "A eugenia no Brasil", de Renato Kehl,

traz um esboço histórico e bibliográfico do assunto, com informações relevantes para a compreensão do movimento eugênico brasileiro. Ressalte-se que o original é maior do que a versão publicada em *Atas e trabalhos*. Nesta não consta, por exemplo, um longo trecho em que Renato Kehl tece duras críticas à "inaptidão" e "imoralidade" da elite política brasileira, considerada por ele incapaz de levar adiante a ideia da regeneração eugênica da população. Kehl também entendia que essa própria elite precisaria ser eugenizada, chegando a discordar, por exemplo, de Oliveira Vianna, para quem as elites nacionais representavam os melhores "tipos eugênicos". Não há como saber ao certo, mas é provável que esses parágrafos tenham sido eliminados do trabalho publicado por dois motivos principais: primeiro, porque não agradava a muitos dos participantes do congresso, integrantes da elite política brasileira; segundo, porque as *Atas e trabalhos* seriam distribuídos para as principais autoridades políticas do país, inclusive para a Presidência da República, para a Câmara e para o Senado Federal.

Outra conferência bastante polêmica foi pronunciada por André Dreyfus. Em "O estado atual do problema da hereditariedade", Dreyfus destacou a importância da genética mendeliana na compreensão da hereditariedade e dos fenômenos estudados pelas ciências biológicas, opondo-se aos argumentos neolamarckistas sobre a importância do meio na constituição da hereditariedade. Aliás, essa discussão também dividiu os congressistas, visto que muitos deles eram adeptos fervorosos do neolamarckismo. O melhor exemplo dessa cisão pode ser encontrado na conferência do médico Levi Carneiro, "Educação e eugenia", na qual destacava que, apesar dos avanços das pesquisas sobre hereditariedade, era inconcebível que o meio ambiente, a educação e outras leis sociais não fossem considerados fundamentais para o melhoramento racial da humanidade. No ponto de vista desse autor, assim como no de muitos eugenistas brasileiros, as leis sociais, a higiene e a educação muito poderiam contribuir para as práticas eugênicas regeneradoras, transformando os homens "amolentados" em "tenazes e intrépidos", os "feios" em "rijos", os "incultos" em "sagazes e inteligentes".

Com base no pressuposto neolamarckista de que a melhoria do meio levaria ao aperfeiçoamento das futuras gerações, parte dos eugenistas que participaram do congresso assumia que higienizar e educar significava, também,

eugenizar. De outro lado, vale destacar que os eugenistas se valeram também de uma forte tradição da climatologia médica, que contagiava o pensamento médico brasileiro desde o século XIX (Edler, 1999). De acordo com Maio (2004), o ideário sanitarista da Primeira República manteve estreitas afinidades com o pensamento médico ambientalista do século XIX, sobretudo no que diz respeito a uma perspectiva neo-hipocrática e arracialista. Além disso, os problemas sanitários e sociais eram os objetos de maior interesse de médicos, higienistas e eugenistas nas primeiras décadas do século XX. Desse modo, acreditavam eles que combater os "ambientes disgênicos", propagar os hábitos de higiene e empregar a profilaxia sanitária seria a maneira mais rápida e eficiente de regenerar a população.

Pelo menos quatro dos textos originais do congresso são inéditos. Um deles, inclusive, é um manuscrito intitulado "Eugenia", cuja autoria não foi possível identificar. Não se sabe também a sua origem e mesmo se fez parte dos documentos reunidos pela secretaria do evento. O manuscrito procura definir, a partir de referências a Francis Galton e outros eugenistas europeus, o que se deve entender por eugenia, suas funções e seus fundamentos. De acordo com esse texto, "a eugenia é a ciência de uma boa herança biológica, ou a higiene das disposições hereditárias", cujas bases se encontram ligadas à higiene em geral e à genética. Ao final, há uma defesa da associação entre eugenia e higiene, destacando-se o saneamento, a saúde pública, a moralidade sexual, a higiene do corpo e a educação como medidas eugênicas fundamentais para a regeneração física e mental do homem. Aliás, como mencionamos anteriormente, essa associação entre eugenia e higiene, ou eugenia e educação, sintetizava o ponto de vista de muitos eugenistas brasileiros, embora outros, como Renato Kehl, Roquette-Pinto, Octávio Domingues e André Dreyfus, refutassem o neolamarckismo em detrimento da genética mendeliana.

Essa ligação entre eugenia e higiene aparece também em outros dois trabalhos inéditos, que se encontram no Arquivo de Antropologia Física. Um deles foi o trabalho apresentado por Maria Antonieta de Castro, uma das poucas mulheres presentes no congresso. Intitulado "A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil", o texto destaca as atividades que a Inspetoria de Educação Sanitária do Estado de São Paulo

desenvolvia em relação à saúde materna e infantil. A autora enfatizava, por meio de gráficos com dados estatísticos, que os programas de puericultura, higiene pré-natal e educação materna eram fundamentais na geração de uma prole saudável. Além de gráficos e outras ilustrações, o trabalho apresenta mais de quarenta fotografias referentes aos serviços da inspetoria, a exemplo do Serviço de Higiene Pré-natal, do Curso das Mãezinhas, destinado à educação materna, dos concursos de robustez infantil e de escolha do "bebê eugênico", cujo objetivo era selecionar as crianças mais saudáveis e eugenicamente belas.

Outro trabalho inédito é o de Mendes de Castro, médico-auxiliar da Inspetoria de Educação Sanitária e Centros de Saúde de São Paulo. Com o título "A luta contra a sífilis e moléstias venéreas em São Paulo", o texto aborda os serviços médicos prestados pelo estado para o combate à sífilis e a outras doenças venéreas. Mendes de Castro enfatizava a importância eugênica da educação sexual e do tratamento prestado aos "doentes" acometidos por "males venéreos", considerados responsáveis pela rápida degeneração da "raça". O trabalho traz como anexos folhetos instrutivos, fotos do Serviço de Sifilografia e Moléstias Venéreas, além de inúmeros gráficos e tabelas com informações sobre índices e tratamentos contras doenças venéreas no estado de São Paulo.

"A idade e o casamento", de Leonídio Ribeiro, é outro trabalho inédito que pode ser consultado no Arquivo de Antropologia Física. O objetivo de seu autor foi destacar os prejuízos que o "casamento precoce" poderia trazer ao "futuro da raça". Embora afirme que o desenvolvimento das funções sexuais varia com a raça, o clima e as condições do meio, Leonídio Ribeiro argumenta que a constituição física e biológica dos noivos, sobretudo em relação ao aparelho reprodutivo, só estaria "biologicamente formada para procriar" a partir dos 18 anos de idade. O texto não apenas foi bem aceito entre os congressistas, como também fez parte de um conjunto de trabalhos sobre seleção matrimonial e eugenia, tema bastante discutido durante os seis dias de evento. No Arquivo de Antropologia Física é possível encontrar outros textos que tratam desse tema, como o de Jorge de Lima, intitulado "Tese de eugenia", o trabalho de Newton Belleza sobre matrimônio e consanguinidade e as conclusões do trabalho de Joaquim Moreira da Fonseca sobre matrimônio, castidade e eugenia.

A relação completa dos trabalhos disponíveis no Arquivo de Antropologia Física, apresentados durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, todos originais e datilografados, é a seguinte (em ordem alfabética):

◊ "A eugenia no Brasil", de Renato Kehl;
◊ "A idade e o casamento", de Leonídio Ribeiro (trabalho inédito, não publicado em *Atas e trabalhos*);
◊ "A influência da educação sanitária na redução da mortalidade infantil", de Maria Antonieta de Castro (trabalho inédito, não publicado em *Atas e trabalhos*);
◊ "A luta contra a sífilis e moléstias venéreas em São Paulo", de Mendes de Castro (trabalho inédito, não publicado em *Atas e trabalhos*);
◊ "Estatística de doenças mentais do Hospital do Juquery", de Pacheco e Silva;
◊ "Biométrica", de Fernando Rodrigues da Silveira;
◊ "Casamento e eugenia", de Joaquim Moreira da Fonseca;
◊ "Consanguinidade", de Newton Belleza;
◊ "Considerações em torno do índice rádio-pélvico de Lapicque e tíbio-pélvico de Fróes da Fonseca", de Ermírio Lima;
◊ "Contribuição ao estudo dos psicogramas (psicologia individual)", de Ubirajara da Rocha e Arauld Bretãs;
◊ "Da aplasia clavicular", de Benjamin Vinelli Baptista;
◊ "Educação e eugenia", de Levi Carneiro;
◊ "Estado atual dos grupos hemáticos", de Roberto Hinrickesen;
◊ "Estatística dos tarados no Brasil", de Bulhões de Carvalho;
◊ "Fatores de degeneração observados nas praças da polícia militar", de Motta Rezende;
◊ "Genética vegetal", de Alberto José de Sampaio;
◊ "Herencia psíquica intrauterina", de Waldemar Coutts;
◊ "Maternidade consciente", de Castro Barreto;
◊ "O dispensário psíquico como elemento da educação eugênica", de Gustavo Riedel;
◊ "O estado atual do problema da hereditariedade", de André Dreyfus;
◊ "O problema eugênico da imigração", de Azevedo Amaral;
◊ "Tese de eugenia", de Jorge de Lima.

Além desses, o acervo de fontes documentais diretamente referentes à eugenia, no Arquivo de Antropologia Física, inclui os seguintes documentos diversos:

◊ documentos da secretaria do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, entre eles correspondência, regulamento, regimento interno, programação, relações dos trabalhos encaminhados e dos apresentados, fichas de inscrição, relação de inscritos e material de divulgação do evento;
◊ documentos com resumos e conclusões de trabalhos, moções, relatos e atas referentes ao Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, com informações relevantes para a compreensão dos debates travados entre os congressistas;
◊ recortes de jornais e revistas científicas, com matérias de autores brasileiros, alemães, franceses, ingleses e espanhóis sobre eugenia, hereditariedade, miscigenação e temas afins;
◊ outros textos sobre eugenia, como o de Renato Kehl, intitulado "A eugenia prática" e publicado na *Folha Médica*, em 1929;
◊ os três primeiros números do *Boletim de Eugenia*, publicados em janeiro, fevereiro e março de 1929.

Em conclusão, apesar da crescente produção sobre a história da eugenia no Brasil, ainda não existem trabalhos específicos sobre o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, embora muitos autores tenham destacado a importância do evento para a trajetória do movimento eugênico no país (Marques, 1994; Cunha, 2002; Boarini, 2003; Stepan, 2004, 2005; Souza, 2006). A documentação recentemente disponibilizada no Inventário do Arquivo de Antropologia Física, portanto, é um convite aos interessados no estudo acerca da história da eugenia no Brasil e de temas afins no início do século XX.

Referências

Adams, Mark B. Toward a comparative history of eugenics. *In*: ADAMS, Mark (org.). *The wellborn science*: eugenics in Germany, France, Brazil and Russia. Nova York: Oxford University Press, 1990. p. 217-231.

ATAS E TRABALHOS do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia. Rio de Janeiro: [s.n.], 1929.

Bauman, Zigmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Boarini, Maria Lucia (org.). *Higiene e raça como projetos*: higienismo e eugenismo no Brasil. Maringá: Eduem, 2003.

Carrara, Sérgio. *Tributo a Vênus*: a luta contra a sífilis no Brasil, na passagem do século aos anos 1940. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARRARA, Sérgio. Estratégias anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entreguerras. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 428-453.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. *Intenção e gesto*: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2002.

EDLER, Flávio. *A constituição da medicina tropical no Brasil oitocentista*: da climatologia à parasitologia médica. 1999. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

GERALDO, Endrica. *O "perigo alienígena"*: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945). 2007. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

LIMA, Nísia Trindade. *Um sertão chamado Brasil*: intelectuais e representação geográfica da identidade nacional. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da Primeira República. *In*: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1996. p. 23-40.

MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista do século XIX. *In*: MONTEIRO, Simone; SANSONE, Livio (org.). *Etnicidade na América*: um debate sobre raça, saúde e direitos reprodutivos. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 15-44.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (org.). *Raça, ciência e sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. *A medicalização da raça*: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas: Unicamp, 1994.

SANTOS, Ricardo Ventura. A obra de Euclides da Cunha e os debates sobre mestiçagem no Brasil no início do século XX: os sertões e a medicina-antropologia do Museu Nacional. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 5, supl., p. 237-253, 1998.

SANTOS, Ricardo Ventura. Mestiçagem, degeneração e a viabilidade de uma nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930). *In*: PENNA, Sérgio D. J. (org.). *Homo brasilis*: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro. São Paulo: Funpec, 2002. p. 113-129.

SANTOS, Ricardo Ventura; MELO E SILVA, Maria Celina Soares de. *Inventário analítico do Arquivo de Antropologia Física do Museu Nacional*. Rio de Janeiro: Museu Nacional/UFRJ, 2006. (Série Livros, 14).

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. *A política biológica como projeto*: a "eugenia negativa" e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932). 2006. Dissertação (Mestrado em História das Ciências) – Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz, Rio de Janeiro, 2006.

STEPAN, Nancy. *"The hour of eugenics"*: race, gender and nation in Latin America. Ithaca: Cornell University Press, 1991.

STEPAN, Nancy. A eugenia no Brasil – 1917 a 1940. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (org.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2004. p. 331-391.

STEPAN, Nancy. *"A hora da eugenia"*: raça, gênero e nação na América Latina. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2005.

FIGURA 35 – O Laboratório de Antropologia Física por volta de 1910, com a presença de Edgard Roquette-Pinto.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

De ciência e de política
o Museu Nacional no contexto de criação do serviço de proteção aos índios, 1908-1910[1]

Antonio Carlos de Souza Lima[2]

O objetivo deste texto é abordar uma dimensão do trabalho *científico* do Museu Nacional, que hoje seria mais bem adjetivada como *política.* Não é novidade que, desde a segunda metade do século XIX, os pesquisadores do Museu Nacional se voltavam para questões urgentes, colocadas pelo governo imperial e, depois, pelas gestões sob o regime republicano, que deveriam ser solucionadas pelos cientistas da época, desde as questões relativas à composição "racial" desejável do povo brasileiro à prospecção mineral e ao combate a pragas da agricultura. Mas certos eventos e conjunturas podem nos conduzir a uma visão mais acurada dessa questão.

Pode-se situar, dentre esses eventos, a criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN), em 1910, agência governamental dedicada à tutela e proteção dos indígenas no Brasil e, por alguns anos apenas, à colonização nacional dirigida – sob a égide de uma rede de agentes relacionados ao Apostolado Positivista do Brasil, tendo como figura emblemática o então tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon.[3] Veremos, ao longo do texto, como os pesquisadores do

---

[1] Este texto é uma versão de uma publicação anterior (Souza Lima, 1989), de circulação restrita, resultante de minha dissertação de mestrado em Antropologia Social (Souza Lima, 1985).

[2] Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

[3] Ver os trabalhos de Souza Lima (1985, 1987, 1989), dedicados à análise da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, partindo da

Museu Nacional forneceram um suporte fundamental ao predomínio de uma posição sobre o tipo de tratamento a ser conferido aos povos indígenas, num cenário de disputas e lutas por estatizar certas ações, e, como integrantes de uma agência de governo, se beneficiaram da aliança com o novo serviço. Por meio deles, os pesquisadores do Museu Nacional conseguiram realizar algumas de suas ambições e tarefas propriamente científicas. Marcar, portanto, tal espaço como *casa de ciência* é ignorar que esses divisores pertencem ao presente e desfiguram o sentido do papel histórico de instituições dessa natureza.

O debate em torno da criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI): a versão oficial

Um levantamento dos textos que procuram analisar a história da política indigenista brasileira no século passado mostra ao leitor a repetição monocórdia de uma só versão, sobretudo no que se refere ao período de 1908-1910. O texto que se constitui em referência obrigatória sobre a questão e que se impõe como canônico e como veículo de uma verdadeira *versão oficial* sobre o tema é *A política indigenista brasileira*, de Darcy Ribeiro (1962). Tal trabalho seria, mais tarde (com alterações), transformado na parte II de *Os índios e a civilização* (Ribeiro, D., 1970).[4] Montagem de textos escritos por Ribeiro, ao longo de seus anos como etnólogo do SPI (de 1947 a 1955), coligida num momento em que ele era parte do governo de João Goulart, *A política indigenista brasileira* procurava pautar, em especial em sua terceira parte, novos rumos para a agência, então ameaçada de extinção, sendo

desconstrução da ideia de que foi um amplo debate da "sociedade civil", ideia essa inaplicável ao que era a realidade do período, que teria alavancado a criação e implantação da agência. Em Souza Lima (1995), resultado de minha tese de doutorado, defendida em 1992, retomei a criação do órgão sob outro ângulo, mas também aí considerando a relação intensa da agência com o Museu Nacional e enfatizando o exercício da tutela de Estado. A atribuição de "localização de trabalhadores nacionais" (colonização interna com assentamento de coletividades mestiças e/ou egressas da escravidão) deixou o serviço em 1918, passando ao Departamento Nacional do Povoamento. Ver também Ramos (2006).

[4] Para uma discussão mais detalhada sobre Darcy Ribeiro e *A política indigenista brasileira*, ver Souza Lima (1985).

uma peça de crítica, de defesa e de reproposição dos caminhos a serem trilhados pelo órgão.

Para o que nos interessa aqui, vale ressaltar que a interpretação de Ribeiro, amplamente baseada no trabalho do historiador norte-americano David Hall Stauffer, via a criação do SPILTN como emersa do "debate" entre letrados e atores políticos que teria se instaurado em 1908-1909 em torno da forma de tratamento dos povos originários pelo Estado republicano, em especial diante das inúmeras zonas de conflito existentes no Brasil da época em função da invasão das terras indígenas.[5] Tal debate teria como supostas posições polares as que defendiam a *catequese* missionária ou o *extermínio* físico genocida desses povos.[6] Segundo essa "versão oficial", tais posições foram capitaneadas, por um lado, pelo diretor do Museu Paulista, Hermann von Ihering, e, por outro, por um conjunto amplo de agentes dentre os quais se colocava a Congregação do Museu Nacional, a Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas (CLTEMTA) e, em seu centro, Cândido Rondon, cujo sobrenome passaria a designá-la.

---

[5] Sobre David Hall Stauffer, ver Souza Lima (1985, 1989).

[6] Tal leitura reduz o conhecimento da agência administrativa a um estudo das representações de época sobre os índios. Reverter esse quadro interpretativo implica ressaltar aspectos pouco abordados até o presente nesse processo de estatização. Um primeiro ponto está na rede que vinculou Cândido Rondon e o ministério, ou melhor, como se produziu o acoplamento entre a ideia de ação estatizada para os índios, o desenho institucional estabelecido em 1910 a partir de atores vinculados a uma dada posição no campo político da época, e militares cuja tarefa era expandir o controle governamental sobre o território e as populações nele dispersas. A ideia de se criar um serviço para catequese e civilização dos índios já se encontrava presente em 1906, no decreto aprovado para a criação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Maic), fato reconhecido no período por atores ligados ao SPI. Enquanto meta administrativa, precede em muito o "debate" catequese *versus* extermínio, sendo um elemento, dentre outros, presente na imaginação política, como parte mesmo da "discussão". Por outro lado, para a consciência pública, o nome de Cândido Rondon vinculava-se a ações heroicas ante os índios também já antes dos fatos de 1908-1909, ainda que um conjunto de conferências apresentadas por ele, em 1910, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tenha amplificado a eficácia de seu nome. Nelas, Cândido Rondon apresentava à nação o modo de vida dos povos indígenas e demonstrava que era possível "civilizá-los" pela persuasão, sem o concurso das armas, atualizando um conjunto de técnicas de atração e pacificação de povos hostis, em larga medida, cunhadas pelos missionários jesuítas no período colonial. Para outra interpretação do surgimento do SPI, ver Souza Lima (1995).

Segundo Stauffer (1960a), o estopim do debate teria sido a publicação de uma matéria ("O protesto de Sílvio de Almeida") n' *O Estado de São Paulo*, em 12 de outubro de 1908, por Sílvio de Almeida, "estudioso de certa idade e publicista influente n' O *Estado de São Paulo*", atacando Hermann von Ihering a partir de um único trecho citado e repetido pelos autores posteriores como se fora uma proposta de extermínio deliberado dos índios.[7] O trecho é o que se segue:

> Os atuais índios do estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados, e, como os Kaingang selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio. (Ihering, 1908a, p. 215)

Stauffer (1960a) estava preocupado em ver o surgimento da proposta de criação de um órgão governamental, teleologicamente imputando o surgimento do SPI às denúncias contra Von Ihering e à ideia de "debate". Assim, Stauffer qualifica o discurso de Almeida de pouco construtivo por se limitar a atacar pessoalmente Hermann von Ihering:

> Seria difícil exagerar a importância do ataque de Almeida, de 12 de outubro, a Hermann von Ihering. Esse ataque pôs em evidência uma questão latente há dezoito meses, pela publicação, na primeira página de um jornal paulista de grande importância, de uma recomendação reconhecidamente fria para exterminar os índios, recomendação esta feita por um cientista sem popularidade e natural da Alemanha, justamente quando uma reação pró-índígena e antialemã, motivada pelas acusações de Alberto Fric contra os colonizadores alemães em Santa Catarina, estava

[7] Sobre Sílvio de Almeida, ver Souza Lima (1985, capítulo 5). *Publicista* era uma categoria de época aplicada àqueles que procuravam, por meio da imprensa escrita, formar opinião.

> no auge. Almeida, concentrando seu ataque nas palavras de uma única pessoa, criou um bode expiatório perfeito para aqueles que durante muito tempo tinham simpatizado com os índios, mas tinham dificuldade em denunciar os colonizadores, em conjunto, ou os interesses econômicos que participavam na responsabilidade pelo tratamento cruel dos índios, na fronteira que avançava. Falar contra pioneiros e contra as estradas de ferro teria sido o mesmo que falar contra o progresso. Falar, porém, contra Von Ihering e contra a "ciência moderna importada" significava tocar uma música nacionalista, cada vez mais agradável para muitos brasileiros. (Stauffer, 1960a, p. 179)[8]

As observações contidas na citação são bastante importantes na medida em que procuram desfocar de Hermann von Ihering o peso de uma posição que continua a ser simploriamente reproduzida até hoje. Por outro lado, o autor deixa escapar algo que está oculto sob a sua construção, calcada em indivíduos e feitos (muitas vezes "excepcionais"), e informada por uma filosofia da consciência, que, na melhor tradição historista, reintroduz o culto do herói.

Stauffer se viu presa de um equívoco que o próprio texto citado nos permite apontar: não havia um discurso sistemático de extermínio de índios. Existiam, sim, *práticas* de extermínio de índios, que ocasionalmente surgiam nos jornais sob a forma de denúncias. Esse é o teor do texto de Fric, mas não é o dos textos de Almeida ou dos outros atores que surgiram ao longo do "debate".

Em outras palavras, o campo de disputas se estabeleceu por uma ação – o artigo de Almeida – que era uma reação a algo que não havia acontecido, ou que acontece desde sempre no nível da prática (a dizimação física de grupos indígenas), mas que não ganha expressão no nível da produção simbólica: Hermann von Ihering não desenvolveu retoricamente uma defesa sistemática do genocídio indígena como forma de abrir caminho à civilização. O "discurso do extermínio" era, assim, produto de um suposto

[8] Sobre Fric, ver Souza Lima (1985).

contradiscurso: o que o texto de Almeida parecia ocultar era seu compromisso com o mesmo quadro ideológico que Stauffer supõe lhes ser difícil denunciar – e que sintetiza na palavra *progresso.* Não se trata de dificuldades, mas de assentimento: o dístico positivista não propõe "o amor por princípio, a ordem por base, o progresso por fim"? Se há algo que não se discute aqui é a importância da colonização do interior, o deslocamento de grupos indígenas, sua subordinação à ordem econômica em expansão, etc.[9]

Não me interessa rever, neste momento, como Stauffer compõe discussões diferentes em um "debate" único, nem fazê-lo ator a ator, agência por agência. Para o objetivo deste trabalho, é importante, porém, perceber como esse autor tratou a entrada do Museu Nacional no "debate", através do protesto da Congregação do Museu Nacional publicado no *Jornal do Commercio* em 6 de julho de 1909, na quarta página, e nos *Arquivos do Museu Nacional*, n. XV, no mesmo ano. Com a presença do Museu Nacional, os ataques a Von Ihering mudaram de patamar: eram seus pares intelectuais que o atacavam, cientistas da instituição mais reconhecida naquele período na área da história natural, e não polígrafos de província, ideólogos ou jornalistas. A pesquisa de Stauffer se baseia aqui, além do material publicado, no levantamento do arquivo geral do Museu Nacional, que lhe foi facultado pela sua diretora na época, Heloísa Alberto Torres. Apesar de ressalvar a tensão preexistente entre o Museu Nacional e o Museu Paulista, o autor reproduz nesse item a mesma matriz anterior.

Assim, Stauffer aponta que o assunto foi apresentado à Congregação do Museu Nacional, na sessão de 25 de novembro de 1908, pelo engenheiro Domingos Sérgio de Carvalho, então titular da Seção de Antropologia, Etnologia e Arqueologia.[10] É interessante que, apesar de ser comum a par-

---

[9] No capítulo IV de Souza Lima (1985), o quadro III apresenta uma relação dos principais autores/atores que, após Almeida, se posicionaram diante do texto de Ihering, bem como de outras questões. Von Ihering se retiraria do "debate" em fins de 1908 para só retomá-lo em 1911

[10] O Museu Nacional do Rio de Janeiro tinha então como seu diretor-geral o dr. João Baptista de Lacerda, e estava dividido funcionalmente em quatro seções: a primeira, de Zoologia, Anatomia e Embriologia Comparada; a segunda, de Botânica Geral e Aplicada; terceira, de Mineralogia, Geologia e Paleontologia, e a quarta, de Antropologia, Etnologia e Arqueologia – que tinha, então, como seu professor, o engenheiro Domingos Sérgio de

ticipação do museu numa série de assuntos que hoje não tomaríamos como abordagens científicas de problemas sociais, nas atas havia a menção de que Domingos Sérgio de Carvalho pensava, de acordo com sua posição, que o "pronunciamento" de Von Ihering não poderia passar intocado, conquanto "não fosse usual para uma instituição como o Museu Nacional envolver-se *em assuntos não estritamente científicos*" (Stauffer, 1961, p. 113; grifo nosso).

Na ocasião, como já vinha se transformando em regra, Carvalho leu o "parágrafo do extermínio" e aquele que o segue, o qual até certo ponto o clarifica. É interessante ver como Stauffer tratou o assunto:

> [...] *indubitavelmente esse parágrafo influenciou aqueles cujos ataques a Von Ihering já foram até aqui sumarizados, mesmo que até esse momento nenhum dos adversários do cientista tivessem se referido especificamente a ele.* [...] as palavras do cientista alemão foram lidas como se seguem por Carvalho em 25 de novembro:
>
> "A conversão dos índios não tem dado resultado satisfatório; aqueles índios que se uniram aos portugueses imigrados só deixaram uma influência maléfica nos hábitos da população rural. É minha convicção que é devido essencialmente a essas circunstâncias que o estado de São Paulo é obrigado a introduzir milhares de imigrantes, pois não se pode contar de modo eficaz e seguro com os serviços dessa população indígena para os trabalhos que a lavoura exige". (Stauffer, 1961, p. 112; grifo nosso)

O "parágrafo do extermínio" e o supracitado se constituem nos dois últimos parágrafos da primeira parte referente a "Os índios atuais", de *A antropologia do estado de São Paulo*, texto escrito em inglês, em 1904, como parte dos trabalhos do Museu Paulista para a Exposição Mundial de St. Louis. Na verdade, Sílvio de Almeida tomou contato com a tradução desse texto somente publicada em 1908. Ali, Von Ihering abordava o que havia, então, de conhecido sobre os grupos indígenas que habitavam ainda o interior

---

Carvalho, como assistente o dr. Edgard Roquette-Pinto e como preparador, Octavio da Silva Jorge.

de São Paulo, de acordo com os paradigmas da prática científica da época: descrições antropométricas de alguns grupos, "usos e costumes" em geral.

A segunda parte ("Tradições históricas") faz intervir a literatura dos cronistas como fonte de informação sobre alguns aspectos que, inalcançáveis naquele momento, precisavam ser buscados no passado, isto é, nos textos desses cronistas. A citação a seguir é um trecho do primeiro parágrafo dessa segunda parte, portanto, imediatamente posterior aos já referidos:

> Por essa minha descrição dos índios, que atualmente vivem no estado de São Paulo, torna-se evidente que eles perderam a maior parte de seus antigos usos característicos. Em geral, os índios catequizados, que estão domiciliados nas aldeias deste estado, não oferecem nenhum interesse etnográfico e aqueles que a esse respeito são dignos de atenção levam uma vida retirada e são inacessíveis, tornando-se perigosos à escassa população civilizada do sertão. (Ihering, 1908a, p. 216)

No trecho citado, fica explícita a posição de Von Ihering, pautada por transposições da ideia de degeneração, de acordo com balizas da ciência da época. Como outros autores, ele estava preocupado com a degenerescência da "raça indígena" quando em contato e "miscigenada". Afinal, misturados aos portugueses, seriam de má influência – talvez o "caboclo indolente" –, e o "tipo puro" era perigoso para o desenvolvimento da colonização.

Nenhum autor citou esse parágrafo ou o imediatamente precedente. Nem mesmo Domingos Sérgio de Carvalho, pois Stauffer retirou a citação do livro de registro das atas das sessões da Congregação do Museu Nacional. O texto que constitui peça no debate ("Protesto formulado pela Congregação do Museu Nacional contra a ideia de extermínio dos indígenas brasileiros, sugerida pelo diretor do Museu de São Paulo") não os inclui.

Nesse sentido, como poderia Stauffer, senão através da suposição, afirmar que o parágrafo influenciara os participantes do debate, ou – sequer – que fora lido por eles? Gostaria de reter aqui alguns pontos: 1) de que a discussão não era considerada pelos pares letrados de Von Ihering como matéria de ciência ou, pelo menos, de que, a princípio, uma agência

científica não deveria intervir em tal assunto; 2) de que o capital levado pelo Museu Nacional para a disputa era caracteristicamente científico nos termos da época – o que incluía ter poder para falar como cientistas de assuntos não científicos nos termos de hoje –, isso distinguindo a sua posição específica da de outras agências intervenientes no campo de disputas. Esse capital era retomado como legitimidade, principalmente, política. Sobre isso se falará adiante.

A disputa entre Museu Nacional e Museu Paulista: uma outra leitura

Hermann von Ihering (1850-1930)[11] era filho do famoso jurista Rudolph von Ihering. Graduou-se em medicina e ciências naturais, na Alemanha, tendo sido aluno de Virchow[12] e Lenhart, dentre outros. Iniciou seus estudos por temas ligados à antropologia física (craneometria, em especial), passando, mais tarde, à zoologia, notadamente ao estudo dos moluscos, tema de sua tese de doutorado, defendida na Universidade de Erlangen em 1876 (*Significação do aparelho auditivo dos moluscos*), e de cátedra, na mesma universidade, em 1877 (*Anatomia comparada do sistema nervoso dos moluscos*). Seus trabalhos abrangem uma ampla gama de questões na área das ciências naturais, concentrando-se com especial destaque na área de malacologia.

Em viagem de núpcias, em 1880, chegou ao Brasil e acabou por fixar residência no Rio Grande do Sul, dedicando-se a estudos variados sobre a fauna, a flora e os povos indígenas da região. Durante esse período, Von Ihering trabalhou como naturalista viajante do Museu Nacional.

Em 1893, deixou o Rio Grande do Sul a convite do governo do estado de São Paulo para trabalhar como um dos chefes de seção (no caso, de zoologia) da Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo.[13] Essa

[11] Estou me apoiando nas informações constantes em Taunay (1931). Quando provenientes de outras fontes, elas serão indicadas.

[12] Sobre Virchow, ver Poirier (1981, p. 19, 31, 38) e Leaf (1981, p. 103, 203).

[13] Taunay (1931, p. 554) faz uma breve referência a incompatibilidades políticas de Von Ihering, no Rio Grande do Sul, em função de ligações com o Partido Federalista, surgido em 1892. Sobre isso ver Love (1975, p. 53 e ss).

instituição foi responsável pelo levantamento da carta do estado, contando nos seus quadros, na época, com grandes nomes do campo científico, como Orville Derby e Theodoro Sampaio. A ela seria anexado, em 1893, o Museu Paulista, oriundo das coleções zoológicas e de antiguidades organizadas pelo coronel Joaquim Sertório, oferecidas pelo seu proprietário, conselheiro Francisco de Paula Mayrink, ao governo de São Paulo, em 1890. O museu passou ao Palácio do Ipiranga pela lei nº 192, de 16 de agosto de 1893. Hermann von Ihering assumiu a direção do órgão em 15 de janeiro de 1894, tendo realizado todo o trabalho de reorganização e instalação do museu, cuja inauguração se daria em 7 de setembro de 1895.

O primeiro volume da *Revista do Museu Paulista*, publicada em 1896 e fundada por Von Ihering, apresenta um texto seu, intitulado "História do monumento do Ipiranga e do Museu Paulista". Nele está o discurso de Von Ihering, feito durante a sessão solene de inauguração, à qual se achavam presentes Bernardino de Campos, então presidente do estado, e outras personalidades, bem como representantes da imprensa. Durante esse discurso, o cientista teria feito as observações que teriam ferido os brios do Museu Nacional a ponto de suscitar uma resposta acre de João Baptista de Lacerda, diretor da instituição à época. Vale conferir:

> O fim destas coleções [as expostas, destinadas ao público] é dar uma boa e instrutiva ideia da rica e interessante natureza da América do Sul e do Brasil em especial, como do homem sul-americano e de sua história. *As nossas coleções neste sentido já não são pequenas e elas tornam-se notáveis pela exatidão da determinação científica.*
>
> [...]
>
> *O que mais me está satisfazendo na atual instalação do museu é a separação das coleções expostas e das coleções de estudo.* As experiências feitas nesse sentido nos grandes museus da Europa e dos Estados Unidos demonstram a inconveniência de cansar o público com a exposição de objetos em demasia.
>
> [...]
>
> Há muitas pessoas que julgam acabado o serviço do museu depois de inaugurado e aberto ao público. Julgo portanto bom

> expor em poucas palavras o nosso programa. Não posso fazê-lo sem referir-me a um fato que sinto:
>
> *Não temos até hoje universidade alguma no país, nem ao menos uma academia ou escola de ciências naturais*. Nessas condições, não é difícil explicar o estado de atraso em que até hoje acha-se o estudo das ciências naturais no Brasil.
>
> [...]
>
> Os viajantes estrangeiros, que fizeram coleções no Brasil, não se importaram com os nomes indígenas. O que nós precisamos é fazer a classificação científica e conhecer os nomes vulgares, conhecer a distribuição geográfica, o modo de viver das diversas espécies e sua importância sob o ponto de vista econômico. Nesse sentido, muito, para não dizer tudo, está por fazer ainda. As nossas coleções, nesse sentido, já estão bem estudadas [...].
>
> Não posso deixar de mencionar que, além do estado de São Paulo, um outro dos mais prósperos do país criou um museu com pessoal científico e sobre bases mais amplas do que este; refiro-me ao Museu do Pará, criado por iniciativa do benemérito governador dr. Lauro Sodré e confiado à direção competente do meu amigo dr. Göeldi. (Ihering, 1895, p. 19-24; grifos nossos)

A resposta de Lacerda viria no volume IX dos *Arquivos do Museu Nacional*, revidando a agressão que estaria por trás da omissão:

> Um ponto de mira teve o dr. Von Ihering, quando, para altear o nível científico do seu museu, procurou iludir a opinião dos ignorantes sobre o valor do museu do Rio de Janeiro, que ele julga indigno de equiparar-se ao Museu Paulista e ao do Pará, "únicos no Brasil organizados sobre bases científicas com pessoal competente".
>
> [...]
>
> *Eu quisera, porém, que o digno diretor do Museu Paulista me dissesse o que entende por museu organizado sobre bases científicas, como afirma ser o seu; e pretende que não seja o museu do Rio de Janeiro.* S.S. não foi claro, ou não quer explicar-se a esse respeito. Permita,

> entretanto, que lhe pergunte – *um museu em que numerosas coleções estão distribuídas por seções de conformidade com as regras adotadas pela ciência; em que existem espécimes classificados metodicamente; em que existem oficinas de taxidermia e de montagem; em que há um horto botânico e um rico hervário, como não existe outro no Brasil; que possui uma biblioteca em que se encontram raridades e as publicações mais recentes sobre todos os ramos de ciências naturais; que tem laboratórios bem montados, providos de aparelhos e instrumentos mais modernos; que publica uma revista com trabalhos originais e de investigação – é ou não um museu organizado sobre bases científicas?* Se responde pela afirmativa, há de convir que o museu do Rio de Janeiro é organizado sobre bases científicas; se pela negativa, pedir-lhe-ei o favor de dar as razões de sua negação. (Lacerda, 1896, p. XIX-XX; grifos nossos)

O artigo de Lacerda continua respondendo às críticas implícitas de Von Ihering a seus trabalhos científicos na área do que, então, chamavam de fisiologia experimental.

Claro está que sempre se poderia levantar a hipótese de que a inauguração do Museu Paulista (e a do Museu Göeldi) marcou realmente a constituição de um *campo das ciências naturais*, e que o discurso de Von Ihering, ao suprimir o Museu Nacional, visava – como a estratégia de um recém-chegado – discriminar as regras do jogo que pretendia estabelecer. Para se aferir a justiça das contestações de Lacerda e (ainda que pelo silêncio) da posição de Von Ihering quanto ao caráter científico do Museu Paulista – que residiria na separação entre coleções de exposição e coleções de estudo – seria necessário um esforço de pesquisa em si.

Porém, a discussão deixa entrever alguns dados que merecem ser salientados. Em primeiro lugar, destaque-se o modelo do *museu de história natural* apresentado na discussão, como forma de organização institucional, e a importância que as *coleções científicas* têm nesse momento para os estudos de história natural.

Era uma discussão da época, sobretudo dos campos da etnografia, etnologia e antropologia, a importância da constituição de coleções etnográficas

comparáveis em sua qualidade e forma de sistematização às constituídas pelos viajantes europeus; e mais, a busca de uma legislação que impedisse ou ao menos controlasse a saída desses objetos do país. Assim, na ata da 365ª sessão da Congregação do Museu Nacional, realizada em 27 de agosto de 1907, lê-se que Domingos Sérgio de Carvalho propunha que o museu pedisse ao Congresso Nacional a *regulamentação tanto da saída das coleções científicas do país, bem como a do serviço de catequese dos índios* (Brasil, 1904-1911, p. 53; grifo nosso). A informação é importante; a associação das temáticas, bastante clara e, para minha explicação, vital.

Retomarei mais adiante a questão referente à "catequese dos índios" e a posição de Carvalho nesse campo de disputas. Por ora, vale destacar que a data da discussão no Museu Nacional (1907) invalida em muito a explicação de Stauffer, que faz emergir esse tipo de preocupação das denúncias de Fric e do "debate" com Von Ihering, em 1908 (Souza Lima, 1985, capítulo 3). Seria essa preocupação que geraria mais tarde, em 1933, a criação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas, órgão que passou a fiscalizar tal tipo de empreendimento e que estaria ainda mais vivo e ativo durante o Estado Novo.[14]

Em segundo lugar, pode-se notar que os modelos de instituição e da prática científica nesse momento são os museus europeus e sua forma de atividade. Nesse sentido, cabe ressaltar que a formação de Von Ihering, dentro dos melhores padrões europeus, o investia de um capital científico considerável, habilitando-o à pretensão de legislar acerca da prática do etnógrafo (do especialista em história natural, em geral) e da própria formação de profissionais dessa área.[15]

Em terceiro lugar, se isso não for realizar uma inferência sem fundamentos, penso que a discussão sinaliza também no sentido da produção de uma "ciência nacional". O que se queria era constituir um saber a um tempo nacional e nacionalista.

---

[14] Alguns dados sobre a atuação do conselho estão em Castro Faria (1983, p. 230). Sobre isso, ver também Pacheco de Oliveira (1988). Sobre Curt Nimuendaju e a importância das coleções científicas, ver Castro Faria (1981) e Soares (1980).

[15] Cf. Souza Lima (1985, capítulo 3).

Creio que esses três pontos ressurgirão, de alguma forma, na própria discussão indigenista.

De qualquer maneira, no momento do ataque de Sílvio de Almeida, verdadeiro deflagrador do debate, Von Ihering havia editado mais seis números da *Revista do Museu Paulista* (1897, 1898, 1900, 1902, 1905 e 1908).[16] Editaria ainda os de 1911 e 1914, produzindo trabalhos variados (artigos e memórias) sobre malacologia, paleontologia, ornitologia, ofidiologia, etnografia, carcinologia, ictiologia, entomologia, biologia aplicada, botânica, ecologia, etc., cabendo notar que essas discriminações de hoje se reinscreviam sob o paradigma da história natural.

Dentre os periódicos nacionais dos quais participou, cito, por estarem envolvidos na temática que abordo, a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo* e *A Lavoura* (boletim da Sociedade Nacional de Agricultura). Publicou também artigos sobre moluscos nas *Publicações da Comissão Rondon*, o que demonstra que todo esse "debate" não o desqualificava como participante do circuito de pesquisadores a ela articulados. Era já, portanto, a essa época, um cientista consagrado, cuja legitimidade nesse campo era fartamente reconhecida por todos; além disso, a instituição que dirigia recebia também sinais de reconhecimento, tal como o prêmio da Exposição Nacional de 1908 à sua exposição de antropologia.

Da mesma forma, na medida dessa consagração, parece que crescem as disputas: refiro-me à acusação de Von Ihering de que um dos membros da Congregação do Museu Nacional – que Stauffer diz ter sido Domingos Sérgio de Carvalho[17] – teria tentado impedir a premiação do Museu Paulista (Ihering, 1911, p. 115-116).

Não me interessa aqui fornecer uma biografia completa de Von Ihering, mas apenas os dados que permitam entender sua forma específica de participação na disputa indigenista, qual seja, como cientista e, mais especificamente, como etnógrafo. Será essa identidade – a de cientista – e esse tipo de legitimidade que ele invocará para participar da luta, notadamente

[16] Cf. Souza Lima (1985, capítulo 3).

[17] Cf. Souza Lima (1985, capítulo 3).

nos textos em que se propõe a responder aos ataques formulados sobre o famoso "parágrafo do extermínio":

> Parece que o sr. dr. Sílvio de Almeida não gostou da minha opinião a respeito desses indígenas, mas *julgo poder sustentá-la neste assunto do qual me ocupo, mais do que o distinto filólogo, pois à nossa etnografia tenho dedicado durante quase trinta anos a minha atenção tanto neste estado, como no Rio Grande do Sul*.
>
> [...]
>
> Pouco valor ligo a divagações filantrópicas, e o ilustre dr. Sílvio de Almeida com as mesmas não faz nem boa ciência nem política, onde só se pode contar com condições reais. Se ele, tirando um trecho da minha publicação, me quer pintar como perseguidor dos índios então lhe digo: *veja os meus grupos de indígenas do estado de São Paulo na Exposição Nacional.*
>
> Houve quem me dissesse que lá está a glorificação da vida simples do selvagem do Brasil e, se assim for, as minhas intenções estariam bem patenteadas. (Ihering, 1902, p. 144; grifos nossos)
>
> *Julguei conveniente emitir minha opinião sobre a situação atual destes indígenas e os meios para melhorá-la, mas não é a propaganda destas ideias também aqui expandidas que me preocupa senão unicamente o desejo de aprofundar meus respectivos estudos científicos, e parece-me que poucos são os que têm conhecimento do estado deficiente em que se acha ainda o estudo da etnografia do Brasil meridional*. (Ihering, 1908a, p. 124; grifo nosso)
>
> Por ocasião da última Exposição Universal de S. Luiz, fui convidado a escrever um pequeno estudo sobre os indígenas do estado de São Paulo. Escrevi uma memória em inglês, e dela veio à luz, mais tarde, segunda edição e tradução portuguesa. *Visei aí tão somente o aspecto científico da questão, mencionando, entretanto, as relações entre indígenas e imigrados e o extermínio dos elementos em guerra com os sertanejos.*
>
> [...]
>
> *Falo dos missionários como historiador imparcial e sistemático*, e nenhuma preferência lisonjeira proferiram meus lábios que não

> fosse a expressão de minha consciência, que não fosse um grande dever de justiça.
>
> *Ao encerrar esta discussão, resta-me asseverar ter-me envolvido nela muito contra a minha vontade, uma vez que o assunto só me preocupa cientificamente.*
>
> [...]
>
> Relativamente a esse assunto não há porventura pessoa alguma com mais experiência do que eu, *mas as questões aqui estudadas ultrapassam em parte a minha competência. Trata-se de assunto de caráter administrativo-social, nos quais evidentemente as questões divergem. Não sou propagandista, como aliás o sou relativamente à conservação das nossas matas e à nossa flora e fauna.* Não pretendo por tais razões tomar parte na discussão pública, porventura suscitada pelo presente estudo. O *único escopo meu foi fornecer elementos de estudo aos homens de Estado e às pessoas cultas desejosas de informações*. Não recomendei e não quero recomendar o extermínio dos índios; mas protesto contra a anarquia reinante em tudo quanto respeita aos índios bravios, como elemento da população do Brasil. A continuação do presente estado de coisas é uma vergonha para um país civilizado. *Oxalá os meus escritos pudessem solver o problema ao qual o presente artigo foi por mim consagrado e dedicado*. (Ihering, 1908b, p. 138; grifos nossos)

De acordo, portanto, com sua posição no campo científico e com a posição da instituição que dirige – um museu pertencente a um estado (mesmo que já, sem dúvida, a mais poderosa unidade da união), e não ao governo federal, e que, hipoteticamente, poderia se dizer, apresenta um peso funcional menor que o do Museu Nacional –, Von Ihering representa o etnógrafo que procura intervir enquanto tal, mas fornecendo subsídios que, frisa, devem ser tomados como científicos. Hermann von Ihering foi um dos autores a formular um *projeto indigenista*.[18]

[18] Cf. Cano (1983). Por essa expressão, designo um plano mais ou menos elaborado conforme o caso (mas que nesse momento, em geral, bastante elementar) que vise a propor uma dada forma de controle do relacionamento entre povos indígenas e brancos no Brasil.

O Museu Nacional e sua participação na disputa: a aliança com a Comissão Rondon e seus proventos

Muito diferente seria a tomada de posição do Museu Nacional. Embora o texto tenha sido escrito por Domingos Sérgio de Carvalho, um membro bastante específico da instituição, ele é assinado por todos os membros da Congregação. Isso autoriza a considerá-lo como produto da posição da agência.

Criado por decreto imperial de 6 de junho de 1818, o Museu Nacional,[19] nas décadas finais do período imperial, estava "subordinado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, juntamente com o Corpo de Bombeiros, Correios, Estrada de Ferro d. Pedro II, Hospedaria de Imigrantes, Terras e Colonizações, e outras repartições do gênero" (Castro Faria, 1993, p. 73).

Castro Faria mostra como na discussão sobre a criação de uma universidade, a partir de 1881, com o projeto Homem de Melo, o Museu Nacional seria uma peça significativa do debate. No principal projeto de reforma do ensino, apresentado por Rui Barbosa, em 1882, propunha-se que o museu passasse a figurar nos quadros do Ministério do Império, ao qual se achavam "subordinadas a Academia Imperial de Medicina e de Belas Artes, o Arquivo Público, a Biblioteca Nacional, a Escola Politécnica, a Escola de Minas de Ouro Preto, as Faculdades de Direito (Recife e São Paulo), as Faculdades de Medicina (Bahia e Rio de Janeiro), o Observatório Nacional" (Castro Faria, 1993, p. 72-73).

A ideia de Rui Barbosa era a de que as coleções do museu deveriam constituir patrimônio comum para o ensino superior, secundário e primário. Além do que um curso superior de ciências naturais, que se encontraria, em termos lógicos, mais bem situado no Ministério do Império, achava-se como que naturalmente encaixado dentro das atribuições do Museu

---

Em Souza Lima (1987), apontei os itens principais que todo projeto indigenista visava solucionar, bem como os conflitos entre as soluções propostas, isto é, os objetos de disputa naquele momento.

[19] Sobre a situação da etnografia no Museu Nacional, ver a nota 12.

Nacional. Barbosa propunha, então, a criação de um curso de bacharelado em ciências físicas e naturais.

O projeto de Rui Barbosa confrontar-se-ia, no entanto, com o projeto de reforma do ensino proposto pelo deputado maranhense Almeida de Oliveira, que considerava o ensino de ciências naturais como atribuição da Escola Politécnica, e a investigação científica como tarefa do Museu Nacional. As coisas permaneceram como estavam antes do debate.[20]

Se o museu era tido, então, como uma instituição de produção cultural, isso não autoriza pensá-lo como voltado para demandas puramente científicas. *Ao contrário, a posição da agência dentro do Ministério da Agricultura imperial indica, justamente, o caráter altamente aplicado que lhe era destinado, ao menos nos planos políticos da época.*

É, assim, que encontraremos no volume VIII (de 1892) dos *Arquivos do Museu Nacional* um artigo de Emílio Göeldi, intitulado "Relatório sobre a moléstia do cafeeiro no estado do Rio de Janeiro, pelo dr. [...]", ao final do qual se encontra a explicação do motivo que suscitou o trabalho.

Trata-se de uma carta de Ladislau Neto, diretor do Museu Nacional, de 20 de junho de 1886, apresentando a Göeldi a questão da doença do café, cuja solução lhe fora incumbida pelo aviso do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de 2 de junho de 1886. Dentre os diversos nomes de elementos com quem discutiu o texto, primeiramente apresentado em alemão a especialistas estrangeiros, numa versão abreviada, encontra-se o de Hermann von Ihering. Há apenas um nome brasileiro – à parte os de funcionários de estradas de ferro e hospedeiros – a que agradece: o do engenheiro bacharel Hermillo Bourguy Macedo de Mendonça.

Com o advento da República, o Ministério da Agricultura seria extinto, e criado o Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. O Museu Nacional passaria a fazer parte do Ministério da Justiça e Negócios Interiores – por poucos anos, no entanto, já que em 1909, com a implementação do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, ele passaria a essa pasta.

---

[20] Cabe ressaltar que os positivistas do Apostolado eram radicalmente contra a própria ideia de universidade. A ciência seria universal em si e deveria ser produzida pelos povos que houvessem atingido, dentro da lógica evolutiva positivista, as condições para tanto. Cf. Castro Faria (1993).

Em verdade, desde a criação do órgão pelo decreto nº 1.606, de 29 de dezembro de 1906, o museu já se achava designado para fazer parte dele.

Abaixo falarei da criação do ministério em si. Por ora, é necessário destacar, apenas, que o museu passaria a integrar um órgão que também compreendia outras seções responsáveis por imigração e colonização, ensino agrícola, escolas veterinárias, postos zootécnicos, registro de animais, estatística da produção agrícola, legislação rural e agrícola, registro de terras, serviço geológico, regime de pesos e medidas, etc.

No relatório da primeira gestão da pasta da Agricultura (*Relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 1910*), o mesmo em que aparece o material referente à criação do SPILTN, o museu situava-se na parte afeta à agricultura e indústria animal. Sobre ele se diria:

> Dispondo de grande material de estudo, possuindo coleções de história natural, das mais ricas que se encontram em seus congêneres, seria preciso aproveitá-las em benefício do ensino dessa disciplina, que, incontestavelmente, tem declinado entre nós, e no sentido das experimentações aplicáveis aos diversos ramos da atividade agrícola.
>
> Sem perturbar a orientação anterior, relativamente à ciência especulativa, cumpria, em verdade, ao museu intervir mais diretamente no desenvolvimento econômico do país, oferecendo seu material de estudo, seus gabinetes e laboratórios a todos que quisessem, por si mesmos, entregar-se a qualquer dos ramos da história natural. (Brasil, 1910, p. 31)

A proposta quanto à instituição era clara: que ela se tornasse um centro de excelência e pesquisa para conhecimentos, sobretudo, aplicados. Há, ainda, referências: aos cortes no orçamento do museu, feitos em 1901 em função das dificuldades financeiras do Estado e da necessidade de reabilitar as verbas necessárias ao funcionamento da instituição; a mudanças de pessoal; a estudos realizados pelos seus membros sobre pragas; a espécies vegetais; e também ao estado do prédio do Museu Nacional.

O museu achava-se, dessa forma, destinado não apenas a produzir um saber diretamente aplicado à ação política, mas a respaldar a ação do

Estado de forma bastante ampla, ao produzir discursos científicos – no sentido da época – que validassem as práticas oficialmente implementadas. Em contrapartida, a instituição poderia auferir os lucros econômicos, políticos e simbólicos necessários à busca de uma autonomia relativa, isto é, ao estudo de questões que, já então, fossem concernentes às problemáticas especificamente científicas.

Não quero com isso afirmar que essa fosse uma estratégia consciente de manutenção de seu poder no campo científico. Por outro lado, parece-me que ela é uma interpretação válida para a posição do Museu Nacional, sobretudo quanto à sua participação no jogo indigenista.[21]

Não seria à toa, portanto, que Rodolpho Miranda, então ministro da Agricultura, declararia sua intenção de implementar um serviço de "catequese leiga" e localização de trabalhadores nacionais, em 1910, quando de sua visita ao Museu Nacional: aquele era o órgão do ministério que poderia tornar legítima a utilização do trabalho indígena e fornecer os detalhes necessários para tal.[22]

Um trecho de uma matéria de Alípio de Miranda Ribeiro, publicada na revista *Kosmos* (n. 9, 1908), mostra como a questão da subsistência do museu como instituição, sua eficácia naquela que se afigurava como a tarefa a ele destinada, se colocava, ao menos para uma posição interna à instituição:[23]

---

[21] Isso não significa dizer que o museu em si não possa ser pensado como um campo de disputas, onde diversas posições participavam de lutas específicas à instituição. Em diversos momentos, como no das cartas de Alípio de Miranda Ribeiro a *O País*, em novembro de 1914 – cf. Ribeiro (1916, p. 42) –, ou no das dissenções também publicadas em jornal na década de 1940, sob a administração de Heloísa Alberto Torres, ou mesmo na conferência de Castro Faria, em 1982 (Castro Faria, 1993), podem-se entrever certas zonas de conflito, guardadas, claro, as especificidade desses momentos históricos.

[22] Cf. Souza Lima (1985, capítulo 3).

[23] Alípio de Miranda Ribeiro era assistente da Seção de Zoologia do Museu Nacional, tendo sido o primeiro de seus membros a participar de uma excursão da Comissão Rondon, no período de 1908 a 1910. Foi, sem dúvida, um dos elementos mais ligados à comissão, como se pode depreender das conferências sobre a relação desse grupo com o Museu Nacional, realizadas em 1916, por sugestão de Edgard Roquette-Pinto. É interessante que, nelas, Miranda Ribeiro invoca o exemplo da comissão para sugerir alterações quanto à estruturação do Museu Nacional, o que faz entrever os conflitos internos em que essa instituição se envolvia e os objetivos em jogo. Por outro lado, vale frisar que essas conferências tinham objetivos claramente encomiásticos.

> [...] uma vez que possuímos museus, é para esses que deve convergir todo auxílio dos poderes públicos, a par de uma fiscalização mais severa dos respectivos serviços com as verbas de que são dotados, torna-se impossível exigir-se deles um bom serviço de exploração, e é a tais estabelecimentos que incumbe eliminar os dísticos de – Desconhecido – do mapa da República.
>
> Com o pouco que possuem, o que eles têm feito é bem pálido em relação ao que devem produzir. E parece que mesmo esse parco trabalho que aparece é fruto de sacrifícios que pesam somente sobre o desventurado que se arrojou a executá-lo.
>
> Os museus são outras tantas bibliotecas onde, em vez de palavras e estampas, são encontrados os fatos e as suas provas; e se as bibliotecas propriamente ditas são importantes porque encerram os livros que, disseminando o saber, são a base de todo o processo, essas bibliotecas concretas não o são menos, por encerrarem a expressão exata da natureza ou as lições materiais do próprio ser humano. (Ribeiro, A., 1916, p. 42)

Nessa mesma série de conferências (na segunda, especificamente), A. Ribeiro ressaltaria alguns dados interessantes, como, por exemplo, o número de exemplares da coleção da Seção de Antropologia – para tomar somente essa –, que, de 11.185, passou a 14.565, graças ao acréscimo de 3.380 peças devidas à Comissão Rondon. Esse, parece, seria o lucro obtido pela instituição, cuja ligação com a comissão era preexistente ao "debate de criação" do SPILTN e se prolongaria para depois dele.

Assim, não seria à toa que Cândido Rondon enviaria um telegrama de apoio ao Museu Nacional quando este publica o seu "Protesto" (Brasil, 1908). O texto escrito por Domingos Sérgio de Carvalho e fruto de uma proposta dele mesmo à Congregação do Museu Nacional é tão somente "um ataque a Hermann von Ihering" (Brasil, 1904-1911, fl. 75). Trata-se de um posicionamento que poderíamos chamar de "indigenista" – mais de caráter político do que intelectual, portanto. Penso que vale transcrevê-lo aqui:

> A Congregação do Museu Nacional sente-se obrigada a levantar protesto formal contra os conceitos expendidos pelo diretor do

> Museu de São Paulo, a propósito dos indígenas do Brasil, em artigo inserto no 7º volume da revista daquele estabelecimento, e o faz com a repulsa que lhe desperta a ideia que nele se sugere de votar-se ao extermínio milhares de seres humanos, filhos genuínos deste país.
>
> *Não se detém a Congregação em formular objeções, opor controvérsia a princípios de doutrina que lhe não carecem acordes com a verdade científica, porque a quaisquer lacunas que lhe coubesse apontar sobreleva o dever humanitário de exprimir sua condenação ao desvario com que se procura sancionar a crueldade que, de há muito, se exerce contra os indígenas brasileiros, e levá-la ao extremo de um morticínio impiedoso, praticado em nome da Lei e dos interesses nacionais.*
>
> [...]
>
> A geração atual tem a responsabilidade da mesma culpa. *Os amplos favores da lei amparam o imigrante e olvidam o mísero indígena, em geral inteligente, industrioso, com grande capacidade de trabalho, quando lhe cabe direção competente e desvelada*; e agora que o diretor de um estabelecimento científico nacional, servindo-se do prestígio da instituição que representa, procura acoroçoar tais violências, por dilatar os domínios da colonização, cumpre à Congregação do Museu Nacional firmar o presente protesto, certa, entretanto, de que os poderes públicos não permitirão a vitória dessa ideia criminosa. (Brasil, 1908; grifos nossos)

Perceba-se que: 1) a autoria do texto não pretende falar do ponto de vista científico, mas, como cientistas, falar de um ponto de vista humanitário; 2) o texto também firma posição ao opor indígena a imigrante, e ao mencionar o caráter de elemento econômico do índio, se submetido à adequada condução.

Como já se mencionou anteriormente, seu redator, Domingos Sérgio de Carvalho, requer uma atenção especial. Mesmo que não tomemos em conta as declarações de Paulo Carneiro (que citam as afirmativas de Stauffer quanto ao papel de Carvalho e do pai de Carneiro, Mário Barboza Carneiro, na constituição do SPILTN), ainda assim as relações institucionais de Sérgio de Carvalho merecem ser recapituladas.

O engenheiro agrônomo Domingos Sérgio de Carvalho, além de professor da 4ª Seção do Museu Nacional desde 1897 (Arquivos do Museu Nacional, 1899), fora também um dos membros fundadores do Instituto de Proteção aos Índios, em 1903. Antes disso, no entanto, em 1899, ele fazia parte da Comissão de Redação de *A Lavoura*, periódico da Sociedade Nacional de Agricultura, entidade que integrava desde sua fundação (A Lavoura, 1899). No ano de 1901, ele figuraria como secretário-geral da referida sociedade (A Lavoura, 1901).[24] Vale destacar que, dentre os colaboradores da revista (listados para o referido número), acham-se citados Luiz Pereira Barreto, Hermann von Ihering, Alípio de Miranda Ribeiro e Antonio Carlos Simoens da Silva.[25] Este último seria apresentado por Domingos Sérgio de Carvalho à 111ª Sessão da Diretoria da Sociedade, em 20 de fevereiro de 1901, como sócio honorário, sendo, obviamente, aceito. Silva foi um dos formuladores de um projeto indigenista (Souza Lima, 1987). Por fim, a outra referência de que se dispõe é a de que Carvalho seria, com a implementação do Maic, chamado a ser consultor técnico do ministério. Achava-se, portanto, ligado a algumas das agências do campo político que comporiam a posição dominante quanto ao indigenismo, tendo sido um dos facilitadores da articulação de redes que convergiram na criação do SPI sob a direção de Cândido Rondon.[26] Como referi anteriormente, em 1907, Carvalho já

[24] Acha-se na ata da reunião de 13 de abril de 1898 (A Lavoura, 1898) que, por aviso do ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, a Imprensa Nacional ficava autorizada a fazer a publicação desse periódico. É interessante que esse número da revista refira uma tiragem de 5 mil exemplares, o que, para a sua natureza, e para a época, pode ser considerada elevada.

[25] Os dois continuariam a figurar como colaboradores em 1906 e 1907. Sobre todos eles, ver Souza Lima (1985, 1987).

[26] No relatório do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio de 1910, há uma seção intitulada "Serviço de Consulta", em que se diz que "os encargos afetos às diretorias-gerais da Secretaria de Estado adquiriram o desenvolvimento progressivo dos serviços consequentes às novas organizações tão grande extensão e complexidade que se tornou indispensável não sobrecarregá-la com outras atribuições, como as de natureza jurídica e técnica. Em consequência desse fato, de que poderia resultar perturbação constante nas referidas diretorias, foi criado pelo decreto nº 7.839, de 27 de janeiro de 1910, um Serviço de Consulta, a cargo de um consultor-jurídico, um consultor-técnico e um auxiliar-técnico, que, no desempenho das respectivas funções, atestaram o acerto do governo na referida

propunha que a Congregação do Museu Nacional demandasse a organização do "serviço de catequese de índios".

Esse período ficaria marcado, ao menos, para aqueles que, dentro do Museu Nacional, compartilhavam dessa posição, percebendo de certa maneira o papel mais global da agência. Assim, Ribeiro, em conferências que homenageavam a Comissão Rondon em função das oportunidades oferecidas ao Museu Nacional, diria mais tarde:

> Foi sob o governo do dr. Nilo Peçanha que o funcionalismo do museu se viu recompensado de modo equitativo e justo em face dos seus deveres; e não há funcionário, daqui e dessa época, que não lhe seja grato por essa medida de justiça. Seria também ingratidão deixar de mencionar os esforços do ministro Rodolpho Miranda nesse sentido e *a influência do professor Sérgio de Carvalho, graças a quem o museu passou para o Ministério* da *Agricultura*. (Ribeiro, A., 1916, p. 44; grifo nosso)

Da mesma forma, não pouparia, ao final da terceira conferência, os encômios a Cândido Rondon, relacionando-o diretamente à instituição:

> [...] a Comissão Rondon, no que toca a todos os serviços das ciências naturais, fez mais do que o museu; e se entrarmos na apreciação econômica, então, a diferença é estupenda.
>
> [...]
>
> O coronel fez tudo quanto esta casa tem por fim fazer: coligiu material, estudou-o, publicando o resultado desses estudos por meio de seus relatórios, e até produziu as conferências – agora tão em moda e coisa que o dr. Lacerda nunca conseguiu, não obstante pedi-las todos os dias.
>
> [...]

organização". Sobre o papel de Domingos Sergio de Carvalho nesse trabalho de articulação de redes e de institucionalização do SPI, ver Souza Lima (1987, 1995).

> Rondon não é só o homem bom e puro votado ao bem da pátria e que se elevou no conceito dos homens de ciência pela maneira sábia com que se desdobrou os seus serviços científicos; Rondon é uma bandeira. (Ribeiro, A., 1916, p. 59-60)

Assim, Alípio de Miranda Ribeiro evidenciava o "descaso" dos governos para com a instituição, tornava o período de Nilo Peçanha e a atuação de Miranda determinantes e acabava por glorificar o "exemplo" de Rondon para aquela casa, destacando Sérgio de Carvalho. Se o vínculo, portanto, estava anteriormente dado, ele foi, no entanto, paulatinamente aprofundado e formalizado.

Destarte, Edgard Roquette-Pinto propôs, em 30 de novembro de 1909, à Congregação do Museu Nacional que fosse dado a Cândido Rondon o título de membro correspondente da instituição por "serviços prestados à pátria, à ciência e à humanidade" (Brasil, 1904-1911, fl. 98-2). Em seguida, o mesmo Roquette-Pinto assinalaria, em 29 de janeiro de 1910, a necessidade de o museu destacar uma comissão para receber Cândido Rondon, cuja chegada ao Rio de Janeiro se daria em 6 de fevereiro de 1910, com uma recepção promovida pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Essa comissão deveria, ainda, avisar Rondon do título que lhe seria entregue (fl. 102-2).

Após o anúncio de Miranda de sua intenção de estabelecer o SPILTN, Roquette-Pinto propôs, em 23 de fevereiro de 1910, também em reunião da Congregação, uma moção de apoio a essa iniciativa, e louvou, ainda, as boas sugestões que aquele colegiado vinha dando sobre "questões pouco depois reconhecidas de grande utilidade" (Brasil, 1904-1911, fl. 105), referindo-se evidentemente ao protesto da Congregação. A moção diria o seguinte:

> Para sistematizar a civilização desses brasileiros (os índios), o processo rigorosamente científico é mesmo esse (posse de terras e direito à liberdade espiritual e cultural), permitindo que a evolução de cada um se faça livremente. Nem se deve esperar que ao benefício indireto, assim proporcionado a essa gente, caiba uma compensação material qualquer. (Maic, 1910, p. 7)

É interessante notar que a moção não enfatiza, como o protesto, as possibilidades do trabalho indígena, talvez de acordo com as opiniões *científicas* de membros da instituição, e com os diferentes autores dos dois textos, apesar dos termos de inspiração positivista. Segundo Castro Faria (1993), durante a Exposição Antropológica Brasileira, de 1882, além de expostos objetos de índios, alguns índios foram, eles mesmos, expostos. Além disso, foram submetidos a diversas experiências científicas, por João Baptista de Lacerda, que pretendia "provar cientificamente preconceitos e representações então vigentes" (Castro Faria, 1993, p. 69).

Lacerda afirma, em artigo anteriormente publicado na *Revista da Exposição Antropológica*, que, a despeito da concordância dos cronistas quanto à grande força muscular dos indígenas, a verificação experimental, nos termos da época, não comprovava tal tendência:

> Portanto, segundo todos os antigos estereótipos, "nosso indígena", mesmo civilizado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que indivíduos de outras raças, especialmente da raça negra. Assim, pensa ele [Lacerda], "reduzido o problema fisiológico a esses termos, fácil é compreender-se o seu alcance no aproveitamento das forças indígenas do país para os árduos trabalhos da lavoura. O índio não poderia substituir o negro como instrumento de trabalho; sua produção seria descontínua, necessitando intervalos maiores de repouso". Embora sem nenhum valor, tais conclusões, enunciadas como verificações experimentais, sem dúvida reforçavam as representações sobre a incapacidade do índio, ou melhor, sobre a sua inutilidade como mão de obra para o desenvolvimento da lavoura, e portanto como obstáculo ao progresso do país. (Lacerda *apud* Castro Faria, 1993, p. 69)[27]

[27] Lacerda foi um dos teóricos do "branqueamento", tese que, ao pressupor a superioridade branca, inferia que a população negra diminuiria, paulatinamente, por fatores diversos (baixa taxa de natalidade, alta taxa de mortalidade, etc.) e que a miscigenação tenderia a contribuir para que (em função tanto da superioridade biológica branca quanto da busca de parceiros brancos), ao fim de um certo tempo (um século, era seu cálculo), se tivesse

Penso que outra citação do mesmo Alípio de Miranda Ribeiro apoia essa interpretação de que o Museu Nacional (ou algumas facções dentro dele) agia no sentido de conseguir um aumento de sua autonomia e de um capital propriamente científico – nos termos da ciência da época, em que o colecionismo e a taxonomia eram dominantes –, sendo esse o cerne de sua aliança com a Comissão Rondon e com uma dada posição no campo político. Já ao término da 3ª conferência, como balanço final, Ribeiro diria:

> Que concluir daí?
>
> I - Que o museu tem se afastado do seu objetivo por efeito de pressões políticas em benefício de parte daqueles seus dirigentes que colocaram seus interesses acima dos do estabelecimento ou dos governos que se prestaram a desvirtuar-lhes os fins ou a guardá-los para o jogo de seus interesses partidários;
>
> II - que os museus são estabelecimentos especiais que exigem funcionários especiais; e assim sendo os governos devem deles excluir quaisquer pretensões político-partidárias, o que de modo algum prejudica o equilíbrio político-partidário geral de qualquer governo, porque, como recíproca, esses funcionários, pela sua natureza e número, não podem cuidar de partidarismo político, devendo sempre ser afastados como prejudiciais todos os que tenham semelhante vício;
>
> III - que nessa isenção é que reside a verdadeira disciplina dos estabelecimentos científicos;
>
> IV - que uma vez rigorosamente observadas essas condições, esses estabelecimentos são os melhores fatores da alta política das nações porque tramam e desenvolvem relações entre os homens de ciência do mundo; em caso contrário, estes, conhecedores do verdadeiro valor dos homens e das coisas, desprezam os governos

uma população "branqueada". Lacerda seria o único brasileiro a apresentar um trabalho, com a defesa dessas posições, no I Congresso Universal de Raças (Londres, 1911). Segundo Skidmore (1976, p. 81-86), ao fim desse trabalho, constavam estatísticas de Edgard Roquette-Pinto, cujos dados (oficiosos) apresentavam um crescimento da população branca, que atingia 50% do total. Sobre Lacerda, ver Castro Faria (1951) e Seyferth (1985).

> que lhes faltam à verdade e boa fé procurando impingir como científico o intuito exclusivamente partidário. (Ribeiro, A., 1916, p. 56)

Se o texto e os problemas são de um momento posterior, parece-me que a solução proposta era a mesma: construir a "autonomia" através da participação tácita, ou da legitimação dos esforços daquela posição que, no âmbito político, fosse favorável a essa autonomização. A garantia da pesquisa estaria no desmembramento dos diversos campos da história natural e sua vinculação aos serviços ditos técnicos que o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio mantinha.[28]

É interessante recordar que Darcy Ribeiro faria, décadas depois, colocações bastante semelhantes às de Miranda Ribeiro no que se refere à desvinculação das agências – para o primeiro, do SPI; para o segundo, do Museu Nacional – dos interesses partidários.[29] Em ambos os casos, "Rondon" (para se tomar a fórmula do mito), ou sua descendência, aparece simultaneamente como símbolo da capacidade de transformar o espaço indigenista em aparelho e como ator (atores, no caso dos herdeiros do capital rondoniano) capaz de implementá-la. Não se trata, pois, de um deslocamento do papel do Estado, mas de disputas entre posições políticas diferentes. O fato é que esse símbolo ("Rondon"), por ambos invocado, foi em parte construído pelo próprio Museu Nacional.

As relações se intensificaram. Em 4 de janeiro de 1911, a Congregação do Museu Nacional reuniu-se, a pedido de Edgard Roquette-Pinto, Hildebrando Teixeira Mendes e Hermillo Bourguy de Mendonça, para leitura de uma

---

[28] Não quero negar, por outro lado, que a situação do Museu Nacional fosse bem mais complexa tanto naquela conjuntura, quanto antes. Um estudo detalhado dessa instituição, cuja forma de subsistência ainda hoje é precária em função do seu próprio anacronismo (Castro Faria, 1993), por um lado, permitiria não só a busca de um novo modelo – tantas vezes planejado – para a agência, mas também a preservação de um acervo documental precioso e de um prédio que, em si, é um monumento que necessita de preservação e cuidados; por outro lado, traria à luz algumas características da formação do campo científico no Brasil, notadamente suas formas de relacionamento com o campo político, que abordagens sociológicas de larga escala com toda certeza são incapazes de atingir. Estas acabam, por vezes, mais por construir do que por destruir fantasmas.

[29] Cf. Souza Lima (1985, capítulo 2, item 2.3).

mensagem ao tenente Nicolau Bueno Horta Barbosa e ao aspirante Tito de Barros, flechados por índios nambikuára quando em trabalhos da Comissão Rondon, felicitando-os pelo seu restabelecimento (Brasil, 1904-1911, fl. 154). Na sessão seguinte, a 413ª (fl. 155 e ss), Alípio de Miranda Ribeiro, ausente na reunião precedente, propôs a inclusão do nome do dr. Santos, médico da comissão, também flechado, o que era desconhecido pela Congregação. A mensagem foi remetida a Cândido Rondon, como chefe da Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas do Mato Grosso ao Amazonas.

As benesses não foram menores: na sessão subsequente (Brasil, 1904-1911, fl. 159 e ss), Roquette-Pinto comunicou à Congregação que "[...] teve ocasião de receber, do coronel Rondon, um convite para se fazer representar em sua comissão, a fim de estudar os índios do estado de Matto Grosso, especialmente os nhambiquaras".

Dessa viagem, realizada pelo próprio Roquette-Pinto, surgiu *Rondônia*, cuja primeira publicação se deu pelos *Arquivos do Museu Nacional*.

Não seria, pois, à toa que, em 1915, encontra-se o seguinte registro:

> O sr. presidente [professor Bruno Lobo] diz que, de acordo com vários professores do museu, consulta a Congregação sobre a necessidade de se prestar uma homenagem ao notável brasileiro coronel Cândido Mariano da Silva Rondon, estabelecendo uma série de conferências científicas sobre o material com que o chefe da Comissão de Linhas Telegráficas de Mato Grosso ao Amazonas dotou o Museu Nacional. (Brasil, 1911-1938, 443ª sessão, p. 43(2))

A partir disso, foi organizado um levantamento de todo o material recebido pelo Museu Nacional da Comissão Rondon (Brasil, 1911-1938, 444ª sessão, p. 4(2)). As conferências, cujo texto já mencionei antes, foram realizadas por Edgard Roquette-Pinto, Alberto José de Sampaio e Alípio de Miranda Ribeiro, em 1916; destas, só as de autoria de Ribeiro seriam posteriormente publicadas pela própria Comissão Rondon (Ribeiro, A., 1916).

Assim, na década de 1920, foi conferido o título de membro honorário do Museu Nacional ao já então general Rondon (Brasil, 1911-1938, 465ª sessão, fl. 92-93). No ano subsequente, ainda não se realizara a entrega do título, já que se lê o seguinte:

> [...] lembra o professor Bruno Lobo a realização de uma sessão solene, a 3 de maio próximo, em que fosse entregue ao general Rondon o título de membro honorário do Museu Nacional, conferido nesta sessão, e inaugurado o seu retrato a óleo na nossa galeria, o que é aprovado. (Brasil, 1911-1938, 466ª sessão, fl. 93-95)

A entrega foi adiada em função de imprevistos da parte do general Cândido Rondon, mas seria posteriormente realizada (Brasil, 1911-1938, 468ª sessão, fl. 96-97).

Por outro lado, uma hipótese que um trabalho mais detalhado sobre a instituição poderia comprovar é a de que o material doado pela Comissão Rondon veio a possibilitar a realização de permutas de objetos com diversas outras agências do campo científico, como atestam inúmeros documentos e listas de material encontrados nos arquivos do Museu Nacional.[30]

Não foi, assim, preocupação do Museu Nacional falar acerca dos destinos dos povos indígenas do Brasil, papel devido ao Maic, através do SPILTN. Não há, portanto, um projeto para os índios do Brasil, mas o endosso e o apoio do plano oficial, consoante sua posição de agência de governo.

Questões finais

A partir do exposto, não é difícil reler a disputa entre o Museu Paulista e o Museu Nacional como fruto da concorrência entre pares intelectuais que,

[30] "Relação do material entregue ao professor dr. Bruno Lobo, director do Museu Nacional com destino ao Museu de La Plata. Artefactos dos índios da Serra do Norte (Nambikuaras) – Colleção Rondon – Excursão Roquette-Pinto – Mato Grosso – 1912" (Museu Nacional, 4 de setembro de 1916); "Oferecimento do Museu Nacional de peças da série 'Comissão Rondon', índios Nambikuaras, ao Museu Paulista" (1918); "Oferecimento do Museu Nacional ao Museu Göeldi de peças (duplicatas) da série oferecida pela Comissão Rondon" (Museu Nacional, 20 de março de 1918); "Relação do material componente da colleção nº 1 entregue ao dr. Bruno Lobo, para permuta com os museus europeus" (Museu Nacional, 16 de agosto de 1918). Dentre as peças, algumas pertencem ao material da Comissão Rondon: "Relação dos artefactos entregues a d. Bertha Lutz, com destino à América do Norte, conforme ordem do sr. director (Museu Nacional, 23 de março de 1922) e "Relação dos objectos enviados em permuta ao Museu Etnográfico de Buenos Ayres, por ordem do sr. director" (Museu Nacional, 16 de setembro de 1922). Em ambas as listas, existem peças nambikuara da coleção Rondon.

naquele momento, não se distinguiam radicalmente de concorrentes políticos: fraca era a autonomia do campo intelectual ante o político.

Não se trata de "resgatar" Von Ihering, mas de perceber que a polêmica interessava aos outros participantes, sobretudo a seus pares: situado num museu em instalação, mas contando claramente com o apoio da elite política local, detentor de um capital científico superior aos dos demais participantes do "debate", Von Ihering estava em condições de fornecer os argumentos científicos a um projeto político para os índios no Brasil. Isso só ampliaria seu espaço como intelectual. Vale lembrar que o estado de São Paulo aliava o poderio econômico ao político e ainda abrigava dentro de seus limites geográficos uma região que poderia ser descrita como de fronteira. No caso, a "fronteira paulista" não era composta por pequenos colonos estrangeiros tão somente, mas refletia já a concentração de capitais nas mãos de uma elite.

Mais ainda, é preciso lembrar, como aponta Castro Faria (1983), que o texto de 1908 é produzido para uma *exposição mundial* – as grandes feiras do mundo capitalista de então –, na qual teria não apenas a função de representar a produção intelectual brasileira, mas também de representar o Brasil para o potencial investidor estrangeiro.[31] Junte-se a isso o peso que o discurso científico detinha na ideologia da época como veiculador da verdade e guia dos procedimentos políticos.

O anátema era, portanto, instrumento de uma disputa não apenas entre projetos intelectuais divergentes, mas também expressão de posições distintas no campo político.

É preciso suplantar a narrativa mitologizante para poder se interrogar acerca das vinculações políticas entre o intelectual e o poder: se Von Ihering passava como o estrangeiro, o iniludível vilão anti-indígena, o ogro da "nacionalidade brasileira", ficam encobertos seus vínculos com o governo paulista. Da mesma forma, o Museu Nacional passou à história tão somente como a academia impoluta pela política, a sinecura distante, imagem bastante conveniente para quem entretinha uma relação tão próxima ao poder central do Estado nacional brasileiro.

---

[31] Cf. Plum (1979).

Os dados expostos aqui colocam elementos importantes para uma discussão que ainda hoje está por ser feita densamente no Brasil: como *socialmente* se constrói o conhecimento do antropólogo sobre os povos indígenas? Quais os vínculos possíveis entre o intelectual e o poder nessa construção? Quais as posições possíveis a partir de tais vínculos e as tomadas de posição que determinam? O não engajamento (ou o engajamento apenas nas esferas acadêmicas) do intelectual nas lutas políticas referentes aos índios seria garantia de neutralidade (e validação de certas temáticas)? Por outro lado, o engajamento indica uma reflexão científica profunda acerca dos objetos de intervenção política?

Se hoje é muito evidente propor uma crítica intelectual e política ao *colecionismo*, tal evidência não recoloca o problema, pois os museus se distinguem de outras agências de produção intelectual, dentre outras coisas, exatamente por serem também *agências de conservação cultural*, por abrigarem acervos de cultura material. É fundamental, para que se esclareça a história da produção intelectual no Brasil, a realização de estudos de caráter sociológico sobre a constituição desses acervos: essa é também a história das relações sociais que tornaram tais instituições possíveis, bem como possível o saber que produziram.[32]

Não basta identificar o *colecionismo*, ou simplesmente se abstrair de suas implicações políticas e praticá-lo. Não basta tampouco tomar os estudos de cultura material como secundários dentro da hierarquia de objetos científicos legítimos e deixá-los de lado. Penso que, se são secundários para a antropologia social no Brasil de hoje, talvez não o sejam para os próprios índios. A demanda indígena contemporânea por centros de memória e por acesso a coleções e "pontos de cultura" está aí para nos mostrar que a cultura material nesse registro (novo) é de suma importância para os povos indígenas. A situação em si mereceria um estudo cuidadoso.

É ainda fundamental não esquecer que um museu tem, como aponta Castro Faria (1983), uma dimensão de espetáculo para o grande público, agindo como vulgarizador da produção científica, logo como fonte para a geração de representações e formulação de ideologias. Esse papel é pouco

[32] Cf. Soares (1980).

estudado e pouco conhecido no caso brasileiro e sobre ele Mauss (1970) nos chama a atenção: os museus, sendo um dos "espelhos" de uma nação, guardam sem dúvida algumas das chaves dos mecanismos de reprodução social em sociedades organizadas sob a forma de Estados nacionais. Desvendar tais relações é desvendar também a história de discursos e práticas aparentemente distanciadas da produção erudita, mas que reencontram nela suas matrizes de significação, ou que com ela entretêm vínculos fundamentais.

O estudo dos museus de história natural, em particular dos *museus nacionais*, constitui-se, assim, em objeto privilegiado para o pesquisador da história das ciências – em especial da antropologia –, que não deve temer se afastar dos ditames que lhe impõe a tradição (esse objeto sempre tão recente, porque eternamente reescrito à luz do momento presente) e percorrer caminhos pouco explorados, algo nebulosos, conducentes, antes que aos reinos do saber, àqueles do poder. É sempre bom lembrar que uma pesquisa do gênero talvez seja a condição primeira de nos assenhorearmos dos nossos instrumentos mais elementares de trabalho.

Referências

A Lavoura. Rio de Janeiro, n. 8, 1898.

A Lavoura. Rio de Janeiro, 2. série, n. 7, out. 1899.

A Lavoura. Rio de Janeiro, suplemento, jan-dez. 1901.

Arquivos do Museu Nacional. Rio de Janeiro, n. X, 1899.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores; Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional. *Registro das atas das sessões da Congregação*, 1904-1911. Manuscrito.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Museu Nacional. Congregação do Museu Nacional, 1908. Protesto formulado pela Congregação do Museu Nacional contra a ideia de extermínio dos indígenas brasileiros. *Arquivos do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. XV, 1908.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. *Relatório apresentado ao presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo ministro de Estado da Agricultura, Indústria e Comércio, Radolpho Nogueira da Rocha Miranda, no ano de 1910.* Rio de Janeiro: Oficina da Diretoria Geral de Estatística, 1910. 2 v.

BRASIL. Museu Nacional, *Registro das Atas da Congregação (1911-1938)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1911-1938.

CANO, Wilson. Desequilíbrios regionais no desenvolvimento econômico brasileiro: alguns pontos controversos. *In*: BELLUZO, Luiz G.; COUTINHO, Renata (org.). *A economia brasileira em questão*. São Paulo: Brasiliense, 1983. v. 2.

CASTRO FARIA, Luiz de. Lacerda e a pesquisa antropológica no Brasil. *In*: MUSEU NACIONAL. João Baptista de Lacerda – comemoração do centenário de Nascimento. *Publicações Avulsas*, Rio de Janeiro, n. 6, 1951.

CASTRO FARIA, Luiz de. Curt Nimuendaju. *In*: IBGE/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLIA. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendaju*. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

CASTRO FARIA, Luiz de. A antropologia no Brasil: depoimento sem compromissos de um militante em recesso. *In*: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de (org.). *Anuário Antropológico 182.* Fortaleza; Rio de Janeiro: Edições UFC; Tempo Brasileiro, 1983. p. 228-250.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Museu Nacional*: o espetáculo e a excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1993.

CORRÊA, Mariza. *Antropólogas e antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

IHERING, Hermann von. História do monumento do Ipiranga e do Museu Paulista. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Diário Oficial, p. 31, 1895.

IHERING, Hermann von. O Museu Paulista em 1899-1900. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Diário Oficial, n. V, 1902.

IHERING, Hermann von. *A ethnologia do Brasil meridional*. São Paulo: Typographia do Diário Oficial, 1906.

IHERING, Hermann von. A anthropologia do estado de São Paulo. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. VII, p. 202-257, 1908a.

IHERING, Hermann von. O futuro dos indígenas de São Paulo. O *Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 out. 1908b.

IHERING, Hermann von. Os índios do Brasil meridional. *Correio Paulistano*, São Paulo, 29 out. 1908c.

IHERING, Hermann von. Extermínio dos indígenas ou dos sertanejos? *Jornal do Commercio*, Manaus, 15 dez. 1908d.

IHERING, Hermann von. A questão dos índios do Brasil. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. VIII, p. 112-140, 1911.

LACERDA, João Baptista de. Ao sr. dr. Von Ihering, director do Museu Paulista. *Revista do Museu Nacional*, Rio de Janeiro, n. I, p. XIX-XXI, 1896. (Arquivos do Museu Nacional, n. IX).

LEAF, Murray. *Uma história da antropologia*. Rio de Janeiro; São Paulo: Zahar; Edusp, 1981.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.

MAIC. *Relatório de 1910*. Rio de Janeiro: Maic, 1910. v. 2.

MAUSS, Marcel. La nation. *In*: MAUSS, Marcel. *Obras*. Barcelona: Barral, 1970. v. 3.

PACHECO DE OLIVEIRA, João Pacheco de. *O nosso governo*: os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo: Marco Zero (MCT/CNPq), 1988.

PLUM, Werner. *Exposições mundiais no século XIX*: espetáculo da transformação sociocultural. Bonn: Friedrich-Ebert-Stiftung, 1979.

POIRIER, Jean. *História da etnologia*. São Paulo: Difel, 1981.

RAMOS, Jair de Souza. *O poder de domar do fraco*: formação de autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional. Niterói: EdUFF, 2006.

RIBEIRO, Alípio de Miranda. *A Comissão Rondon e o Museu Nacional.* Rio de Janeiro: Luiz Macedo & C., 1916. (Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas; publicação 49).

RIBEIRO, Darcy. *A política indigenista brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola; Ministério da Agricultura, 1962.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

SEYFERTH, Giralda. A antropologia e a teoria do branqueamento da raça no Brasil: a tese de João Baptista de Lacerda. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, n. XXX, p. 81-98, 1985.

SKIDMORE, Thomas E. *Preto no branco*: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. (Estudos Brasileiros, v. 9).

SOARES, Mariza de Carvalho. *As coleções etnográficas do Museu Nacional da região dos rios Solimões-Japurá*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1980. Mimeografado.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Aos fetichistas, ordem e progresso*: um estudo do campo indigenista no seu estado de formação. 1985. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. 2 v.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. Sobre indigenismo, autoritarismo e nacionalidade: considerações sobre a constituição do discurso e da prática da proteção fraternal no Brasil. *In*: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.). *Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil*. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora da UFRJ; Marco Zero, 1987.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo*: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1989. Comunicação, n. 13.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos de. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

STAUFFER, David Hall. The origin and establishment of Brazil's Indian Service, 1889-1910. 1955. (PhD. Diss., University of Texas, Austin, 1955).

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, Separata, n. 37, p. 37-95, 1959.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, v. 21, n. 43, p. 165-183, 1960a.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, v. 20, n. 42, p. 435-453, 1960b.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, v. 21, n. 44, p. 427-450, 1960c.

STAUFFER, David Hall. Origem e fundação do Serviço de Proteção aos Índios. *Revista de História*, v. 22, n. 46, p. 413-433, 1961.

TAUNAY, Affonso d'Escragnolle. Hermann von Ihering. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XVIII, n. I, p. 553-566, 1931.

THOMAS, Louis-Vincent. A etnologia, mistificações e desmitificações. *In*: CHATELET, François (org.). *História da filosofia, ideias, doutrinas.* 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 125-192. 8 v., v. 7.

FIGURA 36 – Vitrine de panos da costa, na antiga Sala de Etnografia Regional, com material coletado por Heloisa Alberto Torres.

Foto de Carla Dias.

As *coleções sertanejas* e o patrimônio histórico brasileiro

breve abordagem sobre o museu nacional nos processos de formação de estado e de construção de nações[1]

Carla Costa Dias[2]
Antonio Carlos de Souza Lima[3]

Introdução

Em uma apresentação realizada no seminário "A invenção do patrimônio: continuidade e ruptura na constituição de uma política oficial de preservação no Brasil", posteriormente publicada em livro homônimo, Luiz de Castro Faria procurou localizar a criação de um patrimônio histórico e artístico nacional, colocando-a em contexto e relacionando-a ao surgimento de práticas e conceitos, bem como a outras instituições que estavam (e estão) marcadas pelo signo do nacionalismo. Reportava-se, portanto, a uma dimensão que tem sido pouco abordada nos estudos sobre o *patrimônio*: a dos processos de formação de Estado, em particular do sistema de Estado.[4] Castro Faria distinguiu o que chamou de um *nacionalismo retórico*

---

[1] Originalmente publicado em *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, v. 34, p. 199-221, 2012.

[2] Professora do Departamento de História da Arte da Escola de Belas Artes/UFRJ e ex-coordenadora do Museu D. João VI/UFRJ.

[3] Professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

[4] Ver Castro Faria (1995). Da síntese biográfica contida no *site* da Academia Brasileira de Ciências, consta a seguinte passagem: "Mestre de várias gerações de professores e especialistas no vasto campo da antropologia, o professor Luiz de Castro Faria começou a sua trajetória profissional em 1938, participando, como representante do Museu Nacional (MN) e do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas (CFE), da última grande expedição etnográfica do século XX, a Expedição à Serra do Norte, que foi

daquilo que seria um *nacionalismo como política de Estado*, vendo o primeiro como prévio ao segundo, e desnaturalizando a relação simplista feita entre a Revolução de 1930 e o surgimento de ideias nacionalistas, ou mesmo de políticas governamentais marcadas pelo nacionalismo, vocábulo que deve ser assim percebido como dual e polimórfico. Apoiando-se em sua extensa erudição, mostrou-nos no texto como nos anos anteriores a 1930 havia já uma expressiva produção retórica, com variados matizes nacionalistas. Mais importante ainda, destacou como políticas governamentais de cunho nacionalista estavam já em curso, mencionando a "Campanha da Nacionalização da Pesca", em 1920, a que poderíamos aduzir a política para os povos indígenas.[5]

Pautando-se em referências empíricas para desfazer-se do corte ilusório de 1930 como marco para uma total reestruturação do Brasil, Castro Faria apontava o quanto essa data apenas retificava a biografia de Getúlio Vargas como "biografia da nação". Foi a instalação do regime ditatorial, em 1937,

---

chefiada por Claude Lévi-Strauss. Desde 1936, era 'praticante gratuito' do MN e finalizava também o curso sobre museus, em que ministrou seus primeiros seminários sobre etnografia, arqueologia e antropologia física. Teve também intensa participação nas atividades culturais da cidade, compondo o círculo de intelectuais (em torno de Rodrigo Melo Franco de Andrade) ou fundando o Movimento Social Brasileiro, em que deu seus primeiros cursos sobre literatura brasileira" (Academia Brasileira de Ciências, [200?]). Castro Faria formou-se de fato em biblioteconomia, pelo curso do Museu Histórico Nacional. Para fins deste artigo, não apenas é importante ressaltar a proximidade de Castro Faria a Rodrigo Melo Franco de Andrade, mas também sua extensa participação como integrante do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan) e seu papel de formulador das bases da primeira legislação brasileira de proteção ao patrimônio arqueológico (Castro Faria, 1993, p. 1-25, 27-53). É preciso apontar a notável exceção que constitui até hoje a tese de doutorado de Márcia Chuva (1998), por considerar o patrimônio uma prática de Estado e parte dos processos tanto de formação de Estado quanto de construção da nação. Para as bases analíticas de tais ideias, ver Elias (2006), Abrams (2006), entre outros. Este capítulo assenta-se amplamente na pesquisa realizada por Carla Costa Dias para sua tese de doutorado (Dias, 2005). Beneficia-se ainda, das reflexões de Antonio Carlos de Souza Lima acerca da administração pública no Brasil. Sobre esse assunto, ver, entre outros, Souza Lima (2002).

[5] Quanto, por exemplo, à política indigenista, ver Souza Lima (1995). Outros autores, como Elisa Pereira Reis (1998), já chamaram ressaltaram que muito do que se institucionalizou após 1930, mas que só se fez sentir com força real no período ditatorial (1937-1945) dos governos de Getúlio Vargas, foi concebido e planejado nas primeiras décadas do século XX.

que marcou a ruptura real com as possibilidades anteriores de agir, assim como a instauração dos padrões autoritários, segundo concepções e formas de implementação de políticas governamentais marcadas pelas pretensões a enorme controle social e invenção de rituais que celebravam a ilusória unidade nacional. Nesse sentido, Castro Faria destacou como instituições que começaram a ser criadas antes de 1937 ganharam força depois, situando-nos na trama em que a ideia de *patrimônio histórico e artístico nacional* foi institucionalizada no Sphan, em 1937.

No entanto, o autor mencionou apenas de modo implícito a participação importantíssima do Museu Nacional nesse processo, talvez pela sua imersão nesse contexto e pelo quanto isso lhe era óbvio – um questionador dos mais argutos da instituição à qual sua vida profissional esteve intensamente ligada. É assim que nos diz o seguinte:

> Quando fui bolsista na França, um dos encargos relacionados à bolsa era estudar as leis sobre proteção arqueológica. Parecia-me estranho que se falasse aqui em "patrimônio arqueológico", com muita ênfase, inclusive, além de "patrimônio etnográfico". Houve, porém, revendo uma citação do parecer da Comissão da Câmara dos Deputados, que recomenda ao plenário a aprovação da lei de criação do Sphan – antes de 1937, portanto –, citação feita em um texto publicado nos *Arquivos do Museu Nacional*, uma referência explícita à conferência internacional reunida em Atenas, em 1931, acerca do patrimônio arqueológico. O modelo era, portanto, o da arqueologia clássica, o greco-romano. Isso implica outra concepção de monumento, absolutamente inaplicável ao Brasil.
>
> Tive, na época, um trabalho enorme para convencer Rodrigo Melo Franco de que ele não podia tombar os sambaquis, como ele queria, influenciado por Paulo Duarte, porque isso acabaria com qualquer pesquisa arqueológica no Brasil. Da mesma forma, se entrasse em vigor uma lei que fora aprovada por Getúlio Vargas, proibindo a exploração das jazidas fossilíferas, toda a indústria de cimento ficaria paralisada.
>
> A definição de "patrimônio etnográfico" sempre foi um outro problema. Enquanto eu era membro do Conselho do Patrimônio,

> vivi reiteradamente a dificuldade prática de propor a preservação de qualquer coisa que não se referisse a barroco e a colonial, com suas igrejas e santos tidos como sinônimo de verdadeiro "patrimônio". (Castro Faria, 1995, p. 37-38)

Optamos por essa longa citação porque ela tem o duplo peso de realizar uma análise e apresentar um depoimento de um ator que partilhou do momento fundador do Sphan, ainda que não tenha sido como parte de seus quadros. Além das relações de proximidade com o "grupo de Rodrigo", Castro Faria integrou o Conselho Consultivo do Sphan na qualidade de representante do Museu Nacional e, como antropólogo, fez uma carreira ímpar nesta instituição, cujas intensas relações com o Sphan, em algum de seus aspectos, serão a matéria deste texto.

Certas marcas estruturantes da prática patrimonial do Sphan (mais tarde, Iphan) estão esboçadas nesse trecho, e Castro Faria torna evidente a dificuldade com o que não é material, "tombável" e "tutelável", com o que não pode ser remetido a uma vulgata da "história da arte ocidental" (dos estilos arquitetônicos, a bem dizer), mal digerida ainda hoje, quando a hegemonia do saber arquitetônico parece mitigada pela maior presença da história e alguma presença dos saberes antropológico e arqueológico na ideia de um *patrimônio imaterial*.

Nosso interesse neste texto é, pois, mostrar a interação constante entre o Museu Nacional, particularmente na esfera da antropologia, e o Sphan, para tanto procurando um ângulo pouco explorado na pesquisa sobre a história da constituição do patrimônio histórico e artístico nacional e na do próprio saber antropológico no Brasil, qual seja aquele que se refere à constituição de coleções científicas e de sua exibição em exposições. Mariza Peirano (1981) nos chamou a atenção para a relação entre antropologia e *nation-building*. Lilia Schwarcz (1989, p. 20) propôs-se a analisar "[...] os anos que vão de 1870 a 1930 – [período em que] os museus etnográficos nacionais conheceram três momentos distintos (nascimento, apogeu institucional e decadência), que conformam como que trajetórias comuns a estabelecimentos locais: o Museu Paulista (M.P.), o Museu Nacional (M.N.) e o Museu Paraense de História Natural (futuro Museu Paraense Emílio

Göeldi – M.P.G.)", configurando o que chamou de "era dos museus", numa apropriação muito direta da expressão de George Stocking Jr.[6]

Anderson (1991) apontou que aspectos fundamentais na construção nacional passam pela dimensão que todo museu apresenta de *exibição*. É importante destacar também o papel das ideias antropológicas contidas nas exposições de museus, sejam os de história natural, como os citados acima, sejam os que só surgirão depois, os de matiz etnográfico propriamente dito. Em suma, é importante pôr em questão como se formulou o que se desejava que fosse apreensível por um público amplo. Tal dimensão implica considerar redes sociais e articulações por vezes distintas daquelas que desembocaram numa outra forma de institucionalização das disciplinas antropológicas, isto é, aquelas que desaguarão muito tempo depois na pós-graduação, questões que têm sido superestimadas na formulação de uma história da antropologia no Brasil, com graves consequências para as periodizações estabelecidas, para a escolha das instituições consideradas e dos conteúdos a serem analisados.

Assim, como já se disse, se o tema da construção da nação é recorrente no caso do estudo do período que ficou conhecido como Estado Novo e na história do patrimônio histórico e artístico nacional, é preciso trazer à tona os processos de formação de Estado em jogo na institucionalização e generalização das crenças na sua necessidade. Tais processos não devem ser confundidos com os relativos à construção nacional, ainda que extremamente entretecidos, sob o risco de se apagarem temporalidades distintas, como a análise de Castro Faria nos chama a atenção.[7] Definir uma cultura

---

[6] Não sendo essa a oportunidade para tanto, cabe mencionar, porém, que muito haveria a se discutir sobre essa simples frase, e mais amplamente sobre o texto (já que este acabou por figurar como parte relevante de um livro em dois volumes sobre a história das ciências sociais no Brasil), a começar pela caracterização reducionista de três museus de história natural como museus etnográficos. Com sua pesquisa limitada aos principais periódicos dos três museus, Schwarcz (1989) desconhece aspectos que contradizem em larga medida seu argumento mais geral e que seriam evidenciados, ao menos no caso do Museu Nacional, por uma pesquisa que levasse em conta todas as publicações da instituição no período e que, já que se pretende histórica, lidasse com o material constante dos arquivos do museu.

[7] Para uma apresentação cristalina da diferença e conjunção dos conceitos relativos aos processos de formação de Estado e construção da nação, ver Elias (2006).

"autenticamente brasileira" significou construir um acervo, um patrimônio, reconhecido como emblema e componente do que Benedict Anderson (1991) denominou de "comunidade nacional imaginada". Todos esses movimentos implicaram o entramado de redes sociais, de redes institucionais e de bens materiais estatizados, bem como a produção por um corpo de funcionários do sistema de organizações estatais de crenças para serem generalizadas a uma coletividade – a "nacional" –, além de normas, códigos e rotinas sob a caução de um pretenso monopólio do exercício legítimo da violência; tudo isso operando sob um âmbito espacial (um território) que, aos poucos, se foi formando, para além dos mapas oficiais, pela dispersão das unidades administrativas de distintos serviços do governo federal, insuflando a criação ou capturando outros serviços estaduais ou municipais. Em outras palavras, isso implicou montar uma política de governo e gestão para o *patrimônio*.

Se a definição do patrimônio histórico e artístico nacional como política governamental ocorreu nos anos 1930 e 1940, passando também pelo Conselho Nacional de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas (Grupioni, 1998), entre outras instituições, as demandas pela criação de uma ação de Estado com tais funções parecem vir de mais longe no tempo e encontrarem no Museu Nacional um de seus locais de ancoragem. Assim, na ata da 365ª sessão da Congregação do Museu Nacional, realizada em 27 de agosto de 1907, lê-se que o professor Domingos Sérgio de Carvalho, titular da Seção de Antropologia, Etnografia e Arqueologia, propunha que o museu pedisse ao Congresso Nacional a *regulamentação tanto da saída das coleções científicas do país, bem como a do serviço de catequese dos índios* (Museu Nacional, 1904-1911, p. 53).[8] O controle do "patrimônio cultural" e da população considerada relativamente incapaz acabaria mais tarde, sabemos, sob o signo da tutela (Souza Lima, 1995; Chuva, 1998).

A gestação das classificações do que é passível de tombamento e "patrimonializável" tem, pois, uma genealogia mais recuada que poderia ser ainda muito mais explorada analiticamente a partir de pesquisas empíricas de diversas ordens. Se tal produção de classificações oficiais encontra na

[8] Sobre Domingos Sergio de Carvalho, ver Souza Lima (1989, p. 33-36).

criação do Sphan, em 1937, um momento de decantação, tinha já antecedentes nos processos de tombamento característicos dos museus, e, dentre os existentes à época, a proeminência do Museu Nacional no corpo da administração pública federal é inegável.

A ideia da identificação como *nacional* de certos conjuntos de objetos considerados integrantes de um patrimônio cultural coletivo, por parte dos atores concretos que participaram dessas agências estatais, pressupõe, portanto, atos de colecionismo e sistemas arbitrários de valoração e significação historicamente determinados, que em si devem ser vistos como partes de processos mais amplos de estatização da vida social. Colecionar é uma prática indissociável dos museus: é por ela que se constituiu o corpo edificado, materializado, dessas instituições estatais, sendo operada por rotinas administrativas que guardam e transmitem histórias.

O Museu Nacional, como instituição governamental cujas funções, ante uma "coletividade brasileira", estavam marcadas no próprio título de *nacional*, era um dos lugares destinados a se elaborarem e disseminarem ideias de nação; isso por meio de diferentes maneiras de manipular a cultura material de povos variados e de coletividades culturalmente distintas, que, por esses processos, acabaram também por se tornar *um único povo*. Lugar de destaque das ciências do homem nas primeiras décadas do século XX, o Museu Nacional é uma instituição cuja história é chave para pensarmos processos de representação cultural, de elaboração de um discurso sobre o outro – o discurso sobre o "povo" e o "popular" no contexto de um governo totalitário que buscou, por diversas formas, símbolos e expedientes cênicos, construir a imagem do todo unitário que deveria ser a nação sob a sua tutela. Em grande medida, a maioria dos estudos sobre o "popular" surge na literatura dissociada do Museu Nacional, mas julgamos que esse é um dos mais fortes elos entre o Sphan e o museu no período Vargas. Como mais uma vez nos lembra Castro Faria:

> Observe-se que, além da proteção de sítios arqueológicos, de coleções de antropologia e etnografia indígena, preocupou-se também com a proteção de objetos de arte dos *neobrasileiros*, neologismo

> vulgarizado por Roquette-Pinto, e que revelava uma postura dos antropólogos do Museu Nacional – não usar a expressão *folclore* (de fato, nunca aparece nos textos de seus pesquisadores). As expressões *etnografia sertaneja* (Roquette-Pinto) e *etnografia regional* ocupam o seu lugar. (Castro Faria, 1999, p. 318; grifos nossos)[9]

O *sertanejo*, o *regional*, o *folclórico*, o *popular*, remetidos cada um desses termos a regimes distintos de concepção e enunciação, deram ensejo a ações de colecionamento estatizado e de encenação nacional por meio dos dispositivos que são as exposições, mostrando que instituições como os museus podem significar uma peça importante também para a ampliação de redes sociais territorializadas (o que se poderia recompor, recuperando as malhas sociais que permitiram colecionar), de fronteiras simbólicas, que, nos processos de formação do Estado, fornecem as bases para a elaboração de sentimentos de pertencimento a uma comunidade imaginada como única e nacional. Vale lembrar, como ressalta Dominique Poulot (2003, p. 35), que a cultura do patrimônio, pela norma do direito romano, está associada à herança paterna, que deveria ser transmitida num processo contínuo. Um "bem de herança", transmitido de pais a filhos é o principal atributo a ser reivindicado. Assim, o Estado assume a "paternidade" da nação e constitui o que será identificado e transmitido ao povo como patrimônio, para que o preserve e retransmita às gerações futuras.

O *patrimônio* em práticas e serviços

A preocupação com a proteção dos bens culturais apropriáveis enquanto signos nacionais passou a ganhar novos contornos na década de 1930, indicando passos progressivos de um processo de estatização. A proteção de um patrimônio nacional passou a ser uma preocupação do Estado, que criou órgãos para gerenciar o que viria a ser considerado como tal. Em 1933, o Ministério da Agricultura criou o já referido Conselho de Fiscalização de Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, finalmente dando forma

[9] Sobre Edgard Roquette-Pinto, ver, dentre outros, Castro Faria (1998, p. 149-171).

ao sonho de Domingos Sérgio de Carvalho, ao colocar no mesmo plano tanto as excursões de turistas que colecionavam *souvenirs* quanto aquelas de caráter científico. O Conselho de Fiscalização determinava que nenhum espécime botânico, zoológico, mineralógico ou paleontológico poderia ser levado para fora do país, a menos que existissem similares em algum dos institutos científicos do Ministério da Agricultura ou no Museu Nacional. Além disso, todo o material científico colhido pelas missões estrangeiras deveria ser dividido em partes iguais entre o governo brasileiro e os expedicionários.[10] Nesse mesmo ano, ligada ao Museu Histórico Nacional, foi criada pelo governo provisório pós-revolucionário a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IMN), primeiro órgão oficial no Brasil destinado à defesa dos monumentos e incumbido, entre outras funções, do restauro e da inspeção dos monumentos nacionais e do comércio de objetos artísticos. O IMN manteve essas atribuições até 1937, quando foi criado, como já mencionamos, o Sphan, em associação ao Ministério de Educação e Saúde (MES). Desde que assumiu essa pasta, em 1934, Gustavo Capanema desenhou um projeto de reforma ministerial em que seriam instituídos vários órgãos, dentre eles o próprio Sphan.

A diretriz nacionalista do Estado Novo instituiu políticas governamentais de cunho assistencialista e disciplinador. A formação do "povo" passava por um processo educativo, formativo de um caráter nacional. O *popular* começou a ser incorporado ao universo simbólico dessa nação única, percebido como "espontâneo" e "natural". Afinal, o "outro" não precisava ser reconhecido, mas deveria ser representado. A integração nacional era, nesse momento, uma proposta acima de tudo educacional. O MES tinha como uma de suas propostas desenhar um projeto de reforma educacional

[10] As ações do conselho não se pautavam pela qualidade ou pela especialidade das coleções apreendidas. O que interessava não eram as coleções, mas a constituição de acervo e a ampliação do "tesouro nacional", encaminhando-se o material para instituições de pesquisa, principalmente o Museu Nacional. Com a criação do Sphan, o Conselho de Fiscalização passou a atuar junto às expedições estrangeiras e particulares, com o fim de evitar a evasão do patrimônio nacional, encarregando-se o Sphan do tombamento e da preservação de monumentos. O conselho foi extinto no final dos anos 1960, quando houve uma estagnação nos estudos de cultura material e, consequentemente, no colecionamento etnográfico nos museus brasileiros.

baseado na ideia de unidade nacional. Nesses quadros, a função didática dos museus ganhou mais força ainda com o projeto de Mário de Andrade para um Serviço do Patrimônio (Chuva, 1998). Muito em função dos interesses etnográficos de Andrade, os museus passaram a ser vistos não só como espaços destinados a cultuar o passado, mas principalmente como parte de uma cultura que contribuiria para construir e formar as futuras gerações. Os museus teriam a função de inspirar atitudes cívicas mediante a preservação do patrimônio da nação.

Era o que propunha Edgard Roquette-Pinto, diretor do Museu Nacional entre 1926 e 1931, como uma forma de assegurar a "construção inteiriça" da nação, conquistada através de árduos percursos: que se conservassem com carinho os monumentos, por mais simples que fossem, tais como os retratos que as famílias guardavam de sua gente velha.[11]

> Mas além de tudo isso, entre os documentos da nossa nacionalidade – haveis de me permitir a ousadia dessa inclusão – conto os artefatos e os utensílios característicos dos sertanejos do Brasil, material etnográfico que os nossos museus devem começar a recolher e a guardar. (Roquette-Pinto, 1927, p. 100-101)

O Museu Nacional já possuía, desde os anos 1920, um projeto educativo de construção e de disseminação dos produtos de uma ciência nacional, pautado no conhecimento dos elementos naturais e humanos que se inscreviam num território, este, por sua vez, também em construção (Ribeiro, 2005). Para Edgard Roquette-Pinto, a educação era a via para empreender mudanças e transformar o país em uma nação entre as demais do mundo "civilizado". Ele dava curso à ideia de construir uma visão positiva do povo brasileiro e uma memória que exaltasse o passado e justificasse o presente

[11] Roquette-Pinto levantou esse ponto em seu discurso de recepção no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Para ele, conservar com carinho os monumentos, por mais simples que estes fossem, tais como os retratos que as famílias guardam de sua gente velha, era fundamental, pois destruí-los sob pretexto de progresso, impiedosamente, não seria trabalhar pelo nosso bem.

– uma ideia de redescoberta. Os trabalhos desenvolvidos no museu ganharam assim novos contornos.

A crença de que o Museu Nacional era uma instituição voltada para o povo permeou a administração de Heloísa Alberto Torres, que, após ter sido vice-diretora do museu no período de 1935 a 1937, iniciou, em 1938, dezessete anos de gestão, findos um ano após a morte de Vargas. Dona Heloísa, como era chamada, filha de Alberto Torres, teve uma atuação efetiva na trajetória dos museus de história natural e na constituição da política científica e de gestão do patrimônio histórico e artístico nacional, durante o governo de Getúlio Vargas.[12] Quando assumiu a direção do museu, Torres pretendeu fazer de sua disciplina, a antropologia, um instrumento científico para a preservação da cultura brasileira, assim como enxergou o museu como parte de uma política cultural abrangente, de expressão nacional, em concordância com os ideais do governo totalitário de Vargas.

Trilhar o papel desempenhado por dona Heloísa no contexto institucional do Estado Novo e sua ação à frente do Museu Nacional nos permite realizar a (re)montagem de uma rede social que se organiza em torno das propostas nacionalistas do regime ditatorial, assim como dos embates intelectuais e culturais propostos pelo contexto inovador do movimento modernista e da formação da disciplina antropológica. Torres foi personagem fundamental na estruturação dessa disciplina no Brasil. A teia de relações sociais por ela articulada, em grande parte documentada em cartas, apreciações e relatórios depositados no Arquivo Histórico do Museu Nacional (AHMN), possibilita-nos compreender a magnitude da dinâmica institucional que ela empreendeu através de relações de proximidade

[12] Heloísa Alberto Torres (1895-1977) iniciou sua vida acadêmica em 1918 e ingressou no Museu Nacional como auxiliar de Edgard Roquete-Pinto, sendo efetivada na instituição em 1925. Torres sempre trabalhou nas coleções etnográficas da Divisão de Antropologia e Etnologia. Era próprio do trabalho no museu a restauração e a preparação das coleções e a organização dos dados relativos às peças e ao tombamento. Como pesquisadora da Seção de Etnologia, ela formou, organizou e reuniu coleções de arqueologia e etnografia para a instituição. Chefiou a Seção de Antropologia e Etnografia entre 1926 e 1931, tornando-se vice-diretora entre 1935 e 1937, e finalmente diretora entre 1938 e 1955 (Castro Faria, 1998, p. 203).

e reciprocidade pessoal e institucional.[13] Foi por esses canais que Rodrigo Melo Franco, diretor do Sphan, solicitou a Heloísa Alberto Torres, já diretora do Museu Nacional, em 1938, que cooperasse com o Sphan no projeto e na execução do tombamento e da preservação dos bens etnográficos e arqueológicos nacionais. Essa cooperação foi constante e envolveu diversas instâncias de atuação, configurando-se uma malha institucional tecida com uma trama bastante estreita:

> Havendo necessidade dessa repartição prosseguir nos trabalhos iniciados, sob a vossa orientação pessoal, com o objetivo de proceder ao tombamento dos bens de excepcional valor arqueológico e etnográfico existentes no país e bem assim de adotar as medidas convenientes para a localização e proteção dos achadouros do material daquela natureza, venho consultar-vos sobre a possibilidade de, na forma do disposto no art. 25 do decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional obter a cooperação do Museu Nacional para o fim da Seção de Antropologia e Etnografia desse estabelecimento tomar a si a execução da referida tarefa. Na hipótese de resposta favorável à presente consulta, esta diretoria delegará à mencionada seção do Museu Nacional os poderes que lhe foram atribuídos pelo dito decreto-lei para o efeito desejado, correndo as despesas que se tiverem de realizar com os trabalhos em apreço por conta das dotações consignadas no vigente orçamento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Quanto à elaboração do programa a ser realizado durante o ano corrente no tocante a questões de arqueologia, etnografia e arte popular, deverá ser

[13] No período em que Torres ocupou sua direção, o Museu Nacional funcionou como base logística para antropólogos estrangeiros que vinham realizar suas pesquisas, sancionadas pelo Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil, de que Heloísa fez parte entre 1934 e 1939. Essa participação contribuiu de forma significativa para a ampliação das coleções do setor e para a formação de pesquisadores brasileiros que se beneficiaram de cursos e de um ambiente intelectual específico. Para a ação de Heloísa Alberto Torres na expansão da pesquisa etnográfica no Brasil, ver Corrêa (1997), em franca contradição com a análise de Schwarcz (1989).

> assentado mediante proposta que vos dignardes apresentar a esta diretoria logo que vos parecer oportuno. (Sphan, 1938)

O Museu Nacional ganhou, além de uma já mencionada cadeira no Conselho Consultivo do Sphan,[14] a função de definir o patrimônio etnográfico e arqueológico nacional. Tal atribuição ia de encontro ao projeto de Mário de Andrade, para quem o controle e a gestão desse patrimônio deveriam estar a cargo de uma instituição específica, que encampasse o próprio acervo etnográfico e arqueológico do museu, o qual ficaria limitado à história natural, então por ele já percebida como destituída dos conteúdos voltados para as populações humanas.[15]

No Museu Nacional, foi com a denominação já referida de *regional* que as coleções etnográficas incorporaram a dimensão política de representação da nação assumida no período, ampliando o alcance da noção inaugurada por Roquette-Pinto ao identificar um tipo humano a uma determinada situação geográfica, com base na antropogeografia.

Colecionando – o povo em representações

Edgard Roquette-Pinto, ao inaugurar, nos anos 1920, a exposição da coleção sertaneja, incorporou ao museu um novo campo, o dos estudos dos tipos brasileiros. O propósito desse colecionamento era fazer ver o *mais típico dos nossos elementos*, aquele que foi por ele apontado como *filho mais autêntico da terra*, o sertanejo.

---

[14] Uma das principais atribuições do Conselho Consultivo era analisar e dar solução às indicações de tombamento de bens que enfrentassem algum tipo de impedimento. O conselho era formado pelo diretor do Sphan – que o presidia –, pelos diretores dos museus nacionais ligados a objetos históricos ou artísticos e por mais dez membros nomeados pela Presidência da República, sem critérios preestabelecidos. Como assinala Chuva (1998), todos os membros tinham alguma inserção nas redes do Estado.

[15] Em 10 de janeiro de 1937, meses antes do decreto-lei que criou o Sphan e antes mesmo da promulgação da lei de reestruturação do MES, Torres redige uma carta-documento (de seis páginas) ao "senhor diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional". O documento discorre acerca dos critérios a serem adotados para o tombamento das coleções, particulares e do governo, do material paleontográfico e do etnográfico provenientes de "indústrias de populações indígenas e regionais" (Torres, 1937).

> No Museu Nacional inauguramos uma coleção para onde deverão entrar todas as peças que documentam a vida do nosso povo: utensílios, instrumentos próprios, materiais aplicados, etc. Chamei a essa coleção: Etnografia Sertaneja, porque o sertanejo é, como o estamos vendo, o mais típico dos nossos elementos étnicos. (Roquette-Pinto, 1927, p. 69)

Os tipos nacionais, fruto da terra, do cruzamento, da influência da geografia seriam, nessa chave de leitura, os filhos da nação brasileira. Aqui a retórica nacionalista, para retomarmos os termos de Castro Faria (1995), tornava-se política de Estado: política de exibição de um ser nacional que se afirmaria, evidenciando-se a dupla realidade do Estado, isto é, a de sistema de agências e a de ideia e dispositivo representacional, reforçada de certo pós-1937.[16] O *sertão* e o *sertanejo* tornaram-se "a cara do verdadeiro Brasil". A *etnografia sertaneja*, retomando Euclides da Cunha, enfocava a relação entre o homem e a natureza, e, na visão de Roquette-Pinto, a associação entre o sertanejo e a formação da nacionalidade estaria fundada na extrema adaptação do homem às condições ecológicas.[17] Desse modo, o sertanejo seria o fiel depositário da alma brasileira, um elemento mediador capaz de resolver e apaziguar os embates raciais que permeavam o pensamento social brasileiro no início do século XX.

A Sala Euclides da Cunha ficava ao lado da Sala Humboldt, o que reforçava a identidade entre os dois e, de certo modo, inseria Euclides da Cunha na galeria dos naturalistas, assim o consagrando. Os "euclidianos" pretendiam transformá-la em um pequeno museu dedicado à memória desse autor. Segundo Venâncio Filho, um dos objetivos da sala era perpetuar as lembranças dos *sertões brasileiros*. Roquette-Pinto, além de organizar a sala

---

[16] Sobre essa dupla natureza, ver Abrams (2006) e Geertz (1991).

[17] Para Silvio Romero, o tema do povo emergiu com Euclides da Cunha, ao mesmo tempo que ganhava corpo a ideia de que no centro, no interior do país, encontrava-se o Brasil real. Para ele, Euclides havia conseguido definir os tipos humanos, do mesmo modo que o havia feito com a natureza selvagem (Abreu 1998, p. 249). O objetivo dos primeiros folcloristas era encontrar raízes autênticas e genuínas que definissem a identidade nacional. Também a identidade regional é criada, a exemplo da nacional, através de representações sociais que são expressas na materialidade dos objetos.

no museu, proferiu palestras, redigiu artigos e contribuiu para aumentar o prestígio de Euclides da Cunha, destacando o caráter etnográfico da sua obra. Para Abreu (1998), Euclides foi transformado em mártir e herói nacional, pois passou a representar um projeto de nação que enfatizava a ideia de território, de virada para o interior, projeto este que deveria ser iniciado com estudos científicos da terra.

Embora considerasse a importância do meio para a formação humana, Roquette-Pinto não restringiu sua interpretação ao determinismo geográfico. Suas proposições, baseadas nos textos de Alberto Torres e Oliveira Viana, serviram para fundamentar o trabalho na Divisão de Antropologia e Etnologia do Museu Nacional. Castro Faria (1999, p. 315) mencionou a leitura e a atualização de *Organização nacional*, de Alberto Torres, por intelectuais que viram a possibilidade de colocar em prática os seus ideários de reforma e construção de uma forte e nova identidade nacional, transformando os projetos em ações.

Os estudos e pesquisas de Roquette-Pinto tinham por objetivo conduzir a uma visão positiva das características físicas e morais do homem brasileiro e suas variações étnicas, construindo uma tipologia racial baseada nos conhecimentos da antropologia física, que havia sido alargada pelos estudos antropogeográficos. É importante lembrar que, sob o regime ditatorial do Estado Novo, a geografia foi a disciplina hegemônica por excelência na representação da nação. O território foi desenhado pelos aspectos da natureza e pela diversidade dos tipos humanos que a ela teriam se adaptado, integrando-se à paisagem e transformando-a. A representação da territorialidade foi uma estratégia privilegiada pela cultura política do Estado Novo. As bandeiras foram unificadas em uma só: a bandeira de uma única nação que, sob a tutela do Estado totalitário e unificador, salvaguardaria os direitos dos trabalhadores e do povo até nos recantos mais ermos. O governo ditatorial de Vargas acionou e reuniu as propostas que definiam uma imagem do todo, de modo que o sentimento de diversidade e pluralidade de formas e costumes, modos e hábitos, compusesse um rico conjunto de "filhos" que, embora diferentes entre si, seriam legítimos representantes da nação. Também aqui se retomou um movimento estruturado antes de 1930 (Ribeiro, 2005), mas reforçado com o aparelhamento da disciplina no

Conselho Nacional de Geografia e no Instituto Nacional de Estatística, depois Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).[18] A construção de um "passado regional" foi parte integrante da construção da identidade nacional naquele momento. As regiões foram, antes de tudo, apresentadas em sua geografia, seu espaço físico, como uma natureza específica em que as ações dos homens se sedimentaram e criaram raízes, configurando uma imagem de imutabilidade.

O debate sobre as diferenças regionais foi intenso no decorrer das duas primeiras décadas do século XX. Por um lado, a diversidade era vista como nociva, signo de inferioridade, e as diferenças como sinônimo de atraso e um obstáculo para o empreendimento cultural da modernidade. Por outro lado, para os intelectuais ligados ao movimento modernista, as diferenças eram consideradas parte da riqueza da cultura brasileira e da identidade nacional. A temática racial e o determinismo geográfico estavam embutidos na avaliação de como os diferentes aspectos da natureza marcavam as especificidades regionais e esboçavam o perfil dos grupos que contribuiriam para definir uma identidade nacional, representados pelos diferentes *tipos* identificados pelo Censo Nacional de 1941.

Em 1939, a *Revista Brasileira de Geografia*, publicação do IBGE, inaugurou a seção "Tipos e Aspectos do Brasil" (Daou, 2001). Os temas regionais da revista, ilustrados por Percy Lau e reproduzidos em diversas outras publicações, contribuíram para sinalizar e difundir a imagem do homem integrado à natureza, quase parte da paisagem. Assim, os temas eram apresentados em correlação e identificavam o tipo humano na paisagem que ele dominava ou com a qual convivia, adaptando-se e extraindo da natureza a "seiva" para o seu trabalho e sustento. Nas edições compiladas da *Revista Brasileira de Geografia*, o conjunto de tipos e aspectos, listados por região,

[18] "Em julho de 1934, foi assim criado o Instituto Nacional de Estatística, que só foi efetivamente instalado em 1936, quando foi criado o Conselho Nacional de Estatística. Seu objetivo era coordenar nacionalmente todas as atividades estatísticas das diversas esferas administrativas. Em 1938, o Conselho Nacional de Estatística e o recém-criado Conselho Nacional de Geografia passaram a integrar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em seus primeiros tempos, o IBGE funcionou como autarquia subordinada à Presidência da República, o que demonstra a importância que se atribuía à geografia e à estatística como braços da ação governamental. Somente em 1967 o IBGE transformou-se em fundação" (FGV, [200?]).

representava um mapa ilustrado do país, com suas características físicas e seus tipos humanos compondo um só desenho da nação. O conceito de região foi adquirindo um caráter de elemento em uma composição, ao afirmar a conquista, o domínio e o controle do território – base da nação, em toda sua extensão. Considerações como essas embasaram a formação da coleção regional, uma amplificação da coleção sertaneja, que, como já se viu acima, eram rótulos a se opor à ideia de folclore.

O conjunto de materiais de cultura denominado "coleção regional" foi constituído, sobretudo, entre os anos 1930 e 1950 do século XX. Sua formação baseou-se no conjunto anteriormente identificado como coleção sertaneja, inaugurada por Roquette-Pinto em 1918, porém mais bem apresentada em 1928, com sua exposição remodelada. A coleção regional, entretanto, foi uma construção do período em que Heloísa Alberto Torres dirigiu o Museu Nacional e trabalhou junto ao Sphan no projeto de definir e constituir um patrimônio histórico e artístico nacional. Torres era detentora do capital cultural e político que a legitimava para posicionar-se como "curadora" da coleção. Nessa empreitada, foi fundamental a aliança com o Sphan. Vejamos então como se dava essa colaboração na montagem do *patrimônio* nacional, olhando para suas práticas mais cotidianas, pouco investigadas. Para isso será necessário investigar a partir dos arquivos e livros tombos do Museu Nacional, onde ficaram depositados e tombados os objetos do *patrimônio etnográfico*, em si partes que evidenciavam as ideias de construção nacional subjacentes às práticas de ambas as agências de Estado naquele período.

A coleção Hermann Kruse – Sphan

As coleções etnográficas remetidas ao Sphan, ainda que de maneira distinta, representam o conjunto de objetos reunidos no Museu Nacional por intermédio de um representante da primeira instituição. Uma série de objetos desperta particular interesse, pois através da identificação de alguns registros é possível desvelar processos e significados no âmbito das relações sociais entre os agentes institucionais do Sphan e do Museu Nacional. Referimo-nos principalmente a duas coleções etnográficas: uma, reunida em 1941 e tombada no Museu Nacional com o nome de coleção Hermann Kruse, e outra, tombada em 1945, como coleção Sphan. Além dessas duas,

que apresentam uma clara importância, outra coleção atribuída ao Sphan reúne itens provenientes da região de Guarapari, no Espírito Santo, composta por rendas e ornatos feitos de conchas. Algumas outras peças são referidas a Rodrigo Melo Franco de Andrade, como ofertas pessoais ao museu (Sphan, 1946).

Hermann Kruse, alemão naturalizado brasileiro, foi um pesquisador e estudioso de inscrições rupestres. Em 1936, publicou *Goyaz, o verdadeiro coração do Brasil*. O livro, em alemão, editado em São Paulo, é um relato de pesquisa, ilustrado com fotos dos personagens que são apresentados pelo nome. No relato, Kruse descreve seus encontros, as histórias do povo com o qual conviveu, e explica inúmeros termos "nativos", demonstrando seu interesse pela pesquisa etnográfica. Como representante do Sphan, foi enviado em diversas missões da instituição a lugares distantes e materialmente precários, mas com grande riqueza humana. Em meados de 1939, partiu numa longa excursão ao interior da Bahia, em busca de *cidades perdidas*, amparado financeiramente pelo Sphan e animado pela Sociedade Geográfica de Londres, como noticiaram os jornais, que descreveram sua busca como "o único monumento da epopeia bandeirante, do bandeirismo do século XVI" (Folha da Noite, 1940).[19] Segundo os jornalistas que o entrevistaram, a excursão foi difícil e cheia de obstáculos. Kruse contou ter encontrado centenas de pinturas rupestres e alguns objetos dotados de uma "certa arte aplicada", que, em sua opinião, apresentavam uma semelhança surpreendente com a arte de Marajó. Como prova dessa afirmação, apresenta um cachimbo que por lá encontrou.[20]

---

[19] Quando de seu retorno, o jornal designou-o "decifrador de inscrições rupestres".

[20] "Numa de nossas edições de setembro divulgamos de primeira mão que o sr. Hermann Kruse, autor do livro *Goiás, o verdadeiro coração do Brasil*, [saiu] em excursão pelo interior bahiano, para fazer estudos sobre as cidades legendárias. [...] depois de corrigir dados publicados, dar detalhes da localização abrindo um mapa, diz: 'Nessa excursão passei horrores. Andei centenas de quilômetros a pé. Tive que enfrentar inúmeros obstáculos para localizar a cidade. [...] encontrei centenas de pinturas rupestres e alguns objetos do uso desses indígenas [em que há] até uma certa arte aplicada, que demonstra uma semelhança surprehendente com a arte de Marajó. Dou-lhe uma prova nesse cachimbo que lá encontrei. [...] Estou encantado com o interior baiano por mim visitado e com as suas belezas naturais. O sertão da Bahia é um campo vasto para ser estudado ainda por muitos anos'" (O Imparcial, 1939).

Em março de 1940, Kruse fez nova viagem pela mesma região e ali ficou até fins de agosto, sempre coletando objetos em que reconhecia algum valor artístico. Por solicitação da regional de São Paulo do Sphan, Kruse partiu em viagem de pesquisa pelo litoral sul daquele estado, mais especificamente a Cananeia e Iguape, para fazer levantamentos de plantas e documentação fotográfica de edifícios antigos (igrejas, casas de residência, fortes antigos, etc.). Ele tinha a incumbência de proceder a um levantamento extenso não só das edificações como também dos sambaquis ou quaisquer outros monumentos naturais ou não que tivessem interesse *artístico ou histórico*.[21]

Em junho de 1941, Kruse viajou novamente para a região do rio São Francisco, dessa vez numa missão conjunta orquestrada pelos diretores dos dois institutos, Rodrigo Melo Franco de Andrade e Heloísa Alberto Torres. Kruse foi como representante enviado pelo Sphan em missão para o museu.

> O diretor do Museu Nacional – Rio de Janeiro – pede a todas as autoridades federais, estaduais e municipais, bem como a todos os que vivem no país, queiram facilitar ao sr. Hermann Kruse o desempenho da missão de caráter científico que, a serviço do Museu Nacional, vai realizar no estado de Minas Gerais. (Credencial fornecida a Kruse por Heloísa Alberto Torres, 1941)
>
> *Às autoridades federais, estaduais e municipais e eclesiásticas dos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás. O portador deste, sr. Hermann Kruse, acha-se incumbido por esta diretoria de proceder ao inventário sistemático dos monumentos e obras de valor histórico e artístico existentes nos estados de Minas Gerais, Bahia e Goiás, para os fins estabelecidos no decreto-lei nº* 25, de 30 de novembro de 1937, e, bem assim, adquirir peças para os museus federais. Solicito com empenho às autoridades acima mencionadas que lhe queiram facilitar o desempenho de sua missão. (Credencial fornecida a Kruse por Rodrigo Melo Franco de Andrade, 1941)

[21] Em carta de 9 de janeiro de 1942 ao prefeito de Cananeia, Luis Saia, assistente técnico da 6ª Região, atestou a idoneidade de Kruse quando órgãos do governo federal solicitaram informações a seu respeito, a fim de verificar se este mantinha atividade política (Saia, 1942).

Antes de embarcar, Kruse escreveu a Torres paracom o objetivo de tornar explícito o modo como pretendia desenvolver seu trabalho de colecionamento. Nessa mesma ocasião, encaminhou a primeira remessa de objetos ao museu, para que pudessem ser analisados e avaliados em termos do interesse da própria instituição e de sua diretora, de modo que servissem como referência às futuras aquisições.

> Em primeiro lugar, quero exprimir a V. Ex.ª os meus mais sinceros agradecimentos pela confiança e a generosidade que a senhora dispensou para comigo, não faltarei com o devido zelo para justificar a atenção que a distinta senhora demonstrou para minha humilde atividade.
>
> [...] *Com o material [que] foi despachado hoje vai junto uma lista do material todo e acho que deve conter algo de interessante para os estudos do museu. Queira V. Ex.ª, de posse dos objetos, diser-me, quais dos objetos mais lhe interessam e o que eu tenho que observar com relação a eles. Juntei mais algumas copias de relatório que ainda tinha – talvez de interesse para o dr. Luiz de Castro Faria – e não duvidando do consentimento do dr. Rodrigo*. (Kruse, 1941a; grifos nossos)

Ao enviar alguém legitimamente credenciado nas "artes do sertão", Torres pretendia não só reunir uma quantidade de peças exemplares como também formar uma coleção criteriosa. Ela manteve intensa correspondência com Kruse, na qual indicava os rumos do colecionamento e fazia exigências quanto à elaboração de relatórios com referências etnográficas das peças, seu uso e produção. Pelo que informava Kruse, a redação desses relatórios era sua principal tarefa. A missão tinha, assim, um caráter científico adequado ao museu.

Na correspondência que manteve tanto com Torres quanto com o Sphan, Kruse (1941a) deixava clara a forma como se construía o conhecimento sobre a materialidade e as representações do *povo*. Coletar um *conjunto completo* tinha um significado que ia além de simplesmente ilustrar uma certa produção própria. O envio da primeira remessa tem um sentido de comunicação imprescindível para a continuidade dos trabalhos de colecionamento.

Essa primeira remessa era formada por cerca de 120 itens, que Kruse classificou em três categorias, em uma listagem dos objetos encaminhados ao museu enviada junto com a carta. A primeira categoria é a de *material etnológico*, composta por ex-votos de cera, madeira e barro, recolhidos em Bom Jesus da Lapa. Entre estes, Kruse chamava a atenção para uma "figura feminina de barro", por ser "interessante a manifestação de habilidade artística". Outro conjunto referia-se aos "objetos da indústria da cidade de Rio das Contas", como esporas, punhal, faca e isqueiro. Há na carta uma observação sobre um conjunto de oito esporas velhas "de notável confecção: a de nickel e a de cobre". A segunda categoria presente no relato é a de *material diverso*: mostruário de rendas de bilro, fusos, mantas, cavaquinho, prato de madeira, marca de gado e xícara de cabaça, guardada no baú dos escravos de uma casa de Rio de Contas, além de cestinhas, tigelinha, tamborim de Candomblé e pulseira de Santa Bárbara ou Mãe d´água, também do Candomblé. A terceira categoria presente é a de *material arqueológico*, com 36 peças procedentes de excursão à Serra do Sincorá, que passou pelos municípios de Mucuje, Andaraí, Santa Teresinha e Rui Barbosa (Kruse, 1941a).[22]

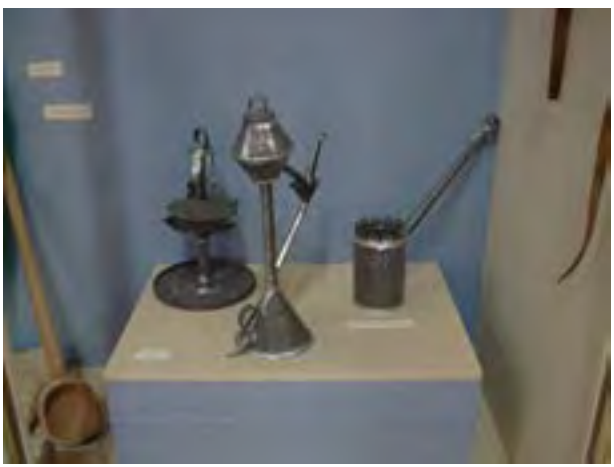


FIGURA 37 – Objetos da coleção Kruse (vitrine 6).

Foto de Carla Dias.

[22] Kruse registra ainda que seguem em anexo à carta os atabaques de candomblé confiscados pela polícia de Andaraí, em 1939.

Kruse (1941b), percebendo a dificuldade para classificar os objetos, sugere: "Acho que tenho que ir ao Rio para assistir à classificação dos objetos", embora não saiba como fazê-lo por falta de passagem.[23] Torres responde, confirmando o recebimento, e aproveita para acrescentar: "Embora o museu se encontre no momento em grandes obras, considero desvantajoso retardar o trabalho de organização das coleções remetidas" (Torres, 1941). Nessa viagem, Kruse reuniu grande parte da coleção que está registrada em seu nome. As peças foram pagas pelo museu, como demonstram as correspondências e atestam as notas e os recibos depositados no AHMN.[24]

A correspondência trocada entre o colecionador-coletor e a diretora do museu deixava claro o papel de Torres como "curadora". Ao enviar, com o concurso do Sphan, um representante treinado e especializado, que detinha os requisitos necessários para reconhecer e adquirir as peças que ela havia solicitado, ela não abria mão da função de autoria ao definir o que fazer ou não.

As peças coletadas por Kruse são, no sentido estrito, uma coleção, em que todos os objetos são pensados a partir de uma ideia concebida na experiência do trabalho empírico junto às representações materiais de cultura, na interlocução com a diretora do museu e com o diretor do Sphan e na contínua reelaboração de suas premissas teóricas.

Um dos itens bastante representativos da coleção reunida por Kruse é uma série de ex-votos coletados na Lapa do Bom Jesus. Sobre eles destacou o fato de não os ter selecionado, mas coletado o todo disponível, não exercendo qualquer arbítrio de julgamento estético. Kruse analisava as pequenas peças considerando o seu sentido de oferenda, mas se detinha nas questões pertinentes à forma e ao fazer. Levantava pontos relativos às pos-

[23] Em carta enviada de Pirapora em 10 de novembro de 1941, Kruse comunica o envio dos treze volumes para o museu: "O caixão maior contém modelos descompostos de machinismos sertanejos, etc." (Kruse, 1941b).

[24] "Tenho igualmente grande urgência em saber ao certo o montante total da minha dívida para com Vossa Senhoria" (Torres, 1941). "Junto lhe remeto o recibo relativo aos 2:000$000 [2 contos de réis] da viagem ao São Francisco dos quais lhe fiz entrega antes de sua partida" (Torres, 1942).

sibilidades formais de cada material e às diferentes experiências de ordem estética que cada um poderia suscitar naquele que o fabricava.

Os ex-votos expressam de modo exemplar a comunicação com o invisível; expostos e dispostos nos altares, sinalizam a dádiva recebida e a relação de reciprocidade de seu significado "prático".

FIGURA 38 – Ex-votos reunidos por Kruse

Foto de Carla Dias.

Em setembro de 1945, Kruse seguiu em mais uma viagem ao sertão baiano, com o objetivo de reunir uma coleção para o museu, mais tarde nomeada de Ccoleção Sphan. Várias cartas trocadas entre Kruse, Andrade e Torres deixam entrever a dinâmica entre esses três personagens e a relevância da coleção.

> Prezado dr. Rodrigo, conforme a nossa conversa de ontem, dou em seguida o itinerário planejado da minha nova viagem à Bahia.

> [...] seguirei a Santa Maria da Vitória, o lugar clássico de fabricação de barcas e especialmente de cabeças de barcas, típicos para a navegação do rio São Francisco.
>
> De Santa Maria voltarei à Lapa e de lá a um lugar (distante, mais ou menos, 50km), um centro de arte aplicada popular (mantas, redes, bordados), seguirei a outro lugar, cujo nome, no momento não sei, e o qual me foi reportado como lugar ótimo para adquirir "trem velho".
>
> Pretendo continuar a Vila Velha, antigo centro de manufatura de objetos de metal. Em Vila Velha, ainda conheço alguns possuidores de móveis antigos, etc., os quais, na minha última viagem, se mostraram prontos para vendê-los.
>
> *Voltarei de lá, via Catité a Monte Alto, também lugar de arte aplicada (bordados, tecidos, cochenis, instrumentos musicais) e Carinhanha (rio São Francisco), onde devem encontrar-se ainda objetos arqueológicos, que foram achados, depois da minha última estadia em 1941, e provavelmente se encontram ainda em poder do meu amigo o prefeito. Trata-se de uma zona onde continuamente se encontram tais objetos*. (Kruse, 1945a; grifos nossos)

Kruse informava seu itinerário, mencionando os objetos que buscava e suas práticas de coleta, que incluíam a arregimentação de informantes treinados em viagens anteriores.[25] Como etnógrafo, ele reunia objetos, reconhecidos durante o convívio com as pessoas que visitava, devido ao valor que lhes era atribuído. Em outra carta, informava sobre os objetos que adquirira

[25] Kruse dirigia-se a Rodrigo Melo Franco de Andrade como *amigo* e lhe devotava sempre muito respeito e gratidão pela confiança em seus serviços. Em uma carta de 24 de junho de 1947, o diretor do Sphan "comunica o interesse na aquisição de alguns itens. Quanto às mantas de lã, a que se refere sua carta e das quais o senhor informa ter adquirido duzentas, tenho o prazer de comunicar-lhe que me interesso pela aquisição de oito, uma vez que sejam bem semelhantes entre si e possam assim ser utilizadas para formar um só tapete" (Andrade, 1947). Note-se o caráter altamente pessoalizado desse tipo de relação.

e mais uma vez ressaltava a participação de Torres e Andrade na constituição da coleção.[26]

> Objetos etnológicos: já comprei muitas coisas mais ou menos como aquelas que já comprei em 1941, para dona Heloísa. Porém os preços, naturalmente, já subiram – entretanto menos como era de esperar. [...] Fora disso peço uma requisição de frete para minha bagagem e outra para os volumes destinados ao MN. Os objetos destinados ao museu podem ser examinados por V. Sª, respectivamente por dona Heloísa A. Torres, eu acho que todos eles são de interesse etnológico, porém, aceitarei-os de volta, se não agradarão. (Kruse, 1945b)

Enquanto se dedicava ao colecionamento para o museu, Kruse continuava a desempenhar trabalhos de levantamento e diagnóstico de edificações históricas para o Sphan. Em 1946, escreveu a Rodrigo Melo Franco de Andrade informando sobre a situação de uma igreja (Kruse, 1946), que este, por sua vez, mandou examinar, sugerindo os possíveis encaminhamentos para a sua preservação.[27]

Kruse muito se empenhou em adquirir as chamadas *cabeças de barca*, objetos de grande interesse para o museu que, em mais de uma ocasião, haviam sido solicitados pela diretora.[28] Em sua última carta, quando se pre-

---

[26] Para o papel das cartas pessoais como gênero textual na administração pública brasileira dos inícios do século XX, ver Vianna (1995).

[27] Em resposta aos relatos, Rodrigo Melo de Andrade escreve: "Recebi com grande atraso sua atenciosa carta datada de 29 de maio último e agradeço-lhe pelas informações que o senhor me transmitiu ali não só sobre suas atividades nessa região mas também a respeito de outros assuntos de interesse para esta repartição. Estimei vivamente saber que este pertence hoje em dia a uma empresa dirigida por pessoas esclarecidas e que saberão zelar pela sua conservação" (Andrade, 1946).

[28] Em 1946, uma correspondência trocada entre Heloísa Alberto Torres e Antônio Joaquim de Almeida, diretor do Museu do Ouro, em Sabará, revela a rede interinstitucional que Rodrigo Melo de Andrade articulou através do Sphan, que ia além dos tombamentos e envolvia o colecionamento. Na primeira carta, Torres solicita transporte para um caixote contendo material científico, "uma cabeça de barca trazida do rio São Francisco pelo sr. Kruse e destinada ao Museu do Ouro" (Torres, 1946a). Antônio Joaquim de Almeida

parava para retornar ao Rio de Janeiro depois de uma longa estada, Kruse (1947) mencionou novas tentativas de conseguir as *cabeças*. Nessa carta, relatou ainda, etnograficamente, as dificuldades da vida naquela região.

Hermann Kruse faleceu em 1947, em Monte Alto, quando se preparava para retornar de uma temporada em que havia feito uma grande compra para a coleção do Museu Nacional.[29] Torres passaria alguns anos em busca de informações sobre a coleção que estava pronta para ser enviada.[30]

Formando acervos, tecendo malhas administrativas, formando Estado

Ao longo deste texto procuramos mostrar a relevância da abordagem da construção do patrimônio histórico e artístico nacional como parte dos processos de formação de Estado no Brasil, estes mesmos também dispositivos de construção nacional. Partindo da pesquisa nos arquivos do atual Iphan e no AHMN, destacamos as relações sociais – por vezes altamente personalizadas, como a leitura das cartas depositadas nesses arquivos deixa entrever – entre agentes posicionados de instituições que compunham o espaço do *nacionalismo como política* no período histórico abordado. Nossa intenção era fugir às análises mais frequentes que, por serem marcadas pelo

responde que se trata de uma "esplêndida cabeça de proa, característica da região do Rio São Francisco, sendo uma peça que há muito tempo ambicionava para enriquecer a seção de Arte Popular que [estava] organizando [naquele] museu" (Almeida, 1946). O diretor diz estar à espera de maiores esclarecimentos sobre a procedência e o destino da referida peça. Torres responde de pronto, dando ciência de que o Museu Nacional agiu como mero intermediário na remessa da cabeça de proa de barco do São Francisco, "que é realmente enviada pelo doutor Rodrigo" (Torres, 1946b).

[29] No AHMN, um telegrama enviado por Heloísa Alberto Torres ao prefeito de Carinhanha, em 1950, pede informações sobre o destino da coleção de objetos que Kruse havia reunido para enviar ao museu quando veio a falecer (Torres, 1950a).

[30] Ainda sobre as cabeças, em 1949, Donald Pierson, em viagem, telegrafa a Heloísa Alberto Torres informando do interesse do prefeito de Joazeiro, Bahia, em ceder algumas figuras de proa de barco. Informa ainda que, durante a viagem, viu poucas figuras, sendo essas mais comuns numa localidade que não se podia visitar, Santa Maria das Vitórias (Pierson, 1949). Torres dirige-se ao prefeito solicitando informações sobre o valor, a quantidade e a possibilidade de envio das peças para o Rio e afirmando o grande interesse do museu em adquirir essas figuras de proas de embarcações do São Francisco (Torres, 1950b).

ensaísmo, ou reduzidas a pesquisas empíricas de fontes muito limitadas e em geral publicadas, superestimam as dimensões de retórica, de puro simbolismo, de ideologia como constitutivas dos nacionalismos, nas quais se insere a história do patrimônio histórico e artístico nacional.

Procuramos esboçar a proficuidade de uma investigação genealógica e sociogenética das práticas e saberes (com especial destaque para a presença dos saberes antropológicos) presentes nas rotinas diárias dessas instituições, parte de um legado histórico que ainda não desapareceu. Assim, reportamo-nos ao trabalho contido no Museu Nacional, lócus que foi dos primeiros processos de tombamento de acervos de cultura material, mais especificamente o realizado com as coleções etnográficas *regionais* ou *sertanejas*, como uma das bases do que viria a se instituir como prática patrimonial no Brasil a partir da criação do Sphan em 1937. Decerto, se tivéssemos abordado também as coleções arqueológicas, muitos outros contornos, nuances e relações surgiriam.

Assim, inventar um povo, componente de uma nação única, homogêneo em suas tão propaladas diferenças, positivá-lo em seus aspectos mais distintos, implicou a sua representação por meio de objetos de cultura material. Representar o povo, naquela quadra histórica, implicou colecionar objetos, e os dois processos demandaram a constituição de redes relacionais que deram substância às práticas administrativas delineadas, em que figuras relativamente anônimas para a historiografia e a sociologia da produção intelectual hoje, como é o caso de Hermann Kruse, (res)surgem. Seguir essas trajetórias lança luz sobre o que de outro modo pode parecer meramente mágico ou profundamente abstrato: a produção de inventários e acervos de *bens culturais*, parte das atividades de um centro – bastante precário e fraco – de onde emanava o exercício dos poderes de Estado nessa área da vida social. Há, pois, muita documentação por ser trabalhada e amplo espaço para se produzirem, a partir dela, novas perspectivas analíticas em torno dos mais diversos aspectos das práticas patrimoniais.

Referências

ABRAMS, Philip. Notes on the difficulty in studying the state. *In*: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (org.). *The anthropology of the state*: a reader. Oxford: Blackwell Publishing, 2006. p. 112-130.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal*: memória, história e estratégias de consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Lapa; Rocco, 1996.

ABREU, Regina. *O enigma dos Sertões*. Rio de Janeiro: Funarte; Rocco, 1998.

ACADEMIA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS. *Luiz de Castro Faria*. Rio de Janeiro, [200?]. Disponível em: http://www.abc.org.br/sjbic/curriculo.asp?consulta=lcfaria. Acesso em: 28 fev. 2009.

ALMEIDA, Antônio Joaquim. [*Correspondência*]. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. Sabará, 1946.

ANDERSON, Benedict. *Imagined communities*: reflections on the origins and spread of nationalism. Londres: Verso, 1991.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. [*Correspondência*]. Destinatário: Hermann Kruse. Rio de Janeiro, 31 jul. 1946. Arquivo Iphan, Série Personalidades.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. [*Correspondência*]. Destinatário: Hermann Kruse. Rio de Janeiro, 24 jun. 1947.

BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. *In*: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu*: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

CASTRO FARIA, Luiz de. Museu Nacional: o espetáculo e a excelência. *In*: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: espetáculo e excelência. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Tempo Brasileiro, 1993.

CASTRO FARIA, Luiz de. Nacionalismo, nacionalismos: dualidade e polimorfia. *In*: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio.* Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: escritos exumados 1. Espaços circunscritos, tempos soltos. Niterói: EdUFF, 1998.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia*: escritos exumados 2. Dimensões do conhecimento antropológico. Niterói: EdUFF, 1999.

CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória*: a construção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil – anos 30 e 40. 1998. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

CLIFFORD, James. Colecionando arte e cultura. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 69-79, 1994.

CORRÊA, Mariza. Dona Heloísa e a pesquisa de campo. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 11-54, 1997.

DAOU, Ana Maria Lima. Tipos e aspectos do Brasil: imagem e imagens do Brasil através da iconografia de Percy Lau. *In*: CORRÊA, Roberto; ROSENTHAL, Zeny (org.) *Espaço, paisagem e imaginário*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2001. p. 135-165.

DIAS, Carla Costa. *De sertaneja a folclórica, a trajetória das Coleções Regionais do Museu Nacional – 1920/1950*. 2005. Tese (Doutorado em Artes Visuais) – Escola de Belas Artes, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ELIAS, Norbert. Processo de formação de Estados e construção de nações. *In*: ELIAS, Norbert. *Escritos e ensaios 1*: Estado, processo, opinião pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2006. p. 153-166.

FGV. CPDOC. *A Era Vargas*: dos anos 20 a 1945. Diretizes do Estado Novo (1937-1945). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, [200?]. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos37-45/PoliticaAdministracao/IBGE. Acesso em: 28 fev. 2009.

FOLHA DA NOITE. São Paulo, 15 fev. 1940. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan, 1940. (Série Personalidades, pasta Hermann Kruse).

GEERTZ, Clifford. *Negara*: o Estado-teatro no século XIX. Lisboa: Difel, 1991.

GOMES, Ângela de Castro. O Redescobrimento do Brasil. *In*: GOMES, Ângela de Castro (org.). *Estado Novo:* ideologia e poder. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GONÇALVES, José Reginaldo S. Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 264-275, 1988.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *O templo e o fórum:* reflexões sobre museus, antropologia e cultura. *In*: CHUVA, Márcia (org.). *A invenção do patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, 1995.

GRUPIONI, Luis Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas*: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. São Paulo: Hucitec/Anpocs, 1998.

IBGE. *Tipos e aspectos do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

O IMPARCIAL. Salvador, 14 nov. 1939. Rio de Janeiro: Arquivo Central do Iphan, 1939. (Série Personalidades, pasta Hermann Kruse).

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. São Paulo, 10 jun. 1941a.

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. Pirapora, 10 nov. 1941b.

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Bahia, 6 set. 1945a.

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Monte Alto, 31 jul. 1945b.

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. 29 maio 1946.

KRUSE, Hermann. [*Correspondência*]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Monte Alto, 29 maio 1947. Arquivo Sphan, doc. 861/47.

MENEZES, Ulpiano T. B. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, NS, n. 1, p. 207-222, 1992.

Museu Nacional. Congregação. *Livros de atas (1904-1911)*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1904-1911. Manuscrito.

ORTIZ, Renato. *Românticos e folcloristas*: cultura popular. São Paulo: Editora Olho d'Água, 1992.

PEIRANO, Mariza Gomes e Souza. The anthropology of anthropology: the Brazilian case. 1981. Tese (Doutorado em Antropologia) – Harvard University, Cambridge, 1981.

PIERSON, Donald. [*Correspondência*]. Destinatário: Heloísa Alberto Torres. Juazeiro, 1949. AHMN, pasta Telegramas.

POMIAN, Krzysztof. Coleções. *In*: Enciclopédia Einaudi. Porto: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984. p: 51-86. v. 1.

POULOT, Dominique. Museu, nação, acervo. *In*: BITTENCOURT, José Neves *et al*. *História representada*: o dilema dos museus. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2003. p. 25-62.

REIS, Elisa Pereira. O Estado nacional como ideologia: o caso brasileiro. *In*: REIS, Elisa Pereira. *Processos e escolhas*: estudos de sociologia política. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p. 67-90.

RIBEIRO, Rafael Winter. A invenção da diversidade: construção do Estado e diversificação territorial no Brasil (1889-1930). 2005. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

ROQUETTE-PINTO, Edgard. *Seixos rolados*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1927. (Série V. Coleção Brasiliana, v. XXII).

SAIA, Luis. [*Correspondência*]. Destinatário: prefeito de Cananeia. São Paulo, 9 jan. 1942.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. O nascimento dos museus no Brasil. *In*: MISCELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, 1989. p. 45-67.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Os museus de história natural e a construção do indigenismo*: notas para uma sociologia das relações entre campo intelectual e campo político no Brasil. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1989. Comunicação, n. 13.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. *Um grande cerco de paz*: poder tutelar, indianidade e formação de Estado no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1995.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos. Sobre gestar e gerir a desigualdade: pontos de investigação e diálogo. *In*: SOUZA LIMA, Antônio Carlos (org.). *Gestar e gerir*: estudo para uma antropologia da administração pública no Brasil. Rio de Janeiro: Nuap; Museu Nacional; Relume-Dumará, 2002. p. 11-22.

SPHAN. *Ofício nº 34.458*. Rio de Janeiro: Sphan, jul. 1946. Assunto: Cerâmica (figura antropomorfa), Santarém, Pará. Livro de Tombo, n. 16.

SPHAN. *Ofício nº 42*. Rio de Janeiro: Sphan, 24 fev. 1948. AHMN, doc. 98, pasta 123.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: Rodrigo Melo Franco de Andrade. Rio de Janeiro, 10 jan. 1937. Documento do Setor de Etnologia do Museu Nacional.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: Hermann Kruse. Rio de Janeiro, 24 nov. 1941.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: Hermann Kruse. Rio de Janeiro, 3 fev. 1942.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: Antônio Joaquim de Almeida. Rio de Janeiro, 1946a.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: Antônio Joaquim de Almeida. Rio de Janeiro, 1946b.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: prefeito de Carinhanha. Rio de Janeiro, 1950a. AHMN, pasta Telegramas.

TORRES, Heloísa Alberto. [*Correspondência*]. Destinatário: prefeito de Juazeiro. Rio de Janeiro, 1950b. AHMN, pasta Telegramas.

VIANNA, Adriana de Resende Barreto. *Cartas de rotina, cartas de compromisso*: considerações sobre administração e relações pessoais na Primeira República. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, 1995. Comunicação, v. 5.

FIGURA 39 – Placas Occipitais com Plumas (Rio Uaupés, Amazonas; 61 x 12 cm, 49 x 6 cm e 59 x 10 cm). Adornos do grupo Tukano, usados na parte posterior da cabeça presos à faixa frontal, acompanhados de outros adornos. Peças doadas ao Museu Nacional pelo Visconde de Paranaguá. Figuraram na Exposição Antropológica de 1882.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 40 – Vasilhame, 400 a 1400 A.D. Cerâmica Marajoara (Ilha de Marajó; Ø 38,5 cm). Tigela cerimonial decorada internamente com pintura policroma, em vermelho e preto sobre fundo branco, com motivos geométricos e representações estilizadas da figura humana.

Foto de Rômulo Fialdini e Valentino Fialdini.

FIGURA 41 – Ex-votos reunidos por Kruse.

Foto de Carla Dias.

FIGURA 42 – Inauguração da exposição comemorativa dos vinte anos da criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional, com o reitor da UFRJ, Horácio Macedo, a diretora do Museu, Leda Dau, e o coordenador do programa, José Sergio Leite Lopes.

Fonte: Acervo do Setor de Memória e Arquivo do Museu Nacional.

Fundamentos empíricos da razão antropológica

a criação do PPGAS/MN e a seleção das espécies científicas[1,2]

Afrânio Garcia Jr.[3]

Nos anos 1960, o próprio sentido do termo *antropologia*, bem como o do ofício de *antropólogo*, sofreu uma transformação bastante profunda. Desde ao menos o final do século XIX, esse saber era praticado principalmente por antigos estudantes de medicina nos museus de história natural. Os departamentos dedicados à antropologia increviam-se numa totalidade composta por divisões consagradas à geologia, à botânica e à zoologia. A história da humanidade era percebida como um capítulo da história do planeta e do conjunto dos seres viventes. No seio desses museus, todos os especialistas recrutados para seguir carreiras científicas tinham direito ao título de *naturalistas*, portando o avental branco – como os médicos nos hospitais – que os distinguia dos simples mortais. Aqueles que pertenciam

[1] Uma primeira versão deste artigo foi redigida para uma coletânea de que fui um dos organizadores: "Les disciples de la 'mission française' et la réception de l'anthropologie structurale au Brésil. Retour sur un mythe d'origine". *In*: Garcia, Afrânio; Munoz, Marie-Claude (org.). Cahiers de la recherche sur l'éducation et les savoirs. *Revue Internationale de Sciences Sociales*, Hors Série n. 2: "Mobilité universitaire et circulation internationale des idées. Le Brésil et la mondialisation des savoirs", Paris, FMSH, p. 57-93, 2009. Uma segunda versão, em português, foi publicada em *Mana – Estudos de Antropologia Social*, v. 15, n. 2, p. 411-447, 2009.

[2] Com saudades de Lygia Sigaud, que estimulou a redação deste artigo e contribuiu com inúmeras críticas e sugestões.

[3] Mestre de conferências na École des Hautes Études en Sciences Sociales – EHESS (Paris, França) e ex-professor do Departamento de Antropologia do Museu Nacional/UFRJ.

à divisão da antropologia eram iniciados em questionamentos, conceitos e métodos de trabalho próprios de quatro domínios do saber: antropologia física, arqueologia, linguística e antropologia cultural.

Cada domínio dava origem a um setor da divisão, favorecendo a especialização, mas todos os praticantes coletavam seus materiais por ocasião das *expedições*, que podiam incluir *naturalistas* das outras divisões do museu (geólogos e geógrafos, botânicos, zoólogos). Graças às *expedições*, os *naturalistas* constituíam *coleções*, fonte de suas publicações científicas, mas também de *exposições* abrigadas no museu para a difusão do conhecimento. O paradigma evolucionista, a princípio enraizado nas teorias de Darwin sobre a seleção das espécies, atravessava os diferentes domínios do saber que estudam os seres vivos.

A criação do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional do Rio de Janeiro (PPGAS/MN) instaurou uma ruptura com as práticas precedentes. Tal rompimento se manifesta em primeiro lugar no recrutamento: ele incluiria, a partir de então, os estudantes que, na licenciatura, haviam estudado as ciências humanas e sociais, como a filosofia, a história, a sociologia, a economia, a psicologia, o direito. Em segundo lugar, se ainda havia médicos, como no passado, eles já não eram selecionados individualmente e, em seguida, formados por meio do acompanhamento do trabalho científico do "mestre", mas admitidos por concurso público, juntamente com os licenciados em ciências humanas e sociais. A formação de todos privilegiava a leitura de monografias etnográficas e de artigos científicos de renome na cena internacional; de modo análogo, os estudantes eram incitados a testar as teorias mais recentes elaboradas em um trabalho de campo prolongado (*fieldwork*), tendo como modelo a antropologia social britânica desde Malinowski (1922).

Em uma época de forte tensão social, desencadeada sobretudo pelas mobilizações dos estudantes universitários, seguida por um endurecimento dos mecanismos de repressão do regime militar, em 1968, a abertura de um curso de mestrado de alto nível, possibilitando pesquisas de campo, constituiu, para o exercício das atividades intelectuais, algo como um "refúgio" privilegiado, permitindo a reconversão de jovens interessados pelas ciências humanas e/ou perseguidos pelo regime militar. Isso se confirma

ainda mais, tendo em vista que seu principal organizador, Roberto Cardoso de Oliveira, formado pelos filósofos da Missão Francesa na Universidade de São Paulo (USP), via com bons olhos a proximidade da sociologia, vizinhança igualmente cultivada por Florestan Fernandes, que o introduzira nessa disciplina, nos anos 1950, pouco antes de formar seus primeiros discípulos sociólogos, entre os quais figurava o cunhado de Roberto, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso.

A aproximação da sociologia, ou mesmo da ciência política em vias de constituição, também se explica pela necessidade de constituir uma frente comum diante das perseguições desencadeadas contra aqueles que se definiam como cientistas sociais. Veremos a seguir que a simultaneidade das condições favoráveis à criação do curso de mestrado em Antropologia (com o apoio da Fundação Ford, o acesso a pesquisas de campo e a apropriação de uma literatura internacional inovadora) e a instauração de formas duráveis de repressão das atividades intelectuais desencadearam um forte investimento dos estudantes na renovação do ofício de *antropólogo*.

Troca de guarda-chuvas: da história natural às ciências sociais

A criação do PPGAS/MN significou para a antropologia social o mesmo que a criação do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) significou para a ciência política. As duas organizações contaram com o apoio financeiro da Fundação Ford e se inscreveram no novo quadro normativo instituído pelos militares para o sistema de ensino. Se o regime desejava impor limites a todo pensamento crítico, promulgando leis e decretos-lei que favoreciam o afastamento dos professores e o controle estrito do acesso aos cargos de pesquisador ou de professor-pesquisador (até mesmo pela exigência de "atestado ideológico" fornecido pelo Departamento de Ordem Política e Social – Dops, ou de fichas a serem preenchidas pelo Serviço Nacional de Informações – SNI), ele também tinha como objetivo dar impulso a uma pós-graduação de alto nível, condição tida como indispensável para o desenvolvimento científico e tecnológico, percebida como essencial ao crescimento econômico durável.

As características sociais e intelectuais dos fundadores do primeiro mestrado em Antropologia Social, bem como a existência de uma tradição de pesquisas de campo no Museu Nacional, tinham possibilitado projetos de colaboração com a Universidade de Harvard que precederam a criação dessa nova instituição. O estudo do cruzamento dos percursos intelectuais dos "pais fundadores" do PPGAS/MN (aí incluído David Maybury-Lewis, da Universidade de Harvard, que se associou a Roberto Cardoso e a Luiz de Castro Faria nesse empreendimento) deve permitir uma melhor compreensão das condições e das expectativas dessa inovação institucional.

Os capitais sociais, econômicos, intelectuais e simbólicos mobilizados para tanto são em parte originários do campo acadêmico norte-americano, mas eles somente puderam exercer seus efeitos uma vez combinados com aqueles acumulados pelos professores-pesquisadores brasileiros. O aspecto multilateral do empreendimento é certamente responsável pela originalidade das atividades pedagógicas e da pesquisa posteriormente realizada. Se o PPGAS/MN seguramente não pode ser inscrito como um filho tardio da Missão Francesa dos anos 1930, ele tampouco constituiu uma réplica tropical do PhD de Harvard e menos ainda uma invenção exclusivamente autóctone.

A hibridação foi obra dos "pais fundadores", mas a eficácia da aliança dos três antropólogos somente se torna clara se levarmos em conta suas propriedades sociais, seu acervo de experiências, seus projetos científicos e profissionais e o reconhecimento intelectual de que desfrutavam por ocasião da instituição do PPGAS/MN.

Roberto Cardoso: a reconversão do filósofo às virtudes do trabalho de campo etnográfico

A Roberto Cardoso, primeiro diretor do PPGAS/MN – de 1968 a 1971 – credita-se de modo unânime o papel de principal organizador do programa. Nascido em 1928, em São Paulo, de uma família de origem social elevada, seu percurso parece marcado pela condição de órfão aos 4 anos de idade. Seu pai fora um grande negociante, exportador de café, falecido em plena crise dos anos 1930. Sua mãe pertencia a uma linhagem da nobreza imperial

cuja riqueza também provinha das fazendas de café. Entre seus ancestrais, figurava um intelectual português, deportado para o Brasil pelo marquês de Pombal, no final do século XVIII, que lecionara retórica a Feijó. Durante a infância, Roberto Cardoso morou em Higienópolis, São Paulo, onde residem famílias abastadas como a de seu futuro cunhado, e frequentou os mais reputados estabelecimentos de ensino secundário da cidade (colégios Carlos Gomes e Rio Branco).

Parece que, em algum momento, Roberto Cardoso desejou prestar o concurso para a Faculdade de Medicina, mas acabou se decidindo por estudos de filosofia na USP, organizados, desde 1934, por professores franceses. Essa reviravolta em seu projeto intelectual encontrou forte oposição materna. Ele teve de financiar seus estudos universitários graças a um trabalho intermitente como jornalista, e casou-se cedo, antes de sua formatura, com uma colega do curso de filosofia que frequentava os mesmos círculos nacionalistas que seu cunhado. No curso de filosofia da USP, seguiu os ensinamentos de Martial Guéroult, Claude Lefort, Roger Bastide e Gaston Granger; graças a este último, decidiu aprofundar os estudos em epistemologia das ciências. Como Pierre Bourdieu (2004) assinala a propósito de sua própria formação escolar, o campo filosófico francês era dominado, nos anos 1950, pela fenomenologia de Merleau-Ponty ou de Sartre, com um segundo polo em epistemologia das ciências, representado pelos trabalhos de Bachelard e Canguilhem.

Era essa segunda orientação que predominava entre os professores que foram para São Paulo. José Arthur Giannotti, ainda hoje um dos principais filósofos brasileiros, dedicou-se, a princípio, à epistemologia da matemática; o colega Roberto Cardoso, por sua vez, escolheu examinar os fundamentos filosóficos da etnologia, sendo o único estudante de sua turma a ter optado por uma disciplina das ciências sociais. Cardoso trabalhou com Florestan Fernandes, que tinha defendido uma tese sob orientação do etnólogo alemão Herbert Baldus, na ocasião professor na Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Foi nessa época que Florestan Fernandes – que iria suceder Roger Bastide como titular da cadeira de Sociologia da USP, quando o antropólogo francês voltou para a França para ensinar na Escola Prática (atual EHESS) – retomou várias publicações sob a forma de artigos para

reuni-los em um de seus livros mais célebres, *Os fundamentos empíricos da explicação sociológica.* Nesse contato inicial com a etnologia e a sociologia, Roberto Cardoso fez uso de seus conhecimentos filosóficos para abordar uma questão que lhe era portanto familiar: a dos fundamentos das práticas científicas mais corriqueiras.

Foi a proximidade com Darcy Ribeiro que determinou uma inflexão em sua carreira, ao impor, no que diz respeito à elaboração teórica, o primado das pesquisas de campo, como já vinha ocorrendo no universo anglo-saxão. Como responsável pela Divisão de Estudos do Museu do Índio, no Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro convidou Roberto Cardoso para integrar essa instituição no intuito de melhorar seus quadros. Cardoso mudou-se com toda a família para o Rio de Janeiro, em 1954, para assumir suas novas funções. Ambos se beneficiaram da colaboração de Eduardo Galvão, único etnólogo brasileiro na época a possuir o título de PhD da Universidade de Columbia, sob a direção do brasilianista Charles Wagley. O cargo ocupado no Museu do Índio permitiu a Roberto Cardoso a realização de suas primeiras pesquisas de campo, a princípio entre os terena, em seguida entre os tikuna. Paralelamente a essas estadias prolongadas entre os grupos tribais, desde 1955 Roberto Cardoso proferiu cursos nas instalações do Museu do Índio, financiados pelas agências criadas por Anísio Teixeira para promover a modernidade do sistema educativo brasileiro, como a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), o Centro Brasileiro de Pesquisas em Educação (CBPE) e o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), destinados a formar etnólogos a par dos debates internacionais da disciplina e dispostos a submeter as hipóteses teóricas à prova do campo etnográfico.

Em 1958, Cardoso deixou o Museu do Índio, pouco após o terem feito Darcy Ribeiro e Eduardo Galvão, devido a inflexões na política indigenista que eles julgavam inadmissíveis. Nessa ocasião, Roberto Cardoso foi convidado por Luiz de Castro Faria para integrar o Museu Nacional. Esse novo cargo permitiu-lhe levar adiante suas pesquisas etnográficas sobre grupos ameríndios e dar continuidade a seus projetos pedagógicos. A partir de 1960, com o apoio e a participação de Castro Faria, Cardoso organizou cursos de especialização associando formação teórica e trabalho de campo obrigatório

(Laraia, 2008). A orientação no sentido da profissionalização das novas gerações era clara: os futuros estudantes eram submetidos a um exame de ingresso que atestava seu conhecimento da literatura internacional, deles sendo exigida dedicação integral aos estudos, graças a bolsas concedidas pelas agências federais e a um controle permanente da literatura ao longo dos seminários. Nessa época, a definição do domínio da antropologia era bastante estrito – todos os estudantes fizeram um trabalho de campo sobre os grupos ameríndios para produzirem suas monografias.

É interessante notar que, na mesma época, em seguida aos trabalhos de Roger Bastide e de Florestan Fernandes sobre o preconceito social contra os negros no mercado do trabalho industrial de São Paulo, as pesquisas sobre o destino dos descendentes dos escravos africanos no sul do país, conduzidas pelos discípulos de Florestan Fernandes na USP, como Octavio Ianni e Fernando Henrique Cardoso, eram percebidas como produtos da "sociologia". Tornar-se *antropólogo*, nos anos 1960, era quase sinônimo de se dedicar ao estudo de um grupo particularmente desconhecido e percebido como "não integrado" à sociedade nacional: os ameríndios.

O golpe militar de 1964 não parece ter atingido as atividades do Museu Nacional, como foi o caso para muitas instituições universitárias ou centros de pesquisa. São numerosos os testemunhos da solidariedade de Roberto Cardoso com colegas ou estudantes perseguidos (Amorim, 2001); mas o museu somente será percebido como um centro de resistência intelectual após 1968, como desenvolveremos mais adiante. Entretanto, as redes de apoio de Roberto Cardoso foram bastante abaladas, com seus amigos sendo afastados dos cargos ministeriais, o que provavelmente explica a interrupção dos cursos dados desde o início dos anos 1960.

O exílio forçado de seu cunhado, Fernando Henrique Cardoso, bem como o de Darcy Ribeiro, que o tinha feito vir ao Rio, por um lado, e as perseguições a Florestan Fernandes, seu primeiro mestre na disciplina, por outro, nos dão a medida do colapso de seu capital social. Data de então uma colaboração mais estreita com David Maybury-Lewis, o que permitiu, a princípio, que seus antigos alunos – como Roberto DaMatta, Roque de Barros Laraia ou Julio Cezar Melatti – pudessem dar continuidade a seus estudos doutorais em Harvard, o que lhe forneceu em seguida uma

caução decisiva vinda de um dos centros acadêmicos norte-americanos mais prestigiosos para a obtenção do apoio financeiro da Fundação Ford. Tudo se passou como se o Departamento de Antropologia de Harvard e a Fundação Ford constituíssem "aliados de reposição" diante da perda de peso social e político dos círculos nacionalistas de esquerda que sustentavam seus projetos pedagógicos.

É preciso ressaltar que, desde o momento de sua chegada ao Rio, em 1954, Roberto Cardoso pouco se preocupou com a obtenção do título de doutor, dedicando-se integralmente às publicações derivadas de suas pesquisas de campo e às suas experiências de formação de profissionais especializados. Após 1964, pareceres aprovados pelo Conselho Federal da Educação, impondo as condições indispensáveis para a aprovação dos programas de pós-graduação – o "Parecer Sucupira" –, fizeram com que Roberto Cardoso compreendesse a necessidade de possuir um doutorado. Ele o realizou na USP, sob a orientação de Florestan Fernandes, em 1966, com uma tese – *Urbanização e tribalismo: a integração dos terena em uma sociedade de classes* (Cardoso de Oliveira, R., 1966a) – derivada de suas pesquisas sobre as populações terena residentes em cidades em expansão. Acompanhemos o exame dessas trajetórias cruzadas, detendo-nos no percurso de David Maybury-Lewis, que o levou a colaborar com Roberto Cardoso na criação do PPGAS/MN e o tornou diretor do Departamento de Antropologia de Harvard.

David Maybury-Lewis: de Oxford (Grã-Bretanha) a Cambridge (Estados Unidos), as etnologias imperiais esquadrinhadas com microscópio

Pertencente à mesma geração de Roberto Cardoso, David Maybury-Lewis nasceu em 1929, em Hyderabad, no Império Britânico (atual Paquistão), onde seu pai trabalhava como engenheiro hidráulico, ocupando importantes funções nessa região árida. Ele realizou seus estudos secundários na Inglaterra, durante a Segunda Guerra, e somente em 1948-1949 foi incorporado às tropas britânicas. Seus estudos de língua francesa, espanhola e russa foram feitos em Cambridge (Grã-Bretanha), onde obteve seu diploma de licenciatura em 1952.

Ele percorreu toda a Europa durante um ano e, em seguida, partiu para o Brasil, entre 1953 e 1955. Estudou etnologia em São Paulo sob a orientação de Herbert Baldus, ao mesmo tempo que ensinava inglês em uma escola do consulado britânico. Graças a uma bolsa da universidade, permaneceu entre os sherente e os kraho do Brasil Central durante nove meses. Suas pesquisas possibilitaram-lhe a obtenção de um mestrado na USP – versando sobre a "aculturação dos sherente" –, de outro, defendido na Universidade de Cambridge, e de um terceiro, em Oxford, na Grã-Bretanha. Em 1957, inscreveu-se no doutorado em Antropologia Social na Universidade de Oxford, realizando pesquisas de campo entre os akwe-xavante, em 1958 e 1960, e posteriormente defendendo sua tese sobre aquele grupo.

Em seguida, partiu para os Estados Unidos, onde foi ensinar na Universidade de Harvard (1960), e, mais tarde, em 1964-1965, foi admitido como *fellow* no Instituto de Estudos Avançados de Princeton. Desse modo, aos 35 anos, Maybury-Lewis já havia passado pelos centros ingleses e norte-americanos mais prestigiosos em antropologia social e tinha conquistado o estatuto de professor associado a Harvard. Um ano após seu ingresso nesta universidade, em 1962, ele formulou o projeto Harvard-Brasil Central para estudos sistemáticos dos grupos gê. Foi nessa ocasião que estabeleceu vínculos sistemáticos com Roberto Cardoso, que permitiram o acordo entre o Museu Nacional e a Universidade de Harvard, assinado em 10 de maio de 1963.

O projeto vigorou de 1962 a 1966, em combinação com outro, empreendido por Roberto Cardoso e financiado pelo CNPq, com o nome "Estudo comparativo das sociedades indígenas do Brasil". David Maybury-Lewis dirigiu o projeto Gê Brasil Central, visando ao estudo sistemático dos sistemas políticos dos grupos ameríndios, à análise formal dos mitos – com o auxílio de modelos matemáticos estudados graças à informática – e à análise comparativa das organizações sociais.

Dos oito estudantes de PhD financiados por esse projeto, três faziam parte do grupo formado em 1960-1961 no Museu Nacional por Roberto Cardoso: Roberto DaMatta (com trabalho sobre os apinayé), Roque de Barros Laraia (sobre os sherente) e Julio Cezar Melatti (sobre os kraho). A equipe binacional beneficiou-se de vários colóquios para discutir as hipóteses e os modelos explicativos, e esse trabalho coletivo facilitou, sem

dúvida, a publicação posterior das monografias. Os temas trabalhados de maneira recorrente por todo o grupo foram as formas de parentesco e de casamento, a organização por grupo de idade, as confrarias e as modalidades da fragmentação social.

Como assinalou recentemente Laraia (2008), antes mesmo de concluir sua tese de PhD, David Maybury-Lewis (1960) publicou uma crítica ao famoso artigo de Lévi-Strauss "Les organisations dualistes existent-elles?" (Lévi-Strauss, 1956), intitulada "The analysis of dual organizations: a methodological critique", logo seguida de uma resposta de Lévi-Strauss (1960). Uma das questões centrais da controvérsia dizia respeito ao caráter exogâmico das metades rituais dos apinayé, questão que só ficou esclarecida pela tese de Roberto DaMatta, em Harvard, sob orientação de Maybury-Lewis (DaMatta, 1976 – a tese de PhD foi defendida em 1971). O diálogo crítico com as análises estruturais de Lévi-Strauss, a partir dos materiais etnográficos dos grupos gê do Brasil Central, parece ter marcado profundamente a carreira de Maybury-Lewis; mesmo sua entrada na Universidade de Harvard, para um egresso de Oxford, não seria estranha a essa controvérsia científica (Laraia, 2008, p. 550-551).

Para dar prosseguimento a esses trabalhos de pesquisa, Maybury-Lewis e Cardoso solicitaram meios financeiros à Fundação Ford. A análise da correspondência entre esses dois antropólogos, entre 1966 e 1967, mostra que o interesse primordial do britânico era o de assegurar a continuidade das pesquisas de campo. Foi Cardoso quem teve a iniciativa de falar na criação do programa de mestrado, retomando assim seus esforços anteriores. Maybury-Lewis parece ter aceitado essa ideia como contrapartida à busca de sua cooperação que, por outro lado, ampliava o alcance das reflexões feitas em Harvard.

Mas o que esteve no centro de suas preocupações foi o teste experimental das premissas da antropologia estrutural, segundo a formulação de Claude Lévi-Strauss – em particular, a propósito das organizações dualistas. Desse modo, compreende-se melhor a inflexão das orientações teóricas de Roberto DaMatta por ocasião de seu PhD em Harvard, onde fez uma leitura exaustiva e sistemática das obras de Lévi-Strauss e redigiu sua tese de doutorado, posteriormente publicada como livro – *O mundo dividido*.

Por conta de sua participação nos debates, em Harvard, sobre a pertinência dos conhecimentos proporcionados pelo paradigma estruturalista, Roberto DaMatta figurou como o principal autor brasileiro em antropologia dos anos 1970 devido a seu uso criativo das proposições de Lévi-Strauss. Como professor de orientação "estruturalista", ele demonstrou como a contribuição do pensador francês permitia ultrapassar as controvérsias técnicas sobre a nomenclatura do parentesco e sobre o sentido do totemismo, do relato dos mitos e das práticas rituais.

A hegemonia dos questionamentos e dos modelos de análise propostos por Lévi-Strauss no mundo anglo-saxão revelou-se um fator central de sua retomada no Brasil. Foi a utilização prática das hipóteses lévi-straussianas, diante do desafio de descrever etnograficamente e explicar os modos de vida e o sistema de representação dos grupos ameríndios – que nunca haviam sido objeto de estudos tão sistemáticos –, que marcou a leitura das obras de ruptura do pensador francês.

Luiz de Castro Faria: a recusa da amnésia, ou um naturalista compelido à especialização em Antropologia Social

A análise do itinerário social e intelectual de Luiz de Castro Faria deve possibilitar a compreensão do modo como as tradições de pesquisas em antropologia, no Museu Nacional, favoreciam alguns traços distintivos do PPGAS/MN, mas também suscitavam resistências, ou mesmo oposições, em relação à formação coletiva dos aprendizes em antropologia social, adeptos fervorosos do progresso do conhecimento graças ao trabalho de campo.

Nascido em 1913, de uma geração anterior à dos dois outros "pais fundadores", de uma família que, como a de Roberto Cardoso, tinha raízes na nobreza imperial, Castro Faria concluiu brilhantes estudos secundários em 1932. Parece ter ele desejado ingressar na Faculdade de Medicina, mas finalmente optou por cursos de licenciatura em Biblioteconomia, escolha surpreendente para um jovem de sua origem social que concluíra os estudos secundários no Colégio São Bento, já então um dos mais prestigiosos do Rio de Janeiro. Em 1936, ele foi admitido como *praticante* (exercendo

uma profissão sem remuneração) na Divisão de Antropologia do Museu Nacional, sendo em seguida promovido a "assistente voluntário", em 1937. Na época, para aceitar essa condição, era preciso pertencer a uma família relativamente abastada, já que não existia qualquer tipo de bolsa ou remuneração durante o estágio probatório.

Em 1938, Castro Faria acompanhou Lévi-Strauss (Castro Faria, 2001) durante a Expedição à Serra do Norte, imortalizada em *Tristes trópicos*. Essa experiência comum de colaboração científica não se prolongou; eles se reencontraram novamente em 1953, em Paris, por ocasião de um estágio de Castro Faria no Musée de l´Homme, a convite de Paul Rivet; mas nenhum projeto comum deu seguimento à antiga colaboração. A Expedição à Serra do Norte, também conhecida como "Expedição Lévi-Strauss", constituiu sua primeira experiência de campo; suas despesas foram financiadas pelo Secretariado da Cultura de São Paulo, dirigido por Mário de Andrade. A participação de Castro Faria foi decidida após longas negociações entre Claude Lévi-Strauss, apoiado por Paul Rivet, e a diretora do Museu Nacional, Heloísa Alberto Torres. Esta última, também antropóloga, ao nomear Castro Faria como membro da missão, perseguia um duplo objetivo: responder à exigência do Conselho de Fiscalização das Expedições Científicas e Artísticas, criado em 1933, e aproveitar a ocasião para formar um aprendiz de cientista que pudesse ser recrutado pela instituição num momento posterior. É preciso ressaltar que da mesma expedição participaram Dinah Lévi-Strauss, também interessada pela organização social e pela cosmologia dos grupos ameríndios, e um médico e antropólogo físico, o dr. Jean Vellard, que estudava os efeitos anestésicos do *curare* fabricado pelos ameríndios da Amazônia. A amplitude dos interesses científicos de Castro Faria pode ser medida por sua participação nas experiências de aplicação de *curare* em um cachorro, organizada pelo dr. Vellard e registrada pelo primeiro em seus diários (Castro Faria, 2001).

Foi somente em 1944 que Luiz de Castro Faria passou a integrar o Museu Nacional como profissional, aí ingressando por concurso público, no qual defendeu uma tese sobre o *habitat* no Brasil, utilizando-se do material coletado em 1938, por ocasião da Eexpedição à Serra do Norte e de muitas outras realizadas nesse meio-tempo. Em 1948, ele integrou a Universidade Federal

Fluminense, em Niterói, ministrando cursos de antropologia a estudantes de licenciatura em Ciências Sociais. Formado a partir de um recrutamento individualizado, submetido à boa vontade dos titulares dos cargos, privado de remunerações regulares e de perspectivas de futuro asseguradas, reduzido de fato à condição de autodidata, Luiz de Castro Faria forneceu um testemunho extremamente interessante sobre a insuficiência dos ensinos de licenciatura para formar profissionais em antropologia e sobre a ruptura que a formação possibilitada pelo PPGAS/MN traria, cujo mérito ele atribuiu a Roberto Cardoso (Castro Faria, 1993). Em 1968, tornou-se diretor do Museu Nacional, quando já dispunha de prestígio institucional na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como participante ativo dos debates sobre a reforma universitária, desde os anos 1960.

Para demonstrar a dificuldade do diálogo com os jovens professores do PPGAS/MN, Marília Alvim, responsável pelo Setor de Antropologia Física, lembrava frequentemente, por ocasião das reuniões do Departamento de Antropologia, nos anos 1970-1980, que "Luiz de Castro Faria era nosso último Franz Boas"; dito de outro modo, ele era o único a ter sido formado e a ter praticado no campo as quatro especialidades do ofício de antropólogo: a arqueologia, a antropologia física, a linguística e a antropologia cultural. Esse lembrete enfatizava que, na época, ele era o único traço de união entre os membros do PPGAS/MN e todos os demais setores do departamento.

A fim de termos a medida exata do caráter emblemático de sua carreira para caracterizar uma virada no ofício de antropólogo, é preciso lembrar que, por ocasião da criação da Associação Brasileira de Antropologia, durante um congresso sediado no Museu Nacional, em novembro de 1953, e confirmada por um Congresso em Salvador, Bahia, em 1955, Castro Faria foi eleito primeiro presidente dessa associação profissional. Seu nome foi ainda referência central no Congresso de Recife, em 1978, para afastar um "figurão" próximo ao regime militar que monopolizava os destinos da associação, restaurando o caráter democrático da vida associativa que perdura até hoje.

Se naquela ocasião ele pôde reagrupar em torno de sua candidatura à presidência uma diversidade tão grande de jovens pesquisadores, foi também porque sua participação nas atividades de pesquisa e de ensino do

PPGAS/MN lhe creditava a aura de erudito a par do passado desse ramo do saber e das evoluções recentes dos debates da disciplina. Sua atenção quase exclusiva, após 1968, ao domínio da antropologia social, objeto por excelência de seus seminários de pesquisa, constitui a prova mais evidente da mutação do ofício de antropólogo no Brasil. Seu incômodo, mesclado de fascínio, diante das rupturas epistemológicas propostas pelas obras de Michel Foucault e de Pierre Bourdieu, autores lidos e incorporados ao seu estilo de trabalho quando ele já integrava o PPGAS/MN, pode sem dúvida ser interpretado como um motor que transformou suas inquietações em programas de investigação sistemática sobre as classificações intelectuais e os modos de seleção e de consagração de paradigmas intelectuais no Brasil.

Em 1988, por ocasião das comemorações dos vinte anos de existência do PPGAS/MN, pronunciando uma das quatro conferências ao lado dos dois outros "pais fundadores" e de Roberto DaMatta, Luiz de Castro Faria intitulou a sua, de modo polêmico, sob forma interrogativa – "Uma antropologia social tupiniquim?" –, manifestando publicamente sua distância em relação à mudança da denominação da disciplina, ligada à sua subida na escala dos conhecimentos.

> Durante muitos anos a escolha recaiu em antropologia cultural […]. Estimamos operar com hierarquias – etnografia, etnologia, antropologia cultural, antropologia social – nessa ordem, de baixo para cima. A antropologia social situa-se no topo, mas esse, evidentemente, não é um dado natural. "Situa-se", aqui, significa o reconhecimento de uma hierarquia produzida. Deve se entender que foi situada. Cabe então admitir que se trata de um neologismo. (Castro Faria, 1992a, p. 70)

Durante a mesma conferência, ele já havia colocado a questão dos referentes e do autor do neologismo: "Quem, em que momento, em que lugar, usou esse recurso [os neologismos] para se constituir como centro do próprio discurso?" (Castro Faria, 1992a, p. 61).

Essa franqueza diante de seus pares, em junho de 1988, ilustra um dos aspectos do vínculo que unia Castro Faria a Roberto Cardoso: em 5 de dezembro de 1989, este último recebeu o título de Doutor *Honoris Causa*

da UFRJ, e o orador da cerimônia, o mesmo Luiz de Castro Faria, intitulou sua intervenção "A dedicação à antropologia – as quatro estações de uma via triunfal" (Castro Faria, 1992b). Se na França é o nome de Claude Lévi-Strauss que é associado à "antropologia social" como denominação de uma disciplina anteriormente praticada sob o rótulo de "etnologia", no Brasil, é o personagem de Roberto Cardoso que ocupa a posição homóloga.

Na trajetória intelectual dos dois brasileiros, a consagração da expressão "antropologia social" validou todas as etapas do percurso de Roberto Cardoso, inclusive a formação filosófica de origem, ao passo que, objetivamente, assinalava a desvalorização brutal de cerca de três quartos das experiências profissionais de Luiz de Castro Faria (correspondentes aos domínios da arqueologia, da antropologia física e da linguística). Luiz de Castro Faria permaneceu no PPGAS/MN até o final de seus dias, sempre em atividade; esse simples fato exigiu uma importante reconversão de seus investimentos intelectuais, como testemunham as numerosas publicações dos anos 2000. Ironia do destino, suas publicações dessa década são análises estruturais únicas do gênero, tendo por objeto as classificações vigentes na "tribo dos antropólogos".

Oriundos de universos sociais, intelectuais e geográficos bastante diferenciados, a cooperação entre os "pais fundadores" supôs, para além disso, um quarto parceiro, que modificou radicalmente a situação geral: a Fundação Ford. Esta última possibilitou o financiamento de pesquisas de campo para os professores e seus estudantes, o recrutamento de professores-pesquisadores para cargos de dedicação exclusiva e o acesso a uma biblioteca dotada das obras internacionais mais recentes e de coleções completas das revistas especializadas.

As guerras palacianas do Império vistas da periferia

Yves Dezalay e Bryant Garth (2002) examinam a ação da Fundação Ford na América Latina (Brasil, Argentina, Chile e México) como um meio utilizado por uma contraelite norte-americana para criar alianças entre as elites intelectuais dos países dominados, a fim de, no centro e na periferia, derrubar as frações no poder. As transformações do campo do poder mundial são

assim concebidas como oriundas de alianças com base na homologia de posições no seio dos campos de poder nacionais, sem que haja necessariamente um acordo preexistente firmado sobre as mesmas bases ideológicas. Essa sociologia do poder transnacional privilegia a materialidade das redes e de suas práticas, sem deter-se a princípio nos ideais que elas apregoam; a identidade de objetivos proclamados não parece uma base adequada para a compreensão da força ou da fragilidade de qualquer aliança. Isso não significa, de modo algum, uma falta de interesse pela retórica dos atores, já que o estudo nos Estados Unidos iniciou debruçando-se sobre a origem da corrente *Law and Development* e prosseguiu com a análise dos esforços para se exportarem tais ideais, o que pôde ser compreendido como uma busca por aliados em outros campos nacionais suscetíveis de encarná-los.

A retórica da promoção dos direitos do homem, ou mesmo da restauração do Estado de direito (*rule of law*) ou das liberdades democráticas no espaço público contribuiu para a crítica dos regimes militares implantados com o apoio ativo, ou mesmo a promoção direta, dos "falcões" norte-americanos, apostando nas estratégias estritamente militares diante da Guerra Fria. Essa defesa dos direitos do homem ou da restauração dos direitos cívicos fornece, fora dos Estados Unidos, uma ilustração da face sombria das ditaduras militares latino-americanas e proporciona uma "lufada de ar fresco" às comunidades intelectuais submetidas à asfixia; entretanto, a análise sociológica dos ativistas norte-americanos que desejavam dar consistência a uma política alternativa revela a continuidade da visão hegemônica dos Estados Unidos como grande potência.

Segundo Dezalay e Garth, a Fundação Ford trabalhava pela renovação das ciências sociais nesses países como meio de combate às internacionais comunistas e às diferentes variantes do marxismo, para assegurar a hegemonia dos saberes de Estado, ou mesmo dos sistemas de pensamento em voga no espaço público norte-americano. Em uma conjuntura tão complexa como a dos anos 1960, não eram tanto aliados com pontos de vista ideológicos idênticos o que buscavam as correntes liberais norte-americanas, mas sobretudo aqueles que favorecessem a instauração de sua hegemonia política e intelectual.

O conceito de campo de poder aplica-se tanto em escala nacional quanto em escala transnacional (Bourdieu, 1989; Dezalay; Garth, 2002) e permite estudar as recomposições das alianças e as clivagens em nível internacional sem precisar supor que mesmo os agentes dominantes controlam material e intelectualmente os jogos de poder em que estão inscritos. Ao mesmo tempo, esse ancoramento teórico não reduz o peso social de cada ator, como se todos fossem igualmente negligenciáveis em escala internacional, na qual haveria somente coletividades representadas pelos Estados-nações ou seus embriões. O jogo das alianças e das clivagens no processo designado pela noção de mundialização deriva da homologia entre agentes oriundos e situados em cenas nacionais distintas, jamais de uma identidade comum fundada sobre condições sociais similares ou cimentada por pontos de vista partilhados diante das mesmas alternativas sociais e políticas. Consequentemente, qualquer aproximação entre atores tão diversos quanto os pensadores latino-americanos e a Fundação Ford (Pollak, 1979, 1985) deve ser compreendida como uma configuração específica, na qual as estratégias de cada um podem não ser claras para os demais. Toda aliança é uma aposta num espaço de concorrência desigualmente opaco para os diferentes agentes, mas nunca transparente, nem mesmo para o mais poderoso dentre eles.

Quem vai utilizar quem?

A correspondência entre Roberto Cardoso e David Maybury-Lewis, conservada nos arquivos do PPGAS/MN, é bastante rica em informações a esse respeito, já que permite retraçar passo a passo as negociações que levaram à criação dessa nova pós-graduação. De sua leitura, depreendem-se claramente os interesses dos dois antropólogos, inglês e brasileiro, em dar continuidade à cooperação entre o Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard e seu homólogo do Museu Nacional: a ideia da criação do mestrado no Brasil parte de Roberto Cardoso, enquanto a aceitação de Maybury-Lewis visa dar continuidade aos programas de pesquisa efetivados sobre os grupos gê do Brasil, ou mesmo ampliá-los.

Para Maybury-Lewis, a cooperação era igualmente interessante na medida em que assegurava oportunidades profissionais a três estudantes que

ele havia recebido em Harvard nos anos 1960-1962 para um PhD: Roberto DaMatta, Roque Laraia e Julio Cezar Melatti. Em uma longa carta dirigida a Cardoso, datada de 30 de novembro de 1966, completada por novos desdobramentos em 2 de dezembro, depois de terem conversado por telefone, Maybury-Lewis relata sua conversa com Peter Bell no Peabody Museum, em Cambridge, e instrui seu parceiro sobre o procedimento a ser adotado diante do representante da Fundação Ford no Brasil, mister Stacey Widdicombe:

> Uma coisa que me esqueci de mencionar em minha carta foi que Bell sugeriu que você deveria partir agora para conversar com Widdicombe e discutir sobre o projeto como um todo. É política da Fundação Ford que a iniciativa principal deva partir do país envolvido e não ser uma iniciativa externa. (Maybury-Lewis, D., 1966)

A divisão do trabalho entre a parte brasileira, senhora do jogo no que diz respeito ao ensino, e a hegemonia conservada por Harvard sobre o destino da pesquisa aparece claramente no resumo final do que foi acordado com Peter Bell, e que deveria ser retomado pelo negociador do país do qual se esperava "a iniciativa principal":

> Que o projeto proposto seja dividido em duas partes, uma relativa principalmente à pesquisa e a outra ao treinamento e desenvolvimento das ciências sociais no Brasil. Eu sempre me interessei por ambos os aspectos, mas sinto que o segundo deve ser realmente coordenado do Brasil (isto é, por você). Sugiro que a pesquisa deva continuar a ser conduzida conjuntamente pelo Rio e por Harvard (isto é, por mim e por você), já que há muitas vantagens práticas e administrativas em tê-la baseada em ambos os países em um empreendimento genuinamente cooperativo. (Maybury--Lewis, D., 1966)

A continuação da correspondência (Roberto Cardoso respondeu em 31 de dezembro de 1966) e as ações destinadas a criar o PPGAS/MN mostram

que essa curta síntese fornece a exata medida dos interesses da contribuição de cada parceiro ao empreendimento comum. No entanto, o início da carta restaura a incerteza dos atores diante do futuro, já que seria preciso conhecer melhor o sentido profundo das estratégias da Fundação Ford para afastar o medo de ser manipulado:

> Francamente, cá entre nós, minha impressão da conversa foi "mais ou menos". Parece ser uma questão de quem irá usar quem. A Fundação Ford pareceu ávida em colocar dinheiro no Brasil. Por outro lado, eu tive a impressão de que eles não estavam particularmente interessados em nossa pesquisa, mas estariam prontos a dar dinheiro para tanto se, assim o fazendo, pudessem realizar seus próprios objetivos. Eu não me preocuparia com isso se tivesse uma ideia clara de quais são esses objetivos, mas isso, como você sabe, não é fácil de se apreender. (Maybury-Lewis, D., 1966)

A análise estrutural do parentesco, dos ritos e dos mitos dos grupos gê do Brasil Central era o objetivo primordial do antropólogo de Harvard, mas ele tinha o sentimento de não ter conseguido partilhar seu entusiasmo com o representante da Fundação Ford. Por outro lado, era evidente que essa agência desejava se implantar no Rio de Janeiro como mecenas das ciências sociais, e que uma rede binacional ou mesmo multinacional já existente, conduzindo pesquisas cientificamente prestigiosas, tornava-se incontornável. A antropologia social talvez não figurasse nas prioridades da agência americana – como foi o caso para a economia (Loureiro, 1997) e para as ciências políticas (Canêdo, 2009) –, mas podia ser anexada à lista das referências científicas reconhecidas no plano internacional:

> Eles claramente desejavam edificar as ciências sociais no Brasil. Eu acho que eles provavelmente não tinham se preparado para ter de lidar com antropólogos sociais, mas de certa forma não tiveram outra escolha, uma vez que nos mostramos um grupo de pesquisa bastante ativo nesse campo em particular. Aliás, eu suponho que eles estejam preparados para dar dinheiro para a antropologia social. (Maybury-Lewis, D., 1966)

Contudo, ao longo de sua carta, Maybury-Lewis dá conta das reservas da Fundação Ford à cooperação do PPGAS/MN com o cunhado de Roberto Cardoso, Fernando Henrique Cardoso, cuja reputação aumentava após a partida para Santiago do Chile e as primeiras publicações sobre a teoria da dependência; as reservas provavelmente diziam respeito a todo o grupo constituído em torno de Florestan Fernandes, velho conhecido de David também, após sua passagem em São Paulo para a realização do mestrado. Assim, tornava-se claro que a Fundação Ford desejava estimular uma competição científica com vistas a reorientar os desenvolvimentos das ciências sociais brasileiras e se contrapor ao paradigma marxista, quando na verdade os trabalhos desse grupo de São Paulo afastavam-se de qualquer ortodoxia comunista.

Seja como for, a Fundação Ford acabaria financiando o Centro Brasileiro de Análise e Planificação (Cebrap), em São Paulo, centro de pesquisas dirigido por Fernando Henrique Cardoso, com quem os professores-pesquisadores do PPGAS/MN estabeleceram trocas científicas regulares, o que demonstra, mais uma vez, como as alianças e as clivagens se recompunham no dia a dia. O comportamento cotidiano de cada ator servia de sinal da evolução das relações de força. A correspondência dos "pais fundadores" do PPGAS/MN é explícita sobre a tentativa de afastar os paulistas dos novos grupos de professores e pesquisadores de alto nível. A dúvida reproduzida mais acima – quem vai utilizar quem? – surge como crucial:

> Além do mais, eu não tenho certeza absoluta de que a Fundação Ford esteja disposta a doar o dinheiro sem qualquer tipo de envolvimento. Fiquei impressionado quando comentei com Peter Bell que esperamos cooperar com alguns sociólogos de São Paulo, e ele respondeu que talvez o trabalho deles não seja tão bom quanto poderia ser devido à sua orientação marxista. Agora, você sabe a minha visão pessoal sobre isso e sabe que eu, por exemplo, penso que o livro do Fernando Enrique *A metamorfose do escravo* [aqui houve um erro na atribuição da autoria: *As metamorfoses do escravo* é de Octávio Ianni] foi estragado por suas polêmicas de estilo marxista. No entanto, deveria ficar claro para qualquer um

> que tivesse a mais tênue noção sobre a sociologia brasileira que o trabalho importante desempenhado nesse campo deriva de Florestan Fernandes e das pessoas ao seu redor. É ridículo pensar que possamos de alguma forma buscar sociólogos empíricos sem visão alguma para trazer de volta os "fatos verdadeiros" sobre o Brasil. (Maybury-Lewis, D., 1966)

Os erros da carta parecem significativos e nós conservamos a grafia errônea do nome de Fernando Henrique Cardoso, bem como o título incorreto de sua tese de doutorado e do livro publicado em seguida. A referência exata é *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional* (1962), aberto por uma introdução dedicada ao método dialético nas ciências sociais. O título *As metamorfoses do escravo*, igualmente publicado em 1962, na mesma coleção que aquele de Fernando Henrique Cardoso, é o da tese de doutorado de Octavio Ianni, também dedicada aos legados da escravidão no sul do Brasil e de orientação marxista. Em uma edição de 1977, Fernando Henrique Cardoso reafirmou sua condição de "discípulo da Missão Francesa" dos anos 1930-1940 e de teórico da dialética marxista:

> A geração anterior à minha, de Florestan Fernandes, Antonio Candido, Gioconda Mussolini, Mário Wagner Vieira da Cunha, Lourival Gomes Machado e tantos outros, havia renovado a vida universitária, sob influência direta dos professores estrangeiros e de homens como Fernando de Azevedo. A busca contínua de um "padrão de trabalho científico", a disciplina da pesquisa histórica e de campo, os muitos anos de contato com professores como Roger Bastide, Fernand Braudel, Pierre Monbeig, Lévi-Strauss, Emilio Willems e inúmeros mais haviam criado um modelo para a carreira universitária e para a produção intelectual. A presença de alguns dos professores estrangeiros mais o ardor dos que haviam sido formados por eles e dos que, por conta própria, fizeram esforços para substituir a tradição ensaística brasileira pela sociologia transmitiram-nos um sentido de responsabilidade intelectual que impunha trabalho árduo para a feitura das teses de mestrado

> e de doutoramento […]. O prefácio […] documenta o esforço teórico e a carga pesada que era, então, afirmar a opção pela dialética marxista […]. Florestan Fernandes, atormentado pela obsessão de desenvolver uma sociologia que não fosse constatação positiva da ordem predominante, abrira uma possibilidade de justificação da dialética como um dos três métodos fundamentais: o funcionalista, o weberiano e o dialético. A maioria dos participantes do Seminário de Marx atribuía à dialética um *status* teórico mais abrangente, aceitando a utilização dos outros métodos em forma subordinada. (Cardoso, 1977 [1962], p. 11-12)

Os livros de Fernando Henrique Cardoso e de Octavio Ianni certamente constituíram contribuições decisivas para a afirmação do marxismo como paradigma dominante dos anos 1960 até o final dos anos 1970. A Fundação Ford tinha visado, a princípio, o grupo de jovens pretendentes que iria se tornar o polo dominante das ciências sociais brasileiras no final dos anos 1960. O único nome que lhes poderia fazer sombra, mas na realidade era um aliado objetivo, era o de Celso Furtado.

Assim, David Maybury-Lewis formulou de maneira eloquente o absurdo que seria para a equipe de Harvard fazer coro à censura dos militares em relação à sociologia da USP: não era ela que correria o risco de fazer tábula rasa das aquisições da "Escola de Sociologia de São Paulo" e ainda menos de todos os debates preexistentes na sociologia brasileira. A lucidez nas negociações com as agências de fomento assegurou margens de liberdade à pesquisa que seria feita em seguida. A confiança no parceiro, do outro lado do oceano, é expressa simultaneamente a um apelo aos seus talentos de hábil negociador para decifrar as estratégias da agência internacional e não assumir senão compromissos que garantissem o transcurso normal do empreendimento comum:

> Tudo isso tem sido bastante pessimista, por isso gostaria de concluir com uma nota mais promissora. De maneira alguma, tive uma impressão negativa de Bell ou da Fundação Ford. Além de tudo, parece-me bastante provável o fato de que eles nos darão

> dinheiro. O problema nesse momento é simplesmente em que medida estaremos preparados para aceitar as condições deles e eu espero fortemente que você tenha uma oportunidade de explorar essa questão com sua notória sutileza na próxima vez em que falar com Stacey Widdicombe. (Cardoso de Oliveira, R., 1966b)

A criação do PPGAS/MN supôs, consequentemente, a mobilização de toda a autoridade científica e institucional acumulada pelos "pais fundadores" quando de suas experiências precedentes e de seus conhecimentos dos mundos acadêmicos brasileiro e internacional, para tornar possível a continuidade das pesquisas sobre os grupos gê e o estabelecimento de uma pós-graduação que pudesse dar sequência aos projetos pedagógicos precedentes. Esse novo organismo podia se dedicar a um ensino de alto nível, com pesquisas de campo financiadas pelas autoridades pedagógicas. Não foi por acaso que a entrada no PPGAS/MN tenha sido percebida pelos jovens estudantes como um "ingresso no paraíso", já que o financiamento dos estudos pós-graduados e do campo consistia em uma condição extremamente rara para todas as gerações precedentes.

A formação no Museu Nacional aproximava-se dos padrões internacionais experimentados por David Maybury-Lewis na Inglaterra, no Brasil e nos Estados Unidos, e contrastava fortemente com os percursos de Luiz de Castro Faria e, de certo modo, com o de Roberto Cardoso de Oliveira. Condições materiais favoráveis permitiam ampliar a experiência dos anos 1960, condições estas que já tinham possibilitado o recrutamento sobre novas bases de Roberto DaMatta, Roque de Barros Laraia, Julio Cezar Melatti, Alcida Ramos, Maria Andrea Loyola, Maria Stella de Amorim e muitos outros. Essas dotações financeiras permitiam igualmente estender o domínio da investigação científica considerado pertinente para a antropologia social, em particular para preencher o vazio provocado pela virulenta repressão exercida contra a sociologia, a história, a filosofia ou mesmo a economia.

A voga estruturalista, em nível internacional, associada às obras de Claude Lévi-Strauss, podia assim aparecer como um signo suplementar de um novo tempo para as ciências sociais. E, evidentemente – ao contrário de uma ideia do senso comum atual –, não era de fato em Lévi-Strauss que o

diálogo direto com o marxismo renovado estava ausente, como o demonstra de maneira cabal o capítulo XVI de *Antropologia estrutural*. Inédito em inglês e destinado unicamente à versão francesa de sua obra (1958), Lévi-Strauss polemiza com Georges Gurvitch, Maxime Rodinson e a redação de *La Nouvelle Critique* a propósito da noção de *estrutura social*. Trata-se do famoso texto no qual utiliza a expressão "exasperar Billancourt", referência histórica que supõe o conhecimento da localização das bases operárias do sindicalismo CGT [Confederação Geral do Trabalho] e do Partido Comunista (PC) em Paris.

O curto e polêmico capítulo é concluído pela afirmação da convergência de sua própria abordagem com os legados dos trabalhos teóricos de Marx e Engels:

> Essa não era, como vimos, a opinião de Marx e Engels. Eles acreditavam que, nas sociedades extra ou pré-capitalistas, os laços de consanguinidade tinham um papel muito maior que as relações de classe. Eu não creio, portanto, ter me mostrado infiel a seu ensinamento, ao tentar, sessenta anos após Lewis M. Morgan, que eles tanto admiravam, retomar a tentativa deste último, ou seja, de elaborar uma nova tipologia dos sistemas de parentesco à luz dos conhecimentos adquiridos, desde então, por mim mesmo e por outros, no campo. (Lévi-Strauss, 1958, p. 373-374)

Todas as condições pareciam reunidas para que a recepção dos legados da antropologia estrutural se tornasse um objeto científico de primeira ordem no Brasil dos anos 1970. Para as novas gerações de estudantes, os desafios intelectuais somavam-se aos desafios profissionais; o profundo engajamento na reinvenção do ofício parecia uma das raras soluções diante de um espaço público marcado pela censura e pelo ocultamento de suas violências cotidianas.

O inferno no paraíso

Uma vez obtido o financiamento da Fundação Ford, é interessante acompanhar os modos de recrutamento dos professores pesquisadores. Na

correspondência trocada, já era possível notar o esboço e a adoção de uma estratégia que visava diversificar as origens dos professores recrutados, com a preocupação explícita de contrabalançar a hegemonia da antropologia norte-americana. Desse modo, foram incorporados: Francisca Isabel Vieira Keller, formada na USP e autora de uma tese sobre os imigrantes japoneses; Otávio Guilherme Alves Velho, o primeiro a defender sua dissertação de mestrado no PPGAS/MN, em 1970, e que defenderia sua tese de doutorado na Universidade de Manchester, na Grã-Bretanha, sob a orientação de Peter Worsley; Moacir Gracindo Soares Palmeira, autor de uma tese defendida na Universidade de Paris sobre o debate feudalismo/capitalismo para caracterizar as relações sociais no campo, tratada à luz do conceito de campo intelectual elaborado por Pierre Bourdieu; Lygia Maria Sigaud, cujas dissertação de mestrado no PPGAS/MN e tese de doutorado apresentada na USP versavam sobre o modo como a mão de obra das plantações açucareiras, composta por descendentes de escravos, interpretava as transformações sociais provocadas pela aplicação dos direitos sociais. Foram igualmente recrutados Neuma Aguiar e Roger Walker, dois sociólogos formados nos Estados Unidos, bem como Paulo Marcos Amorim, etnólogo formado no PPGAS/MN, mais próximo das problemáticas desenvolvidas por Roberto Cardoso e cujas pesquisas versavam sobre o grupo de pescadores potiguara da Baía da Traição. Além disso, o vínculo estabelecido por Roberto Cardoso com Manuel Diégues Jr., diretor do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais, facilitou a colaboração com o PPGAS/MN do sociólogo argentino Jorge Graciarena e do antropólogo mexicano Guillermo Bonfil Batalla.

Essa listagem não exaustiva dos professores presentes no momento da criação do PPGAS/MN (1966-1968) é bastante reveladora da ampliação das temáticas julgadas pertinentes para a formação em pesquisa, afastando-se de modo decisivo da identificação entre a "antropologia social" e a organização social ou a cosmologia dos grupos ameríndios do Brasil Central ou da Amazônia. Otávio Velho, por exemplo, no prefácio de sua tese de doutorado, de 1973, e do livro em português a que ela deu lugar (Velho, 1974) agradece a Roberto Cardoso por tê-lo orientado na direção do estudo da fronteira agrícola na Amazônia e credita a David Maybury-Lewis a sugestão da comparação com outros casos históricos (Estados Unidos,

União Soviética). A Fundação Ford também recebe um agradecimento por ter financiado suas duas estadas em Manchester, bem como o doutorado de Maria Andrea Loyola, na França, ambos tendo se beneficiado de bolsas de estudos na Europa, o que lhes permitiu escapar de perseguição militar.

Ressalte-se que Luiz de Castro Faria lhe serviu como testemunha de defesa no momento em que, na UFRJ, ele foi objeto de enquetes policiais contra diversos intelectuais acusados de atos subversivos. Em um universo submetido a um clima como esse, no qual a solidariedade entre os "professores" e os "aprendizes" ocorria simultaneamente em todos os planos da vida cotidiana, compreende-se melhor a profissão de fé nos destinos promissores do PPGAS/MN: "A participação no PPGAS tem sido para mim extremamente valiosa. Como está dito no prefácio original da tese, o programa tem constituído um oásis para estudo, pesquisa e debate em ciências sociais cuja importância só será plenamente avaliada no futuro" (Velho, 1974, p. 7).

As esperanças das novas gerações suscitavam engajamentos pessoais que ultrapassavam as simples considerações sobre carreiras profissionais finalmente abertas. É preciso sublinhar que o projeto de pesquisas concebido e apresentado após 1966, sempre codirigido por David Maybury-Lewis e por Roberto Cardoso, tinha o significativo título de "Estudo comparativo do desenvolvimento regional", privilegiando sobretudo as transformações do mundo rural ou o comércio e o artesanato das pequenas e médias cidades do Nordeste e do norte da Amazônia. Os programas dos seminários conservados nos arquivos mortos demonstram a associação do estudo dos clássicos da sociologia brasileira (Gilberto Freyre, Florestan Fernandes, etc.) com os debates em torno das "sociedades camponesas", nos quais as teorias de Robert Redfield eram confrontadas com a renovação dos conhecimentos sobre a Rússia e a Europa Central. Eram Roberto Cardoso e David Maybury-Lewis que dirigiam os seminários nos quais essa literatura era estudada de modo consequente. Luiz de Castro Faria, por sua vez, estudava nesses seminários as recentes controvérsias em "antropologia econômica", particularmente o debate entre formalistas e substantivistas no universo anglo-saxão, em seguida ao célebre livro de Karl Polanyi (1957) e sua repercussão na França, por intermédio de Maurice Godelier (1966) (Castro Faria, 2006, p. 77-86).

Note-se que o início dos cursos no PPGAS/MN, em agosto de 1968, precedeu em cinco meses a imposição do Ato Institucional nº 5 através do qual os militares no poder anulavam todas as possibilidades jurídicas que visavam impedir as prisões arbitrárias, cessar as torturas sistemáticas e evitar que os professores e os estudantes admitidos por concurso fossem colocados na rua pela simples publicação de uma lista emanada da alta hierarquia militar. As ciências sociais, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, foram duramente atingidas. Roberto Cardoso afirmava, nessa época, que a pós-graduação em Antropologia Social podia constituir um refúgio para as novas gerações, "bloqueadas" em sua trajetória intelectual, desde que aceitassem dialogar, de fato, com o passado nacional e internacional da disciplina. A antropologia social constitui a partir de então, sem sombra de dúvidas, um terreno de reconversão para jovens universitários impelidos a reinventar as condições de existência de seu novo ofício.

É fundamental restituir o duplo constrangimento (*double bind*) que pesava sobre as gerações de estudantes. As condições materiais dos doutorandos eram sem equivalente no passado. Mas coitados desses "novos herdeiros" se dormissem sob seus louros: as condições das trocas universitárias e dos debates intelectuais deterioravam-se a cada dia (perseguição das editoras, fechamento de coleções e de revistas científicas, cursos e colóquios vigiados, exigência de um "atestado ideológico" para os concursos de recrutamento universitário, etc.). Os desafios eram múltiplos e de envergadura: pensar esses dilemas implicando uma forma de "resistência intelectual" contra o arbítrio permitiu a certo número de estudantes aceitar condições duras de pesquisas de campo. Adotar no cotidiano as exigências do trabalho etnográfico bem feito e dialogar com diferentes correntes teóricas "internacionais" eram meios de poder editar as contribuições da pesquisa e de ultrapassar as barreiras institucionalizadas. Essa configuração paradoxal, que reunia condições materiais excepcionalmente favoráveis a uma forte repressão, forneceu uma pista para se compreender por que os programas de pesquisa mais inovadores tinham surgido na fase mais negra do regime militar. Para os estudantes e os pesquisadores em antropologia, o ascetismo da pesquisa substituiu a antiga disponibilidade sem limites para as manifestações públicas.

O testemunho de Roberto Cardoso, em 1988, ano em que o Brasil foi dotado de uma Constituição democrática, nos rememora seu desejo de atrair para a antropologia social indivíduos que dispusessem de títulos e competências em sociologia, história, direito, economia e que, de fato, os investissem na reinvenção do ofício de antropólogo, mais do que nunca valorizado por sua faceta de "antropologia social":

> É interessante notar, ainda com relação ao alunado, que os interesses intelectuais da grande maioria se concentrava no estudo da sociedade brasileira, apenas um ou outro se interessando por sociedades indígenas. O afluxo desses estudantes para a antropologia e para o Museu Nacional – disciplina e instituição tradicionalmente confundidas com pesquisas em etnologia indígena – é um fato que merece reflexão: sempre nos pareceu que essa procura se deveu muito ao espaço deixado vazio pela sociologia, então ensinada, no Rio de Janeiro, somente nas faculdades de filosofia, atingidas fortemente pela repressão do Estado autoritário. (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p. 53)

Tudo se passava como se o conjunto das condições – tanto favoráveis como desfavoráveis – da livre pesquisa em antropologia obrigasse a totalidade dos agentes mobilizados a reinventar os modos de existência de seu ofício e a fundar a pertinência de seu trabalho intelectual, tanto os antigos "mestres" como os novos "aprendizes". O diálogo com o mundo internacional apresentava um interesse ainda mais forte diante da pretensão dos militares de monopolizarem as concepções sobre a brasilidade.

As missões científicas como móveis das disputas de poder

Em um trabalho posterior, trataremos da ameaça de desaparecimento do PPGAS/MN no momento em que o financiamento da Fundação Ford foi brutalmente limitado, em 1972, o que implicou uma forte mobilização dos professores-pesquisadores e dos estudantes para salvar a instituição, graças a novos projetos de pesquisa e a toda uma série de reorientações promovidas por Roberto DaMatta, seu novo diretor.

Creio que essas demonstrações só reforçarão o sentido das análises precedentes. De fato, foi somente em 1974 que os professores-pesquisadores recrutados com as dotações atribuídas pela Fundação Ford foram integrados à UFRJ, diminuindo o estatuto precário do novo mestrado. A partir de então, o curso seria fortemente apoiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), dirigida pelo economista José Pelúcio Ferreira, oriundo dos círculos nacionalistas e que retomara a bandeira em outros tempos empunhada pelos "espíritos de Estado", como Anísio Teixeira, Celso Furtado ou José Leite Lopes. A partir daquele momento, as instituições e as agências de financiamento brasileiras reconheceram a necessidade de tornar perene o "transplante cosmopolita".

A incorporação de três novos professores-pesquisadores contribuiu ainda para a diversificação dos eixos de pesquisa pertinentes à antropologia social. Giralda Seyferth, inicialmente recrutada pelo Museu Nacional para o Setor de Antropologia Física, dedicou-se ao estudo da relação entre a questão racial e a imigração europeia no século XIX (os contingentes alemães engendrando um novo campesinato no sul do Brasil). Gilberto Cardoso Alves Velho, a princípio professor no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS), ao examinar os estilos de vida das camadas privilegiadas ou médias do Rio de Janeiro, abriu caminho para a afirmação da "antropologia urbana". Anthony Seeger, etnomusicólogo, próximo a Roberto DaMatta durante a sua estadia na Universidade de Harvard, chegou dos Estados Unidos para reforçar o polo dos estudos ameríndios. Por fim, a partir de 1977, recrutamentos pela via de concurso público permitiram o ingresso dos primeiros doutorandos do PPGAS/MN como professores-pesquisadores: José Sergio Leite Lopes (diferenciação entre os operários industriais, cultura operária), João Pacheco de Oliveira (estudos ameríndios, fricção interétnica), Eduardo Viveiros de Castro (estudos ameríndios, cosmologia e parentesco), Luiz Fernando Dias Duarte (universo cognitivo dos pescadores, o psiquismo nas classes populares e nas camadas médias) e Afrânio Raul Garcia Jr. (campesinato e migrações).

Esses recrutamentos conferiram contornos estáveis à pluralidade de problemáticas, à diversificação dos métodos de investigação e de tratamento de dados de campo, à coexistência de perspectivas teóricas diferenciadas.

A institucionalização do julgamento da excelência das pós-graduações pela Capes/MEC, desde o final dos anos 1970 (atribuindo um papel-chave à figura de Roberto Cardoso, já sem qualquer vínculo administrativo com o PPGAS/MN), legitimou a qualidade de instituição pioneira e inovadora. Em seu testemunho de 1988, ele retomou a questão da renovação da pesquisa em antropologia, associada à pós-graduação do Museu Nacional, por ele anteriormente concebida e implantada:

> Apesar de não viver mais a vida do PPGAS desde agosto de 1972, quando me desliguei formalmente do Museu Nacional, sempre acompanhei as atividades do programa e, em muitas ocasiões, participei de bancas de mestrado e de doutorado. Ademais, a experiência adquirida durante os quatorze anos em que trabalhei no museu foi-me da maior valia para organizar um programa similar na Universidade de Brasília […]. O que mais me chamou a atenção, no entanto, como indicador da absoluta consolidação do PPGAS, foi a integração de parte significativa de seus melhores graduados no seu corpo docente. É ocioso lembrar que um curso só se consolida quando produz profissionais competentes e excelentes teses e dissertações. O PPGAS atendeu plenamente a esses dois requisitos e renovou-se, admitindo em seus quadros alguns dos mais competentes graduados. Uns foram meus alunos, como Otávio Velho, Lygia Sigaud, Gilberto Velho, Giralda Seyferth, José Sergio Leite Lopes, Afrânio Garcia e João Pacheco (este último na UnB); outros, como Luiz Fernando Dias Duarte e Eduardo Viveiros de Castro, não, mas, mesmo à distância, pude acompanhar o sucesso de todos eles em suas carreiras de professores do PPGAS e de autores de valiosas contribuições à antropologia. (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p. 54-55)

Ele conclui seu testemunho sobre essas atividades pedagógicas no seio do PPGAS/MN com um reconhecimento da dívida para com seu sucessor, Roberto DaMatta, que precisou enfrentar o desafio da institucionalização definitiva dessa pós: "Julgo ser de justiça reconhecer que o papel de Roberto

DaMatta – a par da boa antropologia que sempre ensinou – foi o de dar a arrancada para a consolidação do PPGAS, auxiliado naturalmente por seus colegas" (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p. 56).

A odisseia dos pais fundadores

Ao deixar o Museu Nacional, em 1972, após um desentendimento com o diretor a propósito dos critérios estabelecidos para a promoção na carreira docente (Cardoso de Oliveira, R., 1992, p. 55), Roberto Cardoso empreendeu uma estadia de um ano na Universidade de Harvard, graças a uma bolsa concedida pela Fundação Ford. Por ocasião de seu retorno, a convite de Roque de Barros Laraia, ele organizou a pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (UnB), em 1972, tornando-se, em seguida, diretor do Departamento de Ciências Humanas (1973-1975) e, posteriormente, diretor do Instituto de Ciências Humanas dessa universidade (1980-1985). Seu périplo não terminou por aí, já que ele ainda contribuiu de modo decisivo para a organização do doutorado na Universidade de Campinas (Unicamp), desde o fim de 1984 (Debert, 2006; Corrêa; Laraia, 1992; Amorim, 2001). Sendo assim, esteve diretamente implicado em três das quatro formações reconhecidas pela Capes como paradigmas de excelência, a exceção sendo a universidade da qual era oriundo: a USP.

Esse "discípulo inconteste da Missão Francesa" dos anos 1930-1940 sempre sublinhou sua fidelidade à instituição de origem na obtenção de seus diplomas, como o fizeram igualmente seu cunhado, Fernando Henrique Cardoso, e sua cunhada, a antropóloga Ruth Leite Cardoso, ou ainda o filósofo José Arthur Giannotti. Para tanto, e ainda que seu trabalho seja marcado pelo vínculo direto com Florestan Fernandes – particularmente no que diz respeito às problemáticas escolhidas –, ele jamais foi percebido como membro da "Escola Paulista de Sociologia". Sua proximidade com Florestan Fernandes era tal que o célebre livro deste último – *O negro no mundo dos brancos* – parafraseou o título da tese de doutorado de Roberto Cardoso, com sua autorização explícita (Amorim, 2001).

O percurso de envergadura nacional de Cardoso de Oliveira, sem ser assimilado a uma única metrópole universitária, contribui igualmente para

sua imagem de personagem decisivo da institucionalização da antropologia social como ofício ligado ao exercício da pesquisa científica no Brasil. Não desenvolveremos aqui a análise da carreira dos professores da USP. De todo modo, a instalação final de Roberto Cardoso na Unicamp e não na USP contribui para sublinhar a diversificação do ensino de alto nível no interior do próprio estado de São Paulo; seu percurso como empreendedor schumpteriano de doutorados em Antropologia Social revela a rapidez e a intensidade da expansão desse campo disciplinar. Ainda é preciso observar que, para além das passagens por direções de associações científicas, ele criou o *Anuário Antropológico*, que dirigiu de 1976 a 1985; desse modo, promoveu diretamente a instauração de intrumentos de transmissão de conhecimento profissional e de comunicação da pesquisa de ponta em escala propriamente nacional. Retrospectivamente, a criação do PPGAS/MN pode parecer menos como resultado da mobilização de todas as suas aquisições precedentes para enfrentar os desafios científicos em plena ditadura militar – estabelecendo alianças com autores posicionados nos altos cargos do mundo acadêmico norte-americano – do que como um atestado de sua vocação para inovar em matéria institucional (Amorim, 2001, p. 15-36).

Ora, o interesse dos jovens antropólogos de Harvard pelo parentesco e pela cosmologia dos ameríndios do Brasil Central tinha origem na controvérsia científica desencadeada em revistas europeias a propósito de uma questão tão específica quanto a pertinência das organizações dualistas para o entendimento de sociedades apoiadas sobre estruturas de parentesco. Nenhum ator, por mais importante que fosse, jamais controlou o conjunto dos parceiros interessados no prestígio crescente da antropologia social, e a evolução do processo de institucionalização, como podemos constatar, jamais pode ser reduzida aos projetos de um único agente ou de um único grupo preciso.

Vejamos a seguir o itinerário de seu parceiro internacional, David Maybury-Lewis. Após alguns meses passados no Rio, em 1967, em companhia de Roberto Cardoso, a fim de dar forma ao projeto do PPGAS/MN, ele tornou-se consultor da Fundação Ford e, sobretudo, um dirigente central do Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard. Ele consolida sua imagem de pensador preocupado com o destino das populações

estudadas pelos antropólogos, particularmente ao criar uma das primeiras ONGs em defesa das culturas ameríndias ou "primitivas": a Cultural Survival (Davis, 2008). A colaboração com o brasileiro, firmada em 1962, estendeu-se por todo período de périplo institucional deste último – aliança durável mesclada a uma amizade que se deu até a morte de ambos, na segunda metade dos anos 2000 (Cardoso de Oliveira, L. R., 2008).

Deve-se ressaltar que os vínculos entre a Universidade de Harvard e o Programa de Doutoramento da Universidade de Brasília são ainda mais significativos que com o PPGAS/MN, já que, entre os professores-pesquisadores de Brasília, o número de titulares de um PhD de Harvard é mais numeroso do que no Rio e até mesmo do que em São Paulo. Entre eles, figura Luís Roberto Cardoso de Oliveira, primogênito do pioneiro do PPGAS/MN, que fez seu mestrado nessa instituição, sobre agricultores do Mato Grosso, e defendeu seu PhD em Harvard, sobre as diferenças jurídicas e a reparação moral em um tribunal no Canadá. Marisa Peirano, desde a obtenção de seu PhD em Harvard, e ao longo de todo o seu percurso científico na UnB e de sua colaboração com os colegas do Museu Nacional, problematizou com vigor o vínculo intelectual entre antropólogos brasileiros e norte-americanos (Peirano, 1981, 1992, 2008).

À guisa de conclusão, é justamente quando ela é concebida como uma cristalização de um nódulo de uma rede mundializada, conhecendo uma formidável expansão, tanto em escala brasileira quanto internacional, que a gênese social e intelectual do PPGAS/MN parece mais bem esclarecida. Esta última é também um indício da diversificação do campo da antropologia contemporânea, revelador de seus modos de existência mundializados e das modalidades de enraizamento nacional desse saber.

Hipóteses universais e recursos institucionais para testá-las

Do mesmo modo que a evolução da controvérsia científica iniciada pelo debate entre David Maybury-Lewis e Lévi-Strauss, implicando a implantação do projeto Gê Brasil Central, uma análise interna de *Tristes trópicos* poderia mostrar como o enunciado das hipóteses da antropologia estrutural deriva não somente do recrutamento de Lévi-Strauss, por ocasião

da fundação da USP, mas sobretudo de sua estadia nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial, abrindo caminho para a colaboração com Jakobson, bem como para suas viagens à Ásia como colaborador da Unesco. Tudo leva a crer que a recepção da antropologia estrutural se deva mais à hegemonia das práticas intelectuais do universo anglo-saxão do que a qualquer intercâmbio bilateral entre a França e nosso país. De qualquer forma, nosso estudo pode servir para se ficar alerta contra as explicações excessivamente fáceis para a difusão de novos paradigmas científicos, sublinhando os questionamentos e métodos de observação que a sociologia dos atores engajados nas controvérsias científicas internacionais pode suscitar. Longe de nos afastarmos dos enunciados presentes nas obras de ruptura, a sociologia dos atores e das instituições em que exercem seu ofício constitui algumas vezes o único antídoto que permite ultrapassar o obstáculo dos mitos de origem de uma comunidade intelectual.

Como nos mostrou Gaston Bachelard, para dar conta da adoção de novos modos de pensar e da prática de qualquer ciência, é preciso compreender o conjunto dos meios mobilizados para esse fim, materiais ou intelectuais. Como o demonstra a implantação do projeto Harvard-Brasil Central, essas operações científicas dependem mais do acesso a fontes materiais e recursos institucionais que do exercício do pensamento especulativo.

A restituição das condições sociais para enunciar e estabilizar um novo paradigma científico é um complemento indispensável à inteligibilidade do laço entre crítica interna das teorias preexistentes e práticas intelectuais que permitem ultrapassar os limites precedentes (Heilbron, 2006). O estudo das características sociais e intelectuais dos participantes de controvérsias científicas, de sua cooperação e de suas alianças e clivagens constitui sem dúvida um bom revelador do modo como as relações de poder transnacionais inscrevem suas marcas na evolução dos modos de pensar ou dos sistemas cognitivos (Love, 1996; Karady, 2008). Se toda pesquisa científica visa estabelecer hipóteses de validade universal, parece completamente vã a limitação do olhar sobre a circulação das ideias a relações binacionais, por mais intensas que possam ter sido no passado.

A esse respeito, podemos nos perguntar se a Missão Francesa dos anos 1930 seria apenas tributária do universalismo da ciência ou se, ao contrário,

não estaria vinculada também a pretensões hegemônicas, tal como a cooperação promovida mais tarde pela Fundação Ford. Ela não estaria inscrita no seio dos jogos de concorrência internacionais pela excelência no domínio científico, como qualquer missão civilizatória? Parece ser mais prudente seguir o conselho de Claude Lévi-Strauss (1958), formulado há cinquenta anos, para decifrar a estrutura profunda dos mitos de origem: o de examinar o conjunto das versões encontradas, mesmo as mais contraditórias. Longe do registro poético e das interpretações de estados de espírito do observador imparcial, a dúvida cartesiana ressurge inevitavelmente: em que latitude exata os "trópicos" tornam-se invariavelmente "tristes"?

Referências

ALMEIDA, Ana Maria de. Le langage autorisé pour penser le système éducatif. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, Hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009.

AMORIM, Maria Stella. *Roberto Cardoso de Oliveira, um artífice da antropologia*. Brasília: Paralelo 15/Capes, 2001.

BACKÈS-CLEMENT, Cathérine; COPANS, Jean; GODELIER, Maurice; TORNAY, Serge. *L'anthropologie, science des sociétés primitives?* Paris: E. P. Denoël, 1971.

BÉTEILLE, André. Être anthropologue chez soi: un point de vue indien. *Genèses*, n. 67, p. 109-130, 2007.

BITTENCOURT, Agueda. Anísio Teixeira: origines internationales d'un nationalisme pédagogique. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, Hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009.

BOURDIEU, Pierre. *La noblesse d'État*. Paris: Édition de Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Romanistiche Zeitschrift für Literaturgeschichte/Cahiers d'histoire des littératures romanes*, n. 1-2, p. 1-10, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Esquisse pour une auto-analyse*. Paris: Raisons d'Agir Éditions, 2004.

CANÊDO, Letícia. Les boursiers de la Fondation Ford et la recomposition des sciences sociales brésiliennes: le cas de la science politique. *Cahiers de la Recherche sur l'Éducation et les Savoirs*, Hors-série, n. 2, p. 33-55, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1977. [1962].

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O processo de assimilação dos terena*. Rio de Janeiro: Edição do Museu Nacional, 1960.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *O índio no mundo dos brancos*: a situação dos tikuna do Alto Solimões. São Paulo: DIFEL, 1964.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo*: a integração dos terena numa sociedade de classe. 1966. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966a. Mimeografado.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. [*Correspondência*]. Destinatário: David Maybury-Lewis. Rio de Janeiro, 31 dez. 1966b.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e tribalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Depoimento: rememorando um programa. *Comunicação do PPGAS*, Rio de Janeiro, p. 45-56, 1992.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Roberto Cardoso de Oliveira, anexo: *curriculum vitae*. *In*: DEBER, Guita Grin (org.). *Roberto Cardoso de Oliveira*: professor emérito da Unicamp. Campinas: Unicamp, 1999. p. 51-95.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. *Remembrances of David*. Discurso proferido como presidente da ABA, por ocasião de uma homenagem póstuma na Universidade de Harvard. Massachusetts: Universidade de Harvard, 2008.

CASTRO FARIA, Luiz de. Uma antropologia social tupiniquim? *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, p. 23-44, 1992a.

CASTRO FARIA, Luiz de. Devoção antropológica: as quatro estações de uma via triunfal. *In*: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque de Barros (org.). *Roberto Cardoso de Oliveira, homenagem*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992b. p. 9-16.

CASTRO FARIA, Luiz de. A antropologia no Brasil: depoimento sem compromissos de um militante em recesso. *In*: CASTRO FARIA, Luiz de. *Antropologia, espetáculo e excelência*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Tempo Brasileiro, 1993. p. 1-25.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Um outro olhar*: diário da Expedição à Serra do Norte. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2001.

CASTRO FARIA, Luiz de. *Oliveira Vianna, de Saquarema à alameda São Boaventura, 41 – Niterói*: o autor, os livros, a obra. Rio de Janeiro: Nuap; Relume Dumará, 2002.

CASTRO FARIA, Luiz de (org.). *Antropologia*: escritos exumados 3. Lições de um praticante. Niterói: EdUFF, 2006.

CHARTIER, Roger. *Inscrire et effacer*: culture *écrite* et littéraire (XI-XVIII° siècles). Paris: Gallimard; Seuil, 2005.

CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Homewood Illinois: American Economic Association; Irwin, 1966.

CORRÊA, Mariza. A antropologia no Brasil (1960-1980). *In*: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Anpocs; Sumaré, 1995. p. 25-106. v. 2.

CORRÊA, Mariza. *As reuniões brasileiras de antropologia*: cinquenta anos (1953-2003). Brasília: Associação Brasileira de Antropologia (ABA), 2003.

CORRÊA, Mariza; Laraia, Roque de Barros. *Roberto Cardoso de Oliveira*: homenagem. Campinas: Unicamp, 1992.

DAMATTA, Roberto. *Um mundo dividido*: a estrutura social dos índios apinayé. Petrópolis: Vozes, 1976.

DAVIS, Shelton. Diversidade cultural e direitos dos povos indígenas. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 571-586, 2008.

DEBERT, Guita Grin. Apresentação. *In*: DEBERT, Guita Grin. *Roberto Cardoso de Oliveira*: professor emérito da Unicamp. Campinas: Unicamp, 2006. p. 5-8.

DEZALAY, Yves; Garth, Bryant. *La mondialisation des guerres de palais*. Paris: Seuil, 2002.

FERNANDES, Florestan. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

GARCIA JR., Afrânio. Les intellectuels et la conscience nationale au Brésil. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 98, p. 20-33, 1993.

GARCIA JR., Afrânio. Une noblesse républicaine, Fernando Henrique Cardoso et la sociologie au Brésil. *In*: HEILBRON, Johan; LENOIR, Rémi; SAPIRO, Gisèle (org.). *Pour une histoire des sciences sociales*: hommage à Pierre Bourdieu. Paris: Fayard, 2004. p. 305-322.

GARCIA JR., Afrânio. Arqueologia do inconsciente nacional. *In*: CASTRO FARIA, Luiz de (org.). *Antropologia*: escritos exumados 3. Lições de um praticante. Niterói: EdUFF, 2006. p. 65-74.

GODELIER, Maurice. *Rationalité et irrationalité en économie*. Paris: Maspero, 1966.

HEILBRON, Johan. *La naissance de la sociologie*. Paris: Agone, 2006.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo*. São Paulo: Difel, 1962.

KARADY, Victor. Elite formation in the Other Europe (19th-20th Century). *Historical Social Research*, Leibniz, Gesis – Instituto Leibniz de Ciências Sociais, v. 33, n. 124, p. 9-312, 2008.

LARAIA, Roque de Barros. A comunidade de origem. *In*: CORRÊA, Mariza; LARAIA, Roque de Barros (org.). *Roberto Cardoso de Oliveira*: homenagem. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. p. 17-24.

LARAIA, Roque de Barros. Trajetórias convergentes: Cardoso de Oliveira e Maybury-Lewis. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 547-554, 2008.

LEITE LOPES, José Sergio. Vinte anos do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional/UFRJ. *Comunicações do PPGAS*, Rio de Janeiro, p. 1-8, 1992.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Les structures élémentaires de la parenté*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1949.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1955.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Les organisations dualistes existent-elles? *Bijdragen tot de taal-land en Volkenkunde*, Amsterdã, v. 112, p. 99-128, 1956. (Republicado em *Anthropologie structurale*, cap. 8. Paris: Plon, 1958. p. 147-180).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Anthropologie structurale*. Paris: Plon, 1958.

LÉVI-STRAUSS, Claude. On manipulated sociological models. *Bijdragen tot de taal-land en Volkenkunde,* Amsterdã, v. 116, 1960.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Le totémisme aujourd'hui*. Paris: Presses Universitaires de France (PUF), 1962a.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *La pensée sauvage*. Paris: Plon, 1962b.

LIMA, Antonio Carlos Sousa. O indigenismo no Brasil: migração e reapropriações de um saber administrativo. *In*: SIGAUD, Lygia; NEIBURG, Frederico; L'ESTOILE, Benoît de (org.). *Antropologia, impérios, Estados nacionais*. Rio de Janeiro: Faperj; Relume Dumará, 2002. p. 159-186.

LOUREIRO, Maria Rita. *Os economistas no governo*. São Paulo: FGV, 1997.

LOVE, Joseph. *Crafting the Third World*: theorizing underdevelopment in Romania and Brazil. Stanford: Stanford University Press, 1996.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonauts of the Western Pacific. Londres: Routledge, 1922.

MARTINIÈRE, Guy. *Aspects de la coopération franco-brésilienne*. Paris: Éditions de la MSH, 1982. (Coleção Brasília).

MAUSS, Marcel. Essai sur le don. *Sociologie et anthropologie*, Paris, PUF, p. 145-284, 1950.

MAYBURY-LEWIS, Biorn. *The politics of the possible*: the Brazilian rural workers' trade union movement (1964-1985). Filadélfia: Temple University Press, 1994.

MAYBURY-LEWIS, David. The analysis of dual organizations: a methodological critique. *Bijdragen tot de taal-land en Volkenkunde*, Amsterdã, v. 116, p. 2-43, 1960.

MAYBURY-LEWIS, David. [*Correspondência*]. Destinatário: Roberto Cardoso. Cambridge, 30 nov.-2 dez. 1966.

MICELI, Sergio. *Les intellectuels et le pouvoir au Brésil (1920-1945)*. Paris: Maison des Sciences de l'Homme (MSH); Presses Universitaires de Grenoble, 1981.

MICELI, Sergio. *A Fundação Ford no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Sumaré, 1993.

MICELI, Sergio. A Fundação Ford e os cientistas sociais no Brasil (1962-1992). *In*: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Fapesp; Sumaré, 1995. p. 341-396. v. 2.

MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Capes, 1999a. v. I: Antropologia.

MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Capes, 1999b. v. II: Sociologia.

MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Capes, 1999c. v. III: Ciência Política.

MICELI, Sergio. *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. v. 1.

MICELI, Sergio. *O que ler na ciência social brasileira*. São Paulo: Anpocs; Sumaré; Capes, 2002. v. IV.

PEIRANO, Mariza. 1981. The anthropology of anthropology. Tese (Doutorado em Antropologia), Universidade de Harvard, Cambridge, 1981.

PEIRANO, Mariza. *Uma antropologia no plural*. Brasília: Editora UnB, 1992.

PEIRANO, Mariza. Lembranças. *Mana – Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 563-570, 2008.

PEIXOTO, Fernanda. Franceses e norte-americanos nas ciências sociais brasileiras (1930-1960). *In*: MICELI, Sergio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Sumaré, 2001. p. 477-532. v. 1.

POLANYI, Karl. *Trade and market in the early empires*. Nova York: Free Press, 1957.

POLLAK, Michael. Paul Lazarsfeld: fondateur d'une internationale scientifique. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, Seuil, n. 25, p. 45-79, 1979.

POLLAK, Michael. Fondation Ford: une politique de formatage en Europe. *In*: POLLAK, Michael. *Une identité blessée*: *études* de sociologie et d'histoire. Paris: Metailié, 1985.

VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. São Paulo: Difel, 1974.

WOLF, Eric. *Peasants*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1966.